

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA  
SOCIAL**

**FRANCISCO JOSÉ MENDES DUARTE**

**CONSTRUINDO O MOVIMENTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL  
EMPRESARIAL NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O  
INSTITUTO ETHOS**

**NITERÓI  
2010**

**FRANCISCO JOSÉ MENDES DUARTE**

**CONSTRUINDO O MOVIMENTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL  
EMPRESARIAL NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O  
INSTITUTO ETHOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Política Social.

Orientador: PROF. DR. JOÃO BÔSCO HORA GÓIS

NITERÓI  
2010

**FRANCISCO JOSÉ MENDES DUARTE**

**CONSTRUINDO O MOVIMENTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL  
EMPRESARIAL NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O  
INSTITUTO ETHOS**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. João Bôsko Hora Góis  
Universidade Federal Fluminense (UFF)  
(Orientador)

---

Prof. Dra. Luciene Burlandy Campos de Alcântara  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof. Dra. Valéria Gonçalves da Vinha  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

NITERÓI  
2010

**Dedico este trabalho a Mickey, velho  
cão e companheiro. Obrigado por me  
acompanhar há tantos anos.**

## AGRADECIMENTOS

À Carlota que é minha namorada, minha amiga e meu anjo da guarda. Obrigado por estar sempre ao meu lado.

À minha Mãe que é simplesmente a melhor mãe do mundo! Nunca vi tamanha dedicação. Mãe, obrigado por cuidar de mim até em sonhos. Nada do que escrevi aqui seria possível sem a sua ajuda.

Ao meu Pai, que sempre confiou em mim e me estimulou para que eu “estudasse até ficar cego!” Se um dia eu chegar a algum lugar, o maior responsável será ele. Pai, você também é o melhor do mundo.

À minha irmã, ao lado de quem passei grande parte de minha vida, principalmente na infância, e que sempre fazia tudo por mim. Pena que não passemos mais tanto tempo juntos. Foram anos inesquecíveis.

Ao meu amigo e orientador João Bôsko Hora Góis. Três anos e meio já se passaram e ele continua me aturando. Nunca vi ninguém dedicar-se aos alunos como ele. Obrigado por tudo, Mestre.

À minha segunda família: Tio Badá, Tia Kátia, Isabel e Felipe. Com vocês vivi momentos inesquecíveis de minha vida. Obrigado por tudo.

Ao meu irmão mais novo, o irmão que não tive, Felipe. É sempre bom estar contigo. Um grande abraço.

Às professoras Mônica Senna e Luciene Burlandy com quem ao longo do curso de mestrado pude trocar idéias bastante profícuas tanto sobre o conteúdo de suas disciplinas quanto sobre meu tema de pesquisa.

Às professoras Eli Diniz e Maria Antonieta Leopoldi, ambas do programa de pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento do Instituto de Economia da UFRJ. A disciplina que cursei ministrada por elas inspirou boa parte dos debates presentes nesta dissertação.

Às professoras Ana Maria Kirschner e Joana Garcia pelos valerosos conselhos dados em meu exame de qualificação.

Ao professor Eduardo Gomes, do Departamento de Ciência Política da UFF, que, com enorme presteza e generosidade conversou comigo algumas vezes sobre minha pesquisa.

Aos funcionários do PNBE, Thiago, Soraia, Vanessa e Teodora, que me atenderam maravilhosamente na sede desta entidade. Sem eles boa parte desta dissertação estaria comprometida.

Ao pessoal do mestrado: Skell, Lúcia, Grazi, Kamila, Marco, Denise, Fabielle, Josélia, Bruno, Lourdes, Thiago e a todos os outros que comigo partilharam disciplinas e o ambiente saudável do programa.

Aos meus amigos da Ilha do Governador. Como estão em bom número, creio ser injusto citar nomes. Vocês todos moram no meu coração.

Ao meu segundo Mestre, Cezar Honorato, com quem partilhei muitas aulas e conversas na história.

Ao meu terceiro Mestre, Vitor Fonseca, sempre presente e com grandes idéias.

Aos amigos da faculdade, só saudades. Abraços e beijos a todos.

À todos da minha família: Meu Vô José, Minha Vó Lourdes, Minha Vó Nilza, Minhas Tias Titi, Dom e Itanery, aos Meus Tios Sylla e Zé, aos meus primos Barão, Lela, Cindy, Isis, Íris e Alice. Vocês são muito especiais. Obrigado por sempre torcerem por mim.

A vocês, a minha sincera homenagem.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar as origens históricas e os aspectos ideológicos subjacentes ao discurso do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Nesse sentido, buscamos demonstrar, no âmbito nacional, que o pensamento político empresarial de caráter democrático preconizado pelo Ethos tem suas raízes históricas no PNBE, associação empresarial que se destacou no cenário nacional, no início dos anos de 1990, e na qual os principais líderes do Instituto em questão estiveram engajados. Por sua vez, no plano internacional, o Ethos tem sido influenciado pelo movimento de sustentabilidade, aderindo à retórica do desenvolvimento sustentável, e também pelo liberalismo humanista de Amartya Sen. Em suma, buscaremos compreender de que maneira tais influências retóricas se aplicam ao projeto político desenvolvido pelo Ethos, principalmente, no que tange às políticas públicas.

Palavras-chave: Instituto Ethos, Responsabilidade Social Empresarial e Desenvolvimento

## ABSTRACT

This study aims to investigate the historical origins and ideological aspects underlying the discourse of the Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Thus, we seek to demonstrate, at the national level, that the democratic political thought advocated for such an historical roots in PNBE, the trade group that stood out on the national scene in the early 1990s and in which the current leaders of the Ethos were engaged. In turn, at the international level, Ethos has been influenced by the movement of sustainability, embracing the rhetoric of sustainable development, and also by the Amartya Sen's thought. Summing up, we will seek to understand how such influences rhetorical apply to the political project developed by Ethos, especially regarding the public policies.

**Key Words:** Instituto Ethos, corporate social responsibility and development

## ÍNDICE

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
Fatores que contribuíram para conformação do movimento da responsabilidade social .....	15
As diversas concepções da responsabilidade social: um debate em aberto .....	17
O empresariado como ator político .....	21
A importância social das elites .....	25
A gênese do ETHOS: a conformação de um pensamento político empresarial para além dos interesses econômicos .....	28
<b>CAP. 1 – FORMANDO “EMPRESÁRIOS CIDADÃOS”: O PNBE E A RESPONSABILIDADE SOCIAL .....</b>	<b>34</b>
1.1 A gênese do movimento de RSE .....	34
1.1.1 Os anos 70 e 80: sobre as mudanças políticas e econômicas .....	36
1.1.2 Os anos de 1980: Novas instituições empresariais e propostas de intervenção .....	39
1.2 A trajetória do PNBE: O discurso político-econômico .....	41
1.2.1 A trajetória do PNBE: O discurso social .....	47
1.3 A consolidação do movimento de RSE no Brasil .....	49
<b>CAP. 2 - O INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL: CONSTRUINDO UM PENSAMENTO EMPRESARIAL EM PROL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....</b>	<b>56</b>
2.1 O nascimento da idéia de desenvolvimento sustentável .....	60
2.1.1 A difusão do conceito de desenvolvimento sustentável no mundo dos negócios e institucionalização do movimento de RSE .....	68
2.2 O discurso ETHOS e as concepções subjacentes ao seu discurso .....	75
2.2.1 A responsabilidade social empresarial como uma vantagem competitiva: os desafios a uma nova ordem capitalista .....	78
2.3 Em busca de uma terceira via: reformando o capitalismo .....	82
2.3.1 O terceiro setor e o neoliberalismo da terceira via: posicionando o ETHOS .....	84
2.3.2 O desenvolvimento como liberdade: O ETHOS e o capitalismo humanista Amartya Sen .....	90
2.4 O ETHOS e seus mecanismos institucionais: ampliando o debate sobre RSE .....	96
<b>CAP. 3 – OBSTÁCULOS À MUDANÇA CULTURAL: O COMBATE À POBREZA E BUSCA POR UMA OUTRA CULTURA CÍVICA .....</b>	<b>108</b>
3.1 O que o instituto ETHOS pensa sobre pobreza e desigualdade social .....	109
3.1.1 Uma crítica humanista ao liberalismo humanista de Amartya Sen e acerca da concepção de RSE do ETHOS: um adendo sobre os malefícios do mercado desregulado .....	115
3.1.2 O ETHOS e as políticas públicas .....	120
3.2 Dilemas de uma ordem hobbesiana: entre o híbrido institucional e a sociedade relacional .....	128
3.3 A corrupção no setor privado: alguns dados relevantes .....	132

3.3.1 O ETHOS e o combate à corrupção .....	136
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>144</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>156</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ABF - Associação Brasileira de Franchising**

**ABIA – Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação**

**ABIFA - Associação Brasileira de Fundação**

**ABRINQ - Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos**

**ADCE - Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa**

**AKATU – Instituto Akatu pelo Consumo Consciente**

**ATTAC - Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos**

**AMCHAM - Câmara Americana de Comércio de São Paulo**

**ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores**

**BCSD - Business Council for Sustainable Development**

**BSR - Business for Social Responsibility**

**CADTM - Comitê para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo**

**CNBB – Confederação dos Bispos do Brasil**

**CDES - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**

**CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores**

**CGU – Controladoria-Geral da União**

**CI - Consumers International**

**CIVES - Associação Brasileira de Empresários pela cidadania**

**CMMD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**

**CNI – Confederação Nacional da Indústria**

**CNT – Confederação Nacional dos Transportes**

**CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar**

**CONTAG – Conselho Nacional**

**CUT – Central Única dos Trabalhadores**

**ETCO - Instituto Brasileiro de Ética Concorrência**

**ETHOS – Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social**

**EUA – Estados Unidos da América**

**FEM - Fórum Econômico Mundial**

**FIDES - Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social**

**FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo**

**FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro**

**FMI – Fundo Monetário Internacional**

**FSM - Fórum Social Mundial**

**GIFE - Grupo Institutos, Fundações e Empresas**

**GRI - Global Reporting Initiative**

**IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial**

**IL – Instituto Liberal**

**IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

**IPES – Instituto Pesquisas Especiais para a Sociedade**

**IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática**

**IPNBE - Instituto PNBE de Desenvolvimento Social**

**ISO - International Organization for Standardization**

**MRMC - Minha Rua Minha Casa**

**OAB – Ordem dos Advogados do Brasil**

**OAF - Organização do Auxílio Fraternal**

**OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico**

**ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**

**OEA – Organização dos Estados Americanos**

**OIT - Organização Internacional do Trabalho**

**OMS - Organização Mundial da Saúde**

**ONU – Organização das Nações Unidas**

**PFL – Partido da Frente Liberal**

**PG - Pacto Global**

**PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente**

**PNBE – Pensamento Nacional das Bases Empresariais**

**PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira**

**PNUD – Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento**

**PT – Partido dos Trabalhadores**

**RSE – Responsabilidade Social Empresarial**

**SINDUSCON - Sindicato da Indústria da Construção Civil**

**SUPRA – Superintendência de Política Agrária**

**SVN - Social Ventures Network**

**OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico**

**UINC – União Internacional para a Conservação da Natureza**

**WWF – Fundo Mundial para a Natureza**

## INTRODUÇÃO

A responsabilidade social empresarial (RSE) é entendida aqui enquanto um conjunto de posturas discursivas e práticas diversificadas, assumidas por alguns empresários em relação ao agravamento das questões sociais no seio do sistema capitalista. É fundamental notarmos que tais posturas “socialmente responsáveis” e os agentes sociais que as difundem buscam consolidar uma nova cultura gerencial no mundo dos negócios, isto é, um sistema de idéias organizacionais que geraria “transformações” na maneira atual de se fazer negócios. Tendo em vista essas colocações, o presente documento trata do processo recente de tentativa de consolidação do movimento da RSE no Brasil, dando ênfase ao nascimento e a análise dos fundamentos ideológicos intrínsecos ao discurso do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, entidade que – como pretendemos demonstrar aqui – tem sido essencial para conformação do processo em questão.

O movimento de RSE nasceu a partir do momento em que empresas e empresários começaram a refletir sobre seu papel na sociedade, ou seja, sobre a necessidade de construir uma nova e mais ética relação com esta e o meio ambiente<sup>1</sup>. Contudo, isto não ocorreu por causa de uma simples e espontânea tomada de consciência de tais agentes, mas sim por meio de um processo bastante complexo, intensificado pelo contexto político-econômico da década de 1990<sup>2</sup>. Sendo assim, acreditamos ser importante apontarmos a seguir alguns fatores que contribuíram para a consolidação do movimento da RSE no período em questão.

Faz-se necessário destacar que a expansão do movimento da RSE teve um caráter multifacetado e por isso os fatores que deram origem a ele não se limitam àqueles descritos a seguir.

---

<sup>1</sup> É importante destacar que tal movimento, no Brasil, teve sua origem ainda nos anos de 1970 com a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa (ADCE) e a publicação do documento *O Decálogo do Empresário*, que foi uma proposta pioneira com vistas a ressaltar a importância da aliança da gestão empresarial com a RSE. Além disso, a ADCE deu início também às discussões sobre o balanço social no país. Disponível em: [www.adcesp.org.br/decalogo.htm](http://www.adcesp.org.br/decalogo.htm). Acesso em: 06/10/2009. A Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides), fundada em meados dos anos de 1980, e a Câmara Americana de Comércio de São Paulo (AMCHAM) também tiveram importante participação na difusão inicial da RSE no Brasil (CAPPELLIN E GIFFONI, 2007).

<sup>2</sup> Alguns indícios comprovam o quanto a década de 1990 foi propícia à consolidação do movimento da RSE entre nós: a criação de fundações e institutos voltados explicitamente para a difusão da responsabilidade social entre as empresas (como exemplos disto podemos citar o Grupo Institutos, Fundações e Empresas - GIFE, fundado em 1995, e o Instituto Ethos de Responsabilidade Social, que foi fundado em 1998); o aumento do número de projetos sociais desenvolvido pelas empresas; a constituição de prêmios destinados a destacar este tipo de ação (Prêmio Eco da AMCHAM e o Prêmio PNBE de cidadania são exemplos deste tipo de premiação) e a conformação no interior das tradicionais instituições representativas do empresariado, como a Fiesp e a Firjan, de núcleos voltados para o estudo e a promoção de iniciativas de responsabilidade social (GÓIS, SANTOS E COSTA, 2004).

## FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA CONFORMAÇÃO DO MOVIMENTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

A diversificação da representação institucional da classe empresarial parece ter sido um dos fatores estruturantes deste movimento. As sucessivas crises que abalaram a economia brasileira nos dois primeiros governos da Nova República favoreceram a segmentação produtiva e a competição intersetorial, o que refletiu na acentuação da fragmentação e setorização de interesses já características no seio do empresariado brasileiro. Logo, para além dos sindicatos e associações representativas da classe patronal, outras organizações foram constituídas, representando novos canais de participação. Se por um lado tal ampliação do número de instituições representativas gerou o aumento dos conflitos entre as inúmeras frações da classe empresarial – dificultando o nascimento de uma entidade de cúpula de caráter abrangente e supra-setorial, capaz de atenuar as divergências setoriais, regionais e as relativas ao porte das empresas – por outro lado, ela contribuiu para impulsionar o debate sobre percepções distintas e mais amplas dos compromissos éticos do setor produtivo, dentre estas a de responsabilidade social empresarial (BIANCHI, 2001 e DINIZ, 2002).

Outra questão importante foi a expansão, no Brasil, ao longo dos anos 90, do ideário dos direitos do consumidor<sup>3</sup>. A própria globalização dos meios de comunicação e de transportes, animada principalmente pela revolução tecnológica das últimas três décadas, contribuiu para a consolidação de um tipo de consumidor mais exigente e capaz de cobrar uma atuação mais responsável por parte das empresas tanto em relação aos produtos oferecidos no mercado quanto aos impactos da produção destes nas comunidades que as abrigam (VERGARA<sup>4</sup>, 2003 apud GÓIS, SANTOS E COSTA, 2004)<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> A questão dos direitos do consumidor emergiu no Brasil ainda no início da década de 1970, quando o Deputado Nina Ribeiro (ARENA) propôs um projeto lei – considerado inconstitucional à época – para a criação de um conselho de defesa do consumidor. Contudo, em 1978, foi criado no âmbito institucional o primeiro órgão voltado para defender os direitos dos consumidores no país, o Procon de São Paulo. Na esfera federal somente em 1985 passamos a ter um órgão voltado para tal finalidade, o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, que posteriormente fora instinto. A defesa dos direitos do consumidor ganhou definitivamente maior relevância no contexto de elaboração da Constituição de 1988, quando diversas entidades da sociedade civil mobilizaram-se para sugerir propostas para tal questão, o que deu origem ao artigo 48 deste documento, que tornava obrigatória a criação de um código de defesa do consumidor. Tal código constitui-se com a promulgação da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990. Ao longo dos anos 90, novas providências institucionais foram desenvolvidas, criando-se o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SINDEC), em 1997, sob a responsabilidade do Departamento de Proteção e Defesa do consumidor, órgão subordinado à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. No âmbito da sociedade civil, instituições como o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), criado em 1987, vêm lutando para o fortalecimento desta questão no país. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJCA4FF8F8ITEMID00F447C683D240A592E187766390DB58PTBRIE.htm>>; <<http://www.procon.rj.gov.br/historico.asp>> e <[http://www.idec.org.br/oq\\_idec.asp](http://www.idec.org.br/oq_idec.asp)>. Acesso em 10/02/2010.

<sup>4</sup> Vergara, Sylvia Helena C. Impacto dos direitos dos consumidores nas práticas empresariais. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Uma terceira questão relevante foi o avanço de concepções ideológicas que não entendiam o Estado como o único responsável pelo bem-público, o que se refletiu na condução prática das políticas sociais no país. Portanto, no período em destaque, houve uma retomada dos debates sobre as potencialidades da sociedade civil<sup>6</sup> como co-responsável pelo bem comum e mesmo um fortalecimento da concepção regressiva de direitos sociais tão peculiar ao discurso neoliberal. Logo, a ênfase na necessidade de participação da sociedade no enfrentamento da pobreza deu margem para a ascensão da idéia de parceria como uma estratégia privilegiada na conformação de um novo tipo de relacionamento entre o Estado, o mercado e as organizações da sociedade civil. No bojo dessas transformações ideológicas o movimento da RSE começou a se consolidar no país com a montagem de fundações e associações instituídas com o dever de concretizar o investimento do setor empresarial nas questões sociais, culturais e ambientais (GÓIS, SANTOS E COSTA, 2004)<sup>7</sup>.

Fundamental também para ampliação dos debates relacionados à RSE, no que concerne aos problemas ambientais, foi a publicação de pesquisas que constataram que as ações dos países e pessoas mais ricas e das grandes corporações são as mais nocivas ao meio ambiente em todo planeta<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup> Apesar do aumento da relevância da questão do direito do consumidor no país, diversos estudos apontam para o fato de que o serviço prestado por boa parte das empresas no Brasil ainda é precário. Em pesquisa publicada pela revista de negócios Exame – realizada pela própria revista e pelo Instituto Brasileiro de Relacionamento com o Cliente (IBRC) – constatou-se que 98% das 100 companhias abordadas declararam que mantêm um serviço eficiente de atendimento ao consumidor. Entretanto, 23% das 3.000 pessoas entrevistadas em 150 municípios brasileiros disseram não ter sido bem atendido por nenhuma empresa nos últimos 12 meses. Além disso, a mesma pesquisa afirmou que, em 2009, empresas brasileiras de diversos ramos, principalmente de telefonia, de aviação, de cartões de crédito e concessionárias, foram multadas em 93 milhões de reais (soma das multas aplicadas pelos dez principais Procons do país e pelo Departamento de Proteção e Defesa do consumidor). Este elemento comprova que, de certa forma, a capacidade de cobrança sobre as empresas tema aumentado. Disponível em: GASPAR, M. Sua empresa é pior do que você imagina. *Revista Exame*, n. 5, ano 44, março, 2010.

<sup>6</sup> O que está no cerne destes debates é a importância da participação dos agentes privados, sejam eles indivíduos, atores do mercado ou do terceiro setor, na resolução dos problemas sociais. Por terceiro setor podemos entender um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos (FERNANDES, 1994).

<sup>7</sup> As empresas (principalmente às multinacionais) têm se constituído como um dos elementos centrais no processo de promoção do desenvolvimento, devido a maior liberdade vivida por essas instituições (com a intensificação do processo transnacionalização dos negócios), ao seu poder econômico e tecnológico e ao papel de liderança que vêm assumindo. Tal importância tem se refletido nas crescentes expectativas que as sociedades criam em relação a elas (GARCÍA-MARZÁ, 2007; BARBOSA, 2002).

<sup>8</sup> O Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, *Combatendo a Mudança Climática: Solidariedade Humana num Mundo Dividido*, mostrou “que enquanto os pobres contribuem de maneira desprezível ao aquecimento global, são eles que vão sofrer os resultados mais imediatos da mudança no clima ... Enquanto apenas 13% da população do planeta vivem nas nações economicamente mais desenvolvidas, são essas as nações responsáveis por mais da metade da emissão dos gases de efeito estufa”. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh/>. Acesso em: 19/09/09.

Por último, as questões relacionadas ao alastramento da miséria e da pobreza pelo mundo<sup>9</sup> – que impulsionaram o nascimento de vários movimentos<sup>10</sup> de protesto contra a ordem neoliberal dominante, muitos deles engajados na proposição de novas concepções de desenvolvimento – e os muitos escândalos empresariais (principalmente na Europa e nos EUA) também foram importantes para alavancar a RSE em diversos países e inseri-la na agenda das agências multilaterais<sup>11</sup>.

O conjunto de fatores apresentados não gerou uma definição homogênea do que seja a RSE. Sendo assim, na próxima seção trataremos dessa questão e indicaremos o modo como nós a entendemos.

## **AS DIVERSAS CONCEPÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM DEBATE EM ABERTO**

As empresas, os empresários e suas entidades representativas têm apresentado uma ampla variedade de posicionamentos no que diz respeito ao movimento da RSE, visto que as colocações destes agentes em relação à questão vão do desinteresse completo até o empenho

---

<sup>9</sup> A riqueza conjunta das 200 pessoas mais ricas do mundo atingiu 1 trilhão de dólares em 1999; a renda conjunta dos 582 milhões de pessoas que vivem nos 43 países menos desenvolvidos é de 146 bilhões de dólares. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/hdr/hdr2000/docs/RDH6por.pdf>. Acesso em: 18/09/09.

<sup>10</sup> Para além dos sindicatos, das ONGs e das associações de consumidores existentes no âmbito locais, alguns movimentos internacionais tem se destacado em protestos contra as posturas irresponsáveis das empresas e contra a ordem neoliberal como um todo. Dentre os movimentos mais importantes podemos ressaltar: o Fórum Mundial das Alternativas, nascido em 1996, que propõe-se a estabelecer um elo entre uma série de redes de movimentos sociais e constituir grupos de trabalho acerca das possibilidades de construção de uma sociedade alternativa à capitalista; a Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (ATTAC) que reúne sindicatos, associações e indivíduos, visando controlar a especulação financeira através de novos instrumentos de regulação, lutar contra os paraísos fiscais e a criminalidade financeira e desmistificar os fundos de pensão; o Comitê para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo (CADTM), que além do objetivo intrínseco ao sua nomenclatura, defende a abandono das políticas de ajustamento estrutural impostas aos países periféricos, e o próprio Fórum Social Mundial, constituído em oposição ao Fórum Econômico Mundial de Davos e sobre qual falaremos posteriormente mais a fundo (HOURTART e POLET, 2002).

<sup>11</sup> Stiglitz, em seu livro Os exuberantes anos 90, destaca que esta foi a década em que todos aceitaram o julgamento das finanças (como se as instituições financeiras não fossem um grupo de interesses como qualquer outro) e copiaram o modelo capitalista estadunidense no que concerne ao equilíbrio correto entre o governo e o mercado e sobre quais seriam as instituições econômicas e políticas capazes de fazer uma economia de mercado funcionar adequadamente. Para o autor tal fato foi o grande responsável pelo colapso econômico internacional do final da década, já que em muitos aspectos as políticas macroeconômicas implementadas pelo Governo Clinton nos EUA, do qual ele próprio fizera parte, estavam equivocadas. No âmbito dos escândalos empresariais, o autor enfatiza o caso da companhia norte-americana de energia Enron, cujas meteóricas ascensão (faturamento de 101 bilhões de dólares anuais) e falência tornaram-se emblemáticas de tudo que aconteceu de errado naquela década: “ganância empresarial, escândalos contábeis, tráficos de influência pública, escândalos bancários, desregulamentação e o mantra do livre mercado...” (STIGLITZ, 2003). Não foi por acaso que em 1999 o Secretário geral da ONU, à época Kofi Annan, lançou o Pacto Global, uma plataforma política voluntária a ser assumida por empresas que estão preocupadas em manter práticas socialmente responsáveis com relação aos direitos humanos e trabalhistas, em respeito ao meio ambiente e de combate à corrupção. Disponível em <http://www.unglobalcompact.org/>. Acesso em: 10/10/09.

intelectual e prático na sua implementação. E mesmo aqueles que se empenham em conhecer e desenvolver o discurso e as práticas socialmente responsáveis o fazem de maneira diferente<sup>12</sup>.

Também no campo acadêmico a RSE está sendo debatida a partir de diferentes prismas, o que significa dizer que existem formas variadas de pensá-la e realizá-la no Brasil. Tais colocações nos levam a crer que as características fundamentais do movimento da RSE, seu *modus operandi* e mesmo suas possíveis contribuições para o meio social ainda são objetos de disputas teóricas e práticas.

Segundo Cheibub e Locke (2002), uma análise da literatura que trata do assunto nos permite perceber quatro concepções de RSE, que se pautam pelos seguintes modelos de motivação: o produtivista, o progressista (ambas motivações instrumentais), o idealista ético e o filantrópico (ambas motivações morais).

O produtivismo representa a corrente de reflexões que entende que a única responsabilidade das empresas é a de maximizar os seus objetivos produtivos, dentro dos limites da lei. Já para os que acreditam no modelo progressista, a RSE é um importante instrumento de gerência do qual as empresas devem lançar mão em um mundo em que competitividade é cada vez maior. Para aqueles que acreditam neste modelo, as ações sociais podem gerar benefícios para a imagem da empresa, melhorando sua posição no mercado. Por sua vez, aqueles que se pautam pelo idealismo ético e pela filantropia apreendem a RSE enquanto um dever ético<sup>13</sup> das empresas para com o meio onde se inserem devido aos recursos financeiros e o poder que elas adquirem por intermédio de sua relação com a sociedade como um todo.

A partir desse apanhado de modelos referentes às concepções práticas e teóricas que permeiam o movimento da RSE, podemos perceber a sua amplitude e complexidade. Logo, a capacidade de expansão do movimento em destaque e a indefinição quanto aos seus limites nos impossibilitam de realizar um mapeamento de todos os agentes e instituições que o

---

<sup>12</sup> Com foi bem ressaltado por Cappellin et ali. (2002) a RSE tem sido tratada por uma ampla gama de instituições representativas do empresariado em todo o país e isto tem sido um dos fatores fundamentais para que ela se conforme enquanto um conjunto de ações que vão desde o cumprimento das exigências legais explicitadas nas leis ambientais, trabalhistas e no pagamento dos impostos devidos, passando pela implantação de benefícios aos trabalhadores até à constituição de práticas em prol da comunidade na qual a empresa está inserida.

<sup>13</sup> É importante aqui definirmos o que é ética, conceito que aparecerá muitas vezes neste texto. Neste sentido, concordamos com a definição de Campos et ali: “[...] podemos definir ética como o conjunto de regras, maneiras e princípios de pensar que guiam, ou chamam a si a autoridade de guiar, as ações de um grupo em particular (moralidade), ou, também, o estudo sistemático da argumentação de como nós devemos agir (filosofia moral). A simples existência da moral não significa a existência de uma ética, entendida como filosofia moral, pois é preciso uma reflexão que discuta, problematize e interprete o significado dos valores morais”.

compõe e nos impedem ainda mais de refletir sobre as idéias produzidas no interior dele como um todo homogêneo.

Não pretendemos abordar a RSE simplesmente como mais um mecanismo de produção de lucros arquitetado pelo capital. No entanto, não somos ingênuos a ponto de negar que o objetivo maior de qualquer empresa não seja alcançar vantagens econômicas e sabemos dos inúmeros prejuízos que a busca pela lucratividade pode gerar para a sociedade como um todo<sup>14</sup>. Assim, reconhecemos a importância da crítica realizada ao movimento de RSE em trabalhos guiados por reflexões pautadas pelo marxismo, principalmente o gramsciano, como o de Cesar (2008) e Martins (2007), que entendem a RSE como uma estratégia de construção do consenso em torno da sociedade burguesa, consenso este que busca a consolidação de uma hegemonia de frações da classe dominante no Brasil<sup>15</sup>. Concordamos com estes autores quando destacam que as ações “socialmente responsáveis” camuflam, em muitos casos, os diversos prejuízos sociais e ambientais que as empresas causam e quando salientam que há uma grande distância entre as práticas e o discurso apregoado pelos defensores da RSE. Concordamos em parte com a vertente marxista quando esta afirma que, por meio da RSE, as empresas estariam fazendo pequenas concessões às reivindicações advindas de movimentos progressistas, buscando, entretanto, conservar os pilares essenciais do sistema de exploração do capitalismo neoliberal.

Entretanto, por entendermos que o movimento de RSE ainda é um campo em disputa, defenderemos aqui que abordá-lo apenas como a mais nova faceta da reprodução contínua da dominação burguesa é tomar os processos históricos como menos dinâmicos do que realmente são. Portanto, devemos ter cautela ao analisarmos o movimento de RSE como um todo homogêneo e entender que este pode trazer não apenas a continuidade da dominação burguesa, mas também mudanças significativas para atores sociais que se relacionam diretamente com as empresas, influenciando, por exemplo, na articulação destas com os

---

<sup>14</sup> Decerto que os impostos pagos pelas empresas se bem administrados pelo Estado podem gerar também benefícios para sociedade, contudo, como ressaltou Almeida (2002), a busca pela lucratividade a qualquer custo pode gerar enormes problemas ambientais e sociais. A sonegação de impostos, a eliminação de rejeitos tóxicos em solos e rios, a utilização de mão-de-obra em condições que desrespeitem os direitos humanos e as leis trabalhistas são exemplos dos graves malefícios que as atividades empresariais podem causar.

<sup>15</sup> Tais trabalhos, amparados pelas reflexões de Antonio Gramsci, buscam demonstrar que a burguesia no Brasil antes dos anos de 1990 jamais conseguira estabelecer uma ordem hegemônica, ou seja, aquela na qual uma fração da classe burguesa é, ao mesmo tempo, dominante e dirigente. Fato explicitado pelo histórico fortalecimento do Estado ditatorial no Brasil, imposição do consenso pela força, em detrimento da hegemonia, dominação consentida. Em relação a este ponto, concordando com Diniz (2002), é necessário enfatizar que a dificuldade histórica do empresariado brasileiro para se consolidar em quanto força hegemônica deveu-se a incapacidade de articulação deste ator com vistas à formulação propostas mais gerais, que fossem além de seus interesses particulares e do caráter bastante pragmático de seus posicionamentos políticos. Entretanto, isto não significa que o empresariado tenha, historicamente, sido um ator político passivo, aceitando escolhas advindas do alto.

trabalhadores e com o Estado, o que é fundamental para a conformação de um processo de negociação capaz de gerar um equilíbrio necessário à manutenção da democracia<sup>16</sup>.

É importante salientarmos que, se por um lado, acreditamos que a RSE pode ser mais do que um mecanismo de manipulação do capital, por outro, distanciamos-nos também de análises superficiais – originadas principalmente de uma literatura empresarial bastante ingênua e apologética – que entendem a RSE como a solução para as mazelas do mundo ou como uma saída necessariamente segura para os conflitos entre o capital e outros atores que por muitas vezes a ele se opõem<sup>17</sup>.

Também não acreditamos que seja produtivo buscarmos entender esse fenômeno social a partir de questões maniqueístas como: a RSE é boa ou ruim para a sociedade? As ações de RSE são implementadas a partir de valores ou interesses? Acreditamos que as ações sociais concebidas a partir desta lógica, assim como as próprias ações governamentais, sempre apresentarão aspectos positivos e negativos. Também entendemos que tais iniciativas poderão ser motivadas tanto por interesses quanto sentimentos solidários<sup>18</sup>. Assim, nos parece mais adequado fazer outras perguntas: afinal, que elementos políticos e ideológicos embasam o movimento da RSE? Como podemos relacionar o nascimento desse movimento ao contexto capitalista mais amplo e ao embate ideológico entre concepções de desenvolvimento corrente nas últimas décadas? Como a concepção de RSE defendida pelo Ethos pode ser posicionada

---

<sup>16</sup> Orientada por um viés mais progressista, a RSE pode se tornar um dos elementos relevantes para que haja mais respeito por parte das empresas com seus interlocutores. Como nos mostrou Schneider (2007), em alguns países europeus as relações entre empresas e seus trabalhadores tornaram-se bastante democráticas, abrindo espaços para que os primeiros possam participar de processos decisórios importantes no que condiz, por exemplo, às políticas de treinamento da mão-de-obra e, em alguns casos, acontece até mesmo dos trabalhadores terem representação e voto nas reuniões de diretoria. Logo, a RSE, desde que profundamente enraizada, talvez possa contribuir para a conformação de uma elite empresarial voltada para o diálogo e disposta a negociar em espaços democráticos (com regras instituídas e aceitas por todos), isto é, uma elite econômica politicamente mais solidária e, portanto, menos preocupada com interesses imediatistas.

<sup>17</sup> Cesar (2007) define bem os argumentos políticos defendidos pela literatura apologética em questão. Tais autores argumentam que o Estado ao cobrar encargos sociais em excesso estaria impedindo o crescimento econômico e, com isso, a ampliação do mercado de trabalho. Nesse sentido, segundo eles, seria necessário que o aparelho estatal fosse “enxugado”, adotando uma gestão de caráter gerencial.

<sup>18</sup> O que queremos dizer é que a responsabilidade social deve ser abordada de uma maneira mais complexa, pois as empresas assim como os indivíduos mantêm práticas que por vezes podem ir da responsabilidade à irresponsabilidade social. Para nós o mais interessante é perceber o quanto a RSE põe em jogo os dilemas políticos e éticos do capitalismo (e este é o elemento que a faz tão contraditória). Levantemos algumas questões. Podemos afirmar que a rede de fast food McDonalds é socialmente irresponsável por vender uma comida nada saudável e, ao mesmo tempo, socialmente responsável por manter o Instituto Ronald McDonald, voltado para o tratamento de crianças e adolescentes com câncer? O Wal-Mart seria uma companhia socialmente responsável por fornecer produtos a preços baixos aos seus consumidores ou seria irresponsável por pagar baixos salários aos seus empregados e eliminar a concorrência dos pequenos mercados independentes? E o que falar da Souza Cruz, empresa que produz tabaco, um produto nocivo à vida das pessoas, mas que tem se comprometido a combater o trabalho infantil nas plantações que cultivam este produto? As grandes corporações, geralmente, mantêm práticas que são altamente prejudiciais à sociedade como um todo, como, por exemplo, os danos ambientais causados pela poluição advinda da circulação de automóveis nos centros urbanos. Mas, por outro lado, a cadeia produtiva do setor automobilístico gera milhares de empregos e sustenta milhares de famílias em todo o mundo. É óbvio que as empresas geram empregos porque isto é do seu interesse, contudo, este papel fundamental que elas desempenham no sistema capitalista as torna responsável pelo bem-estar de muitas pessoas (VOGEL, 2005).

no interior deste embate ideológico? Ao defender uma maior responsabilização das empresas e da sociedade civil em relação às questões sociais, o Ethos estaria reivindicando uma redução do papel do Estado? Ou ao defender a necessidade de negociação entre as empresas e os mais diversos atores sociais e buscar mecanismos de controle social que possam fortalecer a capacidade de cobrança de tais atores em relação às empresas, o Ethos estaria contribuindo para uma relação mais equilibrada no campo da política positiva para a consolidação democrática? Qual seria para o Ethos o melhor equilíbrio entre os papéis do Estado, da sociedade civil e do mercado? São essas “perguntas-objetivo” que orientaram nosso estudo.

Ao estudarmos o Instituto Ethos, estamos optando por abordar uma entre as diversas concepções existentes no tão complexo movimento de RSE. Ademais, ao estudar o ideário do instituto em questão estamos também tentando perceber como uma determinada fração do empresariado brasileiro percebe a sociedade e, principalmente, os problemas nela vigentes. A RSE é, sobretudo, uma postura a ser assumida por tal fração diante dos conflitos sociais e diante das possibilidades de solucioná-los. Para tanto, é preciso ter em mente que o empresariado não é um conglomerado de empresários, mas sim um ator político com uma identidade coletiva construída historicamente. Logo, a seguir explicaremos como nasceu tal identidade e que implicações ela teve para a totalidade da sociedade, tendo em vista a importância desse ator político.

## **O EMPRESARIADO ENQUANTO ATOR POLÍTICO**

Segundo a teoria de Dahl (1997) existem pelo menos duas dimensões fundamentais para que regimes políticos oligárquicos possam transformar-se em regimes políticos poliárquicos<sup>19</sup>. A primeira delas seria a contestação pública ou liberalização que se relaciona com o grau de institucionalização das regras da competição política e com a aceitação de seus resultados. Isto significa que todos os atores se reconhecem como participantes legítimos da disputa política, ou seja, reconhecem os direitos liberais de cada um de criar organizações associativas, de se expressar, de votar e de competir por cargo público. A segunda dimensão seria a inclusividade ou participação política que se refere à parcela da população para a qual os direitos destacados acima estão garantidos. Neste sentido, tal dimensão remete-se ao status

---

<sup>19</sup> O termo poliarquia é utilizado por este autor para designar as democracias realmente existentes, dado que, para ele, nenhuma delas pode ser considerada totalmente democrática.

de incorporação na política de diversas parcelas da população, o que ocorreu historicamente por meio da remoção de inúmeros obstáculos à ordem democrática como o voto censitário e o critério de sexo e idade.

Então, de acordo com a análise de Dahl (1997), focada nos processos de democratização de alguns países da Europa ocidental e de alguns poucos países da América<sup>20</sup>, existem três caminhos para que uma sociedade possa instaurar uma ordem poliárquica: o primeiro que se dá em uma seqüência que começa com uma maior liberalização da contestação pública – passando da hegemonia fechada (o oposto à poliarquia) para uma oligarquia competitiva – e, posteriormente, favorece a inclusão de grupos sociais na disputa política, conformando assim uma poliarquia. A segunda seqüência ocorre na ordem inversa da primeira, ou seja, uma hegemonia fechada torna-se inclusiva e, posteriormente, com o aumento das oportunidades de contestação pública, instaura-se a poliarquia. E a terceira se daria da passagem de uma hegemonia fechada diretamente a uma poliarquia, o que ocorreria por meio de um processo revolucionário. Para Dahl, os países que seguiram a primeira seqüência alcançaram modelos poliárquicos mais estáveis, na medida em que o reconhecimento da legitimidade dos atores e dos resultados das disputas neste âmbito evitam a instabilidade causada pelos golpes e contra-golpes políticos frequentes em regimes menos institucionalizados e com maior amplitude de participação.

Dito isto, vejamos como Santos (1993) inseriu o contexto latino-americano neste debate. Segundo esse autor, as poliarquias latino-americanas seguiram a segunda seqüência, assim como Itália e França, fato que ajuda a explicar a instabilidade democrática neste continente. É importante lembrar que os canais institucionais têm um importante papel ao padronizar a relação Estado/sociedade e com isso modelar as organizações políticas. Ao trazer a teoria de Dahl para o debate sobre as possibilidades da consolidação democrática na América Latina, a maior contribuição de Santos (1993) foi ter observado que havia uma outra dimensão fundamental entre as experiências poliárquicas contemporâneas: além da ordem temporal de ocorrência do processo de liberalização política em relação ao de inclusividade, também importa a forma de incorporação dos diversos atores políticos neste processo, principalmente, no que diz respeito ao empresariado e ao operariado. É mais especificamente neste debate que estamos interessados aqui.

No que diz respeito ao Brasil, como demonstrou Santos (1993), dois dos principais atores políticos – os trabalhadores e o empresariado – constituíram suas identidades políticas

---

<sup>20</sup> Estados Unidos, Argentina e Chile.

através do aparelho estatal e não por meio de partidos nacionais como ocorrera em diversos países europeus e até mesmo latino-americanos. Entre nós, a incorporação destes atores ocorreu via sindicalismo tutelado, paralelamente, à dinâmica partidária impulsionada no Brasil somente a partir de meados dos anos de 1940. Destaquemos que tal incorporação favoreceu demasiadamente o empresariado que, desde a montagem do aparato corporativista durante a Era Vargas (1930-1945), não só constituiu novas associações paralelas às corporativas oficiais como teve a possibilidade de manter a rede de associações criadas de maneira espontânea, durante as duas primeiras décadas do século passado. Ademais, este ator, historicamente, teve grande participação política através dos canais de representação de interesses abertos a ele desde a reforma político-institucional implementada durante a década de 1930<sup>21</sup>.

A tutela estatal não se deu da mesma forma em relação ao operariado, na medida em que este foi destituído das formas de organização sindical anteriores ao estabelecimento do corporativismo tutelado e teve seu acesso vetado às arenas políticas decisórias – a participação dos trabalhadores, sob o controle do Ministério do Trabalho, esteve circunscrita às políticas trabalhista e previdenciária – onde o empresariado negociava diretamente com os burocratas (DINIZ e BOSCHI, 2004 e SANTOS, 1993)<sup>22</sup>. Não podemos deixar de mencionar também que, principalmente, durante os regimes ditatoriais (1937-1945 / 1964-1985) as

---

<sup>21</sup> A estrutura corporativa tutelada pelo Estado é constituída por sindicatos locais, de acordo com os diversos ramos industriais; por federações estaduais e pela CNI, que funciona como organização de cúpula no âmbito nacional. As associações que destacamos como paralelas são de âmbito nacional e reúnem empresas de um setor determinado, podendo incluir aquelas de setores correlatos. A ABIA (Indústria de alimentos), a ABIFA (indústria de fundição) e ANFAVEA (indústria de veículos automotores) são exemplos de associações não corporativas vigentes. Com relação aos canais institucionais por meio dos quais o empresariado, historicamente, levou suas demandas ao Estado podemos citar os conselhos econômicos da Era Vargas (o Conselho Técnico de Economia e Finanças e o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial são exemplos destes); os grupos executivos criados no governo de Juscelino Kubitschek e os conselhos econômicos do período da Ditadura Militar (principalmente da virada dos anos de 1960 para os de 1970), como o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE).

<sup>22</sup> Devemos mencionar aqui duas importantes conseqüências advindas da consolidação do sindicalismo tutelado no Brasil. A primeira refere-se ao fato de que este tipo de sindicalismo trouxe à tona a cisão entre o processo político formal, representado pelo Executivo e pelo Legislativo e nos quais se dava a origem da legislação social e trabalhista, e a verdadeira competição distributiva que se desenrolava dentro do aparelho burocrático do Estado. Tal realidade deu à burocracia um papel de arbitro “arrogante e irresponsável” da competição entre empresariado e classes operárias (SANTOS, 1993). A segunda, complementando à primeira, volta-se para ressaltar que tal lógica competitiva no interior do Estado, principalmente no que concerne à ação do empresariado, estimulou um padrão fragmentado de demandas e a predominância de um caráter particularista que geraria a privatização de espaços estatais. Esta privatização da esfera pública foi marcante ao longo dos governos militares, que para financiarem o surto econômico da virada dos anos de 1960 para os de 1970 e, com isso, promoverem a acumulação e reprodução do capital privado, utilizaram empréstimos internacionais os quais no último governo do regime (1979-1984) foram internalizados, ou seja, tornaram-se uma dívida pública. Logo, toda a sociedade teve de arcar com uma dívida originada de empréstimos ao setor privado, sendo que ela aumentou a debilidade do Estado, tornando-o cada vez mais incapaz de se autofinanciar (DINIZ e BOSCHI, 2004).

organizações representativas da classe trabalhadora tiveram suas possibilidades de ação (como as greves, por exemplo) altamente reduzidas pela repressão<sup>23</sup>.

Portanto, o corporativismo brasileiro – símbolo da hipertrofia da burocracia estatal reguladora – embasado em negociações entre empresários e o Estado (mais abundantes e decisivas) e trabalhadores e o Estado no interior deste último, não favoreceu a institucionalização de práticas políticas mais poliárquicas, logo menos clientelistas, capazes de produzir um processo mais equilibrado de negociação entre as forças sociais relevantes e o Estado, no qual nem o poder de reivindicação do operariado ameace de forma mais ampla os interesses do capital nem a burguesia se torne forte o suficiente para romper o pacto democrático<sup>24</sup> (DINIZ e BOSCHI, 2004).

Em suma, no Brasil, a incorporação de atores fundamentais no processo político (empresariado e operários) foi extremamente favorável ao empresariado, em detrimento dos trabalhadores. Isto gerou um cenário político marcado por imensas disparidades de poder, o que favoreceu a consolidação das desigualdades extremas, tão marcantes na realidade brasileira. Então, podemos afirmar que a identidade política do empresariado nacional se conformou a partir de um sistema de privilégios bastante desfavorável a uma percepção social mais solidária e voltada para diálogo com outros atores importantes<sup>25</sup>.

Tendo em vista a forma autoritária como foi se constituindo o processo de disputa política no Brasil – processo este que retratamos aqui por meio da relação histórica entre capital e trabalho – vivemos um grande desafio atualmente: refletir sobre como gerar mecanismos de transformação social em um contexto historicamente adverso à competição política em termos poliárquicos. Devido à complexidade e amplitude deste desafio carecemos ainda de respostas mais seguras a ele. Contudo, acreditamos ser importante registrar algumas

---

<sup>23</sup> A extrema violência com que muitos sindicatos de trabalhadores foram reprimidos, contudo, não anula o fato de que a política social, materializada na legislação social e trabalhista e fortalecida paradoxalmente nos períodos de maior repressão política, gerou bem-estar para uma parcela das massas trabalhadoras (Gomes, 2005).

<sup>24</sup> Não obstante a afluência no interior da sociedade brasileira de um comportamento poliárquico ao longo das últimas décadas, comprovado pelo surgimento de um significativo número de associações de caráter diverso, pela ampliação da participação eleitoral e da concorrência política, defendemos aqui, de acordo com as reflexões de Santos (1993), que vivemos em uma sociedade marcada por um *híbrido institucional*. Isto significa que estamos todo tempo mesclando ações pautadas pela lógica das instituições poliárquicas – votando, participando de um partido, de sindicatos ou mesmo utilizando os serviços fornecidos por uma instituição estatal como a polícia, por exemplo – com ações guiadas por uma lógica não poliárquica – subornando agentes estatais para escapar de multas, sonegando impostos, comprando votos em processos eleitorais, entre outras.

<sup>25</sup> Dahl retratou claramente o quanto as desigualdades extremas são altamente nefastas à ordem democrática na seguinte colocação: “As desigualdades extremas na distribuição de recursos-chaves como renda, riqueza, status, saber e façanhas militares equivalem a desigualdades em recursos políticos. Evidentemente, um país com desigualdades extremas em recursos políticos comporta uma probabilidade muito alta de ostentar desigualdades extremas no exercício do poder e, portanto, um regime hegemônico.” (Dahl, 1997, p.92).

questões subjacentes a este desafio que servirão como pano de fundo para a análise que faremos do pensamento político-social do Ethos. Tais questões são as seguintes: Como gerar objetivos políticos capazes de originar consenso? Como conseguir que os mais desprovidos de poder possam participar do jogo político em condições mais iguais? De que forma podemos diminuir as desigualdades de renda que são para ordens democráticas tão castradoras?

Apesar de não ousarmos aqui dar respostas às questões levantadas acima, entendemos que pensar no papel das elites na formulação de políticas públicas – ou mais especificamente sobre como um grupo de empresários compreende os diversos problemas sociais brasileiros e quais soluções propõem para resolvê-los – talvez seja um elemento chave para refletirmos sobre a conformação de um sistema proteção social capaz de promover uma sociedade mais justa e democrática.

### **A IMPORTÂNCIA SOCIAL DAS ELITES**

Não é preciso uma análise estrutural muito aprofundada da realidade histórica brasileira para afirmar que esta consolidou-se a partir de um padrão extremamente concentrado de distribuição social da riqueza. A ausência de alterações no jogo distributivo é tão marcante em nossa trajetória que, praticamente, não nos permite identificar significativas transformações na distribuição de recursos, mesmo quando do aparecimento de novos atores e das mudanças do perfil de geração e apropriação de riqueza (AMORIM e POCHMANN, 2003).

Amorim e Pochmann (2003), através de dados censitários e de pesquisas domiciliares, caracterizaram numericamente a dita concentração de riqueza. Em 1872, 1,8% do total das famílias no país respondiam por 2/3 do estoque de riqueza e de todo o fluxo de renda aqui existente. Em 1920, quase meio século depois, somente 1,3% das famílias brasileiras podiam ser consideradas ricas, apropriando-se de 66,1% do total das propriedades rurais do país. No ano 2000, infelizmente esta situação não mudou, já que as 5 mil famílias “muito ricas” no Brasil apropriam-se do equivalente a 3% da renda total nacional, mantendo um patrimônio de algo em torno de 40% do PIB brasileiro. Dados mais recentes levantados pelo Banco Mundial em 2004 acenam na mesma direção: os 20% mais ricos mantinham naquele momento 61% da renda nacional, ao passo que os 20% mais pobres dispunham somente de 2%. Além disso, durante toda a década de 1990, o 1% da população mais rica aumentou a proporção de sua

renda de 12,7% para 13,3% da renda total do país (THOMAS<sup>26</sup>, 2004 apud CAPPELLIN E GIULIANI, 2007).

Os dados expostos acima tornam explícita a precariedade das condições de vida de grande parte da população brasileira e a extrema desigualdade social existente no país, o que em certo sentido denota a pouca eficácia das reformas distributivas e dos mecanismos de proteção social existentes no âmbito do nosso modelo de capitalismo. Ou seja, em nosso país ainda estamos longe de conseguir implementar ações mais eficazes, tais como uma reforma agrária que permitisse a melhoria da distribuição fundiária; uma reforma tributária que possibilitasse onerar mais os ricos do que os não-ricos e um sistema previdenciário mais eficiente, capaz de universalizar a proteção social. Algumas destas deficiências podem ser de certa forma explicadas pelo fato de a constituição e a consolidação institucional do Estado de bem-estar social<sup>27</sup> no Brasil terem ocorrido entre as décadas de 1930 e 1970, paradoxalmente, marcadas por longos períodos de regimes autoritários (Estado Novo, 1937-1945, e a ditadura militar, 1964-1985), o que de certo modo impediu um melhor desenvolvimento da capacidade protetiva dos direitos sociais no Brasil. A repressão aos direitos políticos e civis dificultou a formulação de um sistema de proteção mais democrático, mais inclusivo. Vejamos como Draibe (1989, p.37) colocou tal questão:

“O movimento de centralização e de fragmentação de tipo burocrático e autoritário suprimiu ou evitou a participação de sindicatos, partidos e movimentos sociais em todos os domínios das políticas sociais [...] Dessa forma, estiveram suprimidos os mecanismos de controle público, levando o sistema de proteção social a apresentar no início dos anos 80 todas as formas de desordem institucional, desorganização administrativa, fraudes e corrupção”.

Então, ao refletirmos sobre as desigualdades extremas existentes no seio das relações sociais no Brasil nos vemos envoltos por uma questão central, freqüentemente levantada por cientistas sociais e economistas: como podemos arregimentar apoio para políticas públicas de combate à pobreza e à desigualdade em tal ambiente de apartação social? (AMORIM e POCHMANN, 2003; REIS, 2000). Este questionamento de amplo escopo serve, assim como os apresentados na seção anterior, para delinear o contexto político-social dentro do qual buscamos compreender o discurso do Ethos.

---

<sup>26</sup> THOMAS, Vinod. Políticas de distribuição e conhecimento. Attaching Brazil's Poverty, n° 20475-BR. Banco Mundial no Brasil, XVI Fórum Nacional, BNDES, maio de 2004.

<sup>27</sup> Quanto ao sistema de proteção social no Brasil duas fases de produção legal se destacaram: 1930-1943 e 1966-1971 (DRAIBE, 1989).

Ao considerarmos esta questão concordamos com a perspectiva de Reis (2000), segundo a qual não podemos esquecer que as elites são fundamentais para que as sociedades encarem seus problemas de forma concreta. Esta autora retratou este enfoque nos seguintes termos: “[...] o papel das elites na formulação e implementação de políticas sociais é inquestionável. A menos que - por razões interesseiras ou altruístas - elas percebam uma política como necessária ou desejável, esta não terá chance de ser implementada” (REIS, 2000, p. 144).

Um exemplo histórico ilustrativo de como as elites – sejam elas religiosas, políticas, empresariais, militares e trabalhadoras – podem e quase sempre influenciam a conformação das políticas sociais foi bem retratado pelo historiador Ignácio Delgado (1999). Ao discutir a construção do sistema previdenciário no Brasil durante a década de 1930, particularmente a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), Delgado demonstra como a Fiesp comportou-se diante do debate sobre o financiamento das contribuições previdenciárias. Aquela entidade concordava com a proposta do deputado Laerte Setúbal que previa uma contribuição tríplice dos trabalhadores, dos empresários e do Estado e a concessão dos benefícios de acordo com a contribuição passada. Entretanto, a forma como Setúbal definiu a participação do Estado – por via de taxa cobrada sobre a produção de cada estabelecimento industrial – desagradou à Fiesp. Para solucionar tal problema, argumentando em cima das dificuldades enfrentadas pelo capital nacional na concorrência com os produtos estrangeiros, a Fiesp conseguiu costurar a solução que melhor lhe convinha: a contribuição do Estado se daria por meio da taxação dos produtos importados. Sendo assim, de forma bastante hábil, os industriais conseguiram repassar o ônus do financiamento da previdência à coletividade, atrelando-o a mais um mecanismo de contenção das importações, ou seja, de proteção à indústria.

Dito isto, acreditamos ser necessário aumentarmos nosso conhecimento acerca do modo como as elites entendem as questões sociais para que, com isso, possamos identificar aqueles argumentos capazes de motivá-las a cooperarem com, ou ao menos não “vetarem”, políticas de combate à pobreza e à desigualdade social. Reconhecer os poderes que as elites são capazes de manejar não implica a defesa delas e, muito menos, a negação da importância de outros atores sociais. Afinal, as elites, em boa parte dos casos, reagem às pressões e reivindicações que vêm de baixo.

Portanto, este estudo pretende ser uma contribuição para um melhor entendimento das concepções sociais de uma fração da elite empresarial brasileira que vêm sendo difundidas a

partir do Ethos. Sendo assim, adiante apresentaremos alguns elementos que foram fundamentais para a formação do Instituto em questão e que serão analisados ao longo deste trabalho.

## A GÊNESE DO ETHOS

O Ethos foi fundado, em 1998, por um grupo de empresários de São Paulo, tendo como principal objetivo consolidar o movimento da RSE no seio do empresariado nacional. Neste sentido, seus principais esforços se concentram em conscientizar as elites empresariais do papel central que elas devem assumir na solução dos problemas sociais e ambientais que assolam o país. Para tanto, o Ethos tem agido enquanto um *think tank*<sup>28</sup> voltado para uma definição mais precisa do conceito de RSE, gerando uma série de reflexões (através de seminários, grupos de trabalho e cursos) e mecanismos (publicações, instrumentos avaliativos e bancos de dados) para que as empresas possam adotar um sistema gerencial socialmente responsável e colocá-lo em prática.

Tal Instituto é fruto de três processos distintos ocorridos a partir das últimas décadas do século XX. O primeiro deles tem um caráter estritamente nacional, dizendo respeito à conformação de um pensamento político empresarial surgido nos anos de 1980 – durante o processo de restauração democrática ocorrido no Brasil naquela década – no âmbito do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), movimento de empresários que, como veremos, reivindicava uma participação mais ampla do empresariado nas discussões acerca de questões relevantes para a sociedade como um todo (perpassando debates sobre inflação, pobreza, consolidação da democracia, entre outros), superando a estrita preocupação empresarial com a defesa de interesses particularistas.

O segundo processo está relacionado ao nascimento do movimento de sustentabilidade no plano internacional – que pode ser entendido como uma forma de “salvar” o sistema capitalista, tornando-o menos nocivo ao meio ambiente e aos menos favorecidos – ainda na década de 1970, quando se iniciaram os debates que dariam origem ao conceito de desenvolvimento sustentável.

---

<sup>28</sup> Como foi ressaltado por Gros (2003), os *think tanks*, tanto nos EUA quanto na Inglaterra, são instituições que participam do processo de formulação de políticas públicas desde os anos de 1940. Tais institutos, de forma geral, são de caráter privado; produzem pesquisas e debates acerca de temáticas como teoria econômica e políticas públicas; contam com equipes técnicas bem preparadas ou trabalham por meio de consultorias, divulgando os resultados de suas pesquisas através de livros, periódicos e de participação em debates nos meios acadêmicos, na mídia e junto a partidos políticos.

O terceiro e último dos processos refere-se aos sucessivos fracassos apresentados pela via de desenvolvimento neoliberal desde os anos de 1980, o que se intensificou na década seguinte (DINIZ, 2002). Tal processo resultou em uma reformulação da doutrina em questão, dando origem a governos que se diziam em busca de uma terceira via de desenvolvimento voltada para a construção de um “capitalismo mais humano” que aliasse crescimento econômico com justiça social. O projeto de terceira via neoliberal orientou as ações de diversos governos em países como os EUA de Clinton, a Inglaterra de Blair e o Brasil de Cardoso. Entretanto, mesmo “humanizado”, durante o último triênio da década passada o neoliberalismo foi bombardeado por críticas que se intensificaram ao longo das sucessivas crises sofridas pela economia internacional e pelos protestos de ativistas contra os efeitos nefastos daquela doutrina em diversas partes do mundo (STIGLITZ, 2003). Neste sentido, concordamos com Diniz quando ela afirma que nos anos de 2000 houve uma inflexão no debate sobre o processo de globalização, o que tem se refletido tanto em governos quanto nos debates acadêmicos, dando origem a uma busca por novos paradigmas de desenvolvimento em detrimento daquele preconizado pelos neoliberais (DINIZ, 2009). É nesse contexto que a concepção de desenvolvimento do economista indiano Amartya Sen surge como uma proposta relevante no plano internacional e é junto a ela que acreditamos estar alinhado o projeto de desenvolvimento sustentável defendido pelo Ethos.

Feitas as observações acima, devemos afirmar que o presente trabalho se concentrará em apresentar dois argumentos centrais. O primeiro é o de que a via de desenvolvimento defendida pelo Ethos, apesar de basear-se na defesa de um capitalismo mais humano assim como fizera o neoliberalismo da terceira via, não deve ser entendida enquanto um projeto de sociedade neoliberal. Buscaremos demonstrar isso evidenciando que a retórica desse Instituto pauta-se pela defesa da construção de espaços democráticos (fóruns, conselhos e movimentos) capazes de favorecer o diálogo e a busca de consensos, aumentando assim a responsividade do Estado às demandas sociais. Tais práticas contrariam o caráter pouco democrático dos processos decisórios, visto que estão concentrados na alta tecnocracia estatal, vigentes nos dois mandatos de Cardoso (1995-2002), tidos como a contribuição brasileira para a expansão do ideário da terceira via neoliberal (DINIZ, 2002). Argumentaremos que o governo de Lula da Silva do PT, do qual o Ethos tem sido um relevante interlocutor e com o qual alguns integrantes do Instituto têm uma ligação política histórica, representa um governo de transição do neoliberalismo para um novo paradigma de desenvolvimento (ainda que não apresente características políticas claramente definidas).

O nosso segundo argumento central defenderá que o Ethos, tomando de herança ao PNBE a defesa de mecanismos mais democráticos para a resolução dos conflitos sociais, tem sido uma entidade relevante para a superação do autoritarismo característico da ação política histórica do empresariado no Brasil. Reconhecemos que a relação capital/trabalho entre nós não se deu apenas por meio da repressão policial, mas também não podemos negar o forte traço autoritário do empresariado em diversos momentos de nossa história, evitando a negociação e resolvendo os conflitos através da força (GOMES, 1979).

Para realizarmos este estudo utilizamos um conjunto de fontes bastante diversificado. As informações acerca do PNBE serão trabalhadas a partir de jornais da época da fundação desta entidade e também de exemplares dos periódicos publicados pela própria associação (*Pensamento Empresarial*) entre os anos de 1993 e 1996. É importante enfatizarmos que conseguimos boa parte dessa documentação na sede da entidade. Além destes documentos abordamos a literatura já existente sobre a história da referida associação que no início dos anos de 1990 assumiu papel de destaque no cenário político nacional. Através da análise das fontes citadas buscamos demonstrar como o discurso do PNBE – voltado para a conformação de um novo tipo de empresário, o empresário-cidadão – fugia aos padrões mais conservadores da época, introduzindo no âmbito do mundo empresarial brasileiro debates sobre: meio ambiente, necessidade de aproximação entre capital e trabalho - visando soluções negociadas - além de promover a reflexão sobre a urgência de se fortalecer a democracia no país, entre outros. O caráter democrático desta associação e o fato de ela ter dado origem a um grupo de empresários, engajado em questões sociais e políticas, perpassará toda a nossa análise sobre o PNBE. Em última instância, tentamos evidenciar que esses empresários ao saírem do PNBE e fundarem outras entidades ligadas a RSE, como o Ethos, levaram consigo as experiências políticas que adquiriram e as redes sociais que construíram ao longo dos anos de militância naquela associação. Defenderemos que esses fatos foram essenciais para que o Ethos ganhasse *status* dentro do meio empresarial.

No que se refere aos debates acerca do alinhamento do discurso do Ethos às concepções de desenvolvimento sustentável, utilizamos parte da bibliografia disponível sobre o assunto e como documento base tomamos o relatório *Nosso futuro comum (1991)* – produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – que popularizou o termo desenvolvimento sustentável. O nosso principal objetivo aqui é mostrar que o fortalecimento do ideário da RSE no plano internacional deveu-se, em grande medida, à expansão do movimento de sustentabilidade. Outro documento importante que utilizaremos

para analisar a relação entre o movimento de RSE e o movimento de sustentabilidade é o livro *Mudando o Rumo*, do empresário suíço Stephan Schmidheiny, que foi sem dúvida um dos primeiros passos para que o movimento de RSE se expandisse pelo mundo.

Com relação ao discurso do Ethos, foram privilegiados diversos documentos publicados pela própria entidade e as inúmeras entrevistas e reportagens sobre seus principais líderes em diversos sítios da rede. Dentre os documentos mais importantes estão: “A Responsabilidade social da empresa no combate à corrupção”; “A responsabilidade social da empresa no processo eleitoral”; “Relatório de Sustentabilidade Ethos e UniEthos”; “Manual de incorporação dos critérios essenciais de responsabilidade social empresarial”, “Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial” e “O que as empresas podem fazer pela erradicação da pobreza”. Ao examinar tal documentação buscamos identificar as premissas ideológicas presentes no discurso do Ethos, tentando refutar a idéia de que este alinha-se com a retórica da terceira via neoliberal. Ressaltamos, sim, que este Instituto esteja buscando uma terceira via de desenvolvimento, que esteja muito mais alinhada aos preceitos do liberalismo humanista de Amartya Sen (2000) do que propriamente às idéias da Terceira Via de Giddens (2007). Analisamos tais documentos à luz da teoria de Dahl sobre a poliarquia e voltados também para compreender qual é, segundo o Ethos, o equilíbrio essencial entre os papéis da sociedade civil, do Estado e do mercado na promoção de políticas públicas mais eficientes, especialmente, no âmbito do combate à pobreza e à corrupção.

O primeiro capítulo desta dissertação trata da trajetória do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), uma associação de empresários que se destacou a partir da segunda metade dos anos 80 por seu discurso progressista – em contraste com a postura bastante conservadora da Fiesp à época – e que reuniu alguns líderes empresariais que, posteriormente, dariam origem ao Ethos. Defendemos a tese de que o PNBE, instituição que teve intensa participação política e social no cenário nacional, ao longo da década de 1990, foi fundamental para a consolidação do movimento da RSE no Brasil. Procuramos demonstrar que os debates acerca do papel dos empresários na conformação da democracia travados no interior do PNBE e também as ações dessa entidade, tanto no âmbito social quanto no plano político-econômico, foram fundamentais para o fortalecimento do discurso sobre a ética empresarial no Brasil. Também enfatizamos os conflitos políticos presentes no interior de tal associação que geraram um processo de enfraquecimento institucional, marcado pela dissidência de alguns de seus principais líderes. Desse processo nasce o Ethos, entidade que

está no cerne de nossa investigação, que desde sua fundação vem se consolidando como a principal referência nacional no movimento da RSE.

O segundo capítulo desta dissertação busca demonstrar, primeiramente, o quanto o discurso do Ethos alinha-se à retórica do desenvolvimento sustentável e ao movimento pela sustentabilidade. Ao realizarmos uma investigação em perspectiva histórica acerca do movimento em questão, apontamos as diversas controvérsias que permeiam a idéia de desenvolvimento sustentável, que para muitos tem sido sinônimo de uma via de desenvolvimento progressista – inclusive para o Ethos – mas que carrega consigo tantos significados e muitos deles bastante conservadores. À idéia de desenvolvimento sustentável opomos o conceito de ecodesenvolvimento, que, como demonstramos, é muito mais progressista do que o primeiro. Após apontar diversos elementos sobre os quais o movimento de RSE converge com o de sustentabilidade, detemo-nos em uma questão central que é a publicação do livro *Mudando o Rumo*, lançado pelo industrial suíço Stephan Schmidheiny, com o apoio do Business Council for Sustainable Development (BCSD), a pedido de Maurice Strong, Secretário Geral da Eco-92. Este livro marca o alinhamento definitivo entre o movimento de sustentabilidade e o de RSE. Configuradas as muitas ligações entre os dois movimentos em destaque, buscamos a partir de então compreender as principais influências ideológicas subjacentes ao discurso do Ethos. Aqui, refutamos a idéia de que este Instituto esteja alinhado com os preceitos do neoliberalismo da terceira via e buscamos comprovar que as suas proposições convergem em direção ao liberalismo humanista de Amartya Sen. Ressaltamos também que tal instituição estaria procurando uma terceira via que não fosse nem a neoliberal nem a do socialismo. Esta via estaria pautada na idéia de complementaridade entre o Estado, a sociedade civil e o mercado. Demonstramos ainda que o Ethos tem bons motivos para acreditar na complementaridade entre as regulações civis e aquelas de caráter estatais. Neste sentido, sublinhamos o quanto a concepção de RSE, que tal Instituto propõe-se a disseminar, está baseada em uma consciência ética que pretende realizar uma transformação cultural no âmbito das tecnologias de gestão, sem, contudo, deixar de alinhá-las às regulações estatais.

No início do terceiro capítulo expomos a adesão do Ethos ao projeto de construção de uma sociedade democrática e buscamos enfatizar também o caráter utópico da via de desenvolvimento almejada por ele. A partir disso, apresentamos quais são as propostas daquele Instituto para solucionar dois dos principais problemas que assolam a realidade brasileira – a pobreza e a corrupção – e que, portanto, dificultam a construção de uma

sociedade mais justa no país. Primeiramente, nos concentramos no problema da pobreza e da desigualdade social, sublinhando o fato de que o Ethos compreende, de acordo com Sen, que as principais causas da pobreza e da desigualdade social são a falta de acesso aos serviços sociais básicos fornecidos pelo Estado e o direcionamento dos gastos públicos àqueles que não necessitam realmente. Em seguida, realizamos uma crítica ao aporte teórico de Sen, que por acreditar demais nos poderes do mercado, parece esquecer-se de que o mercado, no estado em que se encontra, institui enormes obstáculos à consolidação de democracias deliberativas. Além disso, sublinhamos que tanto Sen quanto o próprio Ethos nem passam perto de criticar a excessiva concentração da propriedade privada como uma das razões da pobreza e também da desigualdade. Reconhecidos os limites do Ethos, tentamos ainda ressaltar a importante participação deste Instituto na conformação de políticas públicas voltadas para bem-estar da população. Na parte final deste capítulo, damos ênfase ao hibridismo (entre as normas liberais vigentes e aquelas não liberais advindas de nossa sociedade relacional) presente na cultura brasileira, destacado tanto por Da Matta (1991) quanto por Santos (1993), e que torna ainda mais difícil o processo de construção de uma cultura cívica mais solidária no âmbito do mundo empresarial e também na sociedade como um todo. Por último, enfocamos o projeto de combate à corrupção desenvolvido pelo Ethos, em parceria tanto com agências estatais quanto com organizações da sociedade civil, que visa conformar políticas públicas formuladas de maneira mais democrática. Como veremos, o Ethos tem defendido, no âmbito das políticas públicas, o diálogo intenso entre o Estado, a sociedade civil e o mercado para que as leis estatais possam ter legitimidade e, assim, deixarem de governar no vazio.

# CAPÍTULO 1 – FORMANDO “EMPRESÁRIOS CIDADÃOS”: O PENSAMENTO NACIONAL DAS BASES EMPRESARIAIS (PNBE) E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

## 1.1 A GÊNESE DO MOVIMENTO DE RSE

Entendemos que a fundação do Instituto Ethos, em 1998, foi um importante avanço para a consolidação do movimento de RSE no Brasil. Esta entidade tem se configurado como a mais importante e moderna dentre aquelas que integram tal movimento em nosso país. Isto porque esse Instituto que mantém um amplo leque de empresas filiadas a ele (1.303) tem sido capaz de gerar compromissos e pactos públicos com vistas a engajar as empresas associadas na resolução de importantes problemas sociais, como o trabalho escravo<sup>29</sup>, formulando mecanismos capazes de avaliar a expansão das práticas de RSE entre as empresas brasileiras (Indicadores Ethos de Responsabilidade Social); tem também participado de diversos debates internacionais acerca das questões relacionadas à RSE, como a formulação da ISO 26000<sup>30</sup> e tem integrado importantes iniciativas governamentais em prol da consolidação de políticas públicas no país, como aquelas propostas no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social (CDES) do qual o Ethos é membro.

Contudo, podemos afirmar que o movimento de RSE já tinha uma história entre nós mesmo antes da fundação do Ethos. Tal fato nos leva a buscar as raízes deste Instituto no interior do movimento em questão.

Segundo Cappellin e Giffoni (2007), desde os anos de 1960 algumas associações empresariais mantinham um discurso que buscava atrelar princípios éticos às práticas gerenciais, a exemplo da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa (ADCE) do Brasil. Além desta, outras entidades como a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e

---

<sup>29</sup> O Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo articulado pelo Ethos conta com apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da ONG Repórter Brasil. Esta parceria deu origem ao Cadastro de Empregadores do Ministério do Trabalho e Emprego, que é uma *lista suja* de empregadores que utilizam mão-de-obra escrava em suas atividades (Do Ó, 2009). Além deste pacto, o Instituto tem constituído outros importantes. Vejamos: o Pacto pela Integridade e Combate a Corrupção; o Pacto da Pecuária; o Pacto Soja e o Pacto Madeira. Ver: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/Default.aspx>.

<sup>30</sup> A chamada ISO 26000 está sendo conformada por um grupo de trabalho composto por mais de 360 experts e observadores de mais de 60 países. Tais atores podem ser de dois tipos: delegações nacionais (trabalhadores; consumidores; indústrias; governos; ONGs, consultores e acadêmicos) e as chamadas organizações D-liaison, que são a Organização Internacional do Trabalho; o Global Reporting Initiative (GRI); a Organização Mundial da Saúde (OMS); a Consumers International (CI); o Pacto Global (PG) da ONU; a Rede Interamericana de Responsabilidade Social (que conta com a participação do Ethos) e a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Disponível em: [http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade\\_social/iso26000.asp](http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp). Acesso em: 14/09/09.

Social (Fides), a Câmara Americana de Comércio de São Paulo (AMCHAM), ambas a partir dos anos de 1980, e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), nos anos de 1990, vêm contribuindo para a conformação da responsabilidade social empresarial no país.

Ao concordarmos com Gomes (2007), acreditamos que tanto o início da “moderna”<sup>31</sup> RSE no Brasil quanto o nascedouro do Ethos se deu no Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). Tal movimento – que surgiu informalmente no interior da Fiesp em 1987 – se institucionalizou como associação de empresários em 1990 e destacou-se, principalmente ao longo da primeira metade da década de 1990, por seu engajamento político, por seu discurso progressista em relação àqueles dominantes no meio empresarial e por seu ímpeto em prol da construção de novas práticas empresariais, bem definido pela imagem do “empresário cidadão”. No início de sua trajetória, o foco do PNBE, ao contrário de seu sucessor Ethos, centrava-se no empresário enquanto indivíduo, na necessidade de redefinição do papel dele na constituição de uma sociedade mais democrática e mais próspera econômica e socialmente. É possível perceber tais princípios no trecho abaixo retirado do periódico *Pensamento Empresarial* publicado pela entidade:

“O Pensamento Empresarial surge como resultado de um esforço do PNBE de sintonia com a dura realidade brasileira, contra a qual a maioria se defende através da indiferença, do embotamento e da omissão. [...] Nessa direção, o Pensamento Empresarial pretende mostrar o amplo leque de idéias e ações que os empresários do PNBE, permanentemente comprometidos com o exercício da cidadania, se propõe a desenvolver. São iniciativas nas áreas política, econômica e social, profundamente motivadas pela convicção de que o esforço de democratização e redução das desigualdades no país ainda engatinha. Portanto, a mensagem que trazemos não é de paz, mas de luta. Queremos uma reforma que mude profundamente a face do Brasil, começando, necessariamente, dentro de cada um” (PNBE, 1993, p. 2).

Apresentado o PNBE, de que maneira o Ethos estaria intimamente relacionado com tal associação? Por meio do levantamento dos nomes dos coordenadores gerais do PNBE, no período de 1990 a 1997, realizado por Bianchi (2001), percebemos que há uma sobreposição entre os empresários mais ativos no âmbito do PNBE e os fundadores do Ethos. Assim, Oded

---

<sup>31</sup> Segundo Vogel (2005), embora os mais antigos exemplos de RSE datem da Inglaterra do século XIX, durante o século XX tal questão foi praticamente um fenômeno estadunidense. Este debate nos EUA remonta a década de 1950, com a publicação do livro de Howard R. Bowen, *Social Responsibilities of the Businessman* (1953). Este autor afirma que tal preponderância é reflexo, em parte, da dependência estadunidense das empresas no que diz respeito à distribuição de benefícios sociais, como pensões e planos de saúde, o que em outros países é feito, primordialmente, pelo Estado e, por outro lado, das estratégias de pressão sobre as empresas exercidas por movimentos contra a guerra do Vietnã (contra as empresas que produziam armas), pela promoção dos direitos civis (principalmente o movimento negro que pressionava as empresas por empregos e para que elas boicotassem o regime de apartheid sul-africano), das Igrejas Católicas e Protestantes que monitoravam as multinacionais americanas e dos acionistas que visavam politizar o gerenciamento das empresa. Logo, para Vogel (2005), o avanço do ideário da RSE como um movimento internacional a partir dos anos de 1990 pode ser compreendido como um ressurgimento deste.

Grajew, Sérgio Mindlim, Ricardo Young da Silva, Eduardo Capobianco, Emerson Kapaz e Helio Mattar, que foram coordenadores do PNBE, estiveram juntos na iniciativa de fundação do Ethos. Por sua vez, Guilherme Peirão Leal, um associado com participação mais discreta no PNBE, também contribuiu para consolidação do Instituto. Estes mesmos líderes empresariais vêm fundando e compondo coordenações e conselhos de outras instituições ligadas ao movimento de RSE no Brasil, tendo sido o PNBE fundamental para conformação deste movimento e, principalmente, do Ethos. Sendo assim, na seção seguinte abordaremos o contexto histórico no qual originou-se o PNBE.

### **1.1.1 OS ANOS 70 E 80: SOBRE AS MUDANÇAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS**

Ao longo dos anos de 1970 e 1980, o cenário internacional – marcado por uma grave crise econômica caracterizada pelo aumento da dívida externa e pela aceleração do processo inflacionário – vivenciou um processo de inflexão na história das sociedades capitalistas, principalmente das latino-americanas. Portanto, neste período os processos históricos de modernização capitalista em países como o Brasil – construídos por meio das estratégias nacional-desenvolvimentistas<sup>32</sup> - estavam sendo questionados e seus mais ferrenhos opositores buscavam decretar a falência do modelo de industrialização por substituição de importações e redefinir o papel do Estado em busca da retomada do desenvolvimento. Somando-se a essas dúvidas que pairavam sobre a capacidade de o estado desenvolvimentista responder à crise, a progressiva ascensão hegemônica da agenda neoliberal nos países de capitalismo avançado foi fundamental para a retomada, também por aqui, da crença na eficácia do livre jogo do mercado e na centralidade do interesse individual no âmbito da dinâmica econômica, o que reforçou a rejeição ao Estado ativo e intervencionista (DINIZ e BOSCHI, 2004).

Segundo Diniz e Boschi (2004), a afirmação e propagação desta orientação neoliberal foram amplamente difundidas pelos dirigentes e pela alta burocracia dos organismos

---

<sup>32</sup> O que caracteriza esse projeto desenvolvimentista é a transferência da iniciativa industrializante para o Estado. A presença de um Estado desenvolvimentista se deu praticamente em todos os países de industrialização tardia, guardadas as particularidades de cada um deles. Sobre o nacional-desenvolvimentismo latino-americano podemos dizer que este foi construído com bases nas reflexões teóricas produzidas no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), sobretudo, nos pensamentos dos economistas Raúl Prebisch e Celso Furtado. No Brasil, o intervencionismo estatal com vistas à expansão do potencial produtivo começou a ganhar impulso ainda durante o Estado Novo com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional. A partir do segundo governo de Vargas (1951-1954) tal projeto se fortaleceu com as fundações da Petrobrás e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Foi, entretanto, com o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubstchek (1956-1960) que a industrialização brasileira deu verdadeiramente um salto qualitativo (BIANCHI, 2001; FIORI, 1992).

multilaterais (notadamente o FMI e o Banco Mundial), que no decorrer dos anos 80 enfatizaram insistentemente a supremacia do mercado, em contraposição à deficiência do Estado. Já anos de 1990, tal visão pró-mercado se traduziria em um receituário homogêneo – que traria entre as suas prioridades a desregulamentação, a abertura econômica, a liberalização comercial e financeira e a reforma do Estado – consagrado durante o chamado Consenso de Washington<sup>33</sup> (1991). Em suma, para os orquestradores da virada neoliberal, a globalização implicaria a internacionalização das economias e o enfraquecimento dos Estados nacionais, ou seja, a conformação de um mundo sem fronteiras, cada vez mais integrado e homogêneo. Tal fato com certeza não ocorreu – na medida em que as assimetrias de poder entre os países e suas economias apenas se aprofundaram – mas o ideário neoliberal marcado pelo legado nefasto do jogo de soma zero (a dicotomia Estado *versus* mercado, Estado *versus* sociedade) conseguiu se disseminar. A caracterização do Estado e da sociedade como dois pólos opostos, isto é, o fortalecimento de um dos termos implicando necessariamente o enfraquecimento do outro, dominou durante algum tempo o cenário das reflexões sobre os modelos de desenvolvimento. Contudo, o fracasso das políticas neoliberais desmascarou a falsa dicotomia, abrindo espaço para a proposição de novas concepções de desenvolvimento, nas quais a relação Estado/sociedade é muito mais interdependente do que antagônica (EVANS, 1997).

No cenário nacional, o fim do chamado “milagre econômico” por volta de 1974 – período em que as taxas de crescimento econômico do Brasil alcançaram os maiores índices de sua história – deu início a crise econômica brasileira cujos principais sintomas foram o declínio da taxa de acumulação e a aceleração da inflação. Tal conjuntura combinou-se com a crise da economia mundial que se processava desde o início da década e atingiu seu ápice com o “choque do petróleo” dando também início a um período de intensa agitação política que favoreceria a renovação das formas de ação política por aqui.

Entre meados dos anos de 1970 e ao longo da década de 1980, mais precisamente no período de transição do regime militar para a ditadura (1974-1985), a sociedade brasileira como um todo experimentou novas formas de participação. O envolvimento da Igreja Católica – contrariando seu governismo secular – na organização popular, a emergência das associações de moradores de favelas e bairros de classe média e o surgimento das ONGs se

---

<sup>33</sup> Por meio de uma análise do conteúdo das políticas recomendadas pelo Consenso de Washington, o economista Chang (2004) nos mostra – com uma abordagem histórica das políticas desenvolvimentistas adotadas pelos países atualmente desenvolvidos – como as reformas neoliberais levam os países em desenvolvimento a criarem instituições e práticas econômicas que nada tem a ver com aquelas adotadas pelos países atualmente desenvolvidos quando buscavam se desenvolver. Assim, este autor tentou refutar a idéia, ostentada pelos teóricos e políticos neoclássicos, de que só há um caminho para o desenvolvimento.

colocavam como grandes esperanças de uma transformação da vida política<sup>34</sup>. Houve também neste momento uma grande renovação do sindicalismo brasileiro, caracterizada pelas greves que se iniciaram no ABC paulista no final da década de 1970, um amplo movimento contra a exploração do trabalho e a legislação repressiva, que ao atrelar sindicatos ao Estado dificultava a construção efetiva da representação dos trabalhadores. Ainda no final dos anos de 1970, o próprio sistema formal de representação política começava a sofrer mudanças com o fim do bipartidarismo artificial implantado pelo regime militar e o surgimento de novos partidos, inclusive o Partido dos Trabalhadores (FICO, 1999).

O período também se revelou transformador para as bases representativas do empresariado nacional, já que setores deste, a partir de meados dos anos de 1970, reagiram ao desgaste do modelo desenvolvimentista sustentado pelo governo militar, reação marcada em seus primórdios pela campanha contra a estatização<sup>35</sup> (BIANCHI, 2001). Com o aumento paulatino da instabilidade política e da total indecisão quanto ao futuro do regime militar, o conflito dentro da mais significativa das associações patronais no Brasil, a FIESP, refletia a postura bastante imprecisa do empresariado como um todo, que naquele momento tentava de forma ainda tímida, sem grandes rupturas, reforçar o seu poder de barganha frente ao governo federal. De acordo com Bianchi (2001), foi em meio a essas conturbações que se iniciou uma tentativa de formulação por parte de setores do empresariado de um novo projeto nacional, que começaria então a superar o patamar econômico-corporativo das reivindicações empresariais.

Foi também ao longo da “década perdida”, assim ficaram conhecidos os anos de 1980, que a estrutura corporativa oficial de representação do empresariado – montada ainda durante o primeiro Governo Vargas (1930-1945) e integrada pelos sindicatos, federações e confederações<sup>36</sup> - entrou definitivamente em crise. Seu sinal mais evidente foi a multiplicação

---

<sup>34</sup> Para o desenvolvimento desse novo tipo de participação foi essencial a volta dos exilados políticos após a campanha pela anistia de 1979. Fora do Brasil muitos deles tiveram a oportunidade de repensar sua experiência anterior e de conhecer novas modalidades de participação política, menos centrada no estado e mais voltada para a ação coletiva independente (FICO, 1999, pág.13). Para entender melhor a questão do florescimento do associativismo neste período ver: BOSCHI, R. A arte da associação: política de base e democracia no Brasil. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

<sup>35</sup> A campanha criticava o crescimento do aparato estatal e os excessos da intervenção deste, principalmente, nos setores de transportes, mineração, comunicação e siderurgia. Os empresários também questionavam a centralização excessiva de poder e a autonomia decisória que os tecnocratas responsáveis pela definição da política econômica haviam adquirido.

<sup>36</sup> Dentre as quais podemos citar algumas mais conhecidas: Confederação Nacional das Indústrias; Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Estas, a partir dos anos 50, passaram a funcionar paralelamente às associações setoriais que foram surgindo ao longo dos anos. Dentre as mais conhecidas estão a Abidib (Associação Brasileira das Indústrias de base), a Abinee (Associação Brasileira da Indústria Eletro-eletrônica) e a Anfavea (Associação Nacional da Indústria de Veículos Automotores).

de entidades empresariais<sup>37</sup> e as permanentes crises ocorridas nas antigas federações e confederações. Abaixo destacaremos três tipos diferentes de instituições representativas do empresariado, que surgiram nesse momento de crise da representação, na medida em que uma delas reuniu o grupo de empresários que, posteriormente, buscava consolidar a RSE no seio da classe empresarial brasileira (DINIZ e BOSCHI, 2004).

### **1.1.2 OS ANOS DE 1980: NOVAS INSTITUIÇÕES EMPRESARIAIS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO**

Dentre as novas entidades surgidas nos anos de 1980 no meio empresarial podemos sublinhar aqui o nascimento do Instituto Liberal, do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). Estas três instituições, de certa forma, se destacaram por sua vocação mais abrangente, articuladora de interesses mais amplos do que os tradicionalmente assumidos pelas instituições patronais.

O Instituto Liberal, criado em 1983, tem como objetivo divulgar a concepção de mundo liberal (ou neoliberal que começava a se delinear naquele momento), visando incutir na opinião pública, especialmente políticos, intelectuais e estudantes, uma visão positiva deste modelo de sociedade. Para isso, os líderes empresariais que compõem estas instituições formularam uma série de mecanismos de propagação dessas idéias, como revistas, panfletos, reuniões, congressos, conferências, traduções de clássicos da literatura liberal e outros<sup>38</sup>. O IEDI, por sua vez, criado em 23 de maio de 1989, representa um conjunto de interesses restritos à indústria e à política industrial. Importantes industriais, representando empresas e grupos de diversos ramos, principalmente as paulistas, mas não só, participaram da fundação dessa instituição e têm mantido nela destacada atuação.

Segundo Bianchi (2001), o PNBE difere profundamente das entidades acima mencionadas: “[...] porque ele almeja representar um setor do empresariado. Em segundo lugar, porque não é uma entidade voltada explicitamente para a elaboração de propostas ou

---

<sup>37</sup> Segundo Diniz e Boschi (2004), tal flexibilização das estruturas corporativas pode ser vista como uma certa “americanização” da representação dos interesses – seja no sentido de um maior pluralismo, seja pela adoção de táticas de lobby junto ao Congresso –, uma maior profissionalização das antigas e novas organizações e, sobretudo, uma crescente ênfase no caráter voluntário da ação coletiva.

<sup>38</sup> Sobre os Institutos Liberais ver: GROS, Denise. B. *Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre, 2003. 253 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

para a difusão de uma ideologia, mas uma associação de empresários com vistas à ação.<sup>39</sup>”. Tratou-se de uma tentativa de superação do abismo que separava "representantes" e "representados", portanto, uma tentativa de superar a crise de representatividade. Para os empresários que se aglutinavam no PNBE, o pequeno grupo de empresários que comandava a FIESP não conseguia naquele momento crucial, de redemocratização do país, de convocação da Assembléia Constituinte e do agravamento da crise econômica, com o fracasso do Plano Cruzado, formular uma plataforma empresarial que abrangesse todas as questões abordadas pela Constituinte. À época o Presidente da Fiesp, Luís Eulálio Bueno Vidigal, lançou um programa do empresariado para a Constituinte que dava conta apenas de questões referentes à iniciativa privada e às entidades patronais (BIANCHI, 2001).

Outro fator que impulsionou o nascimento do PNBE foi a baixa capacidade de representação do tradicional complexo de confederações e federações<sup>40</sup>. Para os líderes do PNBE havia na Fiesp um espaço muito limitado para a discussão da sociedade, pois discussões sobre a reforma agrária, a inflação, o sistema de governo a ser adotado nem entravam na pauta para o debate sobre o papel do empresário naquele momento fundamental da história do país. Sendo assim, se em um primeiro momento o PNBE tentou obter espaço dentro da FIESP – nascendo informalmente dentro dela em 1987<sup>41</sup> e com o objetivo de construir propostas a serem apresentadas pelos empresários à Assembléia Constituinte – as dificuldades encontradas pelo movimento levaram-no à institucionalização formal em 1990. Por sua origem claramente atrelada ao complexo industrial (FIESP/CIESP), tal movimento, naturalmente, manteve nos primeiros anos uma marcante presença de industriais. Contudo, contrariando a tendência inicial do movimento, ao longo dos anos de 1990, os empresários do setor de serviço passaram a ser predominantes nos quadros da entidade<sup>42</sup>.

---

<sup>39</sup> De fato, ao tentarmos articular um esforço comparativo entre os três movimentos destacados – ainda em seu início, no começo dos anos de 1990 – podemos perceber também que no caso do IEDI e do IL ocorre uma sobreposição das lideranças que as compõem com aquelas presentes nas antigas associações empresariais, como a FIESP. Por sua vez, o PNBE formava-se por meio da iniciativa majoritária de pequenos e médios empresários (Boschi e Diniz, 1992).

<sup>40</sup> Logo, o PNBE se fez em oposição à FIESP e também à CNI. Como bem frisou Bianchi (2001), uma oposição contra as restrições à participação democrática naquelas entidades, o que pode ser identificado na tentativa pela cúpula da Fiesp, ao final dos anos 80, de transformar as eleições diretas do Ciesp em um sistema de colégio eleitoral, ou seja, na institucionalização do voto indireto, indo na contramão das reformas democráticas que vivia o país naquele momento.

<sup>41</sup> Vejamos nas palavras de Bianchi (2001, p.53) o impacto causado pelo nascimento do PNBE: “No início do mês de junho de 1987, cerca de 2600 empresários compareceram ao Anhembi, em São Paulo, para participar de uma audiência pública com o então ministro da fazenda Luís Carlos Bresser Pereira. A reunião foi convocada com o objetivo de debater as propostas a serem apresentadas pelos empresários à Assembléia Constituinte. Manifestação como essa no meio empresarial nunca tinha sido vista. Ainda mais que a reunião havia sido convocada por algumas jovens lideranças, cujos nomes só eram até então conhecidos por aqueles que acompanhavam o dia-a-dia dos sindicatos patronais”.

<sup>42</sup> Emerson Kapaz, em entrevista realizada por Bianchi (2001), afirmou que a predominância do setor de serviços no PNBE ocorrera devido ao próprio crescimento deste tipo de atividade nas economias brasileira e mundial.

O PNBE, principalmente na primeira metade dos anos de 1990, destacou-se pela defesa da cidadania – manteve um discurso marcado pela tentativa de construção de uma “democracia social” no Brasil – animando seus membros a se envolverem em projetos concretos de intervenção social. De fato, o que pretendiam os líderes daquele movimento era demonstrar que havia soluções para os graves problemas que assolavam o país (GOMES, 2007). Nesse sentido, podemos afirmar que elementos fundamentais do ideário da RSE estiveram constantemente presentes no discurso daquela entidade. Buscaremos identificar tais questões a seguir, por meio de uma exposição mais profunda da trajetória do PNBE, dividida em duas frentes de ação: a primeira pautada no discurso político-econômico da entidade e a segunda voltada para o discurso e para as ações sociais dela.

## **1.2 A TRAJETÓRIA DO PNBE: O DISCURSO POLÍTICO-ECONÔMICO**

As primeiras ações do PNBE, quando este ainda não havia se institucionalizado como uma associação independente da Fiesp, estiveram concentradas na luta pelo controle da inflação sem efeitos regressivos e contra as várias políticas econômicas de choque. Assim, este grupo de empresários adotava um discurso bastante progressista para época, já que reclamava por políticas que impulsionassem o desenvolvimento sem penalizar os trabalhadores. Em entrevista ao Globo, em 10/06/1990, Emerson Kapaz, um dos líderes do movimento, demonstrou bem a postura do PNBE no que dizia respeito ao controle da inflação e à relação entre capital e trabalho: “Os aumentos salariais não podem ser repassados aos preços: devem resultar de aumento da produtividade ou representar distribuição de lucro”. Tal reportagem cuja autora foi Heloísa Arraes ainda destacava que o PNBE defendia a aproximação entre capital e trabalho como a única forma produtiva de se resolver impasses. No Diário Comércio Indústria e Serviço, de 06/07/1990, o caráter democrático do movimento foi ressaltado:

“Contrário à tese de representação única e aos modelos corporativos e ditatoriais, o PNBE pretende passar aos associados uma visão de sociedade mais integrada e menos conservadora, relacionando-se de igual para igual com todos os segmentos da nação através da negociação até a “exaustão” de todas as questões relevantes de interesse do país [...] ‘Entendemos que todos esses problemas são interdependentes e devem ser solucionados de forma consensual’, declarou Grajew”.

Tendo em vista tais colocações ainda se faz necessário afirmar que o PNBE foi um dos principais incentivadores das negociações tripartites – entre os representantes dos trabalhadores, os representantes do empresariado e os representantes do governo – com vistas à constituição de um pacto social, uma clara opção pelo entendimento nacional (BIANCHI, 2001). O fato de esta associação ter proposto um pacto social, deixou claro que, em seus primeiros anos, ela tentava consolidar um projeto nacional de desenvolvimento baseado em algumas sociais-democracias européias, onde o Estado, frações do empresariado e frações dos trabalhadores historicamente decidiram sobre as estratégias de crescimento, incluindo entre esses objetivos a ampliação da proteção social de suas populações (FIORI, 1992).

A postura social-democrata da referida associação despontou quando do fracasso do Plano Cruzado que, segundo Oded Grajew, outro importante líder do movimento, esteve nas raízes do nascimento do PNBE e tornou explícita a necessidade de uma mudança de atitude por parte dos empresários<sup>43</sup>. Tal mudança veio logo em 1988, quando Grajew e Emerson Kapaz acompanhados dos sindicalistas Luís Antônio Medeiros e Gilmar Carneiro viajaram a Israel para conhecer de perto uma experiência bem-sucedida de controle da inflação (GOMES, 2007; PNBE, 1993). Vejamos o que disse Grajew acerca desta experiência: “Organizamos uma viagem a Israel em 1988, convidando empresários e trabalhadores, e descobrimos que o plano econômico lá só deu certo porque a equipe econômica gastou 95% do seu tempo conquistando a credibilidade da população” (PNBE, 1993, p. 3).

As iniciativas do PNBE pautavam-se, então, pela preocupação de tornar nossa emergente democracia em um sistema mais transparente e representativo. Neste sentido, os empresários daquela entidade combatiam, frequentemente, atitudes antidemocráticas e inconstitucionais, como a concessão do quinto ano de governo a Sarney. Já em 1989, a entidade destacou-se também por ter sido pioneira na instalação de audiências públicas com os candidatos à presidência da república (fato que continuaria a se repetir nas ocasiões de eleição para outras instâncias governamentais)<sup>44</sup>, em contraposição às audiências privadas realizadas pela Fiesp e pela CNI, nas quais só as elites tinham acesso aos candidatos. Oded Grajew definiu bem a postura elitista da Fiesp em suas relações com a sociedade e o Estado

---

<sup>43</sup> Oded Grajew explicou da seguinte forma o fracasso do Plano Cruzado: “Percebemos então que qualquer plano poderia dar certo ou errado não só pelos aspectos técnicos, mas também pela sua condução e pelo grau de adesão da sociedade”. Ou seja, para ele havia faltado mais diálogo para que se estabelecesse um consenso em relação ao Plano (PNBE, 1993, p. 3).

<sup>44</sup> Podemos perceber a participação dos candidatos à presidência (Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso) em 1994 nos debates ocorridos na sede do PNBE, em São Paulo (PNBE, 1993, p. 9 e PNBE, 1994, p. 12). Na mesma época, Luiza Erundina, que se candidatava ao Senado, também esteve no PNBE para debater sobre suas propostas políticas (PNBE, 1994, p. 16).

na seguinte frase: “A atuação da Fiesp é sempre elitista. As conversas com autoridades são sempre feitas a nível de personalidades, de grandes empresas, de sindicatos, de favores pessoais, de marcação de audiências privadas, etc” (BIANCHI, 2001).

Durante o governo Collor, convocado a contribuir para a superação do congelamento da economia, o PNBE continuou a acreditar na abordagem tripartite, fato que deu origem às câmaras setoriais<sup>45</sup>. Além da elaboração do movimento Opção Brasil<sup>46</sup> e do Fórum Paulista de Desenvolvimento<sup>47</sup>, em 1991, o PNBE capitaneou o primeiro “entendimento nacional” multiclassista de nossa história que não seguiu adiante por oposição governamental. Os jornais da época destacaram as diversas tentativas daquela associação em promover negociações em prol da resolução da crise e de consolidar um novo modelo democrático de formulação de políticas. A reportagem do jornal A Tarde, de 15 de maio de 1990, noticiava o acordo entre o PNBE, a CGT, a CUT e outras centrais sindicais, no qual os empresários daquela entidade se comprometeram a não demitir ou reduzir a jornada de trabalho. No dia seguinte, o jornal Gazeta destacou o termo de compromisso assinado entre o PNBE, a CUT e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo que visava inovar as relações entre capital e trabalho, por meio do estreitamento das negociações e do aumento da transparência destas. Mesmo com o passar dos anos o PNBE continuou tentando promover este tipo de saída negociada, o que pode ser verificado com a criação do Fórum capital/trabalho, um dos grupos de trabalho incentivados pelo PNBE, composto pela CGT, CUT, Força Sindical, Fiesp, CNT e outras entidades (PNBE, 1993, p. 3 e PNBE, 1995, p. 6).

Em 1992, tal entidade participou do movimento de *impeachment* de Collor juntamente com a OAB e outras instituições da sociedade civil. Foi no âmbito da primeira manifestação de rua pela renúncia de Collor, ocorrida em São Paulo, que surgiu o Movimento pela Ética na Política (PNBE, 1993, p. 3 e GOMES, 2007, 175).

A crítica do PNBE aos grandes empresários foi uma constante. As grandes empreiteiras, os bancos e as oligarquias regionais eram vistos como algozes do restante da população, inclusive dos pequenos e médios empresários que eram maioria na entidade

---

<sup>45</sup> Ao legitimar o trabalhador sindicalizado como interlocutor, o mecanismo em que se baseou o funcionamento das câmaras setoriais rompia com a relação diádica e excludente da tradição corporativa brasileira, buscando eliminar os acertos diretos entre grandes empresários e governo. Apesar do sucesso relativo de tal experiência no setor automotivo, este modelo de representação não obteve os mesmos resultados em outros setores, já que a ausência de interlocutores reconhecidos de forma mais abrangente pelo conjunto das classes empresariais e trabalhadoras e a dificuldade de coordenação por parte do governo não possibilitou que os pactos articulados pelas lideranças fossem acatados (DINIZ e BOSCHI, 2004).

<sup>46</sup> Era um fórum permanente de reflexão, ação e pressão para restabelecer a confiança dos brasileiros no futuro do país (GOMES, 2007).

<sup>47</sup> Este fórum reuniu cerca de 200 empresários voltados para estabelecer uma agenda de negociação para o entendimento nacional (GOMES, 2007).

(BIANCHI, 2001). Na primeira edição, em abril de 1993, do periódico publicado pela associação, o *Pensamento Empresarial*, um trecho do texto presente no editorial explicita a crítica que o PNBE animava contra os setores mais poderosos do empresariado nacional:

“Se, enquanto empresários, assumirmos nossa parte, será preciso recuperar nossa condição original de produtores de bens e serviços, renunciando à falsa aspiração de financistas. O lucro é bom, não como fim, mas apenas para produzir mais e melhor. Somos empreendedores, artesãos e não usurários” (PNBE, 1993, p. 2).

Ao analisarmos as primeiras edições do *Pensamento Empresarial* veremos que a questão da sonegação de impostos foi uma preocupação constante na entidade. Já na primeira edição, a reforma tributária, com seus temas correlatos, (sonegação, extrema burocratização e imensa carga tributária) ganhava destaque e a principal polêmica debatida era a questão do imposto único. Além disso, nesta mesma edição, aparece uma interessante crítica à maneira como eram aprovados os orçamentos no Brasil e um debate bastante profícuo sobre o orçamento participativo, que mencionava algumas cidades no exterior nas quais este tipo de experiência dera certo (PNBE, 1993, p. 6-7). De fato, ao abordar estas temáticas o PNBE apontava para dois pontos centrais do seu discurso: a melhoria da eficiência do Estado e a constituição de instrumentos de participação democrática (de controle social). É importante ressaltar que estes dois elementos são também intrínsecos à retórica e às ações de RSE promovidas pelo Ethos.

Uma importante contribuição do PNBE para o aumento da eficiência estatal foi a proposição da campanha “Peça a nota fiscal e ganhe um país”, que nasceu dentro daquela associação e foi encaminhada ao Ministro da Fazenda, à época, Fernando Henrique Cardoso, que resolveu levá-la adiante. Esta campanha foi um ótimo exemplo do tipo de participação democrática que o PNBE defendia, já que promoção dela envolveu uma série de reuniões entre os representantes do PNBE e os representantes do Ministério da fazenda e da Receita Federal e ainda contou com o apoio da agência de publicidade DM-9 que desenvolveu a campanha gratuitamente. Em contrapartida, os empresários da entidade solicitaram ao governo a diminuição correspondente das alíquotas de impostos. Esta sim, uma demanda freqüente do empresariado brasileiro (PNBE, 1994, p. 15).

O apoio a movimentos contra a corrupção e pela ética na política foi outra bandeira importante do PNBE (PNBE, 1993, p. 3 e PNBE, 1993, p. 20). A divulgação de movimentos como o Voto Consciente e o Ação pela Responsabilidade Política pode ser vista como um explícito apoio da instituição à cobrança popular por uma política pautada pela ética. Outros

mecanismos utilizados por tal associação foram os protestos mais explícitos contra as fraudes no governo. Por exemplo, no caso da suspeita de violação do painel eletrônico pelos senadores Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda no processo de Estevão, ocorrido em 2001, o PNBE enviou um cartão em forma de pizza a cada um dos 81 senadores em protesto contra as manobras orquestradas para não se investigar os suspeitos (GOMES, 2007).

Quanto ao debate sobre as reformas neoliberais, o PNBE procurou, ao menos nos primeiros anos, manter uma distância em relação àquele receituário. As críticas ao neoliberalismo variavam no interior da entidade, ou seja, de empresário para empresário, mas de certa forma havia um consenso acerca da importância dos mecanismos de mercado. Segundo o projeto do PNBE para o Brasil, lançado em setembro de 1994, a economia deveria se pautar primordialmente pelo setor privado, dentro das regras de livre concorrência, com a salvaguarda de uma clara e eficaz legislação contra os abusos do poder econômico. O Estado, por sua vez, assumiria um papel normativo e mediador. Porém, durante a fase de transição de uma economia marcada pelo protecionismo estatal para uma mais aberta ao comércio internacional, os esforços estatais deveriam ser intensificados com vistas a incorporar ao sistema produtivo as parcelas da população até então excluídas (PNBE, 1994, p 12-13). Nesse sentido, tanto com relação às privatizações (que para os empresários do PNBE deveriam ocorrer, mas de um modo diferente de como estavam sendo conduzidas) quanto no que se referia à abertura econômica (que não deveria significar uma abertura a qualquer custo, como estava ocorrendo durante o governo Collor) a entidade mantinha um apoio crítico (BIANCHI, 2001).

O interessante é perceber que esse apoio crítico às reformas em prol do mercado era reflexo das divergências políticas no interior da própria associação. Assim, enquanto para Alberto MacDowell Figueiredo deveria existir uma aliança entre uma política de distribuição de renda e as políticas de combate à inflação e enxugamento do Estado (com aceleração dos processos de privatização) para Paulo Anthero Barbosa, o Estado deveria assumir um papel distributivo e moderador, privilegiando questões como a reforma agrária em detrimento de questões secundárias, como as privatizações (PNBE, 1994, p. 6).

No contexto de implementação do Plano Real, o PNBE manteve-se apoiando criticamente, já que as perdas salariais eram uma das preocupações da associação<sup>48</sup>. As

---

<sup>48</sup> Uma das vozes mais críticas no PNBE aos resultados do Plano real até o final de 1994 era a de Oded Grajew, que ao criticar as excessivas preocupações com o equilíbrio das contas públicas alertava para o perigo dos contínuos cortes de verbas

seguintes afirmações de Kapaz representam bem a postura da entidade naquele momento: “seria necessário que os salários saíssem ganhando, dando credibilidade ao novo [...] não pode haver plano econômico defensável que cristalice a miséria” (GOMES, 2007). Aos poucos a entidade assumiu uma postura mais a favor do Plano, o que ajudou a impulsionar, dentro daquela associação, a candidatura de Fernando Henrique Cardoso<sup>49</sup> à presidência da República.

O apoio de boa parte dos empresários do PNBE ao governo de Cardoso, a partir de 1995, levaria à aproximação da associação com o ideário neoliberal, já que as propostas redistributivas foram cedendo espaço à defesa das reformas preconizadas pelo Consenso de Washington<sup>50</sup>. Assim, posições mais à esquerda como as defendidas por Paulo Anthero Barbosa, Gisela Gorovitz, Jorge Luis Abrahão e Oded Grajew<sup>51</sup> foram rechaçadas, o que acabou se confirmando com a vitória de Salo Seibel sobre Paulo Anthero Barbosa na disputa eleitoral para coordenador geral da entidade. Definitivamente, o fato de a maioria dos associados ter apoiado o governo do PSDB levou a instituição para uma crise identitária – marcada pelo abandono de suas proposições mais progressistas no âmbito da política e, em parte, pela diminuição de sua capacidade crítica – já que ela estava perdendo seu caráter oposicionista ao iniciar uma aproximação com o novo governo<sup>52</sup>. Foi neste contexto que muitos dos “oposicionistas” afastaram-se da entidade, retirando-a de suas prioridades

---

da Educação e da Saúde, responsáveis diretos pelo aumento da precarização das condições de vida das camadas mais pobres da população (PNBE, 1994, p. 16).

<sup>49</sup>As primeiras pesquisas de sondagem dos votos ocorridas dentro do PNBE apontavam para uma tranqüila vitória de Cardoso, contudo a aliança do PSDB com o PFL quase deslegitimou a candidatura do então ministro da fazenda no interior do grupo. Em audiência pública realizada na entidade, o empresário Paulo Anthero, muito ativo no PNBE, afirmava que era necessário rejeitar formalmente aquela aliança (BIANCHI, 2001. 144). Em reunião na sede do PNBE, Antônio Carlos Magalhães, à época Governador da Bahia, procurou minimizar as críticas à aliança do seu partido, o PFL, com o PSDB dizendo: “A massa não liga para ideologia” (PNBE, 1994, p. 9).

<sup>50</sup> Em pesquisa realizada entre os associados do PNBE as notas atribuídas ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro da fazenda Pedro Malan foram, respectivamente, 6,7 e 6,6. No geral, o desempenho do governo foi avaliado como satisfatório. Dentre as propostas dos empresários do PNBE para o ano de 1996 figuravam algumas daquelas preconizadas pelo Consenso de Washington, como as reformas administrativa, fiscal e tributária e a aceleração das privatizações. Além destas, a diminuição dos juros e o estabelecimento de uma política industrial (tal política, obviamente, era solicitada por empresários um tanto avessos ao ideário neoliberal, já que aos olhos dos seguidores da economia neoclássica este tema parecia algo ultrapassado) também faziam parte das demandas empresariais para aquele ano (PNBE, 1996, p. 4).

<sup>51</sup> Oded Grajew acompanhado por outros empresários associados ao PNBE, dentre eles Gisela Gorovitz e Jorge Luis Abrahão, em 1995, tentaram institucionalizar o apoio empresarial a Lula através da conformação de outra associação empresarial denominada Associação Brasileira de Empresários pela cidadania (CIVES) (GOMES, 2007). As ferrenhas críticas de Paulo Anthero Barbosa à política macroeconômica do Governo de Cardoso referiam-se, principalmente, a falta de incentivos à indústria e à preocupação unilateral com o controle da inflação. Para Hélio Mattar a falta de uma política industrial também foi o maior problema do primeiro ano de governo de Cardoso (PNBE, 1996, p. 6).

<sup>52</sup> Em 1995, Pedro Camargo Neto, à época 1º coordenador do PNBE, negou que a entidade tivesse se tornado “governo”, afirmando: “Mantemos a nossa distância e independência, apesar da afinidade de princípios e do apoio a projetos específicos”. Mas como podemos perceber reconheceu a proximidade da entidade com o Governo Fernando Henrique (PNBE, 1995, p. 8).

peçoais. Oded Grajew, por exemplo, passou a dedicar-se à Fundação Abrinq e à Cives<sup>53</sup>. Por seu turno, outros voltaram-se para seus negócios particulares (BIANCHI, 2001).

### 1.2.1 A TRAJETÓRIA DO PNBE: O DISCURSO SOCIAL

Na busca por uma maior visibilidade política no cenário nacional, o PNBE tentou demonstrar que havia reais alternativas para a transformação da difícil realidade brasileira. Para tanto, os seus associados entendiam a intervenção social, a ação direta em relação a grupos carentes e às questões latentes na sociedade (como a violência urbana, por exemplo), como um exercício empresarial de cidadania. Por exemplo, através do Grupo de Meio Ambiente, coordenado por Sandra Sinico e criado ainda em 1991, o PNBE mostrou-se preocupado com a separação do lixo, a racionalização do uso de energia e com questões mais amplas, como a limpeza do rio Tietê (GOMES, 2007 e PNBE, 1993, p.3).

Tal entidade, em 1993, mantinha outros grupos de trabalho para analisar questões sociais consideradas relevantes à época. Tais grupos tratavam dos seguintes assuntos: Democracia e cidadania; Relações internacionais; Fórum Cidade de São Paulo; Fórum capital-trabalho; Articulação Política e Direito Econômico (PNBE, 1993, p.3). Com isso, podemos perceber a formação de uma liderança empresarial voltada para a discussão de um projeto de construção social bem definido pelas seguintes colocações de Kapaz, ao falar do nascimento do PNBE: “Achamos que era necessário um pensamento político-empresarial para discutir não só os problemas da empresa, mas de meio-ambiente, crise social e miséria.” (PNBE, 1993, p.3).

Em 1995, a educadora Célia Tilkian e alguns empresários do PNBE, ou ligados a ele, constituíram o Grupo de Trabalho em Educação. Tal Grupo deu origem ao projeto “Cooperação empresa/escola”, que previa adoção de escolas públicas por empresas, visando o fornecimento de recursos para a reforma dos prédios e a substituição de equipamento, o oferecimento de cursos de reciclagem para professores, a criação de hortas, a compra de livros e a desburocratização da administração (PNBE, 1993, 4-6). Aqui, a questão das ações para a comunidade – caracterizadas com essa nomenclatura pela retórica da RSE – torna-se

---

<sup>53</sup> A Associação Brasileira de Empresários pela cidadania (CIVES) foi criada, em 1995, por empresários interessados em aprofundar o diálogo entre o empresariado e o Partido dos Trabalhadores (PT). Tal associação teve origem a partir do mesmo grupo de empresários que durante a campanha de Lula da Silva do PT à presidência da República, em 1994, criou o Comitê Empresarial Lula Presidente. Tanto durante a campanha quanto no âmbito de atuação da Cives Oded Grajew se destacou como o empresário mais atuante. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1672> . Acesso em: 18/11/09.

mais explícita, na medida em que os empresários neste projeto colocam-se como agentes de intervenção social por meio de suas empresas. Lembremos que a diferença retórica existentes entre o PNBE em seus primeiros anos, cujo discurso estava voltado para a conformação de “empresários cidadãos”, e o Ethos, o qual se volta para a conformação de “empresas cidadãs”, está mais pautada no enfoque do que pelo conteúdo.

No âmbito das iniciativas de sociais ou comunitárias, o PNBE criou uma escola – a Escola PNBE de Cidadania – que visava despertar nos empresários o interesse por questões cruciais na sociedade brasileira. Um “cidadão-empresário” deveria se preocupar com a educação, com a ética, com a ecologia e também com distribuição de renda. Portanto, esta escola surgia como um ambiente de debate e estudos sobre a relação do empresário com a sociedade e a cidadania. Contudo, esse projeto encerrou-se precocemente. Ainda no plano do desenvolvimento da cidadania, o PNBE criou, em 1992, o Prêmio PNBE de cidadania que todos os anos premia quatro pessoas ou entidades que tenham se destacado na luta pela defesa dos direitos humanos. Este prêmio ainda vigora dentro da instituição (PNBE, 1994, p. 18-19).

Outro projeto social idealizado pelo PNBE, no âmbito do Grupo de Ações Contra a Fome, foi o Minha Rua Minha Casa (MRMC). Enquanto uma parceria entre o PNBE e a Organização do Auxílio Fraternal (OAF), esse projeto propôs a criação de centros de convivência para resgatar a cidadania do morador de rua. Em tais centros, os moradores de rua contariam com uma série de serviços, como cofre-documento, banheiros, postos de enfermagem, telefone, quadras de lazer e outros. Posteriormente, o MRMC virou uma ONG independente (PNBE, 1994, p.16 e PNBE, 1995, p. 4)<sup>54</sup>.

Por último, com a eleição de Ricardo Young para a coordenação do PNBE e a implantação, em 1996, do Instituto PNBE de Desenvolvimento Social (IPNBE)<sup>55</sup> – braço social do PNBE mais especificamente voltado para gerir ações nos âmbitos da educação escolar, do empreendedorismo e do fomento ao emprego e à renda – marcaram o período de transição de um perfil no qual a entidade estava centrada no empresário-cidadão, buscando intervir nos rumos da política nacional, para o atual mais centrado na empresa. A partir desse momento, tal associação passou a viver intensos conflitos políticos, já destacados anteriormente, o que gerou o seu esvaziamento e a pulverização de seus ideais em novas entidades ligadas a RSE, fortalecendo o movimento no país. Por hora é importante afirmar

---

<sup>54</sup> Disponível em: <http://www.minharuaminhacasa.hpg.ig.com.br/>. Acesso em: 18/09/09

<sup>55</sup> A idéia de implantação do Instituto PNBE de Desenvolvimento Social nasceu ao final de 1995, quando o Grupo de Trabalho de Educação resolveu se expandir e transformar-se em um instituto com ações mais abrangentes (PNBE, 1996, p. 8).

que o PNBE não falhou em relação ao seu objetivo principal, ou seja, dar a seus filiados maior capacidade de representação e isto definitivamente se deu ao longo do governo de Cardoso. Na Fiesp, o apoio do PNBE foi fundamental para que Horácio Piva Lafer chegasse à presidência da entidade. No que concerne aos seus membros, o que é ainda mais notável, alguns deles chegaram a ocupar importantes cargos nos governos federal e estadual. Assim, Emerson Kapaz foi nomeado secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo no Governo Mário Covas<sup>56</sup>. Alberto Mac Dowell e Hugo Marques da Rosa também participaram do mesmo Governo, tornado-se diretor de recursos humanos da Nossa Caixa Nosso Banco e secretário de recursos hídricos de São Paulo, respectivamente. Por último, Hélio Mattar, um dos empresários mais ativos do PNBE enquanto fora membro deste, se tornou secretário de política industrial do Ministério do Desenvolvimento entre 1999 e 2000 (PNBE, 1995, p. 8; GOMES, 2007) Logo, a partir de 1996 ocorreu uma nítida pacificação da entidade, uma conservadorização do seu discurso (BIANCHI, 2001). E podemos perceber que foi só quando o PNBE se pacificou que este caiu nas graças do Estado.

A seguir nos debruçaremos, então, sobre a relação existente entre a formação de uma liderança empresarial constituída pelos integrantes do PNBE e a ascensão de um discurso empresarial permeado pela retórica da responsabilidade social.

### **1.3 A CONSOLIDAÇÃO DO MOVIMENTO DE RSE NO BRASIL:**

Acreditamos que a formação de uma nova liderança empresarial – transformada pelo conflito no mundo empresarial entre práticas políticas distintivas, amalgamadas no âmbito do PNBE e aquelas concepções incorporadas pelas entidades corporativas oficiais ao longo de sua história (BOURDIEU, 2009) – tenha sido capaz de gerar expansão de um discurso empresarial permeado pela retórica da responsabilidade social, e que vem se consolidando através da institucionalização de organizações como o Instituto Ethos.

Pelas proporções que poderiam tomar esta apresentação, nos conteremos em trabalhar aqui apenas com os empresários que ocuparam cargos na coordenação geral no PNBE e com outros poucos que se destacaram por compor diversas ONGS. Tal abordagem tem por

---

<sup>56</sup> Posteriormente, ele se elegeria deputado federal pelo PSDB.

objetivo demonstrar que um grupo restrito de líderes empresariais<sup>57</sup>, em sua maioria fundadores do PNBE, vem fundando e compondo coordenações e conselhos de outras instituições ligadas ao movimento da RSE na tentativa de instituí-lo e consolidá-lo.

Um dos casos mais explícitos e importantes é o da Fundação Abrinq<sup>58</sup>. Dela fazem parte ou já fizeram os seguintes empresários (ex-membros do PNBE): Sérgio Mindlin, Helio Mattar, Guilherme Peirão Leal, Oded Grajew e Emerson Kapaz. Além disso, para Agüero (2005) tal entidade teve um papel fundamental na consolidação da RSE no Brasil, pois foi no período de afastamento de alguns membros importantes do PNBE (principalmente Oded Grajew, Emerson Kapaz e Hélio Mattar) e de maior dedicação deles a tal Fundação que um pequeno grupo ligado a ela, interessado em conhecer o movimento de responsabilidade social nos Estado Unidos e na Europa, se aproximou da Business for Social Responsibility (BSR) – organização líder em RSE nos EUA – e da ONG empresarial Social Ventures Network (SVN)<sup>59</sup>, o que acarretaria logo depois na fundação do Instituto Ethos, em 1998.

Quanto ao Instituto Ethos, dentre os onze componentes atuais do seu Conselho Deliberativo, sete deles compuseram o PNBE e cinco foram coordenadores gerais desta entidade. Estes são: Oded Grajew (ex-presidente do Conselho Deliberativo), Sérgio Mindlin (atual presidente do Conselho Deliberativo), Helio Mattar, Ricardo Young da Silva (atual presidente do Ethos), Eduardo Ribeiro Capobianco, Guilherme Peirão Leal e Jorge Luis Numa Abrahão. Atualmente, Vilma Peramezza, componente da coordenação nacional do PNBE, é membro do conselho fiscal do ETHOS<sup>60</sup>.

A recorrência destacada acima ocorre novamente entre ex-membros do PNBE e os conselheiros do Instituto AKATU – o fato de este ter sido criado no âmbito do Instituto Ethos ajuda a explicar esta convergência – que está voltado para a defesa de um consumo consciente e responsável, mantendo ações alinhadas ao discurso de defesa do consumidor que tem sido efetivamente apropriado pela retórica da responsabilidade social. Os empresários que compuseram o PNBE e compõem atualmente o AKATU são os seguintes: Oded Grajew,

---

<sup>57</sup> Nenhum deles compõe atualmente o quadro de associados do PNBE.

<sup>58</sup> Instituição sem fins lucrativos, criada em 1990, a partir da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos, com o objetivo de mobilizar a sociedade para questões relacionadas aos direitos da infância e da adolescência Disponível em: [www.fundabrinq.org.br](http://www.fundabrinq.org.br). Acesso em: 29/08/09.

<sup>59</sup> Tal ONG atuou como intermediária entre a experiência da BSR e várias organizações “socialmente responsáveis” da América Latina (GOMES, 2007, p.181).

<sup>60</sup> Disponível em: [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br); [www.pnbe.org.br](http://www.pnbe.org.br). Acesso em: 29/08/09.

Eduardo Capobianco, Ricardo Young da Silva, Sérgio Ephim Mindlin, Helio Mattar, Ricardo Vacaro e Eduardo Schubert<sup>61</sup>.

Ainda em 2003, por iniciativa de Emerson Kapaz, nasceu o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO). Este Instituto congrega empresas e entidades empresariais não governamentais com o objetivo de promover a melhoria no ambiente de negócios e estimular ações que evitem desequilíbrios concorrenciais causados por evasão fiscal, informalidade, falsificação e outros desvios de conduta. Numa visão mais ampla, o que pretende é conscientizar a sociedade sobre os malefícios sociais de práticas não éticas e seus reflexos negativos para o crescimento do país. Podemos perceber aqui uma bandeira levantada pelo PNBE ainda no começo da década de 1990, quando este combatia a sonegação de impostos (GOMES, 2007)<sup>62</sup>.

A iniciativa mais recente de um dos ex-membros do PNBE foi a consolidação do Movimento Nossa São Paulo, em 2007. Esta é mais uma entidade liderada por Oded Grajew e da qual o Ethos enquanto instituição também participa. Este movimento nasceu partir da percepção de que a atividade política no Brasil, as instituições públicas e a democracia estão com a credibilidade abalada perante a população. Assim, pauta-se pela necessidade de promover iniciativas que possam recuperar para a sociedade os valores do desenvolvimento sustentável, da ética e da democracia participativa. Ele também agrega entidades empresariais e organizações não-governamentais<sup>63</sup>.

Quanto a Grajew, figura realmente marcante no âmbito dos movimentos sociais brasileiros a partir da década de 1990, ainda é necessário afirmar que foi ele – com o apoio de Francisco Withaker e do jornalista francês Bernard Cassen – um dos idealizadores do Fórum Social Mundial<sup>64</sup>. Este movimento é um espaço internacional para a reflexão e organização de todos os que se contrapõem à globalização neoliberal e estão construindo alternativas para favorecer o desenvolvimento humano e buscar a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais. O Fórum Social Mundial (FSM) se reuniu pela

---

<sup>61</sup> Dentre os empresários em destaque apenas Capobianco e Schubert não compõem o conselho deliberativo do Instituto Akatu. Estes compõem os conselhos consultivo e fiscal, respectivamente. Disponível em: [www.akatu.com.br](http://www.akatu.com.br). Acesso em: 01/09/09.

<sup>62</sup> Disponível em: <http://www.etc.org.br/texto.php?SiglaMenu=QSM>. Acesso em: 10/10/09.

<sup>63</sup> Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/porta/quem>. Acesso em: 10/10/09.

<sup>64</sup> Withaker, Francisco. Fórum Social Mundial: origens e objetivos. Disponível em: [http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=origem\\_fsm\\_por](http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=origem_fsm_por). Acesso em 30/08/09.

primeira vez na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, entre 25 e 30 de janeiro de 2001, com o objetivo de se contrapor ao Fórum Econômico Mundial de Davos<sup>65</sup>.

O fato de muitos dos líderes do PNBE, mesmo após saírem daquela associação, terem mantido uma ação prática distintiva no âmbito da sociedade civil – mais precisamente a defesa de uma postura “socialmente responsável” à frente de ONGS – é realmente notável. Isto nos faz refletir sobre as práticas instituídas no âmbito do PNBE, que talvez tenham contribuído para a conformação de uma nova fração de classe burguesa, que se caracteriza mais pelos seus discursos políticos e intelectuais, mais pela sua postura ativa e pelas posições estratégicas que ocupa dentro da política do que pelo seu sucesso no mundo empresarial, propriamente dito. A seguinte afirmação de Bianchi (2001) ilustra bem o que estamos querendo dizer: “Os industriais que criaram o PNBE destacavam-se, com notáveis exceções, mais pelo papel ativo nas associações e sindicatos empresariais do que pelo volume de seus negócios<sup>66</sup>”.

Essa prática distintiva a que se tem denominado “socialmente responsável” foi configurada ao longo da trajetória do PNBE, mas a inserção política dos líderes deste movimento começou anteriormente e foi o encontro destas trajetórias políticas, que obviamente gerou um movimento à época tão singular quanto o PNBE. De fato, antes do nascimento do PNBE foi bastante expressiva a presença de seus futuros líderes em funções dentro de associações setoriais e também na própria FIESP. Vejamos alguns exemplos: por volta de 1987, época em que se deu o ato de nascimento do PNBE no interior da FIESP, Kapaz era presidente do Sindicato das Indústrias de Instrumentos Musicais e Brinquedos do

---

<sup>65</sup> Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/>. Acesso em 31/08/09.

<sup>66</sup> Uma análise geral dos currículos de dois dos principais líderes do PNBE (e fundadores do Ethos e do Akatu) nos confirma as colocações feitas acima: Oded Grajew, no mundo empresarial propriamente dito, fundou com amigos, em 1972, a empresa GROW Jogos e Brinquedos, dedicada a desenvolver os chamados “jogos inteligentes” para adolescentes e adultos. Deixou as funções executivas da empresa em 1988 e vendeu sua parte no negócio, retirando-se definitivamente deste, em 1993. No âmbito das entidades representativas do setor de produção de brinquedos, Grajew foi presidente da Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), de 1986 a 1992, e da Federação Latino-Americana de Fabricantes de Brinquedos, de 1990 a 1992. Já em relação a sua participação nas entidades da sociedade civil a sua contribuição tem sido bem mais intensa. Primeiramente, ele fez parte do grupo fundador do PNBE e foi o primeiro coordenador geral da entidade; foi fundador e presidente entre 1990 e 1998 da Fundação Abrinq pelos direitos da Criança e do Adolescente; membro do Comitê Internacional do Conselho Norte-Americano de Fundações (*Council of Foundation*) entre 1996 a 2000; idealizador do Fórum Social Mundial; membro do Conselho Consultivo do Global Compact; fundador e ex-presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (atualmente no Conselho Deliberativo da entidade); membro fundador e presidente do Movimento Nossa São Paulo e representante do Ethos no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Oded ainda foi assessor especial do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva durante o ano de 2003 (Ethos, 2004). Hélio Mattar, por sua vez, no mundo empresarial foi diretor da GE-Dako, mas destacou-se mesmo no movimento de RSE, como membro do PNBE, entidade da qual foi coordenador geral entre 1992 e 1993; como integrante da diretoria e presidente da Fundação Abrinq; como um dos fundadores do Instituto Ethos (atualmente compoendo o Conselho Deliberativo) e como fundador e idealizador do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente. Mattar ainda teve uma importante participação no âmbito da política, quando ocupou o cargo de secretário de política industrial do Ministério do Desenvolvimento, entre 1999 e 2000 (METAONG, 2003; REVISTA MARKETING, 2009).

Estado de São Paulo; Grajew era presidente da Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos (Abrinq) e diretor adjunto do Departamento de Expansão Social da Fiesp; Capobianco tinha atuado durante anos no Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon) e Young que foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Franchising (ABF), importante entidade representativa do setor de serviços<sup>67</sup> (BIANCHI, 2001, p.55-60).

É necessário destacar ainda que a posição privilegiada conquistada pelo Instituto Ethos no mundo empresarial – o que significa que o próprio movimento da RSE adquiriu uma certa importância dentro deste – tem levado seus principais líderes a alcançarem uma certa ascensão no âmbito político. Este é o caso de Oded Grajew que representa o Instituto no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)<sup>68</sup>, participando de diversos grupos de trabalho dentro do Conselho – como o de Acompanhamento da Conjuntura Econômica; o de Bioenergia: etanol, bioeletricidade e biodiesel; o de Reforma política e no grupo de trabalho de políticas sociais, já concluído. Grajew também representa o Ethos no Conselho Diretor do Observatório da Equidade (órgão que compõe o CDES). Outro importante expoente do CIVES e ex-membro do PNBE, Gisela Gorovitz, também participou do GT de políticas sociais do mesmo Conselho. Aliás, não podemos deixar de ressaltar que parte da legitimidade da presença destes dois empresários no CDES deve-se às atuações deles no âmbito do CIVES, associação, como já ressaltamos, de empresários aliados ao PT, partido da situação. Mais dois empresários que atualmente compõem o Conselho Deliberativo do Ethos fazem parte do CDES, são eles Fábio Barbosa e Daniel Feffer, contudo, os dois representam no Conselho respectivamente a Companhia Suzano de Papel e Celulose e a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)<sup>69</sup>.

---

<sup>67</sup> O PNBE contou também com a participação de outros empresários que mantinham cargos importantes no seio das entidades representativas: Mario Bernardini, da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq); Adauto Ponte, da Associação Brasileira da Indústria de Fundação e Salo Seibel, que teve importante participação no PNBE ocupando o cargo de coordenador geral da entidade, que foi vice-presidente da Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústria de Base (BIANCHI, 2001).

<sup>68</sup> O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) foi criado pela [Lei nº 10.683](#), de 28 de maio de 2003, que estabelece que "ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social compete assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, e apreciar propostas de políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas na articulação das relações de governo com representantes da sociedade". Disponível em: [www.cdes.gov.br](http://www.cdes.gov.br). Acesso em: 31/08/09.

<sup>69</sup> Notemos que o PNBE, inicialmente, era bastante refratário aos banqueiros e as grandes corporações, mas agora o ETHOS, instituto herdeiro da retórica da RSE, mantém entre seus diretores o principal líder dos banqueiros e o diretor de uma grande companhia. Politicamente, como já demonstramos, o PNBE tornou-se bastante fragmentado, o que foi um dos motivos do seu enfraquecimento. Disponível em: [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br). Acesso em: 30/08/09.

É interessante perceber que o Ethos (principalmente representado pelos seus fundadores, Oded Grajew; Ricardo Young<sup>70</sup>; Hélio Mattar; Eduardo Capobianco; Sérgio Midlin e Guilherme Peirão Leal) consegue cada vez mais consenso em relação à RSE entre as diversas frações da burguesia nacional e, principalmente, no seio do Estado.

Acreditamos que o PNBE foi capaz de gerar um capital social e intelectual para alguns de seus componentes, o que os levou a aumentarem sua capacidade de influência tanto no meio político quanto no meio empresarial<sup>71</sup>. Estes, então, se destacaram por um discurso que visava divulgar uma postura distintiva, marcada por um novo comportamento empresarial, mais bem definido pela seguinte afirmativa de Grajew: “sou um empresário social<sup>72</sup>”. Apesar de ter perdido muito de sua importância enquanto entidade representativa do empresariado nacional, importantes bandeiras impulsionadas pelo PNBE – como a defesa de uma postura ética no seio da classe empresarial e o discurso acerca da importância da atuação dos empresários e das empresas na conformação de uma sociedade poliárquica no Brasil, marcada pela justiça e pela prosperidade – ganharam vida em entidades como o Ethos que têm tentado incentivar práticas empresariais que busquem ir além dos lucros e dos benefícios individuais muitas vezes nefastos à sociedade como um todo.

Entendemos que os ex-membros do PNBE, empresários intelectualizados e interessados dos valores relacionados à agenda sociopolítica das sociedades contemporâneas (proteção ambiental, diminuição das desigualdades sociais, proteção dos direitos da criança, do adolescente e da mulher e etc), através do ETHOS estão estabelecendo um novo mercado de idéias (ou de capitais), onde as tecnologias gerenciais ou organizacionais ligadas ao movimento da responsabilidade social podem ser adquiridas a partir de um esforço empresarial. Este conjunto de capitais traz em seu cerne a idéia de que é necessária a inauguração de uma conduta distintiva no meio empresarial para que todos vivam melhor, o mesmo ocorrendo com os consumidores. Assim, segundo esta perspectiva, as empresas que se adaptarem a este processo, aquelas “socialmente responsáveis”, tenderão a obter os maiores

---

<sup>70</sup> No currículo anexado por Young (atual presidente do Instituto Ehos) ao sítio do Ethos também consta que ele compõe o CDES. Entretanto, pelo que indica o documento “Responsabilidade Social e Políticas Públicas” (<http://www.ethos.org.br/Internethos/Documents/ResponsabilidadesocialepoliticaspUBLICAS.doc>), publicado no mesmo sítio, Young foi o representante do Ethos no CDES enquanto Grajew esteve no cargo de assessor direto do presidente Lula da Silva, em 2003. Após deixar este cargo, Grajew parece ter assumido a representação do Ethos no Conselho em questão. Disponível em: [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br). Acesso em: 30/08/09.

<sup>71</sup> Como já demonstramos ao longo do capítulo, as ações políticas e sociais instituídas no âmbito do PNBE foram fundamentais para que seus líderes pudessem consolidar um capital social - ou seja, uma série de relações sociais essenciais (seja no interior do Estado, seja no âmbito da sociedade civil) capazes de legitimar a presença destes agentes nos diversos setores da sociedade - e também um capital cultural, acumulado no processo de formação social (e intelectual), necessário para uma participação ativa na política (BOURDIEU, 2009).

<sup>72</sup> Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoe/1635/1635vermelhas.htm>. Acesso em: 28/08/09.

lucros e ainda contribuir para a “salvação do planeta”. Neste sentido, é que o grupo de ex-membros do PNBE pretende transformar a RSE em um poderoso mecanismo de distinção no mundo negócios, ou seja, as posturas socialmente responsáveis podem se tornar verdadeiras vantagens competitivas para empresas (através do Ethos se estabelecem índices e compromissos que realizam uma hierarquização distintiva) (Bourdieu, 2009). Logo, este instituto pode ser entendido enquanto uma entidade especializada na produção de uma tecnologia gerencial que é disseminada por meio de um processo de aprendizado: “Ser parte do Instituto quer dizer que é uma empresa que quer aprender e se compromete a avançar na responsabilidade social empresarial<sup>73</sup>”.

Por compreendermos que o Ethos tenta inaugurar uma nova fase da RSE (uma nova relação entre as empresas e a sociedade) no Brasil, caracterizada pela apropriação de bandeiras progressistas por uma fração do empresariado com vistas à construção de um novo projeto de desenvolvimento capitalista, pretendemos analisar aqui as bases intelectuais que alicerçam seu discurso.

Para tanto, nos próximos capítulos envidaremos esforços em prol da caracterização do discurso do Ethos – meta esta que perpassa pela descrição de seus objetivos, de suas estruturas e de suas ações – buscando associá-lo ao debate político mais amplo travado desde os anos de 1990, que pretende delinear uma nova via de desenvolvimento capitalista e, com isso, redefinir o papel do Estado, da sociedade civil e do mercado nesse processo.

---

<sup>73</sup>Disponível em: [www.nossasaopaulo.org.br/portal/files/EntrevistaOdedGrajew.pdf](http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/files/EntrevistaOdedGrajew.pdf). Acesso em 31/08/09.

## **CAPÍTULO 2 - O INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL: CONSTRUINDO UM PENSAMENTO EMPRESARIAL EM PROL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Durante o ano de 1997, o empresário Oded Grajew começava a pensar as diretrizes para a construção de uma entidade voltada, especificamente, para o desenvolvimento e consolidação da idéia de responsabilidade social empresarial (RSE) entre empresários brasileiros. Naquele momento a RSE, no Brasil, ainda não tinha sido estruturada a partir de conceitos mais sólidos, apesar dos esforços crescentes, ao longo dos anos de 1990, de instituições como a Fundação Abrinq, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) para consolidar no seio do empresariado nacional práticas socialmente responsáveis. A seguinte afirmação de Grajew expressa o quanto a idéia de RSE ainda estava pouco disseminada nos anos de 1990:

“Na época da Fundação Abrinq o termo “responsabilidade social” nem existia. As empresas dirigiam pequena parte de seu lucro às ações sociais empreendidas em pequenas comunidades. Mas tais ações não faziam parte dos negócios da empresa. E os recursos destinados aos projetos sociais mal chegavam a 1% de seu faturamento. Na realidade uma quantia pequena<sup>74</sup>”

Então, com vistas a impulsionar o movimento de RSE no contexto nacional, ainda em 1997, Grajew começou a conhecer melhor algumas entidades do movimento em questão no âmbito internacional. Contando com o apoio da Fundação Kellog, ele viajou para a Europa e para os Estados Unidos, onde entrou em contato com duas importantes instituições que debatiam a atuação empresarial no campo social naquele país: o Business for Social Responsibility (BSR) e o Social Venture Network (SVN). Com a ajuda do brasileiro Valdemar de Oliveira Neto, que à época trabalhava na organização internacional Ashoka Empreendedores Sociais<sup>75</sup>, Grajew propôs ao BSR uma extensão do debate sobre RSE às empresas sediadas na América Latina. A partir dessa proposta foi realizada em Miami, em

---

<sup>74</sup> Disponível em: [www.abramge.com.br/imagens/banco/file/Revista/RevistaMS205.pdf](http://www.abramge.com.br/imagens/banco/file/Revista/RevistaMS205.pdf). Acesso em: 10/12/10

<sup>75</sup> Criada há 25 anos pelo norte-americano Bill Drayton, a Ashoka é uma organização internacional, pioneira na construção do conceito de empreendedorismo social e voltada para o apoio a empreendedores sociais capazes de gerar idéias de grande impacto social. Disponível em <<http://www.ashoka.org.br/>>. Acesso em 28/12/09.

novembro daquele ano, a I Conferência de Responsabilidade Social das Américas, reunindo empresas de diversos países do continente (ETHOS, 2009e)<sup>76</sup>.

Em meados de 1998 nascia no Brasil o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade social, bastante influenciado pelos debates ocorridos durante a Conferência citada acima. Por outro lado, tal iniciativa, como já enfatizamos no capítulo anterior, deu-se a partir do engajamento de sete empresários – Oded Grajew, Hélio Mattar, Ricardo Young, Emerson Kapaz, Sérgio Mindlin, Guilherme Peirão Leal e Eduardo Capobianco – que envolvidos no projeto social constituído no âmbito do PNBE (alguns deles também na Fundabring) e em atividades empresariais propriamente ditas formaram redes sociais importantes e uma determinada capacidade intelectual que lhes conferiu certa credibilidade no meio empresarial. A passagem a seguir extraída da entrevista concedida por Ricardo Young, atual presidente do Ethos, ao sítio Consumidor Moderno esclarece bastante o que estamos querendo dizer acerca do nascimento do Ethos:

“Uma coisa que contribuiu para o sucesso do Ethos foi que Oded, Guilherme, Helio (Mattar), eu, Sérgio Mindlin, Emerson, Eduardo Capobianco, que era o grupo inicial, nas nossas vidas nós fizemos algumas coisas que marcaram, principalmente o Oded. Costumo brincar que nove entre dez iniciativas de empreendedorismo social nos últimos 15 anos teve a mão dele. Todos nós viemos do PNBE, nos conhecemos e nos unimos lá. Por mais “cara de paisagem” que os empresários tendiam a nos olhar eles tentavam decifrar o que nós estávamos vendo e eles não. Afinal, um era presidente da GE, o outro é do Yazigi, o outro da Metal Leve (já tinha vendido mas o nome do Sérgio tava ligado a isso) todos eles ligados à Fundação Abrinq, uma das ONGs mais bem sucedidas do Brasil. Não é nem que ouviam por respeito, mas por mero espírito competitivo. O que esses empresários viram que eu não vi. Claro que estou caricaturizando um pouco, mas era por aí.”<sup>77</sup>

O primeiro Relatório de Sustentabilidade do Instituto Ethos e do UniEthos (2009e), publicado recentemente, ao descrever o encontro entre os sete empresários mentores do Instituto e outros líderes empresariais no qual se deu o nascimento do Ethos, caracterizou da seguinte forma a idéia central que permeava aquele projeto:

“A eles foi apresentada a proposta de criação de uma entidade empenhada a mobilizar as empresas para uma gestão responsável dos negócios, baseada no diálogo e na construção de consensos, com o objetivo de torná-las protagonistas de mudanças sociais” (ETHOS, 2009e, p. 9).

---

<sup>76</sup> Dois anos depois aconteceria a II Conferência de Responsabilidade Social das Américas, que pode ser considerada a I Conferência do Instituto Ethos (ETHOS, 2009e).

<sup>77</sup> Disponível em: <http://consumidormoderno.uol.com.br/> (27/08/08). Acesso em: 10/10/2009.

A partir desta colocação podemos perceber que alguns elementos caros à retórica do PNBE, como as idéias de diálogo e de construção de consensos, que eram a base das premissas democráticas daquela associação, marcam também o discurso do Ethos. Como já foi ressaltado, no primeiro capítulo, a idéia central do PNBE era a da necessidade de formulação de um pensamento político-empresarial capaz de ampliar a participação dos empresários na resolução de questões que diziam respeito à sociedade como um todo (a miséria, os problemas ambientais, a conformação da democracia, o combate à corrupção entre outras). Por sua vez, o Ethos parece acreditar que tais preocupações possam ser transferidas às empresas enquanto entidades, já que elas são atores sociais extramente poderosos, mas que não têm usado sua influência com vistas à promoção do desenvolvimento social.

Então, devemos sublinhar que todo o projeto do Ethos parte da premissa de que a RSE pode se tornar um elemento de transformação social. Neste sentido, a possibilidade de construção de uma sociedade economicamente próspera e socialmente justa perpassaria, em grande parte, pela redefinição do papel das empresas, já que algumas delas (principalmente as multinacionais<sup>78</sup>) se caracterizam por um imenso acúmulo de poderes (sejam eles de caráter econômico, político ou social). Tal idéia está explícita nas seguintes colocações de Grajew:

“Acredito que, para promover mudanças na sociedade, é preciso engajar o setor empresarial, que considero, atualmente, o mais poderoso da sociedade. É onde está o poder econômico, financeiro e político. São as empresas que financiam as campanhas eleitorais. Então, são as empresas que têm muito poder sobre os políticos e as políticas públicas. São as empresas que detêm os meios de comunicação, nos quais se localiza o poder de eleger prioridades para a sociedade, criar comportamentos e hábitos” (COEP, 2008, p. 128).

O próprio documento que expõe a “Visão” do Instituto acerca da sociedade deixa claro o quanto as características intrínsecas ao mundo empresarial são importantes para a construção de um “mundo melhor”:

“A participação do setor empresarial – por sua capacidade criadora, seus recursos e sua liderança – é crucial. Os diversos setores da sociedade estão redefinindo seus papéis. As empresas, adotando um comportamento socialmente responsável, são

---

<sup>78</sup> No plano global, a intensificação do processo de globalização nas últimas quatro décadas permitiu ao mundo dos negócios uma mobilidade ainda maior, principalmente às empresas do setor financeiro, dando ainda mais poder às empresas transnacionais e às redes de especulação financeira como um todo, que ao decidirem onde alocar ou não seus recursos impactam diretamente comunidades inteiras. A seguinte afirmação de Hélio Mattar define de forma indiscutível o montante de poder adquirido por determinadas empresas transnacionais: “Um levantamento mostra que das cem maiores economias do mundo, 29 são empresas e não países. Ao retirarmos as 70 nações que figuram entre as maiores economias, sobram 120 países, que são menores do que 29 grandes empresas que possuem um enorme poder de modificar o panorama socioambiental atual”. Disponível em: <<http://www.revistamarketing.com.br/materia.aspx?m=199>> Acesso em: 10/10/09.

poderosas agentes de mudança para, juntamente com os Estados e a sociedade civil, construir um mundo melhor<sup>79</sup>”.

Observadas as colocações acima, percebemos que o principal objetivo do Ethos é engajar as empresas em um projeto de transformação social que vise à construção de uma sociedade mais próspera e justa, todavia, nos indagamos sobre como seria esse “mundo melhor” para o qual a participação das empresas é tão importante? Qual seria o projeto de sociedade subjacente ao discurso do Ethos? Para respondermos a tais indagações apresentaremos a seguir a origem e a consolidação do movimento de sustentabilidade internacional, movimento este que baseado na idéia de desenvolvimento sustentável tem contribuído para o fortalecimento a partir dos anos de 1990 da retórica da RSE e que tem influenciado bastante o discurso e as práticas do Ethos. As colocações abaixo confirmam que o movimento de sustentabilidade é uma importante referência para o Instituto em questão:

“Atualmente, a RSE está no centro das discussões das principais economias do mundo e é praticamente indissociável do conceito de desenvolvimento sustentável. Citado pela primeira vez em 1987, no relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, o termo é definido como o ‘modelo de desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades’<sup>80</sup>”.

Ao apresentarmos as origens do movimento de sustentabilidade no plano internacional estaremos complementando um exercício de reflexão iniciado no capítulo anterior, em que buscamos mostrar como o Ethos nasceu de algumas transformações políticas no âmbito empresariado nacional. Temos a convicção de que o PNBE e a trajetória do movimento de sustentabilidade internacional são importantes elementos para que entendamos o que é o Ethos, e, mais amplamente, como tem se delineado o movimento de RSE no Brasil.

## **2.1 O NASCIMENTO DA IDÉIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

As duas décadas que se seguiram à 2ª Guerra Mundial ficaram conhecidas como os “Anos Dourados” do capitalismo entre os chamados países industrializados. Nos EUA, na

---

<sup>79</sup> Diversos documentos que expõem a visão, as referências e os princípios do Ethos encontram-se disponíveis no sítio da entidade: <[www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)>.

<sup>80</sup> Disponível em: <[www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)>, Acesso em: 20/12/09.

Europa Ocidental e no Japão o consumo de massa, baseado num modelo de uso extensivo de energia barata, imperava, gerando taxas de crescimento econômico estupendas. Contudo, diversos movimentos, conformados no seio das camadas de classe-média das sociedades industrializadas<sup>81</sup> começaram a reagir contra esta sociedade da abundância. Uma ampla produção no campo científico e intelectual, que abarcava intelectuais de correntes teóricas diversificadas, previa um futuro preocupante e até mesmo catastrófico para as sociedades capitalistas, tendo em vista a grave degradação ambiental provocada pelo crescimento econômico vertiginoso do período<sup>82</sup>. Portanto, ao final da década de 1960, ganhava força no plano internacional a idéia de que havia uma incompatibilidade latente entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente.

Entre aqueles mais pessimistas com relação ao futuro da humanidade estavam os cientistas americanos Dennis e Donella Meadows, que patrocinados pelo Clube de Roma<sup>83</sup>, produziram um relatório denominado *Limite do Crescimento* (1972), no qual anunciavam a proximidade do esgotamento das reservas de minérios, uma explosão demográfica nas décadas seguintes e um aumento exponencial da poluição dos ecossistemas, fatores estes que implicariam no profundo comprometimento da qualidade de vida dos países industrializados. Tal relatório trazia duas propostas centrais: a primeira, com um certo caráter neomalthusiano, voltada para o controle demográfico nos países do Terceiro Mundo e a segunda que propunha um modelo de crescimento global equilibrado, no qual, na maioria dos países, deveria ser reduzido a zero (DIEGUES, 1992).

Três meses depois da publicação do polêmico relatório seria realizada em Estocolmo, na Suécia, a Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente, onde estariam em debate temáticas fundamentais como o crescimento econômico, o desenvolvimento e a proteção ambiental. Porém, desde 1971, preocupados com os possíveis resultados que poderiam advir da dita Conferência, alguns diplomatas de países subdesenvolvidos, principalmente brasileiros, começaram a agir para combater o que eles entendiam ser um

---

<sup>81</sup> Movimentos “marginais” como os dos “hippies”, de mulheres, de negros, de estudantes (como em maio de 68 na França) e de ambientalistas direcionavam suas críticas e protestos à sociedade de consumo, aos heróis brancos, ao machismo, ao imperialismo, ao colonialismo, à depreação do meio ambiente, entre outras formas de violência que vigoravam na sociedade ocidental (Diegues, 1992).

<sup>82</sup> O maior golpe na noção de progresso linear e sem limites desferido nas sociedades industrializadas ocorreu durante a crise do petróleo a partir de 1973. Naquele momento, a comunidade internacional alertou-se para o caráter finito dos recursos naturais (Diegues, 1992).

<sup>83</sup> Think tank criado em 1968 – por iniciativa do industrial italiano Aurélio Pacci e do cientista escocês Alexander King – que reunia profissionais dos mais variados campos de conhecimento (cientistas, intelectuais, diplomatas e empresários) para discutir a prevalência do pensamento de curto prazo nas relações internacionais e o consumo sem limites de recursos em um mundo cada vez mais interdependente. Disponível em: <http://www.clubofrome.org/eng/about/4/>. Acesso: 21/12/09.

projeto dos países ricos para limitar o crescimento dos pobres. Lembremos que à época o Brasil vivia um intenso processo de crescimento econômico, o conhecido “milagre econômico brasileiro”, e, portanto, em defesa de suas elevadas taxas de crescimento (geradoras de altas taxas de concentração de renda, não podemos esquecer) engajou-se até mesmo no convencimento do secretário-geral da Conferência, Maurice Strong, que esteve em terras brasileiras para presenciar o nosso projeto de “desenvolvimento” e ser convencido de que precisávamos continuar a crescer (ALMEIDA, 2002).

O Brasil defendeu as seguintes premissas na Conferência de Estocolmo: os países em desenvolvimento deveriam alcançar o desenvolvimento econômico e social, pois este seria o melhor instrumento de combate à degradação ambiental; o desenvolvimento e a proteção ambiental se complementavam; os problemas ambientais deveriam ser entendidos enquanto uma questão de soberania nacional e se eram os países desenvolvidos os maiores poluidores do meio ambiente, eram eles que deveriam arcar com a maior parte do ônus na luta contra a poluição. Terminada a Conferência, o Brasil pôde comemorar, em parte, pois saiu vitorioso, mas com o título de “defensor do desenvolvimento econômico a qualquer custo<sup>84</sup>” (ALMEIDA, 2002).

Durante toda a década de 1970 foram constantes os esforços de reflexão acerca dos conceitos desenvolvimentistas. Algumas concepções alternativas surgiram e entre elas aquela que mais se destacou foi a de ecodesenvolvimento. Lançado por Maurice Strong, em 1973, este conceito buscava resolver a dicotomia entre economia e ecologia. Neste sentido, inicialmente, o ecodesenvolvimento se colocou com uma definição de um tipo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do Terceiro Mundo, baseado na utilização criteriosa dos recursos locais, sem o comprometimento e esgotamento da natureza. Posteriormente, já na década de 1980, tal conceito seria mais bem desenvolvido, tendo em vista que o economista polonês Ignacy Sachs se apropriou dele, reestruturando-o a partir de três pilares estratégicos: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica (LAYRARGUES, 1997). Vejamos como o próprio Sachs definiu o ecodesenvolvimento:

“O ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecoregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo. [...] Sem negar a importância dos intercâmbios, o ecodesenvolvimento tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente

---

<sup>84</sup> Devemos ressaltar que nesta época predominavam as concepções que entendiam o desenvolvimento econômico enquanto crescimento econômico. Como frisou Diegues (1992), neste enfoque o desenvolvimento se equipara a níveis de produção e consumo material medidos por indicadores como produto nacional bruto e renda per capita.

universalistas e das fórmulas generalizadas. Em vez de atribuir um espaço excessivo à ajuda externa, dá um voto de confiança à capacidade de as sociedades humanas identificarem os seus problemas e de lhes dar soluções originais, ainda que se inspirando em experiências alheias” (SACHS<sup>85</sup>, 1986 apud LAYRARGUES, 1997, p.7).

Estavam presentes ainda nessa definição, segundo Layrargues (1997), alertas sobre o otimismo irrestrito na capacidade da tecnologia em resolver todos os problemas, sejam eles de caráter ambiental, social ou econômico e sobre o perigo da atuação do mercado sem as devidas regulações estatais, gerando grande probabilidade de ocorrer o que Sachs (1995) convencionou chamar de maldesenvolvimento. Por último, o conceito de ecodesenvolvimento trazia consigo uma proposta bastante ousada que era a de: “impor-nos voluntariamente um teto do consumo material, procurando gratificação em esferas não-materiais da nossa vida e desse modo enfatizando a dimensão cultural da natureza humana, ou ficaremos presos na corrida acelerada da aquisição de número cada vez maior de bens” (SACHS, 1986 apud LAYRARGUES, 1997, p.8). A proposta de adoção de um *teto de consumo*, caso fosse adotada, poderia gerar uma verdadeira revolução na maneira de pensarmos e agirmos em relação ao ato de consumir. Tal fato com certeza afetaria profundamente o sistema capitalista em que vivemos, dado que este está fundado sobre a criação incessante de novas necessidades que impelem os indivíduos a uma necessidade de consumo constante. Acreditamos que foi por sua ousadia de propor um *teto de consumo* que o conceito de ecodesenvolvimento foi substituído pelo conceito de desenvolvimento sustentável, como veremos a seguir.

O conceito de ecodesenvolvimento, infelizmente, sobreviveu por pouco tempo, sendo substituído pelo conceito de desenvolvimento sustentável, criado na mesma época, mas não se sabe dizer ao certo por quem. Tal conceito ganhou bastante notoriedade por ter sido adotado em importantes documentos internacionais como o *Estratégia Mundial para a Conservação* (UINC, WWF, PNUMA 1980), o relatório *Nosso Futuro Comum* realizado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU, 1987), o *Cuidar da Terra* (UINC, WWF, PNUMA, 1991) e o informe da *Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e Caribe* (1991) (DIEGUES, 2003).

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMD) – informalmente chamada de Brundtland, por ser presidida pela ex-primeira ministra norueguesa Gros Brundtland – foi criada pela Assembléia Geral da ONU de 1983 e em seu relatório *Nosso Futuro Comum* deu ao conceito de desenvolvimento sustentável sua definição

---

<sup>85</sup> Sachs, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice. 1986.

mais conhecida, difundindo-o em escala mundial, e é por isso que nos concentraremos em debatê-la. Segundo esta proposta, o desenvolvimento sustentado é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de satisfazerem as suas (CMMD, 1991). Analisando tal afirmação, podemos dizer que é por seu caráter bastante impreciso que ela tem servido de suporte para grupos com perspectivas ideológicas diversas. Logo, é preciso que investiguemos melhor este conceito.

Primeiramente, podemos dizer que a idéia de interdependência entre economia e ecologia é a base do Relatório Brundtland (1991). Neste sentido, tal relatório defende que um novo conceito de desenvolvimento deve ir além da busca do crescimento econômico nos países em desenvolvimento, preocupando-se com os danos que o sistema econômico – as atividades econômicas nele vigente – tem causado à sociedade e ao meio ambiente. A depauperação do meio ambiente depaupera também as sociedades e torna o sistema em questão, insustentável. Portanto, este documento reconhece as limitações que o estado atual de desenvolvimento tecnológico e a própria organização social vigente impõem ao meio ambiente e que tal imposição gera e continuará gerando reações ambientais que limitarão a capacidade de “sobrevivência” de nossa sociedade. Neste ponto parece estar a maior contribuição da CMMD, pois ao dar importância em suas análises aos aspectos ambientais e sociais, esta coloca em debate a necessidade de se superar o economicismo – a trickle down theory, segundo a qual é a economia que está no comando – para que haja possibilidade de construção de uma nova via de desenvolvimento (SACHS, 1995).

Assim, para mudar esta realidade e construir uma forma de desenvolvimento mais sustentável, o Relatório em questão enfatiza que a cooperação internacional é um dos elementos fundamentais. Logo, todas as nações, independentemente do quanto cada uma delas participa no agravamento da questão ambiental, devem contribuir para a consolidação do processo desenvolvimento sustentável. Vejamos:

“O ônus não recai sobre um grupo determinado de nações. Os países em desenvolvimento enfrentam as evidentes ameaças à vida representadas pela desertificação, pelo desmatamento e pela poluição, e suportam grande aparte da pobreza decorrente da deterioração ambiental. [...] Os países industrializados enfrentam as ameaças à vida representadas por produtos químicos tóxicos, rejeitos tóxicos e acidificação. Todas as nações podem vir a sofrer com o lançamento na atmosfera – pelos países industrializados – de dióxido de carbono e gases que reagem em contato com a camada de Ozônio, ou então com uma guerra futura que empregasse os arsenais nucleares controlados por esses países. Compete a todas as nações fazer algo para alterar essas tendências e corrigir um sistema econômico internacional que aumenta em vez de reduzir a desigualdade, que aumenta em vez de reduzir o número de pobres e famintos” (CMMD, 1991, p. 25).

Observando tais afirmações, concordamos com Layrargues (1997) quando este afirma que a universalização dos ônus do combate à degradação ambiental, defendida pela CMMD, deixa os maiores responsáveis por ela em uma situação bastante cômoda. Ou seja, o Relatório diminui a responsabilidade dos países ricos, das grandes empresas multinacionais e das classes abastadas dos países em desenvolvimento em arcar com estes ônus<sup>86</sup>. Em verdade, o mais intrigante é que a passagem em destaque acima reconhece que são os países industrializados aqueles que mais oferecem riscos tanto para o meio ambiente quanto para as sociedades em escala mundial.

Além disso, existem diversos fatores que pesam contra ou ao menos diminuem bastante a possibilidade de uma efetiva cooperação internacional, dentre eles um que acreditamos ser fundamental é o fato de que o sistema político e econômico mundial vigente seja um produto do poder expansivo e conquistador de um pequeno núcleo de Estados, ou seja, sempre foi um sistema muito mais marcado pela competitividade do que pela cooperação (Fiori, 2007). Este é mais um elemento que comprova a tamanha transformação que teremos de engendrar para que alcancemos o desenvolvimento sustentável que o Relatório Brundtland preconiza<sup>87</sup>.

Segundo a CMMD (1991), outro elemento essencial para que ocorra o desenvolvimento sustentável é prover todas as pessoas de necessidades básicas, dando-lhes oportunidade de realizar suas aspirações por uma vida melhor. Ao atestar que a pobreza generalizada não é algo inevitável – colocação esta extremamente importante porque rompe com naturalização da pobreza – o relatório Brundtland atrelou o combate à pobreza à contínua busca pelo crescimento econômico, algo que é bastante preocupante. Aliás, boa parte das discussões contidas em tal documento concentra-se na relação entre a pobreza e o meio ambiente, em detrimento da relação deste último com a riqueza, o que torna ainda mais evidente o quanto tal relatório desresponsabiliza os ricos pela devastação ambiental.

Outro elemento fundamental defendido pelo Relatório Brundtland, é o de que o desenvolvimento sustentável deverá ser capaz de gerir e aprimorar tanto a tecnologia quanto a organização social a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico. Portanto,

---

<sup>86</sup> Obviamente, não queremos dizer que os países pobres ou as pessoas pobres não produzam atividades econômicas danosas ao meio ambiente. Um exemplo ilustrativo da poluição causada pela pobreza está no fato de que em muitos países pobres, onde as fontes de energia são escassas, as pessoas utilizam a queima da madeira para realizar atividades domésticas, o que causa um intenso desmatamento (CMMD, 1991).

<sup>87</sup> Não pretendemos afirmar aqui a impossibilidade de instauração de uma ordem mundial mais cooperativa do que a vigente, afinal o esforço da União Européia em elevar o grau de desenvolvimento de seus integrantes é um dos exemplos de que a cooperação pode ser uma saída interessante para a conformação de um novo projeto de desenvolvimento.

de acordo com esta concepção de desenvolvimento, o crescimento econômico deverá existir ilimitadamente, dependendo apenas para que isso aconteça de modificações tecnológicas, sobretudo, em relação à produção de insumos energéticos mais econômicos e eficientes (CMMD, 1991). As colocações abaixo deixam explícita a enorme confiança que aquela comissão depositou no desenvolvimento tecnológico:

“Para que por volta do ano 2025, os países em desenvolvimento consumam tanta energia quanto os industrializados, seria preciso aumentar cinco vezes o atual consumo global. O ecossistema planetário não suportaria isso, sobretudo se esses aumentos se concentrassem em fósseis não-renováveis. [...] Uma nova era de crescimento econômico deve, portanto, consumir menos energia que o crescimento passado. As políticas de rendimento energético devem ser a pedra-de-toque das estratégias energéticas nacionais para um desenvolvimento sustentável, e há muitas possibilidades de melhoria nesse sentido. As aparelhagens modernas podem ser reformuladas de modo a fornecer o mesmo rendimento usando apenas dois terços ou mesmo a metade dos insumos energéticos primários necessários ao funcionamento dos equipamentos tradicionais”. (CMMD, 1991, p. 16)

Para que haja tal transformação tecnológica e social, de acordo com o Relatório Brundtland, é premente que os países ricos ajudem os mais pobres através do repasse de novas tecnologias (principalmente, via multinacionais) e de capital humano (devido ao déficit educacional existente nos países mais pobres). Insiste-se aqui mais uma vez na idéia de cooperação entre as nações como se os países ricos e as multinacionais não estivessem, em muitos casos, criando barreiras ao acesso dos mais pobres à alta tecnologia e mesmo a uma maior capacidade de acumulação de capital (crescimento econômico) ao impor-lhes tratados comerciais bastante unilaterais<sup>88</sup>.

Com relação ao aprimoramento da sociedade, a CMMD deu grande relevância às mudanças institucionais que deveriam ocorrer no âmbito do Estado e à necessidade de ampliação dos papéis da sociedade civil e das empresas neste processo. Contudo, tal relatório deu pouquíssima ênfase à mudança cultural necessária para que se combatam os desperdícios característicos das sociedades de consumo.

Apontados alguns elementos intrínsecos aos conceitos de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, concordamos aqui com a idéia levantada por Layrargues (1997) de que os dois termos não são sinônimos como a maior parte da literatura que debate o assunto parece crer, apesar de manterem entre si diversas semelhanças. Entre as semelhanças importantes podemos destacar que os dois conceitos reconhecem o direito das gerações

---

<sup>88</sup> Um papel relevante é dado às multinacionais no projeto de desenvolvimento sustentável da Comissão de Brundtland. Elas deverão prover os países em desenvolvimento de capital social estrangeiro e de novas tecnologias. Contudo, resta saber se estarão dispostas a quebrar patentes, por exemplo, em nome do bem-estar ambiental e social.

futuras como um princípio ético básico; reconhecem que as variáveis ambientais devem ser levadas em conta de forma concomitante com as variáveis econômicas e sociais (o aval das comunidades envolvidas) nos processos decisórios e propõem também a mesma meta que é a de consolidação de uma sociedade sustentável. Observando tais semelhanças, podemos afirmar que um dos aspectos mais positivos da argumentação que embasa estes conceitos de desenvolvimento é a tentativa de resolver as contradições entre o crescimento econômico, a distribuição de renda e necessidade de conservar os recursos ambientais.

Contudo, a diferença crucial entre os dois projetos se dá no fato de que eles não utilizam o mesmo método para alcançar a sociedade sustentável. A idéia de um teto de consumo defendida pelo ecodesenvolvimento de Sachs, da qual junto com Layrargues (1997) partilhamos, pressupõe que um desenvolvimento realmente sustentado significaria melhorar o padrão de vida dos pobres, o que implicaria um aumento de consumo de recursos por parte deles. Contudo, este aumento não poderia ser nivelado pelo alto, acompanhando, por exemplo, o padrão de consumo de um cidadão americano, pois isto levaria o sistema ecológico a um colapso. Logo, a justiça social só seria instaurada no planeta se houvesse uma equivalência das necessidades básicas entre os ricos e os pobres, digamos entre os países do Norte e os do Sul. Isto significaria um nivelamento dos níveis de consumo entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, implicando o aumento do consumo para estes últimos e a diminuição dele para os primeiros. Seria como juntar as duas pontas.

Então, segundo Layrargues (1997), é exatamente a recusa da Comissão de Brundtland em assumir esta realidade que torna o seu conceito de desenvolvimento sustentável um tanto ilusório, na medida em que está pautado pela idéia de que as inovações tecnológicas permitirão o acesso de todos os povos à fartura. A preferência da Comissão por determinar um piso de consumo para os pobres e de não tocar na questão do teto máximo para os ricos é entendida por Layrargues (1997) como indício de que a sua proposta de desenvolvimento sustentável não passa de um projeto ecológico de caráter neoliberal.

Concordamos em grande parte com esta última proposição de Layrargues. Decerto que em 1987, no auge do neoliberalismo, seria difícil que um relatório emitido pela ONU tratasse os graves problemas ambientais como uma questão intrínseca às decisões de empresas e indivíduos poderosos para beneficiar alguns poucos. Contudo, também acreditamos, assim como Diegues (1992), que a própria idéia de conservação dos recursos em longo prazo, tendo em vista as gerações futuras, já começava a colocar em cheque algumas propostas neoliberais, cujo parâmetro de tomada de decisões, quanto aos investimentos, é extremamente imediatista.

Um outro elemento para o qual a difusão do conceito de desenvolvimento sustentável pelo Relatório Brundtland foi importante refere-se à promoção de uma nova ética, menos antropocêntrica, por meio da qual uma visão ecocêntrica do mundo começou a ser debatida.

Apesar de ressaltar a importância de alguns debates suscitados pelo conceito de desenvolvimento sustentável preconizado pelo Relatório Brundtland, Diegues (1992) nos aponta uma gama de questões relevantes que esse documento deixou de levantar: ignoram-se as relações de força internacionais, como os interesses dos países industrializados em dificultar o acesso dos países em desenvolvimento à tecnologia; as relações desiguais no comércio; a oposição das multinacionais às propostas tecnológicas contrárias aos seus interesses e as contradições internas dos países em desenvolvimento também não são levadas em conta pelo relatório (muitas destas questões nós já levantamos anteriormente). Além destas mais duas críticas são expostas pelo autor. A primeira alinha a posição de Diegues a de Layrargues, pois eles concordam que há uma crença presente no Relatório de que os problemas ambientais podem ser resolvidos pelas forças do mercado. A segunda e última crítica é bem mais ampla. Refere-se ao conceito de desenvolvimento propriamente dito. Afinal, argumenta Diegues (1992), há na idéia de desenvolvimento – e mesmo na de desenvolvimento sustentável – a concepção de que existe um modelo a ser seguido pelas sociedades “insustentavelmente” pobres que é o das sociedades ricas, modelo este igualmente insustentável.

Em oposição à idéia de desenvolvimento sustentável, Diegues (1992) propõe o conceito de sociedades sustentáveis. Tal conceito traz a possibilidade de cada sociedade definir seus padrões de produção, consumo e bem-estar a partir de suas próprias culturas, de suas trajetórias históricas e de suas realidades ambientais. Uma outra vantagem desse conceito é a de que por meio dele podemos abandonar o padrão das sociedades industrializadas, dando margem para pensarmos um mundo construído por uma diversidade de sociedades sustentáveis, desde que elas estejam pautadas pelos princípios elementares da sustentabilidade ecológica, econômica, política e social.

Por último, o que podemos afirmar acerca do desenvolvimento sustentável é que por meio dele muitos têm pensado a conformação de uma espécie de reforma do capitalismo, que poderia dar origem a uma versão mais branda deste. Em suma, tal conceito parece colocar-se como uma nova utopia, digamos, por vezes pragmática, ocupando o lugar deixado pela ausência de antigas utopias como o socialismo e a do capitalismo ético.

Apresentada a trajetória de nascimento da idéia de desenvolvimento sustentável e as diversas críticas que se colocam diante dela, exporemos a seguir, no plano internacional, como os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade foram inseridos no mundo dos negócios.

### **2.1.1 A DIFUSÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MUNDO DOS NEGÓCIOS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE RSE**

O nascimento e a expansão da idéia de buscar uma via de desenvolvimento preocupada em conciliar o sucesso econômico e o bem-estar social com a proteção ecológica não foi fruto apenas dos debates intelectuais descritos anteriormente. Tal processo de discussão foi acelerado pelas inúmeras catástrofes ecológicas que as atividades econômicas geraram nas últimas décadas. Como ressaltou Almeida (2002), ao final dos anos de 1970, ao menos o setor industrial, em várias partes do mundo, já começava a sentir os efeitos do descaso ambiental. Vejamos alguns exemplos disto apresentados por este autor. Em 1976, a explosão de um reator da fábrica de desfolhantes Icmesa em Seveso, na Itália, matou animais domésticos, contaminou centenas de pessoas, lotando hospitais e fez com que setecentas famílias tivessem de ser removidas da região. Em 1978, o governo do estado de Nova Iorque (EUA) teve de decretar emergência em uma região do subúrbio de Niagara falls, pois escolas e residências foram construídas sobre um depósito de lixo químico que estava escondido num antigo canal, aterrado muitos anos antes. A contaminação generalizada do meio ambiente (da água, do ar e do solo) causava anomalias congênitas, hemorragias e abortos nos moradores da região. A empresa Occidental Chemical, sucessora da Hooker Chemical and Plastics Corporation, companhia responsável pelos rejeitos despejados em Niagara Falls, pagou indenizações na justiça por duas décadas. Em 1984, na cidade de Bhopal, Índia, uma falha no equipamento de uma fábrica de pesticidas da Union Carbide contaminou a atmosfera com um gás venenoso que em poucas horas matou 3.300 pessoas. Os balanços finais do desastre estimam que tenham morrido em Bhopal, aproximadamente, 15 mil pessoas e que outras 200 mil ficaram cegas ou feridas<sup>89</sup>.

---

<sup>89</sup> No relatório Nosso Futuro Comum (1991) são apresentados outros diversos desastres ambientais de grande monta que ocorreram durante o período em que a Comissão se reuniu, entre outubro de 1984 e abril de 1987. Tais fatos evidenciavam a importância da institucionalização de uma Comissão como aquela.

Então, ameaçados por centenas de ações judiciais, acuados pelo endurecimento das legislações locais e pelo fortalecimento de diversas ONGs ambientalistas como o WWF (Fundo Mundial pela Vida Selvagem), o Greenpeace e o UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza), setores industriais, especialmente o setor químico, começaram a tomar algumas medidas para resolver problemas ambientais. Um exemplo disso foi a criação pela Canadian Chemical Producers Association, a associação canadense da indústria química, de um programa chamado Responsible Care, voltado para a melhoria do desempenho da indústria em relação ao meio ambiente, à segurança e à saúde do trabalhador.

Não obstante o evidente aumento da pressão social sobre as empresas, o debate sobre desenvolvimento sustentável somente ganhou maiores proporções no mundo dos negócios a partir de 1990, quando Maurice Strong, nomeado novamente para ser o Secretário-Geral de uma conferência da ONU voltada para questão do meio ambiente – a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992 (mais conhecida como Eco-92) – começou a inserir os empresários no debate sobre a sustentabilidade. Strong pediu ao seu conselheiro em indústria e comércio, o industrial suíço Stephan Schmidheiny, para que formulasse uma perspectiva global sobre o desenvolvimento sustentável a partir da visão empresarial (SCHMIDHEINY, 1992).

Schmidheiny convocou 48 executivos de grandes empresas de 28 países e com eles fundou o Business Council for Sustainable Development, o BCSD. Dois empresários brasileiros participaram do grupo, Erling Lorentzen, presidente da Aracruz Celulose, e Eliezer Baptista da Silva, à época presidente da Companhia Vale do Rio Doce. Em 1991, aquele grupo se dedicou a produzir o documento solicitado por Strong. No ano seguinte, o trabalho ficou pronto e foi publicado com o nome de *Mudando o rumo: uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente*.

A “pedra angular”, segundo Schmidheiny e o BCSD, para que o desenvolvimento sustentável ocorra é a constituição de um sistema de mercados abertos e competitivos. Tal afirmação pauta-se pela crença de que a competição estimula os produtores a minimizar os recursos utilizados e a poluição, já que esta representa recursos perdidos e, outrossim, a criação de novas tecnologias necessárias para que a produção seja mais eficiente, reduzindo ainda mais os danos ao meio ambiente. Neste sentido, os empresários do BCSD acreditam que existe uma necessidade das empresas “internalizarem” os custos da degradação ambiental a partir de três mecanismos de intervenção nas atividades empresariais. O primeiro mecanismo pautado pelas tradicionais regulações governamentais (padrões de desempenho para as

tecnologias e os produtos, padrões de emissão e efluentes, entre outros), o segundo caracterizado pela auto-regulação (iniciativas tomadas pelas próprias empresas para regularem a si mesmas como, por exemplo, o monitoramento e metas de redução de emissão de poluentes no meio ambiente, entre outras) e o terceiro, baseado em alguns mecanismos econômicos utilizados pelos governos (como impostos e encargos sobre poluição, concessão de licenças negociáveis, entre outros). É importante frisarmos que o documento reforça a maior eficácia dos mecanismos de mercado (auto-regulação) mesmo no que concerne às regulações (SCHMIDHEINY, 1992).

Quanto ao papel mais amplo do empresariado na construção de uma via de desenvolvimento sustentável as colocações abaixo, presentes no Relatório *Mudando os rumos* são bastante esclarecedoras:

“O setor empresarial desempenhará um papel vital na saúde futura de nosso planeta. Como líderes empresariais, estamos comprometidos com o desenvolvimento sustentável e com a satisfação das necessidades do presente sem comprometer o bem-estar das futuras gerações. Este conceito reconhece estarem o crescimento econômico e a proteção ambiental inextricavelmente ligados e que a qualidade de vida presente e futura se fundamenta em suprir as necessidades humanas básicas sem destruir o meio ambiente do qual toda vida depende. Novas formas de cooperação entre o governo, a empresa privada e a sociedade são necessárias para atingir esse objetivo [...] O mundo está caminhando para a desregulamentação, iniciativas privadas e mercados globais. Isso requer empresas aptas a assumir mais responsabilidades sociais, econômicas e ambientais na definição de sua atuação. Temos de expandir nosso conceito sobre aqueles que são parceiros interessados em nossas operações, incluindo não apenas os empregados e acionistas, mas também fornecedores, consumidores, vizinhos, grupos de cidadãos e outros. A comunicação apropriada com esses parceiros nos ajudará a aperfeiçoar continuamente a nossa visão, novas estratégias e ações” (SCHMIDHEINY, 1992, p. XIII).

Observando-as podemos perceber que o conceito de desenvolvimento sustentável, adotado pelo Relatório em questão, pauta-se pela definição que a Comissão de Brundtland consagrara. Logo, a idéia de conciliar crescimento econômico e proteção ambiental é reafirmada, paralelamente à preocupação com o bem-estar das gerações presentes e futuras. É nítido que algumas idéias centrais para o debate sobre a “moderna RSE” estão presentes neste discurso: a necessidade de as empresas ampliarem sua responsabilidade, atendendo aos interesses dos públicos com os quais elas se relacionam e a importância da cooperação entre governo, empresários e sociedade para o alcance do desenvolvimento sustentável.

Além disso, o relatório desenvolveu debates em torno de conceitos como o de ecoeficiência, com vista a propor soluções para a poluição, que ali foi caracterizada enquanto uma “anomalia” do sistema produtivo, já que causada pela evasão de recursos. Portanto,

naquele documento, a intervenção do empresariado nas questões ambientais e sociais foi caracterizada como um elemento estratégico de gestão, capaz de gerar vantagens competitivas para aquelas empresas que estivessem dispostas a engajar-se na formulação de uma via de desenvolvimento sustentável (SCHMIDHEINY, 1992, p.XIII-XIV). Estes argumentos estão explícitos no trecho a seguir:

“O progresso em direção ao desenvolvimento sustentável faz sentido como uma boa atividade empresarial, pois cria vantagens competitivas e novas oportunidades. Requer, todavia, mudanças de longo alcance nas atitudes das empresas e novas maneiras de fazer negócios. [...] As empresas devem esboçar planos nítidos de ação e monitorar de perto os avanços obtidos.” [...] As empresas que alcançam uma eficiência ainda maior quando evitam a poluição através de um bom gerenciamento interno de substituição de materiais, de tecnologias mais limpas e de produtos menos poluidores, e que lutam pelo uso e recuperação mais eficientes dos recursos, podem ser chamadas e ‘ecoefficientes’ ”(SCHMIDHEINY, 1992, p. XIV).

Analisando as concepções que permeiam as idéias do BCSD apresentadas acima, podemos afirmar que, se por um lado tal conselho prega que as questões ambientais e sociais sejam levadas em conta pelas empresas ao longo do processo produtivo, indo além das bases do economicismo, por outro, mantém-se atrelado a ele ao superestimar a importância da competitividade, tomada como ideologia e permeada por uma teoria superficial da globalização na qual apenas se consideram os aspectos positivos deste processo, como se todos os agentes que participam do mercado global, inclusive os mais frágeis, fossem se beneficiar dos fluxos financeiros, comerciais e tecnológicos que este mercado proporciona (SACHS, 1995).

Por último, é importante notarmos que ao debater sobre a contribuição do empresariado para promoção do desenvolvimento sustentável, o BCSD estava necessariamente remetendo-se à adoção, por parte das empresas, de práticas social e ambientalmente responsáveis. Dito isto, podemos afirmar que a crescente importância da RSE no cenário internacional a partir dos anos de 1990<sup>90</sup> deve-se tanto a esse processo de ampliação do debate sobre os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável que acabamos de apresentar – em que os empresários por serem agentes econômicos fundamentais foram e continuam sendo cobrados e convocados para gerar soluções mais positivas no que concerne os impactos ambientais e sociais de seus empreendimentos –

---

<sup>90</sup> O surgimento de iniciativas como o Pacto Global, os Princípios do Equador e da Global Report Initiative são bons exemplos disso.

quanto à expansão dos mercados em níveis nacional e internacional (e dos meios de comunicação).

Com relação ao segundo fator fazemos alguns esclarecimentos. A ampliação globalização dos mercados pode ser identificada no crescimento bastante expressivo do comércio e dos investimentos, já nos contextos nacionais tal processo se expressou através da privatização, desregulamentação e, principalmente, da abertura dos mercados (suspensão de mecanismos “protecionistas”). Esses elementos estão bastante explícitos no trecho do documento *Mudando o Rumo* em destaque acima. Nele está presente uma das idéias centrais da retórica da RSE, a de que ampliado o espaço de ação dos mercados, as empresas teriam de assumir maiores responsabilidades. De fato, a crença no poder dos mercados em si não é um problema, mas com certeza o é a crença incontestada de que eles sejam infalíveis, capazes de gerar apenas benefícios (STIGLITZ, 2003). Sendo assim, em grande parte, a predominância desta segunda visão em *Mudando o Rumo* era reflexo da hegemonia do pensamento neoliberal no que tange as políticas de promoção do desenvolvimento econômico. Acreditava-se na capacidade dos mercados para gerar recursos econômicos e alocá-los com eficiência, em detrimento do Estado, como o caminho para sair da crise econômica que abalava o sistema capitalista desde o início dos anos de 1970 e também para gerar uma sociedade mais justa.

Esta supervalorização dos mecanismos e agentes econômicos (dos mercados e das multinacionais), em detrimento dos políticos (dos Estados e de seus governantes), gerou conseqüências relevantes para a institucionalização do movimento da RSE nas duas últimas décadas. O enxugamento do Estado preconizado pelos neoliberais buscava reduzir ao mínimo possível os mecanismos de intervenção estatal na economia, desencorajando os governos a intervirem nas práticas das corporações multinacionais (evitando assim a “fuga dos investimentos”). Segundo Stiglitz (2003, p.14), “todos os países, inclusive os Estados Unidos, foram convocados a aceitar a disciplina do mercado”. Contudo, a globalização não é um processo unidimensional, ou seja, ela não é apenas econômica, mas também política (Diniz, 2007). Neste sentido, a internacionalização dos meios de comunicação tornou as empresas cada vez mais vulneráveis às pressões e protestos dos ativistas que, por sua vez, também se internacionalizaram. Tal processo, segundo Vogel (2005), gerou a “regulação civil”, um esforço para preencher o vazio de governança entre a lei e o mercado, isto é, uma forma “leve” de regular aqueles elementos presentes nas condutas das empresas que não são regulados legalmente (direito positivo).

Os efeitos negativos da globalização, não obstante a redução do custo do transporte e dos meios de comunicação que são exemplos de conquistas importantes advindas deste processo, tornaram-se cada vez mais nítidos, na medida em que ela cristaliza as profundas desigualdades que assolavam o mundo, desnudando uma realidade em que os ricos continuavam a enriquecer, mesmo que por meio de práticas ilícitas, como os diversos escândalos empresariais do final dos anos de 1990 nos demonstraram; e os pobres viam sua situação agravada pelos efeitos da confiança total e irrestrita de muitos governantes na mão invisível do mercado (DINIZ, 2007; STIGLITZ, 2003)<sup>91</sup>. Num contexto difícil como este, concordamos com Vogel (2005) que a regulação civil, característica dos compromissos civis assumidos pelas empresas no âmbito da RSE, surgiu como uma “*segunda melhor opção*” para ONGs, movimentos ativistas e governos que talvez preferissem uma regulação mais efetiva e extensiva por parte dos próprios governos e das agências multilaterais sobre as ações das empresas.

Em defesa dessa segunda melhor opção, Vogel (2005) mostra-nos que, tanto na Europa como Estados Unidos, diversas ações que nasceram no âmbito da RSE tornaram-se normas adotadas pelos governos, ou seja, contaram com a posterior legitimação do governo. Um exemplo da crescente importância da pressão civil sobre empresas e Estados foi o acordo feito entre os governos dos Estados Unidos e do Camboja, em 1999, no qual o governo norte-americano impôs como condição para comprar mais produtos têxteis daquele país a aceitação por parte do governo Cambojano de que suas empresas de tecido fossem vistoriadas por inspetores estrangeiros, visando uma avaliação da melhoria das condições de trabalho existentes nelas. Por outro lado, o mesmo autor busca demonstrar que os códigos de conduta voluntários, assumidos pelas empresas no plano internacional, muitas vezes nasceram de iniciativas lideradas por diferentes Estados e por organizações multilaterais. Um exemplo disso foi que as negociações que geraram o compromisso para melhorar as condições de trabalho e das normas ambientais entre produtores de café foram fundadas pelo governo alemão. Com relação às agências multilaterais, podemos citar o Pacto Global, criado pela ONU, e os padrões de empréstimos desenvolvidos pelo Banco Mundial que deram base aos Princípios do Equador. Ainda devemos lembrar, como o fez Vogel (2005), que tanto ações governamentais (regulações legais) quanto as ações advindas dos compromissos das empresas com a RSE (tratados de combate ao trabalho infantil, por exemplo) podem impactar o bem-estar público de maneira nefasta. Em relação ao Estado podemos dizer que muitas das leis

---

<sup>91</sup> Apesar das fortes restrições internacionais às políticas estatais que tentavam intervir no mercado não podemos negar que ainda assim havia espaço para ação governamental.

implementadas por ele podem gerar mais benefícios para as empresas do que bens para sociedade como um todo. Por outro lado, as restrições das empresas em empregar trabalhadores com menos de 18 anos em países como o Vietnã e o próprio Brasil podem representar um grande problema para o orçamento de diversas famílias nestes países<sup>92</sup>. Isto não quer dizer que deveríamos abandonar a luta contra o trabalho infantil, mas sim que muitas das prioridades das ONGs ocidentais podem não convergir, pragmaticamente, com os objetivos das famílias pobres dos países em desenvolvimento.

Seguindo a análise de Vogel (2005), que nos ajuda a pensar a institucionalização do movimento de RSE como uma *"segunda melhor opção"*, apresentamos agora o seu ponto central. Observados os exemplos acima, podemos afirmar que, ao contrário do que defendem os neoliberais, sempre haverá um importante papel para o Estado. Porque por mais que as convenções voluntárias sejam importantes para melhorar o comportamento das empresas, o papel do Estado é ainda mais essencial. Afinal, o poder de punição do direito positivo (da lei), ao menos teoricamente, é mais forte do que o do direito moral (BOBBIO, 2004). Logo, a regulação depende muito de uma forte e eficiente esfera governamental. Contudo, como sublinhou Vogel (2005), se os impactos dos compromissos civis serão sempre limitados, caso o governo não seja capaz de apoiá-los, o mesmo se dará em relação ao direito positivo. Se as leis não apresentarem um certo grau de legitimidade perante a sociedade, logo, burlá-las não se colocará como um grande problema para muitos cidadãos.

Sendo assim, concordamos mais uma vez com Vogel (2005) quando este atesta que a constatação da complementaridade entre as regulações civis e as governamentais deve nos levar a pensar a RSE a partir de uma perspectiva mais ampla. Neste sentido, as empresas devem torná-la um importante instrumento para a conformação de políticas públicas, trazendo para o debate sobre sustentabilidade empresarial uma discussão política, que leve em conta a importância de se fortalecer as capacidades do governo e da sociedade civil de cobrar as empresas para que adotem práticas mais responsáveis. Portanto, as empresas deveriam apoiar não só iniciativas de regulação civil, mas também políticas públicas que estabelecessem os

---

<sup>92</sup> Um bom exemplo para ilustrarmos o que queremos dizer está explícito na colocação feita por Carlos Lessa, economista e ex-presidente do BNDES (2003-2004), sobre as conseqüências, por vezes nefastas, que o Estatuto da Criança e do Adolescente e a falta de um bom sistema de ensino profissional trouxeram para as famílias pobres das periferias das grandes cidades brasileiras. Vejamos como Lessa retratou tal problema: "o Estatuto da Criança e do Adolescente interrompeu um sistema de profissionalização informal que era o seguinte: é muito comum na periferia uma família criar um filho que tem 10, 11, 12 anos e pagá-lo para estar junto de um oficial de uma profissão e aprender. Em troca, ele não recebe remuneração nenhuma, mas fica durante alguns anos ajudando aquele profissional. [...] Pois bem, esse sistema é generalizado nas periferias urbanas e o Estatuto da Criança bloqueia esse negócio. Não há mais oficina que tenha a coragem de aceitar menor sem remuneração. Porque toma uma paulada enorme. Se tivéssemos criado um sistema de educação profissional alternativo, belíssimo, mas não criamos. Bloqueamos um sistema que o povo inventou. Exemplos como esse posso relacionar dezenas" (SALLES et al, 2004, p.32-39).

padrões mínimos de um comportamento socialmente responsável para empresas. Isto é, para que a RSE realmente se torne um elemento de contribuição para o bem-estar social, as empresas devem impulsionar tanto as regulações civis quanto aquelas de caráter governamental. As primeiras refletiriam as capacidades de regulação mercadológicas e as segundas refletiriam os seus significativos limites.

Nas próximas seções buscaremos demonstrar quais são as principais características da concepção de RSE promovida pelo Ethos, procurando explicitar o quanto ela está marcada pela idéia de que as empresas devem ampliar as possibilidades de diálogo com os diversos públicos com os quais elas se relacionam<sup>93</sup> (aumentando suas interdependências em relação a eles) e o quanto a questão do dever ético está presente nesta concepção. Além disso, tentaremos também destacar que a concepção de RSE do Ethos apresenta um caráter mercadológico.

## **2.2 O INSTITUTO ETHOS E AS CONCEPÇÕES SUBJACENTES AO SEU DISCURSO**

Segundo o Ethos as empresas devem ampliar suas preocupações e metas para além da eficiência econômica, utilizando suas capacidades de desenvolver idéias – inovação tecnológica capaz de gerar desenvolvimento econômico e hábitos diversos<sup>94</sup> – seu capital econômico e sua rede social para conformar ações, por vezes em cooperação com a sociedade civil e com o Estado, que promovam o bem-estar de seus funcionários e das comunidades nas quais estão sediadas e que garantam também a sustentabilidade ambiental.

Sendo assim, para este Instituto somente a adoção pelas empresas de uma postura socialmente responsável – voltada para o diálogo e caracterizada pela transparência, elementos estes capazes de aproximá-las da sociedade – conseguiria conformar soluções para os diversos problemas sociais e ambientais que cada vez mais afligem não só as atividades empresariais, mas também todos os setores da sociedade. Vejamos:

---

<sup>93</sup> Os públicos-alvos com os quais as empresas se relacionam – clientes, trabalhadores, investidores/acionistas, fornecedores, comunidades e Estado – tem sido convencionalmente chamados pela literatura que trata do movimento da RSE de *stakeholders*.

<sup>94</sup> Como ressaltou Evans (2005), o poder simbólico adquiridos por algumas empresas como a Coca-Cola e a MTV tem grande capacidade de influenciar aspectos culturais de nossas vidas como gostos e valores que nos levam a consumir embasados nas idéias e imagens controladas por esses “impérios”.

“Acreditamos que o diálogo é o único meio legítimo de realização da persuasão, da superação de divergências e da resolução de conflitos. Buscaremos identificar e atender aos legítimos interesses das várias partes interessadas – pessoas ou grupos de pessoas e organizações afetadas pela nossa atuação – de maneira equânime, transparente e sem subterfúgios, garantindo-lhes veracidade e objetividade nas informações” (ETHOS, 2009e, p. 22).

Ressaltemos aqui o quanto esta passagem torna explícita a convergência do pensamento político do Ethos com aquele apregoado pelo PNBE em seus primeiros anos. Dito isto, destaquemos que para o Ethos a RSE é:

“[...] a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais<sup>95</sup>”.

Observada a passagem em destaque, podemos concluir que o Ethos pretende engajar as empresas, por meio da construção de um novo parâmetro de gestão no meio empresarial, na busca por uma via de desenvolvimento sustentável. Tal elemento está nitidamente explicitado na própria missão do Instituto que é: “Mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa” (ETHOS, 2009e, p.7)<sup>96</sup>.

Voltemos nossa atenção agora para três fatores cruciais intrínsecos ao discurso da RSE. Para tanto, devemos observar a definição do princípio de RSE descrito na Carta de Princípios do Ethos:

“Reconhecemos a responsabilidade pelos resultados e impactos das ações de nossa empresa no meio natural e social afetados por nossas atividades empresariais e envidaremos todos os esforços no sentido de conhecer e cumprir a legislação e de,

<sup>95</sup> Disponível em: <[www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)>, Acesso em: 18/12/09.

<sup>96</sup> Em entrevista à revista de economia e negócios *Amanhã* (Csordas, 2008), Ricardo Young, ao criticar a proliferação das universidades corporativas no Brasil, nos dá um bom exemplo de como as empresas podem adotar uma postura mais cooperativa em relação à sociedade. Vejamos isto nas palavras do próprio empresário: “Hoje, há mais de 100 universidades corporativas no Brasil, que terceirizam a educação e rebaixam a democratização do ensino à segunda ou à terceira prioridade. Por outro lado, as universidades emulam empresas para preparar gente para o mercado e se despem da sua função tradicional de universidades ao priorizar o ensino técnico. Então, temos um diálogo de surdo e mudo [...] Particularmente, sou contra uma empresa criar uma escola para formar os seus próprios funcionários. Considero isso arrogante. Não vou discutir se é necessário ou não, dado o caos da nossa educação. [...] Mas o papel da empresa não é tentar reproduzir, dentro de si própria, as funções que o conjunto da sociedade pode fazer melhor. A empresa deve ser uma indutora de processos de aprendizagem contínua. E essa indução pode vir por parcerias, inclusive com programas de universidades. O dinheiro que ela eventualmente coloca em uma universidade corporativa deveria ser investido em um convênio com escolas de negócios, com centros de capacitação, com sistemas via aprendizagem industrial. Investindo em escolas, constitui-se um laboratório para a geração de saberes que possam ser aplicados no conjunto da sociedade – resguardadas, obviamente, as questões industriais e de segredo de concorrência”.

voluntariamente, exceder nossas obrigações naquilo que seja relevante para o bem-estar da coletividade. Procuraremos desenvolver e divulgar a todas as partes interessadas um programa ativo e contínuo de aperfeiçoamento ético de nossas relações com as pessoas e entidades públicas ou privadas envolvidas em nossas ações<sup>97</sup>”.

Analisemos agora os fatores mencionados. O primeiro refere-se ao fato de que este princípio deve ser incorporado por todas as empresas que se associam ao Ethos, logo todas elas devem admitir a *responsabilidade* sobre os impactos sociais e ambientais de seus empreendimentos, tendo em vista que muitos deles, historicamente, têm causado transtornos irreparáveis às sociedades<sup>98</sup>. Podemos dizer, além disso, que está implícita nesta passagem a idéia de reparação, ou seja, de que as empresas devem se esforçar para mitigar os impactos negativos de suas atividades e maximizar os positivos.

O segundo elemento está estreitamente relacionado ao primeiro, referindo-se ao compromisso com o “ir além” das exigências legais, o que traz à tona o caráter voluntário da RSE, ou seja, esta se coloca enquanto uma decisão do campo da ética. Assim, tal compromisso se dá no âmbito de duas lógicas diferenciadas, a do dever legal e a do “dever” ético. Afinal, de acordo com o Ethos: “São os Stakeholders, sejam eles consumidores, funcionários, vizinhos, agentes de crédito, fornecedores, acionistas, entre outros, que legitimam as atividades de uma organização – a isso damos o nome de “licença social” (ETHOS, 2009e, p.28)<sup>99</sup>. Isto é, as empresas só existem porque os atores sociais com os quais elas se relacionam as legitimam, legitimam suas atividades e, por isso, elas devem se preocupar com o bem-estar deles e em mantê-los informados sobre suas ações. Voltando a discussão de Vogel (2005), podemos dizer que é no compromisso com as duas lógicas variadas de que falamos acima que se insere a questão da participação das empresas na formulação de políticas públicas. As empresas deveriam não só respeitar as leis vigentes e consolidar práticas e compromissos voluntários, mas também participar no processo de formulação de novas leis que possam fortalecer a lógica da RSE.

---

<sup>97</sup> Disponível em: <[www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)>, Acesso em: 18/12/09.

<sup>98</sup> São inúmeros os exemplos que comprovam que as empresas podem causar grandes estragos sociais e ambientais. Para conhecer casos em que irresponsabilidade ambiental e social das empresas gerou diversos problemas tanto para a sociedade quanto para seus próprios negócios, comprometendo até mesmo a “sobrevivência” delas; ver: ALMEIDA (2002) e STIGLITZ (2003). Devemos sublinhar que os empreendimentos empresariais também são capazes de promover benefícios sociais como a geração de empregos e a contribuição, por meio dos impostos, ao orçamento público, o que permite o financiamento dos serviços sociais estatais.

<sup>99</sup> O argumento de que as empresas devem retribuir à sociedade o que esta gera para as primeiras torna explícito que o discurso do Ethos é perpassado, em muitos momentos, por um idealismo ético marcante.

O terceiro fator aponta uma característica crucial do projeto do Ethos, que é o seu caráter processual, ou seja, a busca gradual pela inserção de práticas socialmente responsáveis nos diversos âmbitos da atividade empresarial, tornando-as parte relevante da gestão. Neste ponto está implícita a idéia de planejamento que é central no projeto pedagógico liderado pelo Ethos.

Destacados alguns elementos fundamentais presentes no discurso do Ethos, na seção seguinte nos dedicaremos a apresentar o argumento chave da concepção de RSE delineada pelo Instituto em questão. A idéia de que a RSE deve ser encarada não apenas como um benefício aos públicos com os quais as empresas se relacionam, mas também como uma maneira de elas constituírem vantagens competitivas, algo extremamente interessante em um contexto marcado pela alta competitividade. Eis o caráter mercadológico da RSE apregoada pelo Ethos.

### **2.2.1 A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL COMO UMA VANTAGEM COMPETITIVA: OS DESAFIOS A UMA NOVA ORDEM CAPITALISTA**

Tomando por base a análise de Cheibub e Locke apresentada na introdução deste trabalho, podemos afirmar que a concepção de RSE defendida pelo Ethos encaixa-se no que estes dois autores chamaram de modelo progressista, isto é, que entende a RSE enquanto uma nova cultura gerencial capaz de trazer para as empresas vantagens competitivas, diminuindo os riscos de suas atividades. Esta reflexão está na base do seguinte argumento de Hélio Mattar:

“O primeiro é a necessidade das empresas em se diferenciar competitivamente, o que é extremamente difícil, já que hoje a diferenciação de produtos e de custos é praticamente impossível. Os rendimentos acabam decrescendo. Cada vez mais essa diferenciação virá das qualidades sociais e ambientais de cada empresa. O outro ponto a ser ressaltado é a própria reputação da empresa. Em um mundo de enorme visibilidade e transparência oferecidas pela internet, as empresas se tornaram os grandes atores da novela cotidiana da sociedade. E a marca passa a ser uma junção dos princípios e valores que a empresa de fato pratica e possui e que mostram ao público quem ela realmente é do ponto de vista de conceito e valor<sup>100</sup>”.

Segundo Grajew, que vai ainda mais longe, o próprio desenvolvimento futuro das empresas está diretamente ligado à adoção de tais práticas de sustentabilidade:

---

<sup>100</sup> Disponível em: [www.revistamarketing.com.br/materia.aspx?m](http://www.revistamarketing.com.br/materia.aspx?m) (2 março de 2009). Acesso em: 12/11/09.

“[...] se os princípios de ética, de transparência e de respeito aos clientes, fornecedores e público interno não forem incorporados como estratégia de negócio, a empresa corre o sério risco de não resistir ao tempo ou de perder competitividade. As empresas que, em compensação, incorporarem esses princípios e os aplicarem corretamente obterão, em recompensa, resultados sustentáveis e duradouros. Tais resultados podem advir na forma de incremento de margens de lucro, valorização da imagem institucional e da marca, maior lealdade do consumidor, maior capacidade de recrutar e manter talentos, flexibilidade e capacidade de adaptação e longevidade. [...] Minha opinião é que a responsabilidade social empresarial é, hoje, o único caminho para o lucro e a sustentabilidade dos negócios no longo prazo. O maior patrimônio das empresas, hoje, é a sua credibilidade<sup>101</sup>”.

Então, de acordo com o Ethos, as estratégias sustentáveis são capazes diminuir os riscos que a atividade empresarial é capaz de produzir, o que contribui para a sua própria “sobrevivência”<sup>102</sup>. Portanto, como foi ressaltado também na fala de Mattar, tais ações sustentáveis são, supostamente, capazes de fortalecer a imagem e a credibilidade das empresas perante seus stakeholders e isso pode ajudar a garantir a longevidade dos negócios.

Assim, a concepção de RSE difundida a partir do Ethos propõe-se a instituir uma relação direta entre a ética empresarial e a prosperidade econômica – concepção esta que o Instituto pretende tornar hegemônica – dando prestígio e status de poder no meio empresarial àquelas empresas que assumem práticas socialmente responsáveis, o que, ao menos na teoria, exigiria daquelas que não o fazem uma mudança de comportamento com vistas a manterem a legitimidade de sua imagem no mercado.

Contudo, um dos grandes desafios iniciais do Ethos foi conscientizar as empresas de que a RSE não é um encargo a mais a pagar, mas sim uma vantagem, já que “*não existem bons negócios em sociedades falidas*” (ALMEIDA, 2002, p.17). A fala de Grajew exposta a seguir esclarece bastante as dimensões do desafio que o Ethos enfrentou em seus primórdios (e ainda continua enfrentando):

“O principal foi mudar a visão de que estávamos criando mais um encargo para a empresa, mais um custo e uma ameaça à sua competitividade no mercado, ou ainda, um obstáculo à melhoria do desempenho financeiro e econômico. Para contrapor isso, foi preciso mostrar as vantagens e que, quanto mais socialmente responsável for a empresa, menos riscos correrá. Menos risco ambiental, risco social e risco ético” (COEP, 2008, p. 133).

<sup>101</sup> Disponível em: [www.rae.com.br/artigos/3719.pdf](http://www.rae.com.br/artigos/3719.pdf) (fevereiro/abril de 2005). Acesso em 14/11/09.

<sup>102</sup> Como ressaltou Fernando Alves Almeida (2002), presidente executivo do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (órgão vinculado ao Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável), a idéia de sustentabilidade pode ser traduzida como “sobrevivência”, seja ela do planeta, das sociedades ou dos empreendimentos econômicos.

O Ethos vem tentando recuperar a idéia de que toda decisão empresarial tem sempre uma dimensão ética e de que tal dimensão é crucial para que as sociedades possam confiar nas empresas. Entretanto, este debate trouxe à tona uma questão paradoxal: a existência, na concepção de muitos, de um antagonismo entre a ética e as atividades empresariais. Logo, outro desafio fundamental para este Instituto é vencer a desconfiança daqueles para quem falar de ética nos negócios não passa de um “idealismo ilusório”. A idéia de que as empresas só têm legitimidade quando alcançam benefícios financeiros e econômicos (embasados nas regras do mercado) muito presente na história do capitalismo é o tipo pensamento empresarial que o Ethos pretende combater (GARCÍA-MARZÁ, 2007). Assim, o discurso e as práticas desenvolvidos por ele propõem-se a funcionar como uma estratégia de gestão que deve compor todas as ações da empresa, estreitando os laços de confiança existentes entre ela e todos os grupos que a formam ou que de alguma maneira são impactados por suas atividades.

As seguintes colocações de Grajew sobre os possíveis prejuízos da constante distorção que empresas fazem do conceito de RSE, associando-o simplesmente às ações sociais filantrópicas, são fundamentais para entendermos o tipo de postura “socialmente responsável” que o Ethos pretende produzir:

“Ao fazer esta distorção, a ação social corre o risco de ser vista como uma tentativa de melhorar a imagem da empresa, mas sem que ela realmente esteja debruçada sobre a questão ética [...] Também pode atentar contra a credibilidade de tudo que temos feito até hoje. Se nossa missão for desacreditada, ocorrerá um imenso retrocesso neste movimento de levar a ética para as empresas e, se as empresas se restringirem a uma mera ação social, sem uma abrangência sobre a sua atividade, a sociedade olhará nosso trabalho apenas como uma tentativa de maquiagem uma determinada atividade [...] Não se pode confundir responsabilidade social com filantropia. Apesar de ser muito importante, vale lembrar que a filantropia também é praticada pelo jogo do bicho, pelo tráfico organizado, por algumas igrejas que tentam muitas vezes explorar a boa fé das pessoas” (ETHOS, 2002, 1-2).

Outro grande desafio para a conformação deste novo conjunto de práticas empresariais, talvez o maior deles, é a existência de uma desconfiança em relação às elites como um todo, o que em um país como o Brasil, marcado pela desigualdade social, torna-se ainda mais justificável. Grajew reconhece a existência e a legitimidade dessa desconfiança, mas acredita que existe “uma nova elite” que está buscando mudanças<sup>103</sup>:

---

<sup>103</sup> Contradizendo tal idéia sobre as elites nacionais exposta por Grajew, em entrevista à revista Caros Amigos (Salles et al., 2004, p. 32-39), o economista e ex-presidente do BNDES, Carlos Lessa, afirmou que o comportamento das elites brasileiras, principalmente as elites empresariais, é lamentável. Nas palavras do economista: “Acho que as elites empresariais brasileiras não pensam no interesse nacional”. Para embasar este argumento ele citou o caso em que, enquanto presidente do BNDES (2003-2004), implorou “de joelhos” para que as grandes empresas brasileiras do setor de agronegócio avícola (sobretudo

“Tem a velha e a nova elite. A velha ajudou a construir este país do jeito que está e ainda usufrui dos privilégios. Essa não quer mudanças. Mas a nova sente os efeitos dessa realidade. Ela não participou desse processo e quer mudar. São novas gerações, que não estão muito atreladas a favores e privilégios e têm uma relação mais cosmopolita, conhecem outras realidades. É uma elite mais intelectualizada e reflexiva. É a esperança do Brasil e pode participar da construção de uma nova realidade. [...] Estamos pessimamente situados em qualquer ranking da área social. E os empresários sempre fizeram parte da elite brasileira, sempre tiveram responsabilidade sobre tudo o que aconteceu, por descaso ou omissão. Então, a desconfiança é justificável. Agora, é importante agir para que não apenas os empresários percam tudo. O Brasil caminha rapidamente para um grande esgarçamento do tecido social. A menos que façamos uma grande mobilização nacional. Só não enxerga isso quem for absolutamente insensível<sup>104</sup>”.

Notemos que para Grajew a conscientização das elites acerca da necessidade de melhorar as condições sociais do país e com isso uma participação social diferente por parte delas é fundamental para que ocorra uma transformação social mais expressiva no Brasil. Neste sentido, o Ethos e seus principais líderes acreditam que a RSE se coloca com uma forma da elite empresarial dar a sua contribuição para tal mudança da realidade.

Além disso, não podemos deixar de enfatizar que boa parte das reflexões do Ethos sobre a RSE já estavam presentes nos debates de *Nosso futuro comum* (1991) e de *Mudando o rumo* (1992), já que ambos os relatórios, assim como o Ethos, acreditam que se as empresas expandirem seus interesses para além da esfera econômica serão capazes de gerar sociedades mais sustentáveis. O próprio Ethos tem se colocado enquanto “parte da contribuição brasileira ao movimento mundial pela sustentabilidade” (ETHOS, 2009, p. 2). A publicação, em 2006, pelo Instituto do Manifesto pela Sustentabilidade, que afirmava ser a “premissa do desenvolvimento sustentável o motor de sua ação estratégica<sup>105</sup>”, é o maior indício de que a retórica do Ethos sobre a RSE se baseia em muitos conceitos que são intrínsecos ao movimento de sustentabilidade internacional – inclusive a idéia de que o mercado tem

---

Sadia e Perdígão) comprassem a Chapecó – uma grande granja agrícola que operava cinco plantas industriais situadas nos três estados do sul do Brasil e que gerava em torno de 5.000 empregos diretos na região – que estava prestes a quebrar. Como presidente do BNDES, preocupado com o a crise social que a falência da empresa em questão traria para alguns municípios, Lessa prometeu dar apoio total às empresas brasileiras do setor que quisessem comprá-la, contudo, disse ter levado um “não”. Dito isto, nos questionamos se não seria uma atitude “socialmente responsável” das grandes empresas do setor avícola aceitar a proposta do BNDES? Talvez uma elite empresarial mais voltada para a idéia de cooperação apregoada pelo Ethos entendesse a importância social de se evitar a falência da Chapecó.

<sup>104</sup> Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoe/1635/1635vermelhas.htm>. (20/12/2000). Acesso em: 10/11/09

<sup>105</sup> Disponível em: <[www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)>, Acesso em: 10/12/09.

grandes potencialidades para promover o bem-estar social – e tem a mesma finalidade que ele: contribuir para a consolidação de uma via de desenvolvimento sustentável.

Apesar de a retórica da RSE constituída pelo Ethos convergir em diversos pontos com aquela presente nos documentos publicados pelo BCSD e pela CMMD, tentaremos mostrar na próxima seção que o projeto do Ethos preconiza um papel para as empresas que vai além do que foi atribuído para elas nos relatórios em questão, buscando reformar o capitalismo em prol de um novo modelo de desenvolvimento.

### **2.3 EM BUSCA DE UMA TERCEIRA VIA: REFORMANDO O CAPITALISMO**

Está bastante explícito na argumentação do Ethos que o objetivo principal desta entidade é conformar uma nova via de desenvolvimento capitalista pautada por uma *economia de mercado sustentável*. Este Instituto acredita que o mercado pode gerar muitos benefícios para sociedade como está explícito em sua Carta de Princípios, exposta no Relatório de Sustentabilidade: “Consideramos que o sucesso do nosso empreendimento é interdependente com o bem-estar da sociedade. A saudável disputa nos negócios deve promover a sustentabilidade social, econômica e ambiental” (ETHOS, 2009e, p. 22). Logo, para o Ethos, se os instrumentos de mercado forem usados de forma ética, as empresas, ao buscarem maneiras de se distinguir e distinguir também seus produtos no mercado (vantagens competitivas), podem gerar enormes benefícios à sociedade.

Acreditamos que tal crença no poder do mercado, entretanto, não possa ser confundida com a crença irrestrita no mercado apregoada pelos neoliberais. Afinal, ao contrário dos ideólogos da “mão invisível” o Ethos acredita que há um importante papel a ser exercido pelo Estado e não enxerga qualquer dicotomia entre o papel deste e aquele que deve ser desempenhado pela sociedade civil. Nas afirmações abaixo Ricardo Young deixa claro a distância existente entre o projeto desta entidade e aquele preconizado pelos neoliberais:

“Acabou a visão neoliberal de que pode haver uma acumulação capitalista sem redistribuição de renda e sem regulação do mercado e de que os padrões de produção e de consumo atuais podem se perpetuar” [...] esta é uma crise de padrão civilizatório, e não existe mudança dessa natureza sem sofrimento. O desafio é fazer essa travessia com o mínimo de dor” (ETHOS, 2009e, p. 25).

Portanto, o Ethos entende a crise atual como uma crise de civilização e não como algo intrínseco ao modelo de sociedade capitalista. Além disso, o Instituto defende a regulação dos

mercados e a existência de um Estado ativo. Grajew definiu bem o papel do Estado na seguinte passagem:

“Quanto ao papel do Estado, ele é insubstituível. Educação, saúde, segurança, direitos humanos e todas as ações básicas são responsabilidades do Estado. O papel das empresas e da sociedade civil é dar referências, criar exemplos e formas de atuação que possam ser absorvidas como políticas públicas<sup>106</sup>”.

Tendo em vista tais afirmações, podemos perceber que para o Ethos, as empresas e a sociedade civil organizada devem se tornar parceiras do Estado na solução dos problemas, conformando ações que possam maximizar a eficiência das políticas públicas. Ademais, é necessário que se incentive ações autônomas que tenham por base a construção de um mundo mais digno. Isto significa dizer que a mudança deve se dar com a participação de cada um de nós e no cotidiano (ETHOS, 2006). No Relatório publicado pelo Ethos sobre “O que as empresas podem fazer pela erradicação da pobreza” tal concepção do processo de transformação social torna-se bem mais clara:

“Agir para erradicar a pobreza é, antes de tudo, uma responsabilidade de todos os níveis de governo. Já, cobrar do Estado uma ação efetiva é uma responsabilidade de todos nós. Entretanto, as responsabilidades não terminam nessas ações: o governo pode e deve nos indagar sobre qual é a parte das empresas e da sociedade civil nesse processo, sobre o que fazemos enquanto pessoas jurídicas e físicas em nosso dia-a-dia. Ajudamos ou não ajudamos? Somos parte do problema ou parte da solução?” (ETHOS, 2003, p.11-12) “Infelizmente, possíveis soluções e caminhos visando ao enfrentamento da pobreza ou a sua erradicação não constituem ainda uma ação articulada, de co-responsabilidade, entre Estado, sociedade civil e empresas privadas” (ETHOS, 2003, p.17).

Dito isto, entendemos que está intrínseco ao projeto do Ethos de busca pelo desenvolvimento sustentável, a idéia de que há um tipo de capitalismo diferente do neoliberal que deve ser alcançado por meio de reformas. Como foi enfatizado por Stiglitz (2003), a falência do “governo excessivamente intruso” do socialismo real e o enfraquecimento das concepções de governo “minimalista” da direita neoliberal trouxe a possibilidade de pensar “terceiras vias”, que se localizam exatamente, retomando as palavras deste autor:

“[...] entre aqueles que querem um papel dominante para o governo na economia e aqueles que defendem um papel minimalista; mas que também está entre os críticos que consideram o capitalismo um sistema podre até o âmago e aqueles que vêem a economia de mercado como imaculada, uma invenção milagrosa do homem que traz prosperidade sem precedentes a todos” (STIGLITZ, 2003, p. 292).

<sup>106</sup> Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoe/1635/1635vermelhas.htm>. (20/12/2000). Acesso em: 10/11/09

Acreditamos que a busca por um capitalismo mais humanista seja a grande utopia do momento tanto para entidades como Ethos quanto para muitos governos contemporâneos. Contudo, ainda não são muitos aqueles que acreditam que esta nova metamorfose capitalista possa ser entendida como o fim da crença no paradigma de desenvolvimento neoliberal. Este é o debate da próxima seção.

### **2.3.1 O TERCEIRO SETOR E O NEOLIBERALISMO DA TERCEIRA VIA: POSICIONANDO O ETHOS**

A partir dos anos de 1990, houve no Brasil um significativo crescimento dos “investimentos privados com fins públicos”. Os atores sociais responsáveis pelo desenvolvimento deste fenômeno social – indivíduos e organizações privadas sem fins lucrativos e não governamentais<sup>107</sup> – têm sido aglutinados sob uma única nomenclatura, o chamado Terceiro Setor. Este conceito é parte de uma abordagem teórica, fundada nos Estados Unidos ainda nos anos de 1970 por economistas neoclássicos, que dividem a sociedade em três setores compartimentados: o Primeiro Setor (Estado), o Segundo Setor (Mercado) e o Terceiro Setor (Organizações institucionalizadas, não-governamentais, não-lucrativas e não-confessionais) (FILHO, 2002). No Brasil, a partir da análise de Fernandes (1994), o conceito de Terceiro Setor teve seus componentes ampliados, aglutinando formas tradicionais de ajuda mútua (as quais não são institucionalizadas); movimentos sociais (muitos deles também não são institucionalizados); associações civis; ONGS e a filantropia empresarial. Contudo, manteve, como seus valores básicos, a solidariedade e a voluntariedade.

Como ressaltou Garcia (2001), grande parte das formulações teóricas a respeito do florescimento do Terceiro Setor estão associadas a concepções de caráter neoliberal (pautando-se pela interpretação deste conceito via literatura anglo-saxônica), tendo como base a idéia de que os atores da iniciativa privada (Segundo e Terceiro Setor) seriam mais eficientes do que o Estado na organização das dinâmicas sociais. Sendo assim, de acordo com

---

<sup>107</sup> Segundo Fernandes (1994), tal definição de Terceiro Setor “não governamental” e “sem fins lucrativos” ou “não-lucrativo” deve-se ao fato de que é importante diferenciá-lo dos outros dois setores, já que há entre ele e ambos duas coisas em comum: com o Estado ele tem em comum o fato de que ambos cumprem uma função coletiva ou uma função pública, por sua vez, com o mercado o Terceiro Setor tem em comum a independência e a capacidade de auto-gerência de suas instituições que é similar a de uma empresa.

essa teoria, muitas das responsabilidades do Estado referentes aos direitos de cidadania deveriam ser repassadas à sociedade civil. Tal fato, contudo, daria origem a uma solidariedade não mais pautada por critérios de igualdade e de universalização de direitos, mas sim por ações de benemerência dos que podem doar seu tempo e seu dinheiro aos que necessitam de assistência.

Uma enxurrada de críticas tem caído sobre tais concepções teóricas do Terceiro Setor, a maioria delas, como destacou Garcia (2001), preocupadas em ressaltar o seu caráter conservador, tendo em vista que a divisão da sociedade em três setores estanques (Estado, mercado e sociedade civil) dificulta a articulação político- democrática, e sua propensão para adoção de práticas gerenciais de caráter mercadológicos.

Feitas as devidas colocações sobre a abordagem da literatura anglo-saxônica acerca do conceito de Terceiro Setor – abordagem que no Brasil tem sido mais amplamente adotada e que tem gerado muitas polêmicas em torno deste termo – devemos afirmar agora que esta não é única interpretação existente sobre ele. Concordamos aqui com Garcia (2001), quando ele afirma que a idéia de Terceiro Setor ainda está em disputa, ou seja, tal conceito ainda está em processo de formação. Logo, podemos afirmar que existe uma *confluência perversa* entre dois projetos políticos diferenciados: um projeto político voltado para a extensão da cidadania e do aprofundamento democrático a partir da intensificação da participação social nos processos decisórios e outro de caráter neoliberal, que preconiza um Estado desprovido de instrumentos de intervenção social que possam garantir os direitos de cidadania. Ambos, apesar de suas claras diferenças, exigem uma sociedade civil ativa (DAGNINO, 2004). Com isso, podemos dizer que, se por um lado, muitas abordagens têm usado tal conceito para legitimar argumentações teóricas de viés neoliberal, por outro, seria um exagero caracterizar as práticas de todas as instituições que fazem uso do termo como difusoras desta ideologia.

Em nosso ponto vista, o Ethos é um importante exemplo da existência da dita *confluência perversa*, afinal tal Instituto, como enfatizamos anteriormente, vem se colocando contra qualquer possibilidade de aprofundamento do projeto neoliberal no Brasil. O fato do principal líder deste Instituto, Oded Grajew, ter sido o mentor do Fórum Social Mundial (do qual o Ethos participa intensamente), uma das iniciativas mais bem sucedidas de combate político e democrático à ordem neoliberal, serve de indício para que possamos afirmar sem receio a divergência do Ethos em relação a qualquer projeto de caráter neoliberal. Entretanto, esta não é a opinião de grande parte da literatura acadêmica interessada no assunto. Como veremos abaixo, o posicionamento do Ethos tem sido identificado com vertentes do

neoliberalismo de caráter não ortodoxo que surgiram das metamorfoses sofridas por este ideário durante os anos de 1990. A seguir tentaremos refutar tais idéias.

Segundo Martins (2007), tanto o projeto político PNBE quanto o do Ethos são reflexos do que ele entende por *revisionismo neoliberal* ou por *neoliberalismo da terceira via*, que é um projeto político do capital constituído a partir do começo dos anos de 1990. Tal proposta seria um processo de realinhamento do neoliberalismo – em contraposição à sua versão mais ortodoxa que durante os anos de 1980 não fora eficiente em recuperar as taxas de crescimento econômico atingidas pelos países industrializados durante os “anos dourados” do capitalismo – em bases políticas menos instáveis, isto é, que não gerassem tantas reações negativas à coesão social. Este novo neoliberalismo passou a incentivar a intensa participação da sociedade civil no processo de consolidação das políticas, ao contrário da ortodoxia neoliberal que pregava até mesmo a repressão aos movimentos sociais. É no bojo deste movimento de reestruturação que nasce, portanto, a *confluência perversa* da qual falamos acima.

A principal característica da *terceira via neoliberal* foi a sua tentativa em conciliar uma economia de mercado bem sucedida com justiça social. E talvez por isso este neoliberalismo mais “humano” tenha sido compartilhado por diversos governos durante a década de 1990. Entre os países desenvolvidos, os governos de Bill Clinton, nos EUA e de Tony Blair, na Inglaterra, foram aqueles que melhor expressaram as características deste novo projeto, já entre os países em desenvolvimento, o governo de Cardoso no Brasil foi a sua maior expressão (MARTINS, 2007).

O reposicionamento de instituições multilaterais em relação ao neoliberalismo ortodoxo, como ocorreu com o Banco Mundial ainda em fins da década de 1980, deu-se como um sinal da reformulação que o projeto neoliberal iria sofrer no decênio seguinte. Segundo Diniz (2007), já nesta época, um documento do Banco Mundial se colocava em defesa de uma maior participação do Estado no processo consolidação de economias mercado bem sucedidas. Para justificar a nova argumentação, o Banco usava como exemplo o, à época recente, processo de modernização e desenvolvimento dos países do Sudeste Asiático, em que a ação governamental se fizera decisiva. Ou seja, o Estado já não parecia um elemento tão supérfluo à política econômica.

Seguindo a análise de Martins (2007), podemos dizer que foi nesta época que os órgãos multilaterais começaram a inserir temáticas como o “diálogo” e a “participação social” em sua agenda política. As ONGs passaram a ser vistas como importantes parceiras do Estado

(eis a questão do terceiro setor debatida anteriormente) e como fundamentais para mobilizar as comunidades em prol da solução dos seus próprios problemas.

Podemos afirmar, ainda de acordo com Martins (2007), que o principal indício da existência de um projeto de terceira via neoliberal foram os diversos encontros organizados por chefes de Estado que se identificavam com tal projeto. Se os primeiros encontros só reuniram os chefes de Estado dos EUA, da Inglaterra e de outros países europeus como Itália e Alemanha, os seguintes começaram a ampliar o escopo das reuniões, dando origem ao movimento que passou a ser chamado de *Cúpula da Governança Progressiva*, uma espécie de fórum para o intercâmbio de experiências políticas.

Por último, devemos ressaltar que o principal intelectual responsável pela retomada do debate sobre a Terceira Via foi o sociólogo inglês Anthony Giddens<sup>108</sup>. Na posição de assessor direto de Blair e da Cúpula citada acima e enquanto intelectual da London School of Economics, Giddens vem desenvolvendo uma série de debates sobre como superar as falhas do neoliberalismo ortodoxo, o conservadorismo da antiga direita (aquela de caráter nacionalista) e aquele da velha esquerda. Para este intelectual o principal desafio contemporâneo será a construção da social-democracia do século XXI. Esta, segundo Giddens (2007), será diferente daquela que vigorou entre os Estados europeus durante parte do século XX. A nova social-democracia exige um Estado forte, capaz de gerar desenvolvimento econômico e justiça social, contudo, sem ser excessivamente grande. Ele deverá intervir e regular a sociedade civil e o mercado, porém sem dominá-los. Por sua vez, a sociedade civil deve ser bem desenvolvida, o que significa ter capacidade para levar ao Estado suas demandas por políticas públicas e assegurar a formulação democrática delas. A economia de mercado é, para Giddens (2007), a melhor maneira de prover a prosperidade de qualquer país desde que regulados os monopólios e a excessiva expansão da lógica mercadológica para determinadas esferas da sociedade. Tal tipo de economia gera a oportunidade da livre escolha e um rico intercâmbio cultural. Por último, creio que este seja o ponto mais nefasto da análise da terceira via neoliberal, devemos sublinhar que há neste projeto uma defesa explícita da flexibilização perversa do mercado de trabalho, onde os altos benefícios são questionáveis como o principal motivo da exclusão da maior parte dos trabalhadores do mercado, mas os altos lucros empresariais não são nem mencionados.

---

<sup>108</sup> Uso a expressão “retomada do debate” porque o termo “terceira via” já foi usado muitas vezes durante a história para definir projetos políticos que não se enquadravam nem ao socialismo nem ao capitalismo. Entre os mais conhecidos podemos citar o Nazismo e o Fascismo.

Na prática, o projeto neoliberal da terceira via apresentou-se de maneira bem mais nefasta que na teoria. Sendo assim, no Brasil este novo neoliberalismo mostrou-se um projeto político bastante refratário ao diálogo democrático – já que preocupado com o cumprimento da agenda de reformas receitada pelo Consenso de Washington – abrindo, assim, poucos espaços para que houvesse outras prioridades que não estivessem ligadas ao controle da inflação e do déficit estatal, a desregulamentação, as privatizações e abertura para o mercado externo. Afinal, tais iniciativas garantiriam a entrada de recursos internacionais necessários para que o país pudesse se desenvolver. O que quer dizer que as prioridades econômicas estavam acima das prioridades sociais e ambientais, tornando a retórica do desenvolvimento pura ilusão. Quanto ao Estado, ao contrário do que parecia preconizar o discurso de Giddens, este abria cada vez mais espaço para a livre ação dos mercados, abrindo mão de formular políticas industriais e comerciais de forma mais ampla que pudessem beneficiar não apenas as empresas nacionais, mas, principalmente, o trabalhador brasileiro.

Tal crença descabida nos poderes do mercado foi assimilada por diversos governos em todo mundo, processo este que geraria inúmeras crises a partir de meados da década de 1990<sup>109</sup>. O jogo do mercado financeiro passou a ditar as regras com o respaldo das organizações multilaterais. No livro *Os exuberantes anos 90*, Joseph Stiglitz nos mostra os inúmeros equívocos cometidos pelo governo Clinton (um dos seguidores do neoliberalismo da terceira via), do qual este intelectual fez parte, ao seguir muitas das receitas defendidas pelo Consenso de Washington. Para Stiglitz o principal equívoco de todos os governos que engendraram as reformas prescritas por tal Consenso foi acreditar demais nos poderes do mercado, na teoria da mão invisível que, segundo este autor, é tão invisível que nem mesmo existe. A “mão invisível” apenas funciona em condições de mercado não realistas, ou seja, nas quais as informações no mercado fossem perfeitas (todos tivessem as mesmas informações), nas quais a competição fosse perfeita e nas quais fosse possível comprar proteção contra qualquer risco possível. Este mercado não existe e, portanto, é um enorme equívoco ignorar as falhas do mercado realmente existente (STIGLITZ, 2003).

O mais curioso é perceber que este novo projeto neoliberal da terceira via tem sido caracterizado por Giddens e seus interlocutores como um projeto formulado pela “nova esquerda”<sup>110</sup>. Ou seja, estaríamos assistindo desde os anos de 1990 a adoção pelas esquerdas

---

<sup>109</sup> Em 1997, houve crises na Coreia, Indonésia e Tailândia; em 1998, houve crise na Rússia; em 1999, no Brasil e em 2001, na Argentina (STIGLITZ, 2003)

<sup>110</sup> Outras denominações também têm sido usadas para caracterizar este novo projeto neoliberal: “nova social-democracia”, “social-democracia modernizadora”, “governança progressista”, “centro radical” e “centro-esquerda” (Martins, 2007).

de antigas reivindicações da direita neoliberal, como a flexibilização do mercado de trabalho, e o mesmo acontecendo com as direitas que vêm adotando um discurso enfático, tradicionalmente atribuído às esquerdas, acerca da necessidade de se construir um capitalismo mais humano, dedicado à construção de uma sociedade mais igualitária e solidária<sup>111</sup>.

É neste sentido que Martins (2007) entende tanto o discurso do PNBE quanto o do Ethos como intrínsecos a uma nova sociabilidade burguesa alinhada à terceira via neoliberal e voltada para a domesticação das lutas políticas. Para este autor tais entidades são parte do projeto da “direita para o social”. Concordamos plenamente com este autor quanto ao argumento de que o PNBE e o Ethos sejam parte da busca de uma fração da classe burguesa (parte do empresariado) para dar um caráter mais humanista à sociedade capitalista e com isso aumentar o consenso em relação a ela. Contudo, entendemos que o PNBE, até o primeiro governo de Cardoso, e o Ethos, desde sua fundação, venham a ser uma importante contribuição, partindo da própria elite, para que as elites nacionais em geral, principalmente as empresariais, possam ver as questões sociais com outros olhos. É importante ressaltarmos que em um país onde os movimentos sociais durante décadas foram amordaçados por governos autoritários, com grande apoio de todas as elites nacionais, termos uma fração desta elite que acredita na democracia e no diálogo e que reconhece a importância de se combater a miséria e a pobreza é algo bastante representativo.

Gostaríamos ainda de ressaltar que seria ingênuo pensar que as mudanças no interior da ideologia neoliberal ortodoxa não foram parte, também, de transformações políticas cotidianas importantes para abrir espaço às perspectivas ideológicas mais humanistas. E mais, podemos esperar que o mesmo ocorra com a terceira via neoliberal, afinal, o processo das continuidades é o mesmo que abriga as mudanças.

Por último, discordamos do fato de que o Ethos seja uma instituição alinhada ao neoliberalismo, como já afirmamos. Até porque, como veremos, a concepção de desenvolvimento defendida pelo Ethos é totalmente avessa ao economicismo exacerbado, peculiar ao discurso neoliberal. E ao fazermos essas colocações não estamos negando a existência de uma terceira via neoliberal, mas sim atestando a existência de diversas terceiras vias. Nós acreditamos que este Instituto faça parte de uma delas, muito mais influenciada pelo liberalismo humanista de Amartya Sen do que pela “nova esquerda” de Giddens.

---

<sup>111</sup> Adotamos os termos “esquerdas” e “direitas” porque entendemos que existem em ambos os lados uma variação de projetos políticos bastante rica e que é, de certa forma, camuflada pelo uso dos termos no singular.

### **2.3.2 O DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE: O ETHOS E O CAPITALISMO HUMANISTA AMARTYA SEN**

O termo “ethos”, que dá nome ao Instituto em discussão aqui, significa ética em grego e se remete, mais precisamente: “ao estudo dos costumes, ao espírito de uma época, à ciência do dever humano, à noção de associação e à reunião de companheiros” (ETHOS, 2009c, p. 8). Logo, a idéia de ética está na base da conformação do Instituto em questão, até porque já existia um forte apelo a ela no PNBE. Como enfatizamos anteriormente, o Ethos procura ressaltar o fato de que existe uma dimensão ética em todas as decisões que permeiam as ações das empresas e tais decisões não devem levar em conta apenas os elementos que se referem à lucratividade do empreendimento. Assim, ao alocarem seus recursos e ao lidarem com os seus stakeholders, as empresas devem levar em conta diversos questionamentos: estou respeitando as leis? Estou pagando um salário justo aos meus funcionários? Estou investindo devidamente na formação de meus funcionários? As minhas atividades têm contribuído de alguma maneira para a preservação ambiental? E a comunidade ao meu redor, como tenho contribuído para o bem-estar dela? É justo que se suborne alguma instância governamental para que se ganhe uma licitação de uma obra pública? Este conjunto de julgamentos éticos é a base da idéia de RSE promovida pelo Ethos.

Podemos dizer que tais premissas se aproximam da concepção de economia que é defendida por Amartya Sen. Este economista, ganhador do prêmio Nobel, tem como característica principal de seu trabalho a idéia de que a economia está envolta pela ética. Tal premissa nos leva a refletir sobre os fins últimos da atividade econômica, impedindo-nos de pensá-la a partir de qualquer automatismo, seja ele pautado pela total consistência interna das escolhas ou pela idéia de maximização dos interesses. Isto significa que Sen propõe uma ótica econômica menos simplificadora marcada por uma constante avaliação dos processos de geração e divisão da riqueza, apelando, para isso, à cooperação interdiscursiva entre o raciocínio ético e o econômico. Somente esta cooperação permitiria a incorporação de motivações morais na Economia, o que levaria esta ciência a refletir acerca da pluralidade de motivações existentes nas escolhas individuais. Então, para ele o objetivo da ciência econômica é investigar o conjunto de valores que os indivíduos procuram realizar, bem como a possibilidade da existência de escolhas “inconsistentes” (KERSTENETZKY, 2000). Tal abordagem deixa espaço para que se pense na conformação de uma prática empresarial

pautada por um raciocínio econômico bastante diversificado, que não leve em consideração simplesmente a idéia de maximização de interesses (o lucro).

Um outro ponto em que a retórica da RSE, preconizada pelo Ethos, se identifica com a teoria econômica de Sen, refere-se à idéia de que sempre existirão conflitos de valor ou dilemas morais, o que indica os limites para a ambição da universalização da moralidade. A seguinte passagem do Relatório de Sustentabilidade do Ethos (2009e) deixa tal questão em evidência: “Aceitamos as nossas próprias contradições e as que nossas associadas enfrentam e procuramos encarar essas questões de forma ética e transparente”

A passagem abaixo também dá ênfase aos dilemas intrínsecos às atividades do Ethos:

“É um dilema que enfrentamos. [...] a atividade de fabricar cigarro deve ser banida? Isso vai causar um comércio ilegal? A atividade deve ser controlada pelo Estado? A empresa existe, tem funcionários e paga impostos. E as empresas de bebida alcoólica? Como tratamos delas? Vamos envolver todas as empresas associadas nessa discussão e depois tomar uma decisão<sup>112</sup>”.

Neste sentido, o Ethos trabalha, assim como Sen em sua teoria, com a impossibilidade de produzir ordenações completas de valores, levando-o a buscar uma “*segunda melhor opção*” que seria a construção de ordenações parciais capazes de funcionar de forma pragmática. Logo, podemos definir que o projeto pedagógico que o Ethos propõe às empresas de aperfeiçoamento contínuo de seus comportamentos éticos está baseado na incompletude das soluções para os dilemas que elas enfrentam e que estão na base das reflexões de Sen (KERSTENETZKY, 2000).

Agora vejamos como tais pressupostos de Sen se materializam em sua análise sobre o desenvolvimento.

Em “*Desenvolvimento como liberdade*” Sen busca demonstrar que o desenvolvimento humano vai muito além da averiguação do Produto Interno Bruto (PIB) ou do grau de industrialização de um país, ou mesmo do aumento das rendas pessoais e do avanço tecnológico de uma sociedade<sup>113</sup>. O desenvolvimento para este autor é um processo de expansão das liberdades reais (SEN, 2000). Assim, os propósitos humanos não se detêm ao espaço do “*ter*”, mas abrangem também o espaço do “*fazer*”, do “*ser*” e do “*estar*”. Os “*fazer*es”, “*ser*es” e “*est*ares” são o que Sen chama de “*funcionamentos*”, que são as condições habilitadoras fornecidas aos indivíduos para que se alimentem de forma saudável,

<sup>112</sup> Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoe/1635/1635vermelhas.htm> (20/12/2000). Acesso em: 13/12/09.

<sup>113</sup> As reflexões de Sen contribuíram para a formulação do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

evitem doenças e assumam papéis mais complexos na sociedade como, por exemplo, a participação ativa nas decisões políticas desta. Tais condições habilitadoras são importantes não apenas em si mesmas, mas, principalmente, como indicadores das liberdades possuídas pelos indivíduos, o que corresponde à noção de “*capacidades*” (Sen, 2000). Logo, para que se alcance o desenvolvimento, segundo Sen, é necessário que se removam as principais fontes de privação de liberdade que são: a pobreza e a tirania, a carência de oportunidades econômicas e a destituição social sistemática, a negligência dos serviços públicos e a intolerância ou interferência de Estados opressivos (SEN, 2000).

Então, podemos atestar que a maior contribuição de Sen para o debate sobre novas vias de desenvolvimento foi deslocar o eixo dos indicadores que avaliam o grau de desenvolvimento das sociedades por meio de medidas “frias” baseadas em rendimentos para um modelo avaliativo preocupado com as capacidades humanas – que vão desde o direito a ter uma alimentação saudável até ao de ser um cidadão respeitável – sendo que neste o crescimento econômico é apenas um elemento intermediário para o alcance do principal objetivo de qualquer processo de desenvolvimento, que é aumentar o grau de liberdade dos indivíduos para que eles possam escolher a vida que querem levar. Neste novo paradigma a questão da pobreza e das igualdades está no centro do debate, opondo-se as premissas que acreditam na capacidade de distribuição de benefícios por vias de desenvolvimento especificamente dirigidas ao alcance do crescimento econômico, ou seja, o aporte teórico de Sen se afasta bastante das concepções neoliberais de desenvolvimento<sup>114</sup>. Não devemos subestimar a inserção dessa inflexão nos debates sobre desenvolvimento, já que durante décadas o “fundamentalismo do capital”, a idéia de que se os países ricos transferissem capital (investimentos) aos países pobres logo estes últimos superariam a pobreza, foi de certa forma tão dominante que deixava poucos espaços para novos paradigmas (EVANS, 2005).

Devemos dizer que a teoria de Sen encaixa-se como uma luva no projeto proposto pelo Ethos, dando à retórica da RSE elementos instrumentais para pensar um projeto de sociedade caracterizado pela economia de mercado e pela justiça social. Isto está explícito na argumentação de Sen em defesa da importância da economia de mercado – pois para ele a negação em si das oportunidades que esta é capaz de proporcionar gera uma redução das liberdades que é prejudicial ao desenvolvimento dos indivíduos e logo da sociedade como um

---

<sup>114</sup> É importante lembrarmos que a forte influência que os estudos deste economista indiano têm exercido sobre as definições de conceitos como o de pobreza e de desenvolvimento e também na formulação de políticas públicas deve-se, em grande parte, a penetração de suas idéias no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Banco Mundial. A partir das idéias de Sen tal Banco repensou suas estratégias de apoio ao desenvolvimento em todo mundo. No relatório sobre desenvolvimento mundial 2000/2001, “*Luta contra a Pobreza*”, o Banco Mundial utiliza diversos conceitos da teoria de desenvolvimento de Amartya Sen. No próximo capítulo discutiremos tal questão mais a fundo.

tudo (o autor, contudo, defende que em certos casos é preciso que se regulem os mercados) – e do papel do Estado como promotor de políticas públicas que visem o aumento das capacidades humanas e das liberdades substantivas que são: as liberdades políticas; facilidades econômicas; oportunidades sociais; garantias de transparência e segurança protetora. Com isso, o Estado passa a ser fundamental, já que é ele o responsável por prover aos indivíduos habilidades que lhes permitam desenvolver as potencialidades do mercado. Esta idéia de interdependência entre o Estado e o mercado é o pilar do discurso do Ethos.

Por último, sublinhemos que os indivíduos enquanto agentes sociais são o centro da teoria de Sen, tendo em vista que a habilitação destes os torna agentes centrais no aperfeiçoamento tanto das instituições do mercado quanto nas instituições do Estado. Assim, a consolidação do desenvolvimento depende inteiramente da condição de agente das pessoas e, por isso, o autor enxerga na deliberação democrática o método mais factível e o único justificável para orientar os esforços de expansão das capacidades humanas. Por esse prisma, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – o que está estreitamente relacionado com as oportunidades dadas – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. Neste sentido, para Sen, as instituições decisórias deliberativas são os únicos meios de definir adequadamente quais são os fins desejados pelo desenvolvimento. Logo, para que haja legitimidade na formação das preferências é *sine qua non* que haja instituições capazes de promover diálogo e discussões públicas.

Dito isto, podemos perceber que muitas dessas premissas vão de encontro ao projeto do Ethos. Afinal, este Instituto tem reivindicado que todos nós devemos assumir nossas respectivas responsabilidades no âmbito social e tem também buscado conformar e participar de diversos espaços de debate sobre questões públicas (promove congressos, participa de Fóruns nacionais e internacionais e de arenas públicas instituídas pelo Estado). Além disso, o Ethos tem ajudado a constituir associações que visam à mobilização social, em prol da deliberação democrática (o Movimento Nossa São Paulo) e tentado conscientizar os cidadãos de que eles podem influenciar o mercado por meio de seu papel enquanto consumidores.

Faz-se necessário colocar ainda que a concepção de desenvolvimento de Sen, a que o Ethos tem aderido, pode ser entendida como mais uma das utopias capitalistas que se colocam neste momento para solucionar os diversos problemas (como a pobreza e a miséria), há muito, latentes no sistema capitalista e que foram intensificados pela predominância do paradigma neoliberal. Portanto, entendemos que o “liberalismo humanista” de Sen começa a ganhar

força sendo um dos indícios de que a crença no neoliberalismo, com sua ênfase exacerbada no crescimento econômico e na forma política truculenta muito desfavorável ao diálogo democrático<sup>115</sup>, já está por se dissipar.

No plano macro-político latino-americano, a transição de governos de centro-direita para governos mais progressistas e de centro-esquerda é outro importante indício de que temos agora um debate político mais aberto às incertezas, que antes estavam sufocadas pela crença cega no poder do mercado. Concordamos com Diniz (2009) quando ela afirma que o governo de Lula da Silva, no Brasil – do qual o Ethos tem sido um importante interlocutor, principalmente, no que diz respeito à legitimação das políticas públicas governamentais no seio do empresariado nacional – é um governo de transição de um modelo neoliberal de desenvolvimento para um modelo de desenvolvimento que ainda não está bem definido. Segundo esta autora, apesar de manter a preocupação com a estabilidade econômica, característica principal do governo de Cardoso, o atual governo tem se distanciado do anterior ao dar ênfase ao aprofundamento das políticas sociais; no âmbito da política externa, por buscar uma inserção mais autônoma do país no cenário internacional; por consolidar debates e ações em prol da constituição de uma política industrial e de comércio externo, políticas estas relegadas no contexto anterior e, principalmente, por ter retomado, de forma diferenciada, a tradição de articulação entre setores da sociedade civil e o Estado, instituindo diversos conselhos como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNI)<sup>116</sup>.

Questionamos-nos se a crescente importância do Ethos no âmbito da política – o que se reflete em sua participação nas diversas instâncias governamentais, inclusive no CDES – e, portanto, da concepção de RSE promovida por esta entidade, (mesmo que nas empresas isso

---

<sup>115</sup> O neoliberalismo da terceira via no Brasil, representado pelo governo de Cardoso (1995-2002) mostrou-se muito pouco democrático, delegando aos movimentos da sociedade civil as funções de implementação e execução de políticas públicas – antes de responsabilidade do Estado – e mantendo-os afastados dos processos decisórios mais significados que ficavam encerrados no aparelho burocrático, corroborando a tendência histórica no Brasil de tomar por unicamente técnicas decisões que são, em grande parte, políticas (Dagnino, 2004).

<sup>116</sup> A nossa adesão ao argumento de Diniz (2009) é uma opção pelo entendimento de que o atual contexto – se comparado ao vigente durante os anos de 1990 marcado pelo predomínio dos projetos políticos neoliberais – tem um caráter muito mais incerto e, portanto, mais propício ao nascimento de novas propostas políticas de viés progressista, o que de certo modo também está relacionado com as escolhas feitas pelo atual governo. Contudo, não podemos deixar de reconhecer a lógica perversa existente em algumas práticas assumidas pelo Governo de Lula da Silva, principalmente, aquelas referentes à cooptação de diversos organismos de representação das massas, como as centrais sindicais que por terem seus dirigentes ocupando cargos no alto escalão do governo perderam em muito seu potencial de contestação, e a reforma da previdência que ao pressupor um regime único para todos os trabalhadores, com remunerações em geral de baixo valor, pretende criar oportunidades para o desenvolvimento de fundos de pensão privados no país. Além disso, tal reforma ao manter o financiamento da aposentadoria por meio de contribuições salariais, e não por recursos de impostos, dificultou a extensão deste direito a todos os cidadãos, desatrelando assim a promoção deste mecanismo de proteção social de um conceito de cidadania mais amplo que não abarque apenas os trabalhadores (MENDES, 2006).

se dê mais no plano retórico) pode significar que temos razão ao propormos que este fortalecimento seja, em parte, resultado da existência de uma convergência no atual contexto entre o surgimento de um debate ideológico mais amplo sobre teorias de desenvolvimento, bastante críticas ao modelo neoliberal, o que tem dado origem a uma realidade política senão à esquerda bem menos conservadora, e a crescente ascensão do movimento de sustentabilidade em todo mundo.

Logo, senão estivermos enganados sobre o fato de que o contexto atual esteja favorecendo concepções mais progressistas de desenvolvimento, ou pelo menos aquelas menos conservadoras, e com isso proporcionando a ascensão política de governos e instituições alinhadas a tal espectro ideológico, podemos afirmar que temos uma grande oportunidade de fortalecer as instituições poliárquicas no Brasil. E neste ponto acreditamos que o Ethos tem sido o principal agente a chamar a atenção do empresariado para tal possibilidade. O discurso dessa entidade sobre a necessidade de construção de arenas políticas mais democráticas no país e a respeito da importância do controle social sobre os governos e as empresas esclarece bastante o que estamos querendo dizer (retomaremos esta questão no próximo capítulo).

Desenhado o contexto político e ideológico a partir do qual se deram a origem e a ascensão do Ethos e, portanto, definidas as matrizes teóricas que orientam as idéias desse Instituto, a seguir apresentaremos alguns elementos essenciais que estão na base da idéia de RSE defendida por ele, e que compõem aquilo a entidade entende por uma postura socialmente responsável; daremos ênfase também a alguns de seus aspectos estruturais, como as ferramentas de gestão que contribuem para a construção das práticas de RSE e outras instituições conformadas pelo Ethos com vistas ao aprimoramento de seus objetivos e, por último, abordaremos algumas de suas ações que estão voltadas para ampliação do movimento de RSE, destacando tanto as ações do Ethos no âmbito da sociedade civil quanto no âmbito do aparelho do Estado.

#### **2.4 O ETHOS E SEUS MECANISMOS INSTITUCIONAIS: AMPLIANDO O DEBATE SOBRE A RSE**

Concentremos-nos agora em elencar os conceitos que embasam as ferramentas de gestão construídas pelo Ethos. Nesse sentido, acreditamos que todo o aporte conceitual desta

entidade esteja estruturado em três pilares básicos. O primeiro deles é a ética (acompanhada da transparência) que perpassa toda a idéia de RSE proposta pelo Instituto. Ao incorporarem este conceito as empresas caminham de forma mais segura com vistas à sustentação de sua credibilidade perante os stakeholders. O segundo pilar fundamental seria os direitos humanos: perpassando pela diminuição das desigualdades sociais (a busca da equidade) e pelo respeito às diversidades culturais, de gênero e raça. O terceiro e último pilar é o da sustentabilidade, que significa superar as teorias do desenvolvimento pautadas pelo economicismo em “defesa do equilíbrio dos negócios nos desempenhos econômico, social e ambiental” (ETHOS, 2008, p. 30). Portanto, como já afirmamos anteriormente, o projeto Ethos tem como meta maior engajar as empresas na construção de uma via de desenvolvimento sustentável.

Então, caracterizemos melhor os princípios que pautam a busca pela sustentabilidade proposta pelo Ethos. Segundo esse Instituto, os critérios essenciais de RSE estão divididos em sete áreas de interesse: direitos humanos; direitos das relações de trabalho; proteção das relações de consumo; meio ambiente; ética e transparência; diálogo/engajamento com stakeholders; e governança corporativa (ETHOS, 2009d).

Em relação aos direitos humanos e aos direitos de trabalho, o Ethos acredita que as empresas devem garantir o respeito à integridade física e moral de todas as pessoas com quem elas se relacionam, respeitar também os direitos de cidadania e valorizar a diversidade cultural, étnica, de gênero e de classe. Nenhum tipo de discriminação deve ser tolerado pelas empresas. Com relação aos empregados ou colaboradores<sup>117</sup>, como se costuma dizer no jargão do movimento da RSE, o Ethos incentiva a qualificação profissional, aumentando o grau de empregabilidade destes. Outro importante fator relativo aos direitos do trabalho refere-se à preocupação com o bem-estar dos trabalhadores. Neste sentido, ações voltadas à melhoria da saúde e das condições de trabalho são fundamentais para que o clima organizacional seja agradável. A seguinte afirmação da coordenadora de gestão de pessoas do Ethos serve de base para legitimar ações que promovam o bem-estar dos colaboradores para além daquelas

---

<sup>117</sup> Tal expressão é muito característica do movimento de RSE, pois expõe duas idéias centrais deste movimento: o consenso e a adesão. Assim, os trabalhadores devem ser valorizados como parte fundamental da empresa para que eles realmente se identifiquem com os objetivos dela e, com isso, trabalhem com maior satisfação. O termo colaborador atenua o conflito, o dissenso historicamente existente entre o trabalhador e a empresa (humanizada na figura do patrão). Em um plano mais geral, está bastante claro em todas as falas dos líderes do Ethos e nas publicações deste, que para eles a mudança social advirá somente do estreitamento do diálogo entre a sociedade civil, as empresas e o Estado para que se alcancem soluções consensuais. Apenas a busca do consenso será capaz de reduzir as clivagens sociais e gerar o desenvolvimento sustentável.

previstas em leis: “Tentamos ir além da relação profissional e contemplar as relações pessoais. Procuramos olhar o indivíduo, não apenas o funcionário” (ETHOS, 2009d, p. 43)<sup>118</sup>.

A proteção das relações de consumo refere-se ao fornecimento de informações exatas e claras sobre o conteúdo, segurança de utilização, manutenção, armazenagem e eliminação, que sejam suficientes para o consumidor tomar decisões sobre o produto ou serviço que irá adquirir. Além disso, o estímulo ao consumo e utilização de produtos e serviços sustentáveis, isto é, ambientalmente adequados, socialmente justos e economicamente viáveis também faz parte do tipo de relação com o consumidor que o Ethos apregoa. É imperioso também a qualquer empresa que se pretenda socialmente responsável dispor de procedimentos transparentes, eficazes e acessíveis, que permitam captar e dar respostas às reclamações do consumidor, contribuindo para a resolução de eventuais conflitos. Ademais, a qualidade e a segurança do produto ou serviço são elementos fundamentais (ETHOS, 2009d).

O Ethos incentiva as empresas a adotarem uma gestão responsável dos impactos ambientais causados pelos processos, produtos ou serviços, tanto em suas atividades diretas quanto na cadeia produtiva, que inclua práticas preventivas e considere eventuais passivos existentes. Outro elemento fundamental com relação à proteção ambiental é o incentivo para que as empresas adotem práticas para redução, reutilização e reciclagem de materiais em geral, energia, água e resíduos. O desenvolvimento de projetos de educação ambiental por parte das empresas voltados para seus stakeholders também se configura como uma ação crucial para expansão do conceito de sustentabilidade. Por último, a busca pela inovação tecnológica ambientalmente sustentável talvez seja um dos elementos no qual as empresas mais possam contribuir para a conformação de uma relação mais sustentável entre o meio ambiente e o homem (ETHOS, 2009d).

Com relação aos conceitos de ética e transparência, elementos que, como já foi dito, permeiam todo o discurso de RSE estruturado pelo Ethos, as empresas devem estabelecer, difundir e estimular a adoção por seus stakeholders de valores e princípios éticos, assegurando assim o diálogo entre as partes interessadas. Sendo assim, o instituto afirma que as empresas devem abster-se de subscrever ou realizar práticas anticoncorrenciais ou abusivas, tais como fixar preços, concorrer em conluio, impor restrições ou cotas de produção e outras práticas

---

<sup>118</sup> É de suma importância ressaltarmos que tais premissas entram em total contradição com as formas de gestão da mão-de-obra historicamente predominantes no Brasil. A alta rotatividade dos trabalhadores, a superexploração (extensão da jornada por meio de realização compulsória de horas extras) e a contenção da evolução dos salários bem abaixo do crescimento da produtividade foram características marcantes da exploração da força de trabalho no Brasil, principalmente nos anos de 1970. Para ver maiores detalhes sobre o assunto: FRANCISCO, E. e CARDOSO, I. C. da C. As políticas empresariais e as novas tecnologias de gerenciamento de recursos humanos. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Cortez, v.14, n.41, p. 83-101, abr. 1993.

dessa natureza. A observação e o respeito das normas aplicáveis do direito internacional, das leis e regulamentos nacionais, do interesse público e das políticas sociais, econômicas, ambientais e culturais são elementos fundamentais para a conformação de um comportamento ético de acordo com o Ethos. A transparência perante a sociedade no que condiz ao financiamento ou não-financiamento de campanhas políticas, dando acesso às informações e requerendo do financiado a respectiva comprovação e registro da doação, também é outro fator importante para a consolidação de um comportamento empresarial marcado pela ética, na medida que as empresas são as principais doadoras às campanhas políticas. Nesta mesma linha de ação, as empresas devem engajar-se no combate à corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão, suborno, sonegação e fraude. (ETHOS, 2009d).

A contribuição para o desenvolvimento ambiental, social e econômico por meio do diálogo e do engajamento dos seus diversos públicos, com vistas à construção de uma sociedade sustentável, deve fazer parte das formas de diálogo mantidas entre as empresas e os stakeholders. Neste mesmo sentido, para o Ethos, as empresas devem apoiar ações de interesse público como a redução da desigualdade social e fortalecimento do capital social, natural e humano. A melhoria das condições de vida da comunidade, priorizando o fortalecimento de organizações locais que representem interesses legítimos da sociedade também é um elemento central para que haja um intenso diálogo entre as empresas e seus stakeholders. Por último, é de extrema importância que as empresas estimulem e requeiram de seus fornecedores e subcontratados ações socialmente responsáveis (ETHOS, 2009d).

Por fim, a adoção de práticas de governança, com base na transparência, na equidade e prestação de contas, envolvendo os relacionamentos entre os atores internos (direção, acionistas/cotistas, conselheiros, auditores, empregados) e todos os outros públicos de interesse é crucial para que as empresas evitem situações de risco (ETHOS, 2009d).

Além dos critérios essenciais de RSE apresentados acima, o Ethos tem produzido ferramentas de caráter avaliativo para que as empresas possam medir seus desempenhos no âmbito da RSE. A mais abrangente delas são os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, que segundo o Instituto representam: “um instrumento de conscientização, aprendizado e monitoramento da RSE” (ETHOS, 2007, p.5). Pautados por escalas evolutivas, os indicadores induzem as empresas a realizarem estratégias de planejamento com vistas a alcançarem índices de sustentabilidade mais elevados. As empresas, por meio desta ferramenta, se orientam por exercícios de comparação com seus próprios índices, em diferentes períodos, e com os índices de outras empresas, principalmente, com o grupo das

dez mais bem colocadas no processo de avaliação<sup>119</sup>. Temos aqui uma explícita hierarquização, decerto bastante similar aos métodos de avaliação pedagógica adotados em nossas instituições de ensino. Tais Indicadores apresentam correlações com iniciativas relevantes, como o Pacto Global, as Metas do Milênio, as diretrizes para relatórios de sustentabilidade da Global Reporting Initiative e com a norma SA8000<sup>120</sup>. No âmbito dos IERSE as empresas são avaliadas em sete áreas temáticas: valores, transparência e governança; público interno; meio ambiente; fornecedores; consumidores e clientes; comunidades e governo e sociedade. Como podemos perceber, as empresas se auto-avaliam, por meio dessa ferramenta, verificando de que maneira os critérios essenciais estão sendo aplicados nas relações com os stakeholders.

A outra ferramenta importante desenvolvida pelo Ethos em parceria com o Sebrae foi os Indicadores Ethos-Sebrae de Responsabilidade Social Empresarial para Micro e Pequenas Empresas. Segundo o Instituto, a adaptação dos Indicadores às pequenas e micro empresas deve-se ao fato de que a possibilidade de assimilação por essas de um modelo de gestão pautado pela RSE poderia gerar um relevante impacto social e econômico no país, na medida em que este nicho empresarial emprega 14,6 milhões dos 31,5 milhões de trabalhadores registrados no país (ETHOS, 2009c). No âmbito geral, as áreas temáticas e os *modus operandi* são os mesmos instituídos pelo IERSE já apresentados acima.

Além disso, o Ethos tem desenvolvido inúmeros sítios voltados para difundir ferramentas de gestão. O sítio do Banco de Práticas é uma espécie de biblioteca virtual, na qual estão armazenados diversos exemplos de práticas adotadas por empresas comprometidas com uma gestão socialmente responsável. No sítio do Guia de Compatibilidade, o Instituto oferece desde conselhos referentes aos princípios básicos de RSE até soluções mais complexas, embasadas em sistemas de gestão compatíveis com as Metas do Milênio. Por sua vez, o sítio do Localizador de Ferramentas funciona como um navegador de internet que facilita o acesso às diversas ferramentas desenvolvidas por centros especializados na questão

---

<sup>119</sup> Com relação ao *modus operandi* propriamente dito, os Indicadores Ethos são objetivados em questionários a serem respondidos pelas empresas e reenviados ao Instituto. A partir disto, os dados presentes na avaliação são processados e transformados em notas que, posteriormente, são apresentadas no Relatório de Diagnóstico (Ethos, 2007).

<sup>120</sup> Ferramenta criada em 1997 por um Conselho Consultivo – convocado pela Social Accountability International e composto por sindicatos de trabalhadores, acadêmicos, organizações ligadas aos direitos humanos e empresários –, que visa constituir um sistema de verificação e padronização que assegure ambientes de trabalho humanitários. Disponível em: <http://www.sa-intl.org/index.cfm?fuseaction=Page.viewPage&pageID=473>. Acesso em: 18/09/09.

da RSE. Por último, o sítio do Guia de Balanço Social busca informar as empresas sobre itens relevantes para formulação de um balanço social<sup>121</sup>.

Um outro elemento fundamental para a consolidação e difusão da idéia de RSE promovida pelo Ethos tem sido a conformação por este Instituto de outras entidades atreladas a ele, como o UniEthos e o InternEthos. A primeira delas tem por objetivo oferecer educação e orientação às empresas, por meio de suas lideranças, para que incorporem a sustentabilidade e a responsabilidade social em sua gestão estratégica. Assim, os serviços desta entidade abrangem programas educacionais, assessorias e grupos de trabalho para empresários, gestores e lideranças empresariais. Por sua vez, a segunda é uma rede de conexão entre o Instituto Ethos e diferentes atores sociais em todo o país – empresas e entidades empresariais, comunidade acadêmica, jornalistas e parceiros. Através dela busca-se fortalecer, difundir e renovar o conhecimento produzido pelo Ethos<sup>122</sup>.

A partir destes dois “braços” podemos identificar mais explicitamente dois aspectos cruciais do projeto intrínseco ao Ethos. O primeiro é o seu caráter pedagógico, capaz de produzir e “ensinar” novas práticas, isto é, novas maneiras de agir, pensar e realizar negócios<sup>123</sup>. O segundo aspecto é o seu caráter de difusor de tecnologias organizacionais, por meio de debates, cursos, conferências e serviços prestados às empresas, expandindo a sua concepção de RSE à medida que também gera profissionais ligados a ela no interior das entidades do meio empresarial<sup>124</sup>.

Com vistas a fortalecer e difundir ainda mais a idéia de RSE no Brasil, o Ethos tem buscado formar inúmeras parcerias com outras instituições que atuam na difusão destas idéias entre nós. Entre suas principais parceiras estão; o GIFE (Grupo de Institutos, Fundações em

---

<sup>121</sup> Disponível em: <[www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)>, Acesso em: 22/12/09.

<sup>122</sup> Disponível em: [http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/49/o\\_instituto\\_ethos/o\\_internethos/sobre\\_o\\_internethos.aspx](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/49/o_instituto_ethos/o_internethos/sobre_o_internethos.aspx) / [http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/48/o\\_instituto\\_ethos/o\\_uniethos/sobre\\_uniethos.aspx](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/48/o_instituto_ethos/o_uniethos/sobre_uniethos.aspx) Acesso em: 10/09/09. Para maiores detalhes sobre as redes de conexões com empresas (Rede Empresarial pela Sustentabilidade), com jornalistas (Rede Ethos de Jornalistas) e com acadêmicos e estudantes organizadas pelo InternEthos ver: Relatório de Sustentabilidade Instituto Ethos e UniEthos (2008).

<sup>123</sup> Devemos ressaltar que como todo processo pedagógico, ele exige, sobretudo, um planejamento de longo prazo que vai contra a lógica, mais geral, da história dos empreendimentos capitalistas, que pautados pela busca da lucratividade, perseguem metas de curto prazo. A questão é se será possível aliar a lucratividade empresarial com projetos voltados para objetivos mais complexos e de longa duração, como a erradicação da pobreza, por exemplo? Será que as empresas estão dispostas a pagar esse preço?

<sup>124</sup> Apesar de estar focado indubitavelmente nas empresas, podem também associar-se ao Ethos entidades representativas da classe empresarial e de ensino, elemento este fundamental para a difusão do conhecimento produzido pela entidade. Outro exemplo de que o Ethos tem contribuído para a ampliação e consolidação da idéia de RSE no Brasil é o fato desta instituição estar participando constantemente da formação de outras entidades relacionadas ao tema, como na fundação do ARES, Instituto do Agronegócio Sustentável. Disponível em: <http://consumidormoderno.uol.com.br/> - <http://www.institutoares.org.br/>. Acesso em: 25/09/09.

Empresas), a Fundação Avina e Ashoka Empreendedores Sociais (ETHOS, 2009). No plano internacional, o Ethos também tem participado de diversas instituições voltadas para a RSE. O Instituto faz parte da coordenação executiva da Round Table on Responsible Soy Association (RTRS); do conselho de administração do Global Reporting Initiative (GRI) e do Pacto Global<sup>125</sup>.

Ademais, esse Instituto tem buscado não apenas difundir a idéia de RSE no âmbito da sociedade civil, mas também no plano estatal. O estreitamento do diálogo com o Estado representa para o Instituto uma oportunidade de fortalecer a mobilização em prol dos valores de RSE. Para tanto, o Ethos tem participado de diversas instâncias estatais, como do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, atrelado à Controladoria - Geral da União (CGU); do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social ligado à Presidência da República; do Fórum Nacional de Aprendizagem vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e também da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae).

As articulações do Ethos com a sociedade civil e com instituições públicas têm gerado algumas iniciativas importantes para o combate à corrupção e ao trabalho escravo. Tais iniciativas têm se dado por meio de parcerias. O Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, por exemplo, surgiu de uma parceria entre o Ethos, a ONG Repórter Brasil, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e o Instituto Observatório Social. Por sua vez, o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção é resultado de uma parceria entre o Ethos e a Controladoria - Geral da União (ETHOS, 2009e). Retomando Vogel (2005), compreendemos que ao promover este tipo de pacto o Ethos trabalha na lógica dual de fortalecimento tanto das regulações civis quanto das regulações estatais, já que esses pactos são regulações civis capazes de aumentar a eficiência das regulações estatais.

Esta capacidade de articulação de diversos atores sociais que o Ethos tem demonstrado gerou para esse Instituto uma certa legitimidade para inserir o debate sobre a RSE em diferentes meios. Assim, o principal objetivo do Ethos, ao se aproximar do poder público, foi apoiar políticas públicas que pudessem incutir efetivamente a RSE nas empresas brasileiras e envolver o empresário brasileiro em debates relevantes, como o combate à pobreza e a

---

<sup>125</sup> Em contrapartida, o Ethos mantém um conselho internacional integrado a ele composto por integrantes da Social Accountability International (SAI), da Business For Social Responsibility (BSR) dos EUA, do Boston College Center for Corporation Citizenship, da Global Report Initiative, do Global Compact da ONU e por outras instituições importantes no movimento da RSE. Disponível em: [http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/1384/o\\_instituto\\_ethos/quem\\_somos/conselhos/conselho\\_internacional/conselho\\_internacional.aspx](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/1384/o_instituto_ethos/quem_somos/conselhos/conselho_internacional/conselho_internacional.aspx). Acesso em: 16/09/09.

preservação do meio ambiente. Por outro lado, como afirmamos em relação aos pactos, a influência do Ethos no meio empresarial tem buscado potencializar alguns projetos públicos. As políticas para as mulheres no mercado de trabalho formuladas pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) têm sido orientadas por pesquisas produzidas pelo instituto (ETHOS, 2009).

Neste sentido, está cada vez mais nítido que o Ethos tem buscado ir além da assimilação e aprofundamento das práticas de RSE pelas empresas e tem buscado enraizar os valores da sustentabilidade na sociedade como um todo. As colocações a seguir confirmam estes objetivos:

“Depois de avançarmos no trabalho na escala das práticas das empresas, percebemos que, se inseridas em um ambiente externo alheio a esses valores, as práticas sustentáveis empresariais têm influência limitada. Assim, decidimos integrar as empresas, as cidades brasileiras e os projetos nacionais na construção de um mercado e de uma sociedade sustentáveis. [...] Daqui para frente, trabalharemos para ampliar a contribuição das empresas ao desenvolvimento sustentável, deslocando nosso foco dos processos de gestão empresarial para o ambiente em que as empresas operam seus negócios, articulando o movimento de RSE aos fatores que contribuem para o desenvolvimento de uma economia inclusiva, verde e responsável, empenhando-nos na construção de uma agenda nacional de compromissos públicos e privados com essa finalidade” (ETHOS, 2009e, p.3).

O Ethos torna o seu projeto ainda mais ousado por perceber que a assimilação dos valores de sustentabilidade pelas empresas somente, não seria suficiente para a conformação de uma sociedade sustentável. Conclui-se, então, que o ambiente externo (a economia, o mercado e a sociedade como um todo) no qual se inserem as empresas deve estar imbuído de tais valores. Para tanto, é necessário que as empresas, como frisou Grajew: “Avancem nas parcerias de empresas com outros setores da sociedade para produzir influência nas políticas públicas, instituir regras de mercado socialmente responsável” (COEP, 2008, 134). Levantadas estas questões, percebemos que a perspectiva de RSE defendida pelo Ethos insere-se naquela preconizada por Vogel (2005), segundo a qual a RSE só se tornará um elemento efetivo de produção de bem-estar social se seus valores forem disseminados entre os mais diversos atores sociais (principalmente no Estado) para que eles possam exigir das empresas ações cada vez mais responsáveis.

Um bom exemplo para explicitarmos como o Ethos tem agido dentro dessa lógica de complementaridade entre regulação civil e regulação estatal foi o embate público entre o Instituto e a Petrobrás. Ao se filiar ao Ethos toda empresa deve assumir o compromisso cívico de comportar-se de forma ambientalmente responsável. Neste sentido, o Instituto questionou o

comportamento da petrolífera brasileira, uma de suas associadas, por estar desrespeitando a Resolução 315 do Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente) que impôs um prazo para que fossem diminuídas as quantidades de enxofre no diesel, tendo em vista que tal elemento químico é um dos principais responsáveis pela poluição do ar, causando danos à saúde pública. Após a Petrobrás declarar que não teria tempo hábil para cumprir as determinações do Conama no prazo estipulado (o prazo foi de 2002 a 2009), Oded Grajew, então presidente do Conselho Deliberativo do Ethos, publicou um artigo no jornal Folha de S. Paulo em favor do cumprimento da Resolução. Logo, em favor da punição da Petrobrás pelo Conama (ETHOS, 2009e). Contudo, antes disso, na Conferência Ethos 2008, a empresa em questão teve a oportunidade de participar de um debate aberto sobre o assunto. Depois do ocorrido, a Petrobrás deixou de ser sócia do Instituto. Analisando este exemplo, podemos dizer que a pressão civil exercida pelo Ethos em conjunto com as ações estatais (o Estado deve cumprir o seu papel regulador) pode gerar importantes benefícios à sociedade.

Outros dois exemplos de embates entre o Ethos e suas associadas, no que condiz ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e ao Pacto pela Erradicação do Trabalho Infantil, são bastante representativos dos dilemas éticos enfrentados por este Instituto. O primeiro deles se deu entre o Ethos e o Grupo J. Pessoa, um dos primeiros associados do Instituto. Esta empresa do setor sucroalcooleiro esteve envolvida pela primeira vez em uma denúncia de uso de trabalho escravo em 2003. Nesta ocasião, José Pessoa, dono da empresa, prontamente apresentou os esclarecimentos e as providências que estava tomando ao Conselho Deliberativo do Ethos. Contudo, em 2007, o Grupo se envolveu em novas denúncias, o que levou o Ethos a pedir novas explicações e se colocar a disposição para ajudar na solução do problema. Porém, a empresa de José Pessoa foi incluída na lista suja do Ministério do Trabalho, sendo automaticamente banida do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. O Ethos continuou cobrando explicações e como elas não foram apresentadas a empresa foi banida do quadro de associadas (ETHOS, 2009c). Nos casos da Basf e da Faber-Castell, empresas que foram denunciadas por terem em sua cadeia de produção fornecedores que utilizavam mão-de-obra infantil, o Ethos entrou em contato com elas e se colocou a disposição para ajudar na solução do problema. O diálogo aberto e a transparência foram, segundo o Instituto, fundamentais para que o desfecho deste caso fosse diferente do que ocorreu no anterior (ETHOS, 2009c).

Esses dilemas mostram que o projeto pedagógico do Ethos não tem uma solução pronta para enfrentar os inúmeros problemas sociais que permeiam a atividade empresarial.

Tendo em vista essa convicção, o Ethos pretende instaurar em sua estrutura interna um Conselho de Ética para avaliar e tentar encontrar soluções para esse tipo de conflito. Notemos que mais uma vez o projeto do Ethos alinha-se à teoria de Sen, a qual adota a ética enquanto um elemento avaliativo das práticas econômicas.

Vejam agora algumas ações através das quais o Instituto tem constituído e participado em prol da consolidação desse projeto de desenvolvimento sustentável. A contribuição do Ethos na fundação do Movimento Nossa São Paulo (sobre o qual já falamos no capítulo anterior) e a partir deste a formação de um grupo de trabalho no Instituto para discutir sobre métodos de gestão e práticas empresariais, capazes de contribuir para a construção de cidades sustentáveis. Este é um bom exemplo de como o Ethos está buscando relacionar a sustentabilidade empresarial à sustentabilidade da sociedade como um todo. Um dos resultados deste debate foi a publicação de “Como as empresas podem contribuir para cidades sustentáveis” (2009). Outra importante ação do Ethos que evidencia seu engajamento no movimento pela sustentabilidade é a sua participação na fundação e desenvolvimento do Fórum Amazônia Sustentável. Esse Fórum, criado em 2007 em uma reunião realizada em Alter do Chão (PA), é um espaço de diálogo entre empresas, governos e organizações da sociedade civil que visa criar alternativas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia<sup>126</sup>. Aqui podemos perceber a constituição dos espaços de deliberação democrática defendidos pela teoria de Sen. O Fórum pela Amazônia Sustentável é, realmente, um espaço para definição de estratégias de desenvolvimento.

Apesar de o Ethos optar, definitivamente, por expandir seus objetivos de implantação da RSE para sociedade como um todo, acreditamos que sua primeira ação neste sentido foi a fundação, ainda em 2000, do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente<sup>127</sup>. O principal objetivo do Akatu que é inculcar no consumidor práticas de consumo responsáveis. Neste sentido, este Instituto traz à tona uma questão fundamental: a necessidade de se desenvolver uma forma de consumo diferente que está diretamente relacionada à conformação de um novo tipo de consumidor.

---

<sup>126</sup> Uma articulação entre o Movimento Nossa São Paulo e o Fórum Amazônia Sustentável deu origem ao projeto Conexões Sustentáveis. Esta iniciativa pretende criar soluções para questões como a devastação da Amazônia. Reflexões desse tipo são a base deste projeto: “Se existe uma demanda por madeira nobre nas lojas de São Paulo, quem vai convencer os madeireiros a parar de extrair essa matéria-prima na Amazônia? No entanto, se a demanda cessar, a situação muda de figura” (ETHOS, 2009, p.67).

<sup>127</sup> Esta entidade é independente juridicamente em relação ao Ethos. Disponível em: [http://www.akatu.org.br/quem\\_somos/historia](http://www.akatu.org.br/quem_somos/historia). Acesso em: 01/09/09.

Sendo assim, podemos afirmar que o Akatu realiza uma parte essencial do projeto em prol da sustentabilidade preconizada pelo Ethos, ao difundir a idéia de RSE para além das empresas, enraizando-a também entre os consumidores, ou seja, buscando constituir novos hábitos de consumo. As seguintes colocações de Grajew sobre o Ethos deixam bastante claro o quanto as duas entidades têm objetivos complementares: “Nós atuamos também com os indutores da responsabilidade social empresarial, que dão visibilidade aos bons e maus exemplos. São o Estado, a mídia, as universidades e as entidades não-governamentais, inclusive os sindicatos. E também os consumidores<sup>128</sup>”. Agindo a partir da premissa de que os consumidores têm uma grande influência sobre as ações das empresas, o Akatu advoga que ato de consumo pode e deve ser um importante instrumento de controle social sobre as empresas. Como foi ressaltado por Vogel (2005), e o Ethos e o Akatu parecem saber disso, a RSE só pode ser sustentável se ela trouxer recompensas. Logo, o consumo deve ser entendido como um ato político que contribua para a consolidação de uma estratégia de desenvolvimento voltada para diminuição “*dos riscos de destruição da vida humana*”. Hélio Mattar definiu bem essa idéia na passagem abaixo:

"O consumidor vai descobrir o seu poder, na ação cotidiana, para transformar o mundo [...] O consumidor tem escolha: reduzir, reutilizar, reciclar, consumir diferentemente. Com esse outro consumo, é possível manter o bem-estar e cuidar do meio ambiente. É um equilíbrio de três pés: bem-estar do consumidor, preservação ambiental e a necessidade social<sup>129</sup> [...] É importantíssimo que as pessoas percebam isso e transformem o ato de consumo de um fim em si mesmo para um instrumento de bem-estar. Um instrumento para que as pessoas possam fazer o que é essencial, que é buscar a felicidade<sup>130</sup>".

Podemos perceber claramente que a crítica ao consumismo está na base das reflexões do Akatu.<sup>131</sup> Tanto este Instituto quanto o Ethos estão preocupados em pensar uma nova sociedade em que o mercado seja promotor de desenvolvimento, pois entendem que a

<sup>128</sup> Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/files/EntrevistaOdedGrajew.pdf>. Acesso em: 10/10/09.

<sup>129</sup> Disponível em: <http://metaong.info/index.php>. (08/02/2003). Acesso: 23/10/09.

<sup>130</sup> Disponível em: <http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/content/helio-mattar-0> (26/8/09). Acesso: 23/10/09.

<sup>131</sup> Há muito existe um amplo debate intelectual acerca dos diversos efeitos do consumismo sobre relações sociais. Tal debate já estava presente na teoria de Marx sobre o fetichismo da mercadoria e perpassou os trabalhos de alguns pensadores da Escola de Frankfurt como os de Adorno e Horkheimer sobre a “Indústria Cultural” e as reflexões de Marcuse sobre as “falsas necessidades” do “homem unidimensional”. Por sua vez, Baudrillard também deu sua contribuição para o debate em questão, descrevendo o consumo como um processo de comunicação, através do qual ocorre um processo de diferenciação social e, seguindo na mesma linha, Bourdieu analisou o consumo como forma de diferenciação e distinção entre classes e grupos sociais, chamando atenção para os aspectos simbólicos e estéticos da racionalidade do consumidor. Por último, os trabalhos de Bauman e Canclini buscaram dar conta de analisar o papel do consumo na instabilidade constante do mundo globalizado em que vivemos hoje. (Mancebo et ali, 2002).

sociedade da produção e do consumo desenfreados está chegando ao seu fim. É interessante notarmos também que a concepção de consumo explicitada acima por Mattar é muito semelhante à concepção de riqueza construída por Sen. Ou seja, tanto o consumo quanto a riqueza devem ser entendidos como um meio (a partir de sua utilidade) de alcançarmos nossas realizações. Como enfatizou Sen: “A utilidade da riqueza está nas coisas que ela nos permite fazer – as liberdades substantivas que ela nos ajuda a obter”. A colocação de Hélio Mattar reforça esse ponto de vista:

“O aumento do consumo nos últimos 30 anos não trouxe ganho de felicidade ao mesmo tempo em que gerou um stress extraordinário ao incentivar o endividamento e o aumento da carga de trabalho. Com isso deixam de aproveitar aquilo que é mais significativo na vida de qualquer ser humano: a família, os amores, as amizades e os momentos de lazer. Do ponto de vista econômico, esse modelo tende a não ser sustentável, até porque se conseguíssemos promover a inclusão de todos excluídos na sociedade, precisaríamos de mais quatro planetas Terra para atender à demanda de mercado. E ainda assim, o consumismo e a tensão no consumo continuariam a nos colocar à beira de um colapso econômico<sup>132</sup>”.

Com isso, em convergência com o pensamento de Sen, o Akatu e o Ethos conformam um discurso no qual a economia deve estar voltada para a satisfação do ser humano, para felicidade deste em detrimento do consumo como um fim em si mesmo. Nesse sentido eles buscam a conscientização de toda a sociedade, mais especialmente das elites empresariais e dos consumidores, para que haja uma mobilização em prol de uma sociedade de mercado mais humanista, preocupada, portanto, com a preservação da vida humana e do meio ambiente. A mudança que eles preconizam é uma mudança cultural, na maneira de se pensar e agir em relação ao mundo. Ademais, essa mudança, segundo o Ethos, ocorrerá apenas através da militância em prol da transformação da cultura cívica dos agentes econômicos.

Sabendo que o combate à pobreza e à corrupção são questões caras ao Ethos – como vimos no primeiro capítulo tais questões já estavam presentes na agenda de política do PNBE – e por entendermos que esses são dois dos maiores problemas que enfrentamos no Brasil, buscaremos analisar no próximo capítulo quais são as propostas do Ethos para solução de tais questões. Com relação ao debate sobre a pobreza, identificaremos nele outros pontos de convergência entre a teoria de Sen e a retórica de RSE do Ethos e conseguiremos também entender um pouco melhor como uma fração da elite nacional pensa esta questão e propõe solução para ela. Já no que concerne ao debate sobre a corrupção, tentaremos entender quais

---

<sup>132</sup> Disponível em: [www.revistamarketing.com.br/materia.aspx?m](http://www.revistamarketing.com.br/materia.aspx?m) (2 março de 2009). Acesso em: 12/11/09.

são os obstáculos culturais levantados pelo Ethos no combate à determinadas práticas sociais extremamente enraizadas no país e quais são as propostas deste Instituto para fazê-lo.

### **CAPÍTULO 3 – OBSTÁCULOS À MUDANÇA CULTURAL: O COMBATE À POBREZA E A BUSCA POR UMA OUTRA CULTURA CÍVICA**

Como enfatizamos no capítulo anterior, estamos vivendo um momento de profunda reflexão com vistas à consolidação de novos paradigmas de desenvolvimento e, obviamente, que as elites terão uma grande influência na construção deste novo modelo. Nesse sentido, acreditamos que as concepções de RSE promovidas pelo Ethos (e que estavam na base do PNBE como já colocamos) podem ser elementos relevantes no atual ambiente político brasileiro porque trazem em si a idéia de que necessitamos constituir uma realidade mais democrática capaz de gerar uma sociedade menos desigual. De certa forma, o engajamento de frações da elite empresarial na ruptura com os padrões políticos mais pragmáticos e autoritários, capazes de arquitetar e apoiar golpes de Estado como o de 1964<sup>133</sup>, que caracterizaram as ações históricas do empresariado – e foram, em grande parte, responsáveis pela ampliação da pobreza, da miséria e da desigualdade existentes no país – pode ser entendido como um importante passo para a consolidação de instituições poliárquicas, nos termos definidos por Dahl (1997).

Com a falência do “socialismo real” e a conseqüente derrocada, ao menos momentânea, das concepções que acreditam na tomada do poder através da força, nas últimas décadas houve um fortalecimento da idéia de que o processo de democratização é um elemento crucial para que se conforme uma sociedade mais justa. Logo, a poliarquia (democracia realmente existente) tem sido cada vez mais valorizada enquanto uma necessidade universal. Ao compartilhar dessa idéia, o Ethos defende uma real ampliação da participação social no processo de formulação de políticas públicas para que possamos combater as inúmeras mazelas que tornam nossa sociedade tão injusta. Tal afirmação não significa dizer que este instituto entende a participação da sociedade civil como uma panacéia, mas sim de como algo fundamental para o bom funcionamento da relação Estado/sociedade. Afinal, parece estar claro que um Estado eficiente, ou seja, com alta capacidade de responder às demandas sociais, pressupõe uma sociedade ativa, capaz de cobrar e propor soluções para seus problemas. A vinculação, em 2006, do conceito de RSE apregoado pelo Ethos à Carta da Terra definiu da seguinte maneira o compromisso desse Instituto com a conformação de sociedades poliárquicas pautadas pela sustentabilidade: “Fortalecer as instituições

---

<sup>133</sup> Segundo Dreifuss (1981) algumas frações da classe empresarial, por meio do complexo IPES/IBAD, desempenharam um papel extremamente importante no golpe de Estado ocorrido no Brasil em 1964. Ao analisar o processo de construção deste golpe, o autor em questão conclui que ele foi um golpe de classe apoiado pelos militares e não o contrário.

democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões, e acesso à justiça<sup>134</sup>”.

Ao participar ativamente da fundação e das atividades do Movimento Nossa São Paulo, o Ethos tem colocado em prática essa premissa, que está bastante explícita na seguinte afirmação de Grajew: “Dar voz e incentivar a participação popular na política é o caminho, e por isso uma das ações do movimento é o Fórum Nossa São Paulo, que visa criar espaço de debate e de formulação de propostas para políticas públicas na capital paulista<sup>135</sup>”.

Colocadas as questões acima, agora, se faz necessário que retomemos alguns pontos discutidos no capítulo anterior. É possível dizer que a concepção de RSE que o Ethos defende se define em um projeto político de duas frentes: dotar as empresas e os empresários de um espírito cívico que lhes permitam contribuir para o bem-estar social e, conseqüentemente, despertar o empresariado para o fato de que ele deve desempenhar um papel central na articulação entre a sociedade civil e o Estado no âmbito da formulação de políticas públicas. Analisando tais premissas, torna-se perceptível que elas pressupõem não só uma transformação na cultura do mundo dos negócios, como afirmamos anteriormente, mas também uma mudança radical na cultura cívica<sup>136</sup> do empresariado. É por termos em conta o tamanho do desafio que o Ethos pretende realizar que já afirmamos anteriormente que seu projeto é mais uma das utopias capitalistas e como tal se propõe a transcender obstáculos aparentemente impossíveis. Nas próximas seções apresentaremos as reflexões e as ações do Ethos com vistas a solucionar dois dos problemas mais marcantes da sociedade brasileira: a pobreza e a corrupção. Buscaremos demonstrar como estes dois males dificultam as possibilidades de transformação de nosso quadro social de forma mais ampla.

### **3.1 O QUE O ETHOS PENSA SOBRE A POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL:**

Na introdução deste trabalho ressaltamos, de acordo com Dahl (1997), que a conformação de uma sociedade poliárquica pode ser bastante comprometida em contextos em que haja uma enorme disparidade de renda. Recuperando o debate realizado por aquele autor, é necessário que enfatizemos que uma sociedade com grandes desigualdades sociais torna-se,

<sup>134</sup> Disponível em: [www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html](http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html). Acesso em: 15/12/09.

<sup>135</sup> Disponível em: [www.revistasustentabilidade.com.br/.../entrevista-oded-grajew](http://www.revistasustentabilidade.com.br/.../entrevista-oded-grajew). Acesso em: 25/12/09.

<sup>136</sup> Adotamos aqui o conceito de cultura cívica utilizado por Santos (1993, p. 105): Por cultura cívica entende-se aqui, classicamente, o sistema de crenças, compartilhado pela população, quanto aos poderes públicos, quanto à própria sociedade em que vive, e quanto ao catálogo de direitos e deveres que cada qual acredita ser o seu.

proporcionalmente, uma sociedade com uma grande desigualdade na distribuição de poder, fato que dificulta o equilíbrio necessário a um sistema de contestação pública estável. Combater a desigualdade social e a pobreza seria, então, o primeiro grande desafio para todos aqueles que, como o Ethos, acreditam que a democratização é capaz de gerar uma sociedade mais justa. O Ethos parece estar ciente disso, pois em 2003 publicou um manual chamado: “O que as empresas podem fazer pela erradicação da pobreza”. A análise que faremos agora sobre o que o Ethos entende por pobreza e acerca de suas propostas de combate à pobreza e as desigualdades estará baseada em um olhar crítico sobre este documento.

Logo na introdução deste manual o Ethos afirma que o Brasil é um país extremamente contraditório, rico (apresentando o nono maior PIB do mundo) e ao mesmo tempo extremamente desigual (tendo a quarta pior distribuição de renda no planeta). Apresentado este argumento, a idéia central do manual é conscientizar as empresas de que elas podem contribuir para a construção de um país mais sustentável. Neste sentido, este manual expõe às empresas dados sobre a desigualdade social e a pobreza no Brasil, fornece a elas definições conceituais sobre o que é pobreza e desigualdade social e, como de praxe em todos os manuais publicados pela entidade, apresenta um banco de práticas com exemplos de ações em que a articulação entre empresas, sociedade civil e Estado foi profícua na solução de problemas sociais.

Ao lermos o documento em questão podemos notar mais uma vez a relevância que a consolidação da democracia e a busca pelo desenvolvimento têm na retórica do Instituto. Vejamos: “Reconhece-se que enfrentar a pobreza e diminuir as desigualdades sociais são essenciais ao desenvolvimento e à democracia de um país” (ETHOS 2003, p. 11). Como já evidenciamos aqui, e não é diferente em relação ao manual em análise, toda a argumentação da entidade perpassa pela idéia de que o Estado é o principal responsável pelo bem público, o que, contudo, não significa dizer que a sociedade em sua totalidade não tenha sua parcela de responsabilidade sobre as questões públicas. Nesse sentido, argumenta o Ethos, as empresas teriam a responsabilidade ética de desenvolver políticas corporativas com vistas a retribuir à sociedade parte dos benefícios que dela obtêm (ETHOS, 2003).

Outro argumento central usado pelo Instituto a favor da adesão das empresas a uma postura mais “cidadã” está pautado pela idéia de que garantir a sustentabilidade social é garantir a sustentabilidade (“sobrevivência/reprodução”) dos negócios e da própria economia capitalista. Assim, reforça-se mais uma vez a existência de uma interdependência entre os três pilares da sustentabilidade: o social, o econômico e ambiental. Esta visão mais holística da

atividade empresarial, segundo o Ethos, deve perpassar toda a estratégia de gestão das empresas, dando origem a uma nova cultura organizacional delineada na passagem abaixo.

“A direção da empresa pode liderar esse processo, tornando a erradicação da pobreza um eixo prioritário em seu planejamento e em suas ações. Internamente, as relações com funcionários, fornecedores, clientes e consumidores devem ser examinadas. Trata-se de avaliar em que medida essas relações podem estar, direta ou indiretamente, gerando situações de pobreza ou, ao contrário, contribuindo para sua superação” (ETHOS, 2003, p. 7).

Analisando as colocações acima podemos perceber o quanto as reflexões de Amartya Sen influenciam a retórica do Ethos. Sendo a pobreza um obstáculo ao desenvolvimento por tornar as pessoas desprovidas de liberdade para decidir sobre seu futuro, nos termos colocados por Sen, este fator deve ser levado em consideração por qualquer sociedade que queira avaliar seu índice de desenvolvimento (idéia intrínseca ao IDH, com o qual Sen contribuiu para a formulação). Dito isto, podemos dizer que as afirmações acima deixam claro que o Ethos pressupõe que as empresas, assim como as sociedades, devem pensar e avaliar o seu próprio desenvolvimento não somente por sua taxa de lucratividade (crescimento econômico), mas também por sua capacidade de gerar benefícios sociais.

Tal publicação do Ethos adota explicitamente o conceito de pobreza proposto por Sen (inclusive citando este autor como uma referência fundamental), refutando a idéia de que este fenômeno social deve ser visto somente como falta de renda – visão esta que é bastante superficial – ou algo que deve ser aliviado ou resolvido pela solidariedade individual do próximo. Assim, o Ethos defende a idéia de que a pobreza não deve ser somente caracterizada como um impedimento da aquisição de gêneros no mercado, mas também e, principalmente, como a falta de acesso aos serviços de bem-estar social básicos como: acesso à educação, a atendimento médico-hospitalar, à moradia decente, à água potável, à coleta de lixo, a trabalho formal e à segurança pública. Em outras palavras, podemos dizer que esta visão traz à tona a idéia de que a pobreza é causada, sobretudo, pela falta de acessos aos direitos sociais básicos. Tais pressupostos são intrínsecos à concepção de desenvolvimento preconizada por Sen para o qual a liberdade, em grande parte, depende das oportunidades de acesso aos direitos básicos de cidadania, o que enfatiza a importância das políticas públicas e, com isso, do papel do Estado. Vejamos como Sen colocou tais questões:

“O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições

habilitadoras como boa saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda mais influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades.” (SEN, 2000, p. 19).

Portanto, é notável que para este autor tanto as oportunidades oferecidas pelo mercado quanto aquelas fornecidas pelo Estado, por meio das políticas públicas, são fundamentais para que os indivíduos possam ter suas capacidades expandidas e, com isso, contribuir para o desenvolvimento social das esferas econômica e política. Tal enfoque teórico de Sen, alinhado com a matriz clássica do liberalismo smithiano, está claramente assentado sobre a idéia de que dadas oportunidades iguais aos indivíduos, estes serão capazes de gerar boas instituições e, conseqüentemente, beneficiar toda a sociedade. De maneira simplista, a igualdade aqui é vista como igualdade de oportunidades (voltaremos a este ponto mais a frente).

Outro elemento relevante destacado pelo manual produzido pelo Ethos é o de que o aporte teórico de Sen nos permite também entender melhor questões como as privações geradas por discriminações. Em certas sociedades, determinados grupos são alvo de preconceitos, o que lhes impede de converter renda em oportunidades. Citamos abaixo um dos muitos exemplos que nos foi dado por Sen (2000, p. 37):

“[...] nos Estados Unidos, os afro-americanos como um grupo não têm uma chance maior – na verdade, ela é menor – de chegar a idades avançadas do que as pessoas nascidas nas economias imensamente mais pobres da China ou do Estado indiano de Kerala...”

Neste sentido, no que concerne a importância das liberdades políticas para a consolidação de regimes democráticos os argumentos de Sen convergem com os de Dahl (1971), na medida em que ele afirma que os governos realmente democráticos dificilmente permitem que grandes parcelas da sociedade passem por privações (como crises de fome). O fato de que em regimes poliárquicos os governos tenham de enfrentar a crítica pública faz com que eles tomem medidas preventivas contra as desigualdades extremas (SEN, 2000). Tais argumentos são bastante profícuos para que possamos questionar o funcionamento dos mecanismos democráticos no Brasil. .

Concentremo-nos agora em um debate central, localizado no cerne da teoria de Sen: a questão das políticas públicas. Segundo esse autor, as políticas públicas são fundamentais para capacitar os indivíduos em cinco tipos distintos de liberdades. Estes são: a liberdade política (direitos civis em geral); as facilidades econômicas (oportunidades que os indivíduos

têm de utilizar recursos econômicos voltados para a produção, consumo ou troca); as oportunidades sociais (serviços sociais como educação e saúde); as garantias de transparência (garantias que inibam a corrupção, a irresponsabilidade financeira e as transações ilícitas) e a segurança protetora (benefícios aos desempregados; complemento de renda aos indigentes e capacidade de distribuição de alimentos em situações emergenciais, por exemplo). Tais liberdades podem e devem gerar indivíduos com autonomia suficiente para decidir o seu futuro e participar das decisões cruciais sobre o processo de desenvolvimento. Logo, a importância das políticas públicas está em dar liberdades habilitadoras aos indivíduos e não em torná-los dependentes do Estado. Esta mesma premissa está explícita nos comentários de Oded Grajew sobre o Programa Fome Zero, atualmente a principal iniciativa governamental de combate à pobreza no país (tanto este empresário, que era assessor especial do presidente Lula da Silva no início de seu primeiro mandato, quanto o próprio Ethos foram importantes incentivadores deste programa):

“O programa Fome Zero era bastante ambicioso, um programa de cidadania. Pretendia saciar a fome da população mais pobre: a fome de comida, mas também de emprego, de saúde, de cultura. [...] Depois que eu saí, o pilar era o Bolsa Família, importante porque distribui renda para a população mais pobre. Ele unifica os programas, cadastros, dá renda, e isso, salvo exceções, faz o dinheiro chegar para quem realmente precisa. Apesar dos méritos, peca também. Ele não dá, por exemplo, a “porta de saída”, isto é, não faz com que a pessoa deixe de depender dele. Ele também não se transformou em política pública, em um direito [...] No momento eleitoral, sempre se ameaça a continuidade ou não do programa. Ninguém discute, por exemplo, a continuidade ou não da escola pública. [...] Diante da proposta inicial do Fome Zero, do que ele deveria ser, o Bolsa Família é muito pequeno. É uma parte do Fome Zero, mas faltou a outra, que é não depender do Bolsa Família. Ele deveria ter um tempo de permanência limite, um máximo de três anos, por exemplo. Senão ele torna as pessoas muito dependentes do Estado<sup>137</sup>”.

Ao observarmos as liberdades propostas por Sen e as assertivas de Grajew podemos dizer que o Fome Zero – pelo menos em suas bases teóricas alicerçadas na idéia de cidadania como promoção de oportunidades com vistas a autonomização dos beneficiados – traz em si muitas das premissas intrínsecas à teoria do desenvolvimento deste economista. Autonomizados aqui quer dizer indivíduos capazes de buscar seu desenvolvimento no âmbito do mercado. Ou seja, através da inserção no mercado os indivíduos terão liberdade suficiente para escolher a vida que querem levar. Decerto que os principais objetivos do Fome Zero eram fazer com que os serviços sociais prestados pelo Estado (principalmente na área de

---

<sup>137</sup> Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/files/EntrevistaOdedGrajew.pdf>. Acesso em: 15/12/09.

educação e saúde) chegassem às pessoas menos favorecidas, promovendo-lhes oportunidades sociais, e que a transferência de renda lhes trouxesse facilidades econômicas. Eis as influências de Sen no Programa.

Com relação à concentração de renda, o manual “*O que as empresas podem fazer pela erradicação da pobreza*” (2003) afirma, com bases no relatório realizado pelo PNUD em 2000, que tal fenômeno era causado principalmente pela distribuição desigual dos gastos sociais, que no Brasil beneficiam muito mais os ricos do que aqueles que realmente precisam. Além disso, a desigualdade social foi identificada pelo PNUD como a principal razão da persistência da pobreza no território Brasileiro. De fato, podemos perceber aqui mais uma vez a influência das idéias de Sen sobre os resultados das pesquisas das agências multilaterais. Afinal, o PNUD confirma a tese deste economista quando afirma que a ausência de acesso a serviços sociais básicos por populações mais carentes é a grande responsável pelo subdesenvolvimento que assola as nações do Terceiro Mundo.

Olhando para a realidade brasileira acreditamos que, em grande parte, o argumento de que os serviços públicos não chegam aos que realmente precisam faz bastante sentido. Isto significa dizer que muitos Estados de países em desenvolvimento, como é o caso do brasileiro, não têm contribuído da maneira correta para a distribuição dos direitos sociais, o que poderia gerar um quadro com menos desigualdade de poder. Contudo, os Estados, corruptos e ineficientes, seriam os únicos culpados por tal desigualdade de poder? Ou haveria uma lógica perversa no sistema vigente sustentada, sobretudo, por poderosos agentes econômicos? Outro elemento que não poderia passar despercebido é o de que em nenhum momento fala-se na necessidade de se realizar no Brasil uma reforma agrária<sup>138</sup>. Não seria um absurdo tão desumano quanto o trabalho escravo ou o trabalho infantil ainda não termos realizado, no Brasil, em pleno século XXI, uma reforma agrária? Fala-se no documento em

---

<sup>138</sup> Lembremos que o período em que a reforma agrária esteve mais perto de ocorrer no Brasil foi durante o governo de João Goulart (1961-1964). O fortalecimento da questão agrária vinha ocorrendo desde meados da década de 1950, quando as ligas camponesas sacudiam as estruturas fundiárias da região Nordeste, ganhando contornos mais reais no início dos anos de 1960 com a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e da Superintendência de Política Agrária (SUPRA). Com o advento do Golpe Militar, em 1964, a SUPRA foi extinta e nem a aprovação do Estatuto da Terra, naquele mesmo ano, gerou pressão suficiente para que a Reforma Agrária pudesse acontecer. Em verdade, como ressaltaram Oliveira (2001) e Delgado (2003), o que houve a partir de então foi a constituição de um novo pacto agrário caracterizado pela modernização técnica e pela conservadorização no âmbito do social (ao contrário do que vinha ocorrendo nos anos anteriores). Os movimentos camponeses foram extremamente reprimidos e, por outro lado, os latifundiários foram agraciados com programas de crédito rurais bastante liberados e, principalmente, passaram a contar com incentivos fiscais baseados nas desonerações do imposto de renda e do imposto territorial rural. Todo este processo facilitou ainda mais a concentração fundiária no país e pode ser entendido também como um reflexo do poder que as elites rurais têm aqui. Um agravante a esta questão é o fato de que tal processo de modernização do campo, principalmente nas regiões sudeste e centro-oeste, levou muitos industriais a transformarem-se em proprietários de terras, sendo que, atualmente, a maior parte dos latifúndios no Brasil encontra-se em posse de empresários urbanos. Este fenômeno peculiar da questão agrária brasileira dificulta ainda mais a conformação de políticas que coíbam a concentração fundiária. A conjugação entre empresários urbanos e elite agrária tradicional torna o termo “reforma agrária” neste país algo quase que proibido. Não é a toa que o Ethos tende a passar longe do assunto.

condições “subumanas” de moradia e da necessidade de uma política habitacional, mas não se questiona a concentração da propriedade privada, nem no campo nem nas cidades. Seria interessante se o Ethos fizesse propostas sobre como o empresariado pode contribuir para a diminuição da concentração da propriedade privada. Afinal, tal concentração não seria um elemento intrínseco ao lucro indevido que o Ethos tanto condena? Não estamos defendendo aqui o fim da propriedade privada, mas apenas lembrando que numa sociedade em que esta encontra-se enormemente concentrada há poucas chances de se alcançar a sustentabilidade.

Faz-se necessário que nos debruçemos agora com um olhar mais crítico sobre aporte teórico de Sen e, logo, sobre a proposta de RSE do Ethos.

### **3.1.1 UMA CRÍTICA HUMANISTA AO LIBERALISMO HUMANISTA DE AMARTYA SEN E ACERCA DA CONCEPÇÃO DE RSE DO ETHOS: UM ADENDO SOBRE OS MALEFÍCIOS DO MERCADO DESREGULADO**

Ressaltamos, anteriormente, a enorme contribuição que Sen (2000) tem dado para que pensemos o processo de desenvolvimento não somente em sua dimensão econômica, mas também em sua dimensão social, que deve ser vista como algo inextrincavelmente ligado ao processo democrático. Tal aporte tem também o mérito de nos mostrar que os valores sociais – preconceitos, por exemplo, que recaem em todas as sociedades sobre determinados grupos – podem destituir inúmeros indivíduos de buscarem o seu desenvolvimento pessoal e contribuírem, nos termos de Sen, para o desenvolvimento social. Entretanto, ao depositar enorme credibilidade à teoria do individualismo smithiano, segundo a qual o desenvolvimento dos indivíduos necessariamente leva a um desenvolvimento social como se isso fosse uma verdade axiológica (neste sentido Sen se aproxima dos neoliberais), Sen restringe bastante a capacidade crítica de sua teoria de desenvolvimento. Dizemos isto porque este autor, ao omitir os enormes obstáculos, como os oligopólios, os monopólios, as barreiras impostas pelo mercado ao desenvolvimento de indivíduos e países pobres, torna a sua teoria um tanto alheia à realidade do mundo contemporâneo (SAWAYA, 2002). Em verdade, este autor ao realizar um “louvor” ao livre mercado, enfatizando o bem-estar que este é capaz de gerar, lembra de forma apenas superficial as características perversas intrínsecas a ele.

O tratamento que Sen (2000) dá à questão do trabalho assalariado é um exemplo bastante nítido do que estamos querendo dizer. Ao dar grande ênfase à importância histórica da passagem do trabalho escravo para o assalariado, momento ao qual podemos remeter o

nascimento do capitalismo, este autor busca ressaltar a capacidade de os mercados promoverem o desenvolvimento. Contudo, Sen parece ter esquecido que no mundo de hoje – não estamos negando aqui a existência do trabalho escravo contemporâneo – bem mais complexo do que o smithiano, as prioridades do capitalismo mudaram e, pelo menos por enquanto, o desemprego e exclusão parecem ser a lógica dominante no mercado. Temos, então, um estranho paradoxo. Sendo a sua principal contribuição ao debate sobre o desenvolvimento a negação da idéia de que o crescimento econômico deve ser o único elemento considerado no processo de desenvolvimento, porque Sen, conhecedor dos malefícios que a predominância irrestrita do binômio acumulação/crescimento é capaz de gerar, preferiu omitir de sua análise as barreiras impostas pela atual economia capitalista ao desenvolvimento do ser humano? Afinal, seria ingênuo negar que a atual economia produz muito mais excluídos do que incluídos, já que a maioria das grandes empresas vêem o trabalhador como um custo por demais insuportável ao processo produtivo.

Neste sentido, entendemos que a grande utopia de Sen, assim como o entende Sawaya (2002), foi acreditar que o poder está nas pessoas e não nos governos e nas empresas, estes sim ocupados por indivíduos bastante poderosos. Será que os mais de 50 milhões de brasileiros que vivem em condições execráveis ao receberem maior cobertura dos serviços sociais estatais poderão se tornar indivíduos livres para fazer “grandes escolhas”? Sinceramente, isto nos parece bastante improvável pelo menos em curto e médio prazo. Talvez em longo prazo isto seja possível, porém, deveremos levar em conta alguns aspectos que Sen não levou. Questionamos-nos se seria possível um processo de desenvolvimento sem uma revolução cultural na maneira de pensar a economia. Será que os indivíduos dos países pobres conseguirão escolher qual é o tipo de desenvolvimento que terão com os juros que pagam por suas dívidas externas? Teremos um mundo mais saudável, livre de epidemias como a da AIDS, da mortalidade infantil e da fome, sem quebrarmos as patentes das indústrias farmacêuticas e sem reformularmos o sistema global conduzindo-o de um eixo pautado pela competição extrema para um eixo mais cooperativo?

Acreditamos que Sen, ao entender que os obstáculos reais do capitalismo contemporâneo à promoção de justiça social (apontados nos questionamentos acima) não são elementos intrínsecos ao sistema capitalista, mas sim resquícios de ordens pré-capitalistas, nega-se a reconhecer as deficiências do sistema de livre mercado (SAWAYA, 2002). Em nosso ponto de vista este é o principal equívoco deste autor. E talvez ele tenha resultado da insistência de Sen em valorizar muitas das crenças equivocadas do liberalismo smithiano,

entre as quais a idéia axiológica de que o bem-estar individual necessariamente gerará bem-estar social. Não negamos as contribuições históricas feitas pelas matrizes teóricas liberais, senão não veríamos grandes vantagens na conformação de poliarquias, entretanto, acreditamos que as benesses do comportamento individual têm grandes limites.

Como ressaltou Evans (2005), a pouca importância dada por Sen ao poder das empresas, impediu-o de levar adiante reflexões mais amplas sobre os empecilhos que a dominação cultural de “*impérios empresariais*” – como o da Coca-Cola, por exemplo – podem gerar para uma deliberação democrática mais livre e, portanto, menos comprometida com os interesses do capital. Além disso, Sen nem passa perto de abordar a questão da concentração da propriedade privada como um elemento que possa gerar mais pobreza e desigualdade social.

Com relação ao Ethos, não obstante a grande influência de Sen em sua retórica, podemos perceber que em todo o seu projeto político há uma nítida noção da realidade nefasta que o poder exacerbado das empresas pode causar. A passagem retrata de que forma o Ethos entende a ação empresarial:

“[...] a globalização amplia a presença internacional das empresas, ao permitir que elas se fixem em muitos países, nos quais aportam capitais, tecnologias e inovações. Isso pode significar prosperidade econômica, bons empregos, padrões sociais elevados. Contudo, há também tensão e risco. Esse poder, aliado à concorrência e competição acirradas, pode se traduzir em retrocessos – deslocalizações predatórias, rebaixamento dos salários, anulação dos sindicatos, pressões sobre os governos por concessões injustas, devastação ambiental e corrupção” (ETHOS, 2007b, p.56).

Esta visão aberta contribui para que o Ethos reconheça que as posições unilaterais a favor do mercado são extremamente prejudiciais ao bem-estar social da maior parte da população. É por isso que o Instituto, como já ressaltamos, enfatiza que as empresas devem estar em contínuo processo avaliativo, constantemente repensando as suas relações com os stakeholders. O próprio fato de o discurso desta entidade estar totalmente voltado para uma transformação cultural na maneira como o mundo empresarial se relaciona com o mundo do social, intrinsecamente, permite que façamos a seguinte indagação: poderíamos dizer que o Ethos, apesar de alinhado com o discurso de Sen, ao contrário deste acredita que os problemas contemporâneos são intrínsecos a um capitalismo nefasto que deve sair de cena, dando espaço a um novo tipo de economia de mercado? Em parte acreditamos que sim. Ao contrário de Sen – que parece não acreditar que resquícios de ordens “pré-capitalistas” como o trabalho escravo sejam intrínsecos a diversas práticas da “verdadeira” economia de mercado – o Ethos

não vê o mercado como um todo homogêneo, mas como um mundo marcado por disputas de poder capazes de gerar, ao mesmo tempo, malefícios irreparáveis e, caso se reconheça as suas falhas, benefícios bastante estimáveis. Não estamos dizendo que o Ethos não acredite na economia de mercado, pois isto seria um contra-senso a tudo que apresentamos até agora. Estamos dizendo que Ethos acredita, muito mais do que Sen, na capacidade e na necessidade da sociedade civil e, principalmente, do Estado de intervirem no mercado para resolver as falhas deste.

Sendo assim, o Ethos claramente reconhece a necessidade de se encontrar limites para as ações do mercado. Neste sentido, Grajew tem defendido a busca por um limite do crescimento, o que está explícito nas afirmações abaixo:

“Crescimento infinito significa aumento dos lucros, ano após ano, aumento de receita todos os anos, diminuição eterna de custos e impostos, enfim, é uma equação de concentração da riqueza, pois lucro é distribuído apenas aos acionistas, deixando o resto da sociedade de lado [...] É como se valorizássemos o câncer, pois cânceres não são células que crescem eternamente sem controle, até matar e se auto destruir? [...] Se a empresa tem um lucro razoável, porque continuar a aumentar este lucro?<sup>139</sup>”

Ricardo Young corrobora com esta idéia ao deslegitimar o neoliberalismo e ao defender explicitamente que a RSE como um importante elemento para a construção de uma nova via de desenvolvimento mais sustentável:

“A realidade mostrou que o mercado não só não aloca os recursos de maneira regular e equânime onde eles são mais necessários, como as forças especulativas, livres de amarras, são muito maiores que a sociedade. Capitais foram utilizados para alavancagens infinitas, criando uma moeda virtual que gerou inflação, ineficiência, desigualdade e desemprego. [...] Agora, os Estados estão despejando trilhões de dólares para salvar as instituições financeiras. Quem vai pagar este almoço? Milton Friedman? Os executivos beneficiados por bônus espetaculares? Os “criativos” dos derivativos? [...] Nos anos de “exuberância” do mercado, várias companhias adotaram uma outra maneira de fazer negócio, pois perceberam que havia algo errado em um mundo onde o lucro crescia em oposição ao bem-estar da sociedade. Estas empresas construíram o movimento da responsabilidade corporativa e iniciaram a busca por um modelo de desenvolvimento sustentável que garanta estabilidade para os negócios, para a sociedade e para o meio ambiente. Isso exige mudar a maneira de produzir e consumir<sup>140</sup>”.

Então, se de acordo com o Ethos, devemos criar mecanismos para controlar o mercado e distribuir renda, ou seja, evitar a extrema concentração de riqueza, por que não podemos

<sup>139</sup> Disponível em: [www.revistasustentabilidade.com.br/.../entrevista-oded-grajew](http://www.revistasustentabilidade.com.br/.../entrevista-oded-grajew). Acesso em: 25/12/09.

<sup>140</sup> Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/app/coluna.jsp?a=2&a2=5&i=2538>. Acesso em: 01/01/10

incluir nesta equação a distribuição de terras e mesmo incluir obstáculos para dificultar a concentração da propriedade privada? Notemos que uma excessiva concentração da propriedade gera uma extrema concentração de poder e, dificilmente, uma democracia sobrevive em um ambiente tão marcado por tal desequilíbrio. Portanto, não seria “socialmente responsável” se o Ethos articulasse o empresariado e o setor público para a constituição de um plano nacional de habitação? Todos nós sabemos que a casa própria é um sonho distante para a maioria dos brasileiros, então, esta não seria uma boa oportunidade para que as construtoras fossem chamadas a contribuir com o Estado em um projeto de efetiva expansão do número de proprietários vivendo em moradias dignas no país? Cremos, quanto à reforma agrária, que ainda existam muitos imóveis rurais que não estão cumprindo a sua função social, nos termos definidos pela “Constituição Cidadã”<sup>141</sup>. Sendo assim, seria interessante se o Ethos partisse da premissa de igualdade de oportunidades, que é louvável, para mobilizar um debate realmente profícuo sobre como a reforma agrária é condição *sine qua non* para uma sociedade menos desigual, logo, mais sustentável. Um pacto pela reforma agrária seria um bom começo. Portanto, podemos dizer que o pouco espaço dado à questão da reforma agrária pelo Ethos em sua atuação política é um dos pontos fracos desta entidade.

Uma outra crítica que podemos fazer ao Ethos refere-se ao fato deste Instituto evitar discutir a forte relação existente entre as ações de responsabilidade social e os incentivos fiscais. Esta postura da entidade ficou explícita na seguinte declaração do diretor executivo do Ethos, Paulo Itacarambi, durante um debate entre o instituto e seus associados sobre a lei de responsabilidade social:

“O Instituto Ethos tem evitado discutir a responsabilidade social empresarial do ponto de vista do incentivo financeiro e da renúncia fiscal. Para nós, ela é interessante para o próprio negócio da empresa. De qualquer maneira, se falarmos de incentivo, aí temos que falar em controle e fiscalização” (ETHOS, 2003).

Como bem ressaltou Mota (1989), a renúncia fiscal pode ser um instrumento nefasto, na medida em que, no limite, parte do fundo público passa a ser utilizada por entidades

---

<sup>141</sup> Alguns estudos realizados revelam que se o Inca fizesse valer, em sua totalidade, os preceitos da Lei 8.624, que define o que é terra produtiva e improdutivo no país, algo em torno de 115.054.000 hectares (20% da área total) poderia ser considerado propriedade improdutivo. O *Atlas Fundiário Brasileiro*, publicado pelo Inca em 1996, afirmava que 62,4% da área dos imóveis cadastrados era improdutivo e apenas 28,6% era produtiva. Além disso, segundo dados da Receita Federal, divulgados em 1994, 59% dos proprietários de imóveis rurais de mil a cinco mil hectares sonegavam o Imposto Territorial Rural (ITR) e, para piorar, o número de sonegadores aumentava, à época, para 87% no que tange propriedades acima de 5 mil hectares (OLIVEIRA, 2001). Apesar destes dados não serem muito recentes, acreditamos que pouco tenha mudado.

privadas. Estamos cientes de que boa parte das ações sociais implementadas pelas inúmeras fundações empresariais e os benefícios que muitas empresas dão aos seus funcionários ocorrem respaldados por incentivos fiscais. Logo, não seria fundamental se o Ethos levasse adiante um amplo debate sobre como as empresas devem utilizar de maneira responsável os recursos advindos de incentivos fiscais? Não seria relevante que no âmbito do debate sobre a importância do balanço social fosse destacada a necessidade de uma transparência ainda maior com relação à destinação dos recursos provenientes das renúncias fiscais? Não estaria o Ethos furtando-se de debater uma questão que está cerne da RSE – e que é frequentemente levantada pelos maiores críticos deste movimento – ao argumentar que as empresas deveriam entender que as ações socialmente responsáveis são fundamentais para o sucesso dos negócios e que, por isso, as iniciativas neste sentido devem partir de recursos próprios? Acreditamos que sim.

Além disso, talvez o Ethos devesse se preocupar mais com certos rumos que o movimento de RSE pode tomar. Afinal, a RSE não deve se tornar um conjunto de práticas e discursos que legitimam a eficiência do setor privado no provimento de bem-estar social em detrimento das ações do Estado neste sentido. Como o próprio Young ressaltou na passagem em destaque acima, os mecanismos de mercado não são e não devem ser entendidos como os mais profícuos para uma redistribuição equitativa dos recursos produzidos pelas sociedades.

Feitos tais questionamentos e críticas, perguntamo-nos como o Ethos tem contribuído para a construção de limites ao poder do mercado? Como ele tem se envolvido e incentivado o envolvimento das empresas em políticas públicas com vistas à promoção de bem-estar social? Estas são algumas questões que vamos discutir na próxima seção

### **3.1.2 O ETHOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

No capítulo anterior já destacamos algumas ações do Ethos no sentido de controlar “irresponsabilidades” cometidas por empresas no Brasil. Os pactos contra o emprego de mão-de-obra escrava, infantil e contra a corrupção são exemplos de tais iniciativas. A cobrança junto às empresas associadas para que estas respeitem a legislação ambiental também foi retratada aqui por meio do embate público ocorrido entre o Ethos e a Petrobrás. Agora, daremos maior ênfase às ações voltadas para o combate à desigualdade social e à pobreza.

Os primeiros envolvimento do Ethos no âmbito das políticas públicas se deram com o lançamento do Programa Fome Zero pelo governo Lula da Silva, em 2003. Aliás, devemos

nos indagar o quanto a ascensão do PT à presidência da República – tendo em vista que alguns líderes do Ethos, principalmente Grajew, tinham uma ligação de longa data com o partido – foi importante para que o Instituto em questão começasse a participar de forma mais incisiva em programas governamentais e ganhasse, até mesmo, maior importância no cenário político. O maior indício de tal fato foi que vários dos dirigentes do Instituto passaram a compor diversos conselhos de políticas públicas no âmbito federal e também na prefeitura de São Paulo. Oded Grajew assumiu o cargo de assessor especial do presidente Lula da Silva; Ricardo Young passou a representar o Ethos no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), no qual o Instituto tinha mais três conselheiros<sup>142</sup>, todos representando suas respectivas empresas; Guilherme Peirão Leal representava o Ethos no Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) e Jorge Abrahão no Fórum Empresarial de apoio à cidade de São Paulo.

A participação do Ethos em apoio ao Fome Zero teve como uma das principais ações a mobilização da sociedade civil para a formulação de um sítio na internet<sup>143</sup>, que passou a funcionar como um espaço para empresas e cidadãos que quisessem contribuir através de iniciativas autônomas, ou seja, independentes das governamentais, com o Programa. A partir desta iniciativa desenvolveu-se um conceito mais amplo a ser adotado pelo Fome Zero, que era o de Carência Social Zero. Tal idéia nasceu da necessidade de se agregar novos valores ao Programa, para que ele fosse além da garantia das necessidades alimentares, preocupando-se também em garantir aos beneficiados diversas condições imprescindíveis à promoção de uma vida digna. Depois de lançado o conceito, o Ethos empenhou-se em organizar, através de parcerias, uma série de publicações relacionadas ao Fome Zero<sup>144</sup>, sendo um dos principais objetivos ampliar o debate sobre outro conceito importante: o de segurança alimentar. Vários outros assuntos também foram abordados naquelas publicações como: de que forma as empresas poderiam atuar em programas de segurança alimentar, como os funcionários das empresas poderiam contribuir também (trabalho voluntário), como as empresas poderiam dar

---

<sup>142</sup> Os três empresários eram Marmo Trevisan, Daniel Feffer e Horácio Lafer Piva.

<sup>143</sup> Disponível em: <http://www.fomezero.org.br>. Acesso em 27/12/09.

<sup>144</sup> As publicações foram as seguintes: Como as empresas podem apoiar e participar do combate à fome (fevereiro de 2003); Segurança Alimentar: a contribuição das universidades (maio de 2003); Como as empresas podem participar de programas de segurança alimentar com a mobilização dos funcionários (setembro de 2003); Segurança Alimentar e Nutricional: a contribuição das empresas para a sustentabilidade das iniciativas locais (agosto de 2003) e Segurança alimentar: a contribuição das entidades empresariais (outubro de 2003). Notemos que todas ocorreram logo após ao lançamento do Fome Zero, ainda no ano de 2003.

apoio às redes de produtores locais e ainda sobre o papel das universidades nestes programas (ETHOS, 2006).

O engajamento do Ethos na divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foi mais uma iniciativa do Instituto voltada para a promoção do debate sobre justiça social. Para alavancar as idéias propostas pelos ODM, na sociedade brasileira, o Instituto articulou-se com a agência de propaganda McCann-Erickson, que, voluntariamente, produziu os oito símbolos da campanha<sup>145</sup>. Os ícones ganharam uma ampla adesão e começaram a ser estampados em todo o material de divulgação ligado aos ODM. Apresentados a Kofi Annan, à época Secretário Geral da ONU, os ícones foram adotados em diversos países (ETHOS, 2006).

Acreditamos que dentre as campanhas levadas adiante pelo Ethos, no que concerne à promoção de bem-estar social, uma das mais efetivas delas é em favor da venda de medicamentos fracionados. Parte de um movimento que busca estabelecer novas relações entre a sociedade e as indústrias, esta campanha, que deu origem a uma proposta de lei encaminhada por Grajew ao Presidente Lula da Silva, ainda no primeiro ano de seu mandato, vem se transformando em uma batalha política entre setores da sociedade civil e indústrias farmacêuticas. Constatado que muitas pessoas no Brasil deixam de comprar remédios, mesmo necessitando deles, devido aos seus preços elevados e que cerca de 20% dos medicamentos têm sua validade vencida antes de serem consumidos – quando não são desperdiçados indo para o lixo, tornam-se perigosos por poderem causar intoxicações em caso de auto-medicações – o Ethos vem defendendo a idéia de que o consumidor deve ter o direito de comprar a quantidade de remédios da qual necessita. Isto, segundo o Instituto, poderia ocorrer facilmente desde que as farmácias e drogarias, supervisionadas por um farmacêutico, fracionassem o conteúdo das embalagens produzidas pela indústria (ETHOS, 2006).

A lei acerca do fracionamento dos remédios foi aprovada por decreto da Presidência da República em janeiro de 2005. Sendo fortalecida por resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária quatro meses depois. Contudo, ao ser aprovada, essa lei perdeu seu caráter de obrigatoriedade e vem sendo continuamente protelada devido às ações judiciais que as indústrias farmacêuticas têm movido contra o fracionamento (ETHOS, 2006). É importante lembrar que a batalha pela obrigatoriedade ou não do fracionamento ainda está em

---

<sup>145</sup> Os Oito Objetivos do Milênio são: Erradicar a fome e a miséria, Universalizar a educação básica de qualidade para todos, Promover a igualdade entre sexos e valorização da mulher, Reduzir a mortalidade infantil, Melhorar a saúde das gestantes, Combater a aids, a malária e outras doenças, Garantir a qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente e Estabelecer uma parceria mundial pelo desenvolvimento.

vigência<sup>146</sup>. Em dezembro último a Comissão de Seguridade Social da Câmara Federal aprovou a obrigatoriedade do fracionamento, sendo o próximo passo aprová-la na Comissão de Constituição e Justiça<sup>147</sup>.

Para entendermos os meandros desse tipo de ação política mobilizado pelo Ethos é elucidativo percebermos o teor da crítica ao setor farmacêutico publicada pelo Akatu (lembremos que este Instituto é um dos “braços” do projeto do Ethos), em 2005, quando do decreto presidencial:

“Cerca de 20% dos remédios (seja os comprados no varejo ou pelos hospitais e poder público) têm sua validade vencida antes de serem consumidos e vão parar no lixo. Mas o dinheiro investido na compra deles vai para a cadeia de produção e distribuição de remédios, engordando o faturamento de um dos mais poderosos setores empresariais do planeta: a indústria farmacêutica. Em 2004, o faturamento da indústria farmacêutica no Brasil chegou a cerca de R\$ 20 bilhões, um aumento de 17% em relação a 2003. Ou seja, o país desperdiça R\$ 4 bilhões em medicamentos comprados desnecessariamente. Só o setor estatal, que compra 25% dos remédios vendidos no Brasil, poderia economizar R\$ 1 bilhão por ano<sup>148</sup>”.

Optamos por destacar esta passagem, pois ela mostra exatamente o caráter crítico em relação às práticas empresariais predatórias, neste caso o lucro indevido, que o projeto político preconizado pelo Ethos e pelo Akatu tem apresentado. Ao envolverem-se no âmbito das políticas públicas estas duas entidades têm atuado em defesa das convicções do movimento de sustentabilidade e não na proteção das taxas de lucratividade de suas associadas. As assertivas abaixo tornam nítida essa idéia:

“No ethos, nem sempre o cliente tem razão. A máxima do mundo comercial não se aplica a uma organização comprometida não com os interesses das empresas, mas, sim, com o movimento de transformação das práticas e dos valores empresariais. No ethos, a empresa não é considerada cliente, mas parceira na construção de uma nova cultura de gestão” (ETHOS, 2009c, p.).

---

<sup>146</sup> Este embate público é um exemplo bastante enriquecedor para entendermos as colocações que fizemos no capítulo anterior acerca do conflito entre tipos de intervenção no mercado. Neste caso, mais especificamente, temos de um lado as indústrias farmacêuticas que enxergam na auto-regulação o melhor caminho para a adesão à política em questão e, do outro, diversos entes da sociedade civil e do governo, que acreditam na maior eficácia da regulação estatal. Como levantou Vogel (2005), dado o contexto atual de grande valorização das virtudes do mercado, não obstante a falência do neoliberalismo, devemos considerar a importância de se criar um sistema misto de regulação. Tal sistema está na base da idéia da RSE como uma *Segunda melhor opção*.

<sup>147</sup> Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/12/16/materia.2009-12-16.5147262507/vieww>. Acesso em: 25/12/09.

<sup>148</sup> Disponível em: <http://www.akatu.org.br/central/noticias/2005/03/882/>. Acesso em: 11/12/09.

É neste sentido que acreditamos que a postura política tanto do Ethos quanto do Akatu pode e tem lhes dado uma posição privilegiada no diálogo entre o empresariado e as outras esferas da sociedade. Em nosso ponto de vista, mesmo sem tocar em pontos cruciais para a conformação de uma sociedade sustentável como a reforma agrária, o Ethos – e o conjunto de instituições às quais ele tem dado origem como o Akatu e o Movimento Nossa São Paulo – pode ser visto como um elemento de inflexão em relação ao comportamento e às práticas mais conservadoras do mundo empresarial. De sorte que seria interessante para a construção de uma sociedade mais democrática, mais igualitária entre nós que outros atores do mundo empresarial brasileiro assimilassem as bandeiras progressistas defendidas pelo Ethos, dentre as quais podemos citar o compromisso com o combate à desigualdade.

Um exemplo claro de que o Ethos mantém um compromisso com questões voltadas para o bem-estar social são as propostas de Grajew<sup>149</sup> – apresentadas ao CDES – com vistas a criar um conjunto de indicadores voltados para monitorar o combate às desigualdades sociais e o Observatório Brasileiro da Desigualdade. Quanto à primeira proposta, os indicadores são os seguintes: o índice de Gini, sobre diferenças na distribuição de renda; a participação do trabalho na renda nacional; a relação entre o rendimento médio nacional e cada um dos rendimentos regionais; o PIB *per capita* e a porcentagem da renda nacional recebida pelos 40% mais pobres. Por sua vez, Observatório Brasileiro da Desigualdade seria um conglomerado de organizações – formado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – dedicado ao estudo da realidade brasileira. Sendo assim, caberia a ele examinar todos os projetos governamentais, avaliando especificamente seu impacto sobre a distribuição de riqueza, emitindo pareceres similares aos dos relatórios de impacto ambiental.

Devemos admitir que tal proposta é bastante ousada, já que exigiria uma enorme transformação cultural. Primeiramente, que se colocassem os benefícios sociais à frente dos econômicos, aliás, essa tem sido a principal proposta do Ethos. Grajew não se cansa de repetir, em suas inúmeras entrevistas, que em um novo mundo a economia deverá estar a serviço do homem e não o contrário. De acordo com o Ethos, definir um novo rumo para o desenvolvimento significa transformar o papel do mercado. Os novos debates sobre o desenvolvimento têm chamado atenção para esta questão, contudo, duvidamos muito de que essa mudança se dê em curto prazo, pois a idéia de progresso infinito, de um crescimento

---

<sup>149</sup> Segundo este empresário, “só agimos sobre aquilo que podemos medir” (ETHOS, 2006, p 20).

econômico ilimitado está a serviço de uma gama de agentes econômicos que são atores políticos muito poderosos em todos os países. Isto está explícito na seguinte colocação de Grajew:

“O poder econômico é o que mais influencia os nossos políticos, porque estes são, no final, financiados pelo poder econômico, ou seja, empresas, empresários e doadores de campanhas.[...] Não é de se surpreender que as poucas metas quantitativas que temos [meta de inflação e de superávit primário] sejam econômicas e não sociais e nem ambientais<sup>150</sup>”.

Tomando por conta as afirmações acima e as reflexões de Reis (2000) sobre as percepções que as elites têm da pobreza e da desigualdade, podemos chegar a importantes conclusões. As colocações acima deixam em evidência o fato do poder econômico de alguns atores políticos como os empresários ditarem as prioridades governamentais. Logo, seria extremamente importante para que o combate à desigualdade e à pobreza se tornasse uma prioridade no Brasil que tais agentes econômicos passassem a ter uma percepção mais progressista do mundo, percebendo a coletivização da solução dos problemas, via Estado, como a única saída para alcançarmos uma sociedade mais sustentável. Assim, enfatiza Reis (2000), a implantação dos Estados de bem-estar social na Europa foi possível, em grande parte, porque as elites perceberam que para muitos problemas que as afetavam a capacidade de proteção individual era insuficiente. As ações coletivas, no âmbito da sociedade civil, também não eram tão profícuas para solucionar problemas mais amplos, pois sempre havia os aproveitadores (*free riders*). O Estado, então, passa a ser visto como o agente coletivo adequado para a solução da questão, pois este era capaz de assegurar a cooperação compulsória dos indivíduos (por meio de tributação), garantindo a provisão de serviços sociais. Logicamente, que as elites sempre foram pressionadas pelos de baixo para mudar os quadros de extremo esgarçamento social.

Dito isto, poderíamos nos perguntar se o fato já não ocorreu no Brasil. Pagamos impostos e temos serviços sociais institucionalizados. Contudo, devemos ressaltar que por aqui as elites, principalmente o empresariado, sempre resistiram muito ao financiamento da rede pública de proteção social. Não podemos esquecer também da prática corriqueira da sonegação dos impostos. Esta sempre vem acompanhada das velhas justificativas de que a carga tributária é demasiadamente elevada e de que não se deveria pagar tanto, já que o Estado não faz o seu papel. Ou seja, produzir serviços públicos de qualidade. Porém, não seria

---

<sup>150</sup> Disponível em: [www.revistasustentabilidade.com.br/.../entrevista-oded-grajew](http://www.revistasustentabilidade.com.br/.../entrevista-oded-grajew). Acesso em: 25/12/09.

esta última justificativa um motivo para exigirmos do Estado a eficiência que lhe falta ao invés de reduzirmos a carga tributária? Não seria importante lembrar também que para contar com o apoio estatal durante períodos de crise ou mesmo para grandes aquisições, esse mesmo empresariado que critica o Estado em nenhum momento questiona-se sobre a eficiência dele? cremos que sim. Grajew corrobora com esse ponto de vista na seguinte afirmação:

“Mas é a baixa qualidade de serviços públicos que é o principal indício da desigualdade. O nível dos serviços deveria ser melhor para refletir a carga tributária de mais ou menos 39% do PIB do Brasil. No entanto, a solução não é a redução da carga tributária, mas sim uma garantia de melhores serviços públicos. [Com transparência vai ficar claro que] o problema não é falta de recursos, mas sim o jeito como são administrados<sup>151</sup>”.

Temos aqui duas visões opostas: a visão de Grajew, a favor de que a sociedade faça o Estado funcionar melhor ao invés tomar-lhe os recursos, e a visão mais tradicional do empresariado brasileiro apresentada acima. Este debate está na base da discussão sobre RSE que o Ethos tem promovido – a idéia de que as empresas também são “cidadãs” (cidadania corporativa também é um termo bastante usado para se referir à RSE) – e estava também presente na gênese do PNBE que era o debate sobre o “empresário cidadão” (como ressaltamos no primeiro capítulo). Portanto, constatada a falta de uma cultura cívica mais preocupada com um amplo bem-estar social no seio do empresariado nacional desde a época do PNBE, o grande desafio cultural que os líderes do Ethos têm enfrentado é inserir o debate sobre a cidadania no mundo dos negócios. Debate este que talvez permita uma certa mudança na maneira de o empresariado brasileiro enxergar questões sociais tão importantes como o combate à pobreza e à desigualdade.

Feitas as observações acima, as questões centrais que permearão a próxima seção devem ser colocadas. Será que o enraizamento de uma espécie de “espírito cívico” no seio do empresariado é capaz de fazer com que este abra mão de seus privilégios e passe a valorizar novas prioridades políticas? Apoiando, por exemplo, a institucionalização de índices de acompanhamento da realidade social brasileira que estejam, ao menos, no mesmo patamar de relevância dos indicadores que informam sobre o crescimento econômico, como propôs o Ethos? Por acreditarmos que a realidade é dinâmica e que os processos de mudança estão inseridos nas permanências, às quais somos todos mais sensíveis, vemos tais esperanças como possibilidades, porém, elas deverão ocorrer essencialmente a partir da sociedade civil e

---

<sup>151</sup> Disponível em: [www.revistasustentabilidade.com.br/.../entrevista-oded-grajew](http://www.revistasustentabilidade.com.br/.../entrevista-oded-grajew). Acesso em: 25/12/09.

também do Estado, já que os empresários agem quase sempre de acordo com as cobranças destes atores.

Neste sentido, seria absurdo acreditar que o Ethos sozinho – sendo o Akatu e o Movimento Nossa São Paulo provas de que o próprio Instituto reconhece tal impossibilidade – seria capaz de estimular atitudes mais cívicas por parte do empresariado. De fato, uma pressão social mais aguda sobre as elites é fundamental para que mudanças mais expressivas ocorram em qualquer sociedade. Além disso, o Ethos também tem suas contradições, já que ele é legitimado, sobretudo, pelas empresas que o compõem. Logo, suas críticas a elas têm limites bem definidos. Cremos já termos apontado o principal deles, a questão da concentração da propriedade privada. Defender uma reforma agrária mais incisiva e leis que dificultassem a concentração fundiária e da propriedade privada em geral, com certeza, levaria o Instituto em questão a perder a legitimidade que tem conquistado no mundo dos negócios (isso sem tocarmos em outras questões bastante controversas como a necessidade de realizarmos uma reforma tributária mais favorável à distribuição de renda).

Podemos concluir destas colocações que, em parte, a mudança social proposta pelo Ethos não pode prescindir de uma cultura cívica pautada por ampla solidariedade e enraizada na sociedade. Dizemos isto porque tanto os indivíduos inseridos no mercado (as empresas) quanto aqueles que compõem o Estado são agentes constituintes da sociedade. Portanto, é essencial percebermos e valorizarmos quais iniciativas – sejam elas advindas de burocratas estatais, de ativistas de associações civis ou de empresários – podem contribuir para que o Estado se torne mais eficiente e, com isso, assuma a sua função elementar que é a de conduzir os processos de promoção do bem-estar social. Acreditamos ainda que isto apenas poderá ocorrer, sobretudo, por meio dos embates políticos que somente uma ordem democrática é capaz de gerar. O Ethos, a nosso ver, é uma dessas iniciativas que devem ser valorizadas, mesmo contendo inúmeras limitações. Assim, a seguir investigaremos alguns obstáculos existentes na sociedade brasileira que dificultam a consolidação do projeto cívico preconizado pelo Ethos. Para além do já constatado caráter predatório dos valores cívicos de parte das classes dominantes brasileiras, nos questionaremos adiante sobre se este não seria um problema – uma cultura cívica predatória – que está na raiz da sociedade brasileira.

### 3.2 DILEMAS DE UMA ORDEM HOBBSIANA: ENTRE O HÍBRIDO INSTITUCIONAL E A SOCIEDADE RELACIONAL

Nesta seção nos dedicaremos a debater sobre algumas características marcantes da cultura brasileira que podem funcionar como um imenso obstáculo a qualquer projeto de consolidação de uma cultura cívica que tenha mais compromisso com o interesse público. Para tanto, nos embasaremos nas análises de Santos (1993) e Da Matta (1991). Acreditamos que as reflexões desses autores podem nos ajudar a iluminar algumas questões acerca da retórica de combate à corrupção apregoada pelo Ethos.

Preocupado em mostrar os motivos pelos quais o governo brasileiro, no início dos anos de 1990, tinha grandes dificuldades em responder às demandas públicas, Santos (1993), a partir da teoria de Dahl (1971) já apresentada na introdução deste trabalho, argumenta que a crise de responsividade do Estado não se dava por excesso de demandas, mas sim por causa da conformação de um híbrido institucional resultado da existência de um formalismo poliárquico (excessivamente legislador), ou seja, da conformação de múltiplos grupos de interesses com associações institucionalizadas, mobilizando, contudo, diminuta parcela da população. Neste sentido, este autor salienta que a multiplicação das associações civis, dos partidos e dos sindicatos, nas últimas décadas, não se deu acompanhada de uma participação social mais ampla nestas instituições, o que dificultou a consolidação de uma competição política que não fosse marcada pela hostilidade intergrupos<sup>152</sup>.

Outros requisitos favoráveis à constituição de uma poliarquia como acumulação de riqueza e alto grau de urbanização também foram alcançados pelo Brasil nas últimas décadas (relevadas as disparidades regionais), porém, isto não contribuiu para que o descrédito nas instituições poliárquicas fosse vencido. Logo, Santos (1993) acredita que há na sociedade brasileira um *híbrido institucional*, formado, ao menos, por duas lógicas diferenciadas de ação: uma formal, na qual as instituições poliárquicas se encontram e são regidas pelo imenso aparato regulatório estatal, e outra informal que está fora do limite institucional da poliarquia e que escapa às malhas de controle do Estado, fazendo com que este governe no vazio. O principal resultado desta realidade híbrida, segundo Santos (1993), é a consolidação de uma

---

<sup>152</sup> Este processo de consolidação das instituições poliárquicas se intensificou após 1988, quando passou a vigorar a chamada “Constituição Cidadã” e novos mecanismos de democracia direta e participativa foram constituídos. Neste contexto foram estabelecidos os Conselhos Gestores de Políticas Públicas em todas as esferas governamentais, sendo estes compostos de representação paritária entre Estado e sociedade civil e voltados para a formulação de políticas nas seguintes áreas: assistência social, direitos das crianças e adolescentes, direito das mulheres, saúde, entre outros (Dagnino, 2004). O orçamento participativo também é um importante exemplo do tipo de participação democrática mais direta gerado no período.

cultura cívica predatória – Hobbesiana – cuja crença no valor elementar do Estado é praticamente inexistente, tendo isso um efeito perverso sobre as políticas governamentais que para se legitimarem precisam contar com a adesão da população.

Nossa sociedade, para Santos (1993), teria como principal característica sua descrença nas normas gerais (no público) como determinantes válidos de referência à conduta individual. Assim, os indivíduos se fecham no privado, na família, execrando o que é público, o Estado. Tal postura de rejeição ao convívio social gera a negação do conflito, o que, por sua vez, dá origem a um interessante paradoxo: numa sociedade que não acredita no público, marcada pelo esgarçamento do convívio social, como pode não haver conflito. Ela é, antes de tudo, produto de conflitos. De acordo com Santos (1993), a negação do conflito resulta de que assumi-lo é reconhecer que temos de tomar uma decisão sobre o que fazer. Este dilema coloca-nos diante de três opções: não fazer nada e admitirmos que somos vítimas do conflito; resolvê-los por conta própria (esta é a fórmula que dá base à sociedade hobbesiana do todos contra todos) ou, então, procuramos o Estado. Se negamos o conflito e somos amedrontados por nossa estadofobia, só nos resta a via hobbesiana.

Assim, na conclusão de sua reflexão sobre nossa sociedade hobbesiana, Santos (1993) mostra-nos que, ao governar no vazio, o Estado deixa brechas para que nasçam ordens paralelas (que compõem o híbrido) que são extremamente predatórias a já abalada credibilidade estatal, pois elas nascem com a conivência do Estado ou quando não dentro dele. Dois macroprocessos ajudam a promover e fortalecer o civismo hobbesiano, sendo eles mesmos frutos deste. Esses processos são a impunidade (quem nunca ouviu aquela frase no “*Brasil nada dá cadeia*”) e a formação das máfias que protegem e violentam ao mesmo tempo aqueles que corrompem a lei (os policiais e guardas de trânsito são os mais famosos personagens da máfia, protagonistas dos corriqueiros casos de suborno para que possamos evitar aquela multa sempre incômoda). Enfim, Santos (1993), termina sua análise levantando uma dúvida sugestiva: “Difícil saber se foi o híbrido institucional brasileiro que deu origem à cultura, se o inverso, ou, ainda, se alimentam-se recíproca e permanentemente” (SANTOS, 1993, p. 114).

A análise de Da Matta (1993) sobre o conceito de cidadania em sociedades relacionais pode ajudar - nos a entender melhor como a nossa construção sócio-histórica e, portanto, cultural contribuiu de forma a sedimentar uma realidade híbrida. Este autor começa seu texto demonstrando que tal conceito contém em si duas idéias-base que são a de indivíduo e a de regras universais. A partir disso, podemos dizer que indivíduos enquanto cidadãos são

unidades teóricas totalmente iguais, estando acima de quaisquer das outras múltiplas identidades incorporadas pelas pessoas ao longo de suas vidas (brasileiro, homem, de meia idade, pai de família, professor, torcedor do Fluminense etc.). Neste sentido, o nascimento do conceito de cidadania liberal por universalizar os indivíduos, despindo-os de suas características pessoais, tem sido em diversas sociedades um poderoso instrumento de ruptura com os privilégios das aristocracias e oligarquias desde as revoluções burguesas da Europa moderna.

Seguindo as colocações de Da Matta (1993), podemos afirmar que tal noção de cidadania sofre variações em sociedades relacionais como o Brasil, pois nessas sociedades o indivíduo isolado é entendido como algo negativo, portanto, ele todo o tempo se define por meio de seus relacionamentos sociais, isto é, seus laços de família, de amizade, de vizinhança, entre outros. Em Da Matta, tal fuga da universalização, já mencionada por Santos (1993), perpassa toda a formação histórica da sociedade brasileira. Por ter se originado de um Estado colonial extremamente burocrático, formado de leis e instituições que ditavam de forma autoritária as regras do todo (o império português) às partes (o Brasil colonial) nosso país teve a maior parte de sua história marcada pelas tentativas dos indivíduos de buscar espaços sociais e políticos para as iniciativas individuais e locais. Em outras palavras, o nosso individualismo teria nascido de um esforço de ir contra as leis advindas da totalidade.

Não obstante a importância da ordem relacional em nossa sociedade, Da Matta (1991) concorda com Santos (1993) no que diz respeito ao fato de adotarmos aqui também uma tradição liberal (sobre a qual se assenta a idéia de poliarquia de Dahl) que entende o indivíduo-cidadão como unidade mais importante. Logo, estes dois autores identificam um hibridismo no sistema social brasileiro. Ambos vão reconhecer também a predominância da lógica do privado sobre a lógica do público entre nós, o que é bem representado pela expressão metafórica “*a casa e a rua*” utilizada por Da Matta.

O privado, a família, as relações de compadrio são seguras. Por sua vez, o público é perigoso, já que a todo o momento tenta nos universalizar, retirar nossas identidades enquanto pessoas, tornando-nos iguais a todos os outros. Da Matta destaca que expressões como “sabe com quem você está falando?” são utilizadas por nós a cada momento que sentimos nossa posição ameaçada pelo universalismo dos espaços públicos. Logo, este tipo expressão é um importante indício do quanto em nossa sociedade prevalece o posicionamento hierárquico em detrimento da lógica liberal. Afinal, o respeito às regras universais é algo que indica uma situação de extremo anonimato. Quando não conheço ninguém que possa me livrar de pagar

uma multa, por exemplo, isto é algo lamentável entre nós. Sempre que procuramos alguma agência estatal ou empresa para resolver um problema buscamos um amigo, um conhecido do amigo e assim por diante para que ele possa “facilitar as coisas”. Até porque, como ressaltou Da Matta (1991), não há brasileiro que não saiba que não se deve negar o pedido de um amigo. Esta é a parte mais cordial de nossa cultura. Paradoxalmente tal lealdade pode ser bastante nefasta, já que quando beneficiamos um amigo podemos estar prejudicando o interesse público. Logo, podemos concluir que a nossa solidariedade é restrita, restringi-se a um pequeno círculo de pessoas.

Para Da Matta (1991), não existe uma concorrência bem definida entre a lógica do público (liberal/universal) e a lógica do privado (personalista/hierárquica) – sendo que para Santos (1993) tal concorrência está mais explícita<sup>153</sup> – posto que na maior parte das vezes tal relação se dá pela complementaridade e conjugação (o que não tenho na rua, tenho em casa). Contudo, o grande problema desse hibridismo é que ele abre brechas para que a casa “englobe” a rua, colocando as relações num sistema hierárquico, o que visa à manutenção dos privilégios. Fazemos isso quando usamos o “sabe com quem está falando?”. Neste caso, como também reconheceu Santos (1993), estamos claramente negando o conflito entre os indivíduos, o que é também negar a própria política democrática, portanto, a ordem poliárquica.

Então, como podemos perceber, e Da Matta deixa isso claro, vivemos num dilema: importamos um modelo liberal externo, que está nas leis, mas que não leva em conta as especificidades da cultura brasileira. Não obstante a perversidade desse dilema que permite enormes espaços para a corrupção, a grande saída, defende este autor, está em pensarmos como podemos moldar os valores liberais à nossa realidade. Devemos, portanto, tirar vantagem de nossa flexibilidade, tentar encontrar um ponto intermediário entre os dois modelos.

Aqui, acreditamos que a idéia de se expandirem os círculos de solidariedade (GÓIS, 1999) pode se conjugar com a proposta de fortalecimento do Estado enquanto elemento central na promoção de bem-estar. Isto não significa dizer que o Estado deva ser um “monstro”, hipertrofiado, mas sim que ele já se mostrou o ator mais apropriado para produzir bens públicos capazes de fortalecer a solidariedade social. Por exemplo, sistemas de saúde e

---

<sup>153</sup> É importante ressaltar que a visão de Santos (1993) é mais avessa às características hierárquicas de nossa sociedade do que a de Da Matta (1991). Afinal, o primeiro defende uma mudança radical em nossa cultura cívica, visto que esta deu origem a uma sociedade hobbesiana (em pleno estado de natureza) e o segundo, apesar das críticas que faz às nossas práticas culturais hierarquizantes, consegue vê-las também pelo lado positivo, destacando que estas podem ser entendidas enquanto formas de resistência a uma cultura liberal importada.

educação públicos e eficientes são benefícios sociais os quais a maior parte da população preza e acha justo contribuir para que todos possam usufruir deles.

Voltemos-nos a seguir para análise das implicações desses traços culturais para a crítica que o Ethos faz às práticas de corrupção.

### 3.3 A CORRUPÇÃO NO SETOR PRIVADO: ALGUNS DADOS RELEVANTES

“A crise financeira que abalou a economia mundial em 2008 lembrou a todos que a falta de transparência, a ausência de fiscalização reguladora e os conflitos de interesse de determinados setores da economia global podem levar o sistema à beira de um colapso” (TI, 2009, p. IX).

A Transparência Internacional (doravante TI) é uma ONG criada com o intuito de combater a corrupção em suas diversas facetas. No Brasil, tal organização está representada pela Transparência Brasil, da qual o Ethos foi um dos fundadores e continua participando ativamente. Um dos principais objetivos destas entidades é encorajar as empresas a combater ativamente as práticas de corrupção. Em 2009, esta organização internacional lançou um relatório bastante elucidativo sobre a corrupção no setor privado. Este documento comprova que o problema da corrupção dentro das empresas e envolvendo as corporações e as agências de Estado está disseminado em todas as partes do globo. A corrupção absurdamente disseminada no setor privado parece evidenciar o que Stiglitz (2003) chamou de lado obscuro da globalização, o “*capitalismo de compadres*”. Para fundamentar este argumento mostremos alguns dados.

As empresas continuam tendo um papel de destaque no pagamento de propinas a funcionários públicos, membros de governo e partidos políticos. De acordo com dados da TI, duas a cada cinco empresas entrevistadas por ela confirmam que seus executivos já foram solicitados a pagar propina em negócios com instituições públicas; um a cada cinco deles afirma já ter perdido negócios para concorrentes que pagaram propinas e um terço dos executivos entrevistados crêem que a corrupção está aumentando. Nos países em desenvolvimento e em transição, políticos e funcionários do governo, corruptos, recebem propinas estimadas entre 20 e 40 bilhões de dólares por ano, valor equivalente a aproximadamente 20% a 40% do subsídio oficial para o desenvolvimento. Nas últimas décadas uma onda de cartéis parece ter se espalhado pelo mundo. Mais de 283 cartéis particulares internacionais descobertos entre 1990 e 2005 foram responsáveis por perdas econômicas diretas aos consumidores com um superfaturamento que alcança um total de 300

bilhões. Somente durante o ano de 1997, os países em desenvolvimento importaram 54,7 bilhões em mercadorias de dezenove setores que participaram de conluíus para a fixação de preços. As estimativas comprovam que as atividades de cartel têm gerado perdas econômicas diretas que podem alcançar e mesmo exceder o volume das verbas internacionais de ajuda aos países em desenvolvimento (TI, 2009).

Nas entrevistas com executivos de países da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, quase metade deles relataram que se beneficiam de vínculos familiares e pessoais para ganhar contratos públicos em países que não pertencem à OCDE nos quais fazem negócios. Esta tática de corrupção é muito mais difícil de ser regulada por leis e policiada pelos países do que o pagamento de propinas. O relatório da TI também ressalta que o lobby, instrumento que tal organização acredita ser legítimo, pode gerar situações nas quais empresas poderosas se apossam de políticas e governos, entrvando assim o processo democrático e a responsividade do Estado às demandas de interesse público. A crescente proliferação dos lobbies nas sociedades industrializadas tem claramente influenciado de forma desproporcional os governos. Neste sentido, estima-se que no Reino Unido, por exemplo, empresas com vínculos políticos consigam captar quase 40% dos recursos de mercado e na Rússia esse número cresce para 80%. Este é o verdadeiro “*capitalismo de compadres*”. Vejamos mais dados perigosos sobre lobby. Em Bruxelas, sede da União Européia, estima-se que duas mil e quinhentas organizações de lobby com quinze mil lobistas competem para influenciar as políticas do Bloco. Nos EUA, as despesas com lobby somam, em média, duzentos mil dólares por legislador, sendo que cinco lobistas competem pela atenção de cada legislador. Por último, é importante ressaltar que, de acordo com os empresários entrevistados pela TI, as empresas localizadas na Índia, na China e no Brasil foram avaliadas como as mais corruptas na realização de negócios no exterior. Ademais, o relatório diz que é necessário ir além dos prejuízos mensuráveis por números causados pela corrupção e retratar algumas desgraças sociais que empresas são capazes de gerar ao corromper a lei. A exploração da mão-de-obra degradante e escrava na China, o desmatamento ilegal na Indonésia, o uso de medicamentos inseguros na Nigéria e prédios que desabam na Turquia por má construção, causando mortes. Estes são exemplos particulares dados pelo relatório em questão, mas é bastante reconhecido o fato de que estas “irresponsabilidades empresariais” se espalham por toda parte.

Quanto ao Brasil, em 2002, um estudo produzido por dois economistas do Banco Mundial, Daniel Kaufmann e Aart Kraay, que reuniu um montante de 160 países, concluiu

que estamos em uma posição intermediária (70ª) com relação aos níveis de corrupção. Este relatório demonstrou que existem fortes laços entre os altos níveis de corrupção e os baixos índices de desenvolvimento social – o que já era de se esperar – já que o dinheiro desviado por superfaturamentos de obras e pela sonegação de impostos, só para ficarmos nos crimes mais comuns, fazem imensa falta aos investimentos públicos. Além disso, o relatório destaca que os efeitos da corrupção inibem a criação de postos de trabalho, pois os investimentos em países corruptos em nível intermediário, como o Brasil, são 2,6 % menores do que em países menos corruptos. Esse estudo, por fim, conclui que os países que conseguem conter de forma mais eficiente os níveis de corrupção podem chegar a quadruplicar sua renda *per capita* nacional em longo prazo<sup>154</sup>.

No Ranking anualmente divulgado pela TI, no último biênio (2008/2009) o Brasil ficou posicionado em octogésimo (80º) e septuagésimo quinto (75º) lugar, respectivamente. Ressaltamos que a pesquisa engloba um montante de cento e oitenta países<sup>155</sup>.

Com relação aos dados sobre o envolvimento do setor privado em esquemas de corrupção no Brasil, o estudo “*Fraude e corrupção no Brasil: A perspectiva do setor privado*”<sup>156</sup> realizado pela Kroll Associates, multinacional de gerenciamento de risco, e a Transparência Brasil, traz algumas informações interessantes. Das 94 empresas consultadas, 70% delas declararam já terem sido compelidas a contribuir em campanhas eleitorais. Dentre elas, 58% declararam que nas propostas houve menção às vantagens auferidas em troca do financiamento. Como as outras 42% não responderam à questão, nenhuma empresa declarou não ter havido menção a qualquer vantagem. Com relação às licitações (tanto públicas quanto privadas), metade das empresas consultadas afirmou que estão, freqüentemente, sujeitas aos pedidos de propina. A cada duas empresas uma declarou já ter sido submetida a pedidos de propina com relação a impostos e taxas. O ICMS, para a maioria das empresas e principalmente para as do setor financeiro, é o imposto mais vulnerável. O “afrouxamento” das inspeções é oferecido em troca de propinas. Por sua vez, quase um terço das empresas pesquisadas (sobretudo, as indústrias) declarou que já recebeu propina referente à concessão de licenças. As esferas municipal e estadual são apontadas como as mais problemáticas. Em suma, o relatório diz que, para a maioria das empresas, a solução para o problema da

---

<sup>154</sup> Disponível em: [http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/271102/p\\_054.html](http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/271102/p_054.html) / [http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/story/2004/04/040409\\_subornosrg.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/story/2004/04/040409_subornosrg.shtml). Acesso em: 01/01/10.

<sup>155</sup> Disponível em: [www.valoronline.com.br/?.../brasil/5/.../brasil-e...corrupcao](http://www.valoronline.com.br/?.../brasil/5/.../brasil-e...corrupcao). Acesso em: 10/01/10

<sup>156</sup> Disponível em: <http://www.transparencia.org.br/docs/Kroll-final.pdf>. Acesso em: 01/01/10.

corrupção está em fiscalizar e punir os funcionários públicos corruptos e também os empresários corruptores.

Apresentados os dados acima, devemos levantar algumas questões. Ressaltemos que apesar de sempre terem existido, as práticas de corrupção entre as empresas, no mundo globalizado, estão cada vez mais evidentes. Obviamente que a expansão dos meios de comunicação tem um importante papel nesta realidade. Devemos lembrar que a lógica do lucro a qualquer custo e do consumismo exacerbado tem contribuído para a construção de um sistema que anda lado a lado com a corrupção. Hélio Mattar retratou bem esta questão na seguinte colocação:

“No último ano, a sustentabilidade econômica foi ameaçada por dois elementos: a ganância, com empresas querendo obter ganhos extraordinários no sistema financeiro; e o consumismo, que acabou gerando a ganância. Na base dessa pirâmide, estava o financiamento do consumo por meio de ativos, principalmente, na área imobiliária. A ganância não teria encontrado eco com a força que encontrou se não fosse a sede de consumo mundial<sup>157</sup>”.

Logo, temos fortes indícios de que a lógica do sistema deve mudar caso queiramos sair ileso. Outra questão a ser extraída dos números aqui fornecidos refere-se, principalmente, à ligação política entre os agentes do setor privado e do setor público. Tanto o “*compadrio*” político – que para a surpresa de Da Matta aparece aqui como um dos traços marcantes do mercado no Reino Unido, nascedouro do liberalismo político – quanto o lobby utilizado para fins escusos comprometem as instituições poliárquicas, deslegitimando o argumento da importância do livre mercado e da competição política. Isto faz-nos refletir sobre a necessidade imensa que temos de regular o mercado e também sobre a necessidade de fortalecermos a democracia em todo mundo. Aliás, as fraudes ligadas aos cartéis nos fazem questionar toda a lógica do sistema e pensar sobre a necessidade de regularmos os mercados no plano global e fazê-lo de forma cada vez mais democrática. Precisamos também refletir sobre a necessidade de criarmos arenas políticas para que os agentes como um todo, empresariado, trabalhadores e associações da sociedade civil, possam se relacionar com o Estado por meio de canais institucionais formalizados e não por meio de relações informais. Em verdade, o grande problema é quando os canais informais para se chegar ao governo se tornam os mais comuns e os mais eficientes. Acreditamos que este é um grande debate para todos aqueles que querem solucionar o problema da corrupção: como criar arenas que promovam o aprendizado da negociação poliárquica, rompendo com o padrão histórico das

---

<sup>157</sup> Disponível em: [www.revistamarketing.com.br/materia.aspx?m](http://www.revistamarketing.com.br/materia.aspx?m). Acesso em: 11/11/09.

relações informais dos “corredores e restaurantes”. Notemos que o desafio de erradicar ou apenas atenuar as práticas corruptas nos parece hoje algo impossível, entretanto, não podemos duvidar da capacidade de transformação das sociedades humanas. Lembremos que desafios importantes foram vencidos no Brasil, como a abolição da escravidão (não obstante a dívida que este país ainda mantém com os negros), fenômeno este extremamente enraizado durante mais de trezentos anos de nossa história. Erradicar a corrupção vai depender da nossa capacidade de tornar este fenômeno cada vez mais insustentável para a sociedade como um todo e o mesmo pode ser dito em relação à pobreza. No combate à corrupção, enfatizemos que a capacidade do Estado em fiscalizar e punir os culpados da forma devida é algo fundamental.

Iniciadas algumas reflexões sobre a corrupção no setor privado vejamos como o Ethos tem abordado este problema para que, posteriormente, possamos tirar algumas conclusões.

### **3.3.1 O ETHOS E O COMBATE À CORRUPÇÃO**

“A corrupção é um dos grandes males que afetam a sociedade. São notórios os custos políticos, sociais e econômicos que acarreta. Compromete a legitimidade política, enfraquece as instituições democráticas e os valores morais da sociedade, além de gerar um ambiente de insegurança no mercado econômico” (ETHOS, 2009, p.8).

Tal afirmação presente no manual “*A responsabilidade social da empresa no combate à corrupção*”, elaborado pela Controladoria-Geral da União (CGU), pelo Ethos e pelo Grupo de Trabalho do Pacto Empresarial pela Integridade contra a Corrupção em 2009, corrobora as preocupações do Instituto em questão com a conformação da democracia, com os valores éticos e com a sustentabilidade do mercado. O combate à corrupção está no cerne da RSE, afinal esta retórica, em seu sentido mais amplo, volta-se para conformação de propostas que possam remediar as falhas do sistema de mercado (e do sistema capitalista como um todo), que estão na maioria dos casos relacionadas com as ações das empresas. Devemos relembrar que as sucessivas crises sofridas pelo capitalismo mundial nas últimas duas décadas (principalmente a crise asiática de 1997 e a crise do biênio 2008/2009) animaram não apenas os debates sobre a RSE, mas também aqueles sobre a necessidade de se criarem mecanismos de regulação das práticas corruptas tão marcantes no capitalismo contemporâneo. Neste sentido, as questões acerca da legislação anticorrupção apontam elementos importantes para enriquecer a discussão sobre a regulação dos mercados.

Ao apresentar os diversos mecanismos formulados no plano global, como as convenções contra a corrupção, o manual em questão enfatiza que os agentes econômicos internacionais já reconheceram o risco que tais práticas representam para o crescimento das empresas e dos países. Ressalta-se que o Brasil tem ratificado diversas convenções internacionais contra corrupção, que servem de diretrizes a governos e empresas. Dentre elas estão: a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (CNUCC), a Convenção Interamericana contra a Corrupção (OEA) e a Convenção sobre o suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (OCDE). No caso do Brasil, como destaca o relatório, algumas medidas de adequação da legislação brasileira às convenções internacionais já estão sendo adotadas. O tratamento do suborno transnacional já foi editado na Lei nº 10.467. Além desta, outras diversas leis sobre práticas de corrupção tramitam no Congresso: tratamento sobre conflito de interesses públicos e privados no exercício dos cargos públicos; a criminalização do enriquecimento ilícito e autonomia do crime de lavagem de dinheiro (o rol de crimes antecedentes ao crime de lavagem de dinheiro será abolido), entre outras (ETHOS, 2009a).

Sublinhemos que as medidas para o controle da corrupção na administração pública são formas de habilitar o Estado a evitar práticas ilegais, logo, estão voltadas também para controlar as relações entre as agências estatais e o setor privado. Mas é importante lembrarmos, de acordo com Santos (1993) e Da Matta (1991), que o excesso de leis não significa que elas terão o respaldo da sociedade. Tendo em vista tal observação, acreditamos que iniciativas como a constituição do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção são apostas interessantes. Com o objetivo de sugerir e debater medidas de aperfeiçoamento da transparência e do controle na gestão pública e estratégias de combate à corrupção e à impunidade, este Conselho é composto pelo Ministério Público, o Tribunal de Contas da União e por mais dez entidades da sociedade civil, entre elas o Ethos, a Transparência Brasil, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (ETHOS, 2009a). Dialogar com a sociedade civil é fundamental para que o governo tenha maior eficácia. Neste caso, é importante que o governo saiba de que forma a legislação da administração atinge a sociedade, principalmente, os funcionários públicos. É importante percebermos se ela promove os valores éticos ou se emperra a mobilidade social como ressaltou Da Matta (1993).

Não obstante o Brasil estar se adequando aos tratados ratificados e de que, ao ratificar este tipo de tratado, o Estado não poder aprovar qualquer lei que os fira, é importante

lembrarmos, como o fez Bobbio (2004) em relação às convenções sobre direitos humanos, que este tipo de documento deu origem a um sistema de direito fraco se comparado com aqueles adotados no interior dos Estados nacionais. Portanto, tais convenções, por mais importantes que sejam, são totalmente dependentes das vontades políticas de cada país. Logo, estes tratados trazem consigo possibilidades e pretensões (se propõem a levantar diretrizes) que só deverão ser obrigações num futuro próximo quando e se os Estados e as empresas as reconhecerem, ou até mesmo quando e se o sistema internacional for capaz de fazê-las valer sempre que forem violadas. Seria necessário, então, pensarmos em formas alternativas de punir empresas e Estados corruptos? O problema é como fazê-lo sem atingir os trabalhadores das empresas cuja maior parte deles nada tem a ver com as práticas corruptas adotadas por elas. Há como punir governos sem atingir os seus governados? Não seria melhor criar incentivos? Decerto que sim, porém, cremos que uma reforma no sistema internacional seja o elemento mais importante para o combate à corrupção. Tomemos um exemplo elucidativo. Os bancos e as empresas do setor de seguros americanos foram irresponsáveis, quando não corruptos, causando uma crise mundial que a partir de 2008 se alastrou pelo mundo. O governo americano desembolsou bilhões para salvá-los respaldado pelo argumento de que se não o fizesse os efeitos da crise seriam bem piores. O fato de concordarmos com a atitude do governo americano (é bom vermos que milhares de trabalhadores tiveram seus empregos assegurados) não nos impede de pensarmos que é necessário uma profunda transformação no sistema internacional. Se toda vez que precisarem de socorro, as empresas forem salvas, a lógica nefasta da acumulação infinita, do crescimento infinito continuará vigorando, em detrimento do bem-estar humano.

O manual “*A responsabilidade social da empresa no combate à corrupção*” está totalmente permeado pelo conceito de promoção da integridade nas empresas. A idéia de que a corrupção prejudica a livre competição e destrói a confiança nas corporações, afetando negativamente suas reputações, é apenas uma das razões que deve motivar as empresas a combater a corrupção. Segundo a ótica da RSE promovida pelo Ethos e explicitada no documento em análise, as empresas devem combater as práticas ilícitas porque existe uma necessidade de se construir um sistema de integridade empresarial. Este sistema se conformaria por valores éticos e teria de abarcar não somente os grupos internos de cada empresa, mas também os grupos externos (fornecedores e clientes, por exemplo).

Um dos aspectos mais relevantes presentes neste manual é o destaque que se concede às regulações civis voltadas para as empresas no plano internacional. São diversas iniciativas

como o Pacto Global da ONU, que adotou um novo princípio dirigido para o combate à corrupção; a Parceria contra a Corrupção (PACI), lançada pelo Fórum Econômico Mundial, que visa consolidar um compromisso dos executivos chefes de grandes empresas no combate à corrupção e a Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas (EITI), que é uma coligação entre governos, empresas, investidores e organizações da sociedade civil com vistas a ajudar indústrias de países ricos em petróleo e gás a melhorar sua governança. A principal iniciativa neste sentido, no Brasil, é o Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção criado em 2006 na Conferência Internacional do Ethos. Ele é resultado de uma parceria entre este Instituto e outras instituições como a Patri Relações Governamentais e Políticas Públicas, o PNUD, a TI, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNDOC), o Comitê Brasileiro do Pacto Global e o Fórum Econômico Mundial. O Pacto já conta com mais de seiscentos signatários entre empresas e entidades sem fins lucrativos e tem como principal objetivo o comprometimento dos participantes com o fortalecimento do controle e da transparência nas relações público-privadas e um melhoramento nas relações internas ao setor privado.

Aqui retomamos o debate de Vogel (2005) acerca do papel das regulações civis. Devemos realçar que este tipo de regulação deve dar sinais ao Estado por meio de experiências bem-sucedidas, sem com isso substituí-lo. De sorte que a relação Estado/sociedade torne-se mais negociada, o que não significa negar os conflitos, mas sim tentar resolvê-los buscando consensos. Entendemos que somente o aprendizado democrático pode originar uma sociedade menos cindida (menos hierárquica), em que a solidariedade política vai para além do círculo restrito da família.

Por último, devemos refletir sobre uma questão que é a pedra de toque do debate sobre corrupção e posturas antiéticas nas relações público-privadas. O financiamento de campanhas eleitorais por pessoas físicas e jurídicas e as conseqüências que ele gera para o processo eleitoral e, sobretudo, para as instituições poliárquicas tem gerado um debate interminável. Sabendo que esta é uma discussão nevrálgica para o setor empresarial o Ethos lançou o manual “*A responsabilidade social das Empresas no Processo Eleitoral*”. A primeira versão deste manual é de 2002 e a segunda de 2008, contando esta última com o apoio da TI (ETHOS, 2008).

O debate que perpassa todo o manual deixa claro que, se por um lado, o financiamento dos partidos pode funcionar para fortalecê-los, ajudando-os a informar os cidadãos sobre suas propostas, por outro, ele pode ser extremamente prejudicial à democracia, comprometendo a

integridade dos futuros representantes que assumem cargos públicos, estando comprometidos em representar apenas aqueles que os financiaram. As empresas, por contribuírem com grande parte dos aportes partidários, influenciam extremamente os candidatos, diminuindo o papel do cidadão comum que deveria ser o principal agente no processo de representação política. Neste caso, o financiamento político pode se tornar uma variação do suborno (ETHOS, 2008).

A partir das premissas de que o processo eleitoral deve ser o mais idôneo possível ao eleger uma elite política comprometida com os interesses públicos, o Ethos propõe um debate sobre certos elementos que envolvem o processo político-partidário como o controle dos gastos e receitas, a necessidade de campanhas menos caras, o financiamento público das campanhas e a necessidade de transparência na prestação de contas (ETHOS, 2008).

Quanto ao controle de gastos e receitas há no manual uma crítica sobre a legislação brasileira, que ao limitar as doações de pessoas físicas (10%) e jurídicas (2%) em termos de percentual de renda bruta no ano anterior ao pleito eleitoral, vincula o direito de doar às campanhas ao poder econômico e, assim, contribui para consolidar as disparidades entre os cidadãos na capacidade de influenciar o processo eleitoral. O sistema americano neste sentido é bem mais igualitário, permitindo que cada indivíduo doe até dois mil e trezentos dólares para uma campanha. Com relação ao limite dos gastos totais dos partidos nas campanhas existem várias propostas e apesar da importância deste instrumento, que como ressalta o manual pode diminuir a influência do poder econômico no pleito e aumentar as chances de candidatos com menos dinheiro se elegerem, poucos países (24%) adotam medidas neste sentido. No Brasil, a lei permite que o Congresso defina o teto dos gastos partidários no começo da campanha, contudo, os legisladores ainda não exerceram seu poder, prevalecendo a regra de os partidos decidirem o valor do teto. O Ethos critica abertamente esta regra, pois ao permitir que cada candidato possa decidir qual será o teto de seus gastos ela não contribui para que a competição política seja mais equilibrada. Uma sondagem feita pelo Ethos entre grandes empresas brasileiras revela que a maioria delas acredita que o estabelecimento de um teto para os gastos dos partidos pode ser uma importante medida para a reforma política (ETHOS, 2008).

No que diz respeito ao financiamento público – transferência direta ou indireta (via subsídios, por exemplo) de recursos do Estado para financiar parcial ou totalmente a competição eleitoral – o documento ressalta que ele é amplamente adotado em todo mundo, variando apenas o percentual deste tipo de financiamento no montante arrecadado pelos partidos. Tal questão é bastante controversa entre empresários brasileiros que, segundo a

sondagem realizada pelo Ethos, defendem desde o financiamento exclusivamente público até a rejeição total desta modalidade, passando por combinações entre financiamento público e privado. Portanto, vários empresários argumentam que o financiamento público colocaria os candidatos e os partidos em condições mais iguais de competitividade, diminuindo também o peso dos interesses econômicos nas eleições e, com isso, a corrupção. Esta vertente afirma que os partidos prestam um serviço ao Estado, garantindo a competição política e a própria democracia, logo, nada mais justo que o Estado financie suas campanhas. Porém, outros tantos se contrapõem a essa visão, defendendo que o financiamento público não garante o fim de práticas como o “caixa dois” e que é injusto os cidadãos financiarem as campanhas dos partidos. Há também aqueles que defendem que o financiamento privado é uma forma de liberdade de expressão, ou seja, o cidadão e as empresas devem ter o direito de expressar suas preferências políticas com doações aos partidos (ETHOS, 2008).

A transparência nas contas é fundamental para que o processo eleitoral e, sobretudo, o resultado dele tenha legitimidade perante a sociedade (elemento este fundamental à manutenção de qualquer poliarquia). No Brasil, a transparência nas contas eleitorais, principalmente no que se refere ao financiamento político, tem ocorrido por meio da prestação de contas pelos partidos à justiça eleitoral e aos eleitores (por meio da internet), o que tem trazido grandes avanços. O Ethos defende a exigência de uma prestação de contas mais transparente (com dados completos, detalhados, amplamente divulgados e de fácil acesso e compreensão) como fator essencial para que a sociedade como um todo possa fiscalizar o processo eleitoral. Devemos sublinhar que o conceito de transparência é caro ao ideário da RSE, trazendo em si a idéia de prestação de contas (accountability) aos públicos interessados com os quais as empresas lidam. Ademais, a idéia de transparência vem sendo amplamente adotada nos debates políticos sobre as instituições poliárquicas, sendo este considerado um elemento crucial para a manutenção da confiança entre os atores políticos, aspecto fundante de qualquer poliarquia (DAHL, 1997).

O documento em questão explicita que o encarecimento das campanhas eleitorais<sup>158</sup> - o enorme volume de recursos financeiros é proporcional ao tamanho do eleitorado brasileiro que é de 128 milhões de eleitores – torna os interesses econômicos cada vez mais relevantes neste processo, aumentando muito o peso político dos cidadãos mais abastados e das empresas. Além disso, em sociedades com nefastos índices de desigualdade, em termo de

---

<sup>158</sup> Segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral sobre as eleições municipais de 2004 e federais e estaduais de 2006, gastou-se no total 2.481.000 bilhões (ETHOS, 2008).

distribuição de riqueza, como a nossa, a desigualdade no financiamento político torna-se ainda maior.

Neste sentido, por meio do manual em questão, o Ethos procura levantar alguns debates que, em sua concepção, devem ser considerados em uma possível reforma política. A partir da defesa de um processo eleitoral mais democrático, traço latente em todo o documento e na retórica da entidade, o Ethos propõe mudanças na legislação eleitoral, apontando alguns elementos negativos desta (as brechas existentes nela que favorecem o encarecimento e a contribuição desigual às campanhas). Outro elemento relevante presente no documento em análise é a idéia de que as empresas por contribuírem com boa parte dos recursos utilizados em campanhas políticas e por estarem sob enorme desconfiança – já que muitas vezes suas doações são entendidas como formas de suborno, o que na realidade tem grandes chances de acontecer – devem adotar uma postura altamente ética ao se envolverem em processos de financiamento de campanhas políticas. Isto, de acordo com o Ethos, deve se dar através do cumprimento integral da legislação, principalmente no que tange à prestação de contas; da recusa em apoiar partidos ou candidatos com histórico de corrupção; da definição e publicização de uma postura da empresa em relação ao financiamento político; da identificação de áreas de vulnerabilidade da empresa com relação ao financiamento político e a partir disso promover engajamento em projetos de reforma e da cobrança do candidato apoiado por um compromisso público embasado em propostas claras e metas qualificadas, especialmente em relação às políticas sociais e ambientais (ETHOS, 2008).

Uma vez mais defendendo a importância da articulação entre Estado, mercado e sociedade, o Ethos finaliza a sua argumentação em relação ao financiamento de campanhas políticas defendendo o papel nodal que as instituições da sociedade civil têm na fiscalização e no combate à corrupção. Logo, para este Instituto uma atuação responsável por parte dos políticos, do mercado (empresas) e da sociedade deve estar acompanhada de leis eficientes (controles e sanções).

Por fim, podemos afirmar que o combate à corrupção é para o Ethos um elemento basilar na construção de um novo pacto social entre o Estado, os agentes do mercado e a sociedade civil; afinal, uma ordem democrática é construída com base na confiança e na responsabilidade de cada cidadão em não romper o pacto. A corrupção ou, pelo menos, a desconfiança de que ela esteja generalizada é assim um elemento corrosivo para a ordem poliárquica. Contudo, caso a corrupção não seja coibida, nasce a impunidade que é ainda mais destrutiva para o pacto social. Por sua vez, a pobreza e a desigualdade social acentuada geram

uma sociedade com níveis de poder muito desequilibrados entre os cidadãos, fator este que não favorece a competição política e a convivência pacífica entre pensamentos divergentes, mas sim a desconfiança e o domínio da ideologia dos poderosos. Devemos realçar que não existe qualquer confiança onde as forças do capital grassam somente em busca de lucro em detrimento do ser humano, do bem-estar social e ambiental. Então, a RSE é para o Ethos um comportamento, um conjunto de práticas capaz de tornar o empresariado, tendo em vista o seu poder e sua liderança, um agente do desenvolvimento da democracia, que é vista como o melhor arranjo político possível para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Porém, acreditamos que isso só será possível se, primeiramente, o Ethos e as empresas engajadas na RSE forem capazes de dissipar toda a névoa de desconfiança pela qual este ideário está envolto. Sendo a sustentabilidade empresarial tão mais eficiente quanto mais conseguir repelir os “caronas” (empresas que fazem da RSE um supérfluo mecanismo de marketing social), quanto mais se enraizar como um elemento estrutural do mercado, quanto mais o Estado e a sociedade aumentarem seu controle sobre as empresas.

A seguir tentaremos aglutinar as reflexões que fizemos durante este trabalho, respondendo algumas questões que levantamos ainda na introdução.

## CONCLUSÃO

Esta dissertação, como destacamos ao iniciá-la, é fruto de nossas indagações acerca do crescimento do movimento da RSE no cenário nacional e também acerca da expansão da concepção de RSE de uma entidade específica, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Acreditamos desde o início desta pesquisa que o Ethos poderia ser um bom “observatório”, não só para entendermos como determinada fração da elite empresarial compreende alguns problemas sociais existentes no Brasil, mas também para refletirmos acerca das concepções ideológicas adjacentes ao movimento de RSE. Além disso, o Ethos nos parecia ainda um bom “observatório” para refletirmos sobre os possíveis rumos a serem tomados pelo movimento da RSE no país. Nestas páginas conclusivas nos esforçaremos para mostrar que ao menos em grande parte, estes objetivos foram cumpridos.

No primeiro capítulo buscamos as origens históricas do Ethos, no plano nacional, enfatizando a ligação existente entre este Instituto e o PNBE, associação de empresários que desde o final dos anos de 1980 buscou construir um pensamento político-empresarial voltado para o fortalecimento de uma cultura cívica democrática no seio do empresariado brasileiro. Demonstramos que o PNBE visava romper com a tradição histórica das negociações bipartites entre empresariado e Estado, tentando construir arenas políticas que incluíssem os trabalhadores como atores relevantes nos processos decisórios. Também evidenciamos o quanto aquela associação de empresários valorizava o diálogo e a busca por consensos como elementos fundamentais para solucionar os diversos problemas que a sociedade brasileira enfrentava no início dos anos de 1990. As ações sociais promovidas pelo PNBE também foram destacadas e, de certa forma, podemos afirmar que elas se enquadram naquilo que a retórica da RSE convencionou chamar de ações empresariais para a comunidade.

Ainda no primeiro capítulo nos esforçamos para mostrar que os principais líderes do PNBE tinham uma trajetória de participação em associações e sindicatos de representação empresarial e também em iniciativas empresariais direcionadas à questão social, como era o caso da Fundação Abrinq. Neste sentido, afirmamos que o PNBE era fruto da reunião de empresários interessados em conformar um amplo projeto social, indo além das tradicionais preocupações do empresariado nacional com interesses restritos ao plano econômico e de caráter bastante particularista. Evidenciamos que o apoio da maior parte dos empresários do PNBE ao projeto político do governo de Cardoso gerou dissidências no interior daquela entidade, desencadeando nela um processo de esvaziamento que acarretaria, de certa maneira,

na formação do Ethos. O argumento central naquele capítulo foi o de que o grupo de empresários que fundou o Ethos – Oded Grajew; Hélio Mattar; Ricardo Young; Sérgio Mindlim; Emerson Kapaz; Guilherme Peirão Leal e Eduardo Capobianco – adquiriu um poder político e construiu redes sociais a partir de sua experiência no PNBE, elementos que foram fundamentais para que o Instituto em questão tivesse êxito.

No início do segundo capítulo nossos esforços estiveram voltados para identificar as ligações existentes entre o processo de formação do Ethos e o movimento internacional de RSE, principalmente, o movimento estadunidense. Ademais, buscamos traçar paralelos entre o discurso democrático do Ethos e aquele desenvolvido pelo PNBE, ressaltando que a defesa da conformação de diálogos constantes entre os diversos atores políticos e, conseqüentemente, a construção de consensos estava na base dos argumentos das duas entidades em questão.

Dois objetivos mais amplos permearam o segundo capítulo desta dissertação: identificar as premissas ideológicas presentes no movimento de RSE como um todo e, mais precisamente, na concepção de RSE preconizada pelo Ethos e explicitar os mecanismos utilizados por esse Instituto para colocar sua retórica em prática. Visando tais objetivos ressaltamos que a meta principal do projeto de sociedade defendido pelo Ethos é a construção de uma via de desenvolvimento sustentável. A partir disso buscamos demonstrar como este conceito nascera e ganhara demasiada importância no cenário internacional, no entanto, sem deixar de apontar suas significativas deficiências.

Tentamos evidenciar que a idéia de desenvolvimento sustentável, entendida por muitos como sinônimo de uma postura mais progressista, tem se tornado um abrigo para correntes de pensamentos de espectros ideológicos bastante variados. Além disso, mostramos também que o conceito de desenvolvimento sustentável em sua versão mais conhecida, desenvolvida pela CMMD no Relatório *Nosso Futuro Comum*, traz em si muitos aspectos intrínsecos ao pensamento neoliberal, dando excessiva ênfase ao poder dos mercados e à modernização tecnológica na consolidação de um projeto de desenvolvimento sustentável. Outro elemento importante ao qual a CMMD não deu a devida atenção foi à questão do consumo nos países ricos, preferindo dar ênfase à necessidade de se aumentar o padrão de consumo nos países pobres. Neste sentido, sublinhamos que o conceito de ecodesenvolvimento, aprimorado por Sachs, tinha um caráter muito mais ousado e progressista, já que apregoava a busca por um teto de consumo capaz dar fim à sociedade de consumo desenfreado. Outro elemento “perigoso” intrínseco ao conceito de desenvolvimento sustentável, como indicou Diegues (1992), é a própria adoção do termo “desenvolvimento”,

pois este traz em si a idéia de que há um modelo a ser seguido, ou seja, que os países em desenvolvimento devem seguir os modelos de desenvolvimento adotados pelos países desenvolvidos, o que tem exigido de países extremamente pobres sacrifícios desumanos em prol da conformação de uma via de desenvolvimento baseada na sociedade industrial, via esta que parece cada vez mais insustentável. Retomaremos este ponto mais adiante.

De fato, como destacamos, o debate sobre o desenvolvimento sustentável aproximou-se definitivamente do mundo empresarial com a publicação, pelo industrial Stephan Schmidheiny e pelo BCSD, do Relatório *Mudando o Rumo* (1992). Enfatizamos que naquele momento o movimento pela sustentabilidade passou a abrigar de certa forma o movimento de RSE, que a partir dos anos de 1990 se internacionalizou e vem ganhando cada vez mais amplitude. Em verdade, podemos dizer que a idéia de desenvolvimento sustentável tem se colocado como uma utopia capitalista, cujo formato ainda não está claramente definido.

Ao partir da análise de *Mudando o Rumo*, identificamos neste relatório uma das idéias basilares do movimento de RSE: a idéia de que o mundo globalizado aumenta o poder das empresas, aumentando, concomitantemente, as suas responsabilidades. Não negamos aqui este fato, que é uma realidade do mundo contemporâneo, mas procuramos mostrar que, em muitos casos, esta argumentação tem servido para superestimar o poder de auto-regulação do mercado (elemento peculiar ao pensamento neoliberal), em detrimento das regulações estatais. Acompanhando a análise de Vogel (2005), afirmamos que se o processo de globalização ajudou a fortalecer as empresas no plano internacional, ele também fortaleceu movimentos ativistas de diversos espectros. O fortalecimento em âmbito global de organizações ambientalistas e daquelas que lutam em prol dos direitos humanos, por exemplo, e os inúmeros desastres ambientais e sociais causados por diversas empresas originaram certa pressão sobre estas últimas conformando inúmeras regulações civis (lembremos que estas têm um caráter voluntário). Tais regulações contribuem para que elas mantenham ações mais “socialmente responsáveis”, engajando-se em iniciativas e pactos de caráter nacional e internacional direcionados ao combate à corrupção, à preservação de ecossistemas ameaçados e à proteção dos direitos humanos. Neste sentido, concordamos com Vogel (2005) quando este afirma que em um contexto em que as leis do livre mercado predominam, em detrimento de regulações mais firmes como as estatais, a RSE aparece como uma *segunda melhor opção*.

A defesa da complementaridade existente entre as regulações civis, mais “leves”, e as regulações estatais, mais “fortes”, defendida por Vogel (2005) nos levou a refletir sobre a possibilidade de a RSE contribuir para que as regulações estatais tivessem mais legitimidade

no mundo empresarial. Assim, uma empresa mais preocupada com a garantia dos direitos humanos provavelmente seria muito menos avessa às regulações estatais neste âmbito do que uma empresa que não tivesse nenhuma preocupação neste sentido. Ademais, seguindo ainda as reflexões de Vogel (2005), enfatizamos aqui que o apoio do Estado e da sociedade civil é fundamental para que as práticas de RSE sejam enraizadas no mundo dos negócios. Afinal, somente Estados e consumidores preocupados com o meio ambiente e com os direitos humanos podem tornar as empresas mais socialmente responsáveis. Com isso, reafirmamos que o movimento RSE só poderá se tornar um agente promotor de bem-estar caso as empresas se preocupem em contribuir com o Estado na conformação de políticas públicas e leis capazes de garantir o compromisso do mercado com as premissas deste movimento (VOGEL, 2005).

Após apontarmos algumas relações existentes entre o movimento de sustentabilidade e o movimento de RSE – ambos diretamente relacionados com a necessidade de transformação dos padrões de produção e consumo vigentes e, portanto, com as atividades empresariais – ainda no segundo capítulo nos concentramos em demonstrar as principais características subjacentes ao discurso do Ethos. Tais características podem ser resumidas na seguinte colocação: podemos afirmar que o Ethos vê as empresas como atores fundamentais na transformação das sociedades por causa do poder, sobretudo, econômico acumulado por elas; entende que as empresas só poderão atuar como agentes de promoção de bem-estar social se elas forem capazes de dialogar constantemente com seus stakeholders, percebendo, assim, de que forma suas atividades podem gerar benefícios à sociedade ou, ao menos, mitigar os malefícios causados a ela; defende a RSE como a única forma de tornar o mundo dos negócios mais sustentável, garantindo assim a sobrevivência da sociedade capitalista e do planeta; enfatiza que as empresas não existem e não prosperam sem que tenham a sua imagem e os seus produtos legitimados pela sociedade e, por isso, elas devem retribuir a esta os benefícios que lhes proporciona e, por último, o Ethos acredita que as ações socialmente responsáveis podem se tornar vantagens competitivas, isto é, as empresas pautadas pela RSE ganhariam cada vez mais a confiança do consumidor e prosperariam com mais facilidade do que aquelas que não assumissem este tipo de postura.

Delineadas as principais características da concepção de RSE apregoada pelo Ethos, buscamos defender nesta dissertação a idéia de que – embora exista uma relação próxima entre o argumento neoliberal da supervalorização dos poderes do mercado na solução dos problemas sociais e a expansão do movimento da RSE, como pudemos perceber tanto em *Nosso Futuro Comum* (1991) quanto em *Mudando o Rumo* (1992) – seria perigoso afirmar

que todas as entidades ligadas ao movimento de RSE no Brasil estivessem atreladas ao ideário neoliberal, o mesmo ocorrendo com as entidades do terceiro setor. Afinal, acreditamos que os significados tanto do movimento da RSE quanto do conceito de terceiro setor estão ainda em disputa.

Para comprovar estas afirmações buscamos posicionar o Ethos em relação ao neoliberalismo, principalmente, no tange às transformações históricas deste. Nesse sentido, nos esforçamos para refutar o argumento de Martins (2007) segundo o qual o Instituto em questão alinha-se com o neoliberalismo da terceira via, projeto político formulado teoricamente pelo sociólogo inglês Anthony Giddens e assimilado por diversos governos em todo mundo, inclusive, pelo governo de Cardoso no Brasil. Com vistas a alcançar tal objetivo, buscamos ressaltar que o neoliberalismo da terceira via, na prática, tornou-se um esteio para aplicação das políticas receitadas pelo Consenso de Washington – que foram em grande parte responsáveis pelas inúmeras crises internacionais desencadeadas a partir de meados dos anos de 1990 – gerando uma ordem pautada por um economicismo exacerbado que creditava o desenvolvimento à livre circulação de capitais, concepção esta que vai à contramão daquela defendida pelo Ethos. Dito isto, afirmamos que o Ethos está muito mais alinhado ao projeto de desenvolvimento formulado por Sen do que ao de Giddens.

Mostramos que o Ethos, assim como o liberalismo humanista de Sen, visa constituir uma sociedade pautada pelo livre mercado e pela justiça social. Primeiramente, buscamos sublinhar que para Sen, assim como para o Ethos, a ética e a economia devem andar de mãos dadas. A idéia de que a ética pode ajudar-nos a entender os valores adjacentes às decisões econômicas está presente tanto na teoria de Sen quanto no projeto político do Ethos.

Sen (2000) acredita, como vimos anteriormente, numa concepção de desenvolvimento que vai além da idéia de acúmulo de riqueza e do crescimento econômico. Este autor entende o desenvolvimento como o processo de expansão das liberdades e, portanto, para que uma sociedade se desenvolva é necessário que se eliminem as barreiras que se opõem à liberdade dos indivíduos nela existentes. Concluimos que tal concepção de desenvolvimento é importante, principalmente, por três motivos: porque procura superar o economicismo, valorizando as pessoas; porque valoriza o papel Estado como produtor de políticas públicas voltadas para capacitar os indivíduos para que sejam capazes de escolher a vida que querem levar e porque acredita na deliberação democrática como a forma ideal para se alcançar o desenvolvimento, já que os indivíduos uma vez habilitados podem contribuir para a melhoria das instituições tanto do Estado quanto do mercado. Assim, procuramos revelar o quanto a

concepção de desenvolvimento de Sen afasta-se do projeto neoliberal excessivamente economicista e estatofóbico e tentamos enfatizar, sobretudo, que é exatamente em relação aos três elementos apontados acima que o projeto de desenvolvimento preconizado pelo Ethos converge com o de Sen.

Para, além disso, tentamos refletir sobre a conjuntura política atual no âmbito latino-americano, apontando indícios de que a ordem neoliberal há pouco tão predominante neste cenário agora já parece estar dividindo espaço com outros projetos políticos que começam a se formar, mas que ainda não estão claramente definidos. Defendemos aqui que o governo de Lula da Silva, do qual o Ethos é um importante interlocutor, é um bom exemplo de que estamos buscando uma nova via de desenvolvimento.

Ao final do segundo capítulo, buscamos descrever por meio de que mecanismos e ferramentas o Ethos tem buscado conformar a transformação cultural no mundo empresarial a que se propõe. Como enfatizamos ao longo de todo o trabalho, esse Instituto se propõe a produzir uma nova tecnologia gerencial – uma nova maneira de gerir os negócios – pautada pela ética, pela transparência, pelos direitos humanos e pela sustentabilidade ambiental. Com vistas a alcançar este novo modelo de gestão, o Ethos está engajado, como mostramos, em um projeto pedagógico colocado em prática a partir do UniEthos, por meio do qual são promovidos cursos, palestras e grupos de trabalho, e do InternEthos, que é uma rede por meio da qual o Ethos se conecta ao empresariado, a jornalistas e a acadêmicos. Para concretizar seus objetivos, esse Instituto tem desenvolvido ferramentas de avaliação para que suas associadas possam medir o grau de adequação de suas práticas às premissas de RSE desenvolvidas por ele.

Podemos tirar algumas conclusões acerca deste projeto pedagógico preconizado pelo Ethos. Primeiramente, devemos dizer que, como em todo processo educativo, o projeto do Ethos ocorrerá em longo prazo e em contraposição às posturas empresariais vigentes. Isto significa dizer que tal projeto se produzirá sobre intensos conflitos de interesses, como demonstramos ter acontecido nos embates do Ethos com a Petrobrás e o Grupo J. Pessoa. Devemos afirmar também que será muito difícil que todas as empresas alcancem o mesmo grau de enraizamento com relação às premissas da RSE e o Ethos sabe disso, tanto que os indicadores desenvolvidos por ele estão divididos em graus de aprendizado. Outro elemento importante neste processo pedagógico, sem o qual dificilmente ele se desenvolverá, é a necessidade de se produzirem mecanismos de incentivo à adoção de práticas socialmente responsáveis pelas empresas – o intenso trabalho do Ethos em relação às políticas públicas e

do Akatu em relação aos consumidores tem este objetivo – e também de mecanismos de coerção dos “caronas”, ou seja, daquelas empresas que se aproveitam do discurso da RSE apenas para fazer marketing.

Além disso, como vimos, o Ethos tem buscado conformar instituições fundamentais para que os valores da RSE possam se expandir para a sociedade como um todo. O Akatu é o principal exemplo disso. Afinal, o Ethos compreende que a demanda por empresas socialmente responsáveis é um elemento fundamental para que a RSE possa se enraizar. Entretanto, façamos agora algumas colocações fundamentais acerca da idéia de formação de um consumidor consciente. Acreditamos que um dos principais obstáculos para tal conformação aqui são os baixos níveis de renda e instrução do povo brasileiro. Com relação à renda, a ecoeficiência dos produtos pode torná-los mais caros, já que exige pesquisa e exige também adaptação das empresas a novos padrões de produção. No que concerne à instrução, acreditamos que a formação de consumidores conscientes é somente possível em sociedades em que os direitos humanos e o respeito ao meio ambiente estão bastante enraizados, isto é, onde as pessoas têm alto grau de instrução. Não é por acaso, como enfatizou Vogel (2005), que neste momento a RSE tem se desenvolvido mais plenamente na Europa ocidental do que em qualquer outra parte do mundo.

Tendo em vista tais colocações podemos tirar algumas conclusões sobre as crenças do Ethos. Este Instituto reconhece as falhas do mercado e procura resolvê-las através da construção de um modelo de gestão embasado em premissas éticas. Isto quer dizer que o Ethos acredita que o mercado poderá funcionar de maneira bem mais eficiente e justa se as empresas adotarem os princípios da RSE, acima apontados, em seu planejamento estratégico. Contudo, como já enfatizamos, isto significa dizer que as empresas teriam de priorizar outros valores, abrindo mão da busca pela lucratividade e pelo crescimento infinitos. Logo, o bem-estar dos funcionários e dos consumidores, a concorrência ética e a sustentabilidade ambiental seriam elementos tão importantes quanto o lucro. Caso tal transformação cultural se concretizasse ocorreria uma mudança sem precedentes no âmbito do capitalismo.

Afirmamos aqui também que para o Ethos a conformação de instituições poliárquicas é um elemento fundamental na consolidação de consensos com vistas a solucionar os problemas vigentes no Brasil. Neste sentido, a RSE funcionaria como uma forma de as empresas participarem de espaços públicos voltados para o diálogo e para deliberação democrática. O Movimento Nossa São Paulo, do qual o Ethos foi um dos fundadores e que conta com a participação de diversas empresas, é um exemplo deste tipo de espaço. Nele

representantes do Estado, da sociedade civil e do mercado buscam dialogar com vistas a tornar a cidade de São Paulo mais sustentável.

A partir dos debates levados adiante no segundo capítulo destacamos dois elementos relevantes: o ambiente mais aberto e incerto, no que diz respeito aos debates sobre projetos de desenvolvimento e o fortalecimento da concepção de desenvolvimento defendida por Sen, visto que ela tem sido adotada por diversas organizações multilaterais. Estas organizações têm influenciado políticas governamentais em todo o mundo a partir das premissas de *Desenvolvimento como Liberdade* (2000), principal obra deste economista.

No que se refere ao projeto de desenvolvimento do Ethos, de forma mais ampla, concluímos que ele pode ser entendido como mais uma utopia capitalista. Afinal, os objetivos que pretende alcançar parecem até o momento bastante intransponíveis.

No capítulo três reafirmamos o compromisso do Ethos com o pensamento político-empresarial democrático que está em suas raízes históricas e buscamos entender de que maneira este instituto acredita que sua concepção de RSE poderia contribuir para solucionar dois problemas cruciais da sociedade brasileira: a pobreza e a corrupção.

Com relação à pobreza mostramos mais uma vez o quanto o discurso do Ethos está alinhado às premissas de desenvolvimento de Sen, já que o conceito de pobreza adotado pelo Instituto é o defendido por esse economista. Assim, o Ethos entende a pobreza, sobretudo, como a ausência de acesso aos serviços de bem-estar social básicos fornecidos pelo Estado por meio de políticas públicas e de oportunidades de inserção no mercado. No que tange à desigualdade social no Brasil, o Ethos confirma novamente a tese de Sen, afirmando que ela é, em grande parte, fruto da má distribuição dos gastos sociais do Estado que não está voltado para aqueles que realmente necessitam.

Então, reafirmamos naquele capítulo a contribuição de Sen para que pensemos a necessidade de conformação de políticas públicas e de um Estado mais eficiente, sendo capaz de capacitar os indivíduos para que, por meio do mercado, possam se tornar mais independentes. Contudo, criticamos a pouca importância que aquele economista dá às falhas do mercado tão enfatizadas por Stiglitz (2003). Equivocadamente Sen supervaloriza o papel e o poder dos indivíduos na escolha do seu futuro, parecendo ignorar o fato de que o poder está concentrado nas mãos de poucos governantes e dirigentes empresariais, que muitas vezes tomam decisões avessas à promoção do bem-estar da maioria dos indivíduos, tornando-os parte dos excedentes de mercado. Sobre a questão da concentração excessiva da propriedade privada, Sen não chega nem mesmo a tocar no assunto, o que torna a sua análise sobre a

pobreza e, principalmente, sobre a desigualdade social um tanto deficitária, já que ela deixa de abordar uma das causas cruciais do desequilíbrio de poder na sociedade capitalista vigente. Ao ignorar a concentração de poder existente nas mãos das empresas, como ressaltou Evans (2005), Sen também torna um tanto superficial a sua análise sobre as possibilidades de construção de democracias deliberativas, pois a assimetria de poder existente entre as corporações multinacionais e os cidadãos ordinários é enorme. Outro fator preocupante é a dominação cultural exercida por determinadas empresas. Assim nos indagamos se seria possível construir uma democracia deliberativa nos termos daquela defendida por Sen, não obstante os interesses das grandes corporações muitas vezes irem na contramão dos interesses da maior parte dos indivíduos?

O Ethos, apesar de estar alinhado com boa parte das premissas teóricas de Sen, ao contrário deste, não ignora o fato de que as empresas podem ser elementos nefastos a uma ordem mais igualitária. Contudo, o Instituto também defende a idéia de que a difusão e o enraizamento da RSE no meio empresarial pode tornar as grandes corporações elementos de transformação social. Se por um lado o Ethos rompe com o paradigma de Sen, demasiadamente preso na concepção axiológica smithiana de que o bem-estar individual necessariamente gera o bem comum, reconhecendo a importância de se atuar para a transformação no sistema, por outro lado, este Instituto esquiva-se como Sen do debate sobre como a concentração da propriedade privada (principalmente, num país como o Brasil) gera assimetrias de poder que são, em grande parte, causas da pobreza e da desigualdade social.

Ao concentrar-se no argumento da igualdade de oportunidades, delineado por Sen, o Ethos poderia esforçar-se para demonstrar o quanto uma distribuição menos desigual da propriedade privada seria profícua para a redução da pobreza e da desigualdade no Brasil. Como destacamos anteriormente, não ignoramos aqui que assuntos como a reforma agrária neste país são quase “tabus”, principalmente, pelo fato de que não há um antagonismo entre o empresariado urbano e o rural, tendo em vista que atualmente a maior parte dos latifúndios brasileiros se concentram nas mãos de empresários urbanos.

Ademais, nós mostramos o quanto a crença exacerbada do Ethos na RSE – isto é, na idéia de que as empresas vão, mais cedo ou mais tarde, perceber o quanto uma atuação mais responsável é essencial para longevidade de seus negócios – tem levado tal instituto a se omitir em relação a relevância que a questão dos incentivos fiscais tem adquirido no financiamento das ações sociais e benefícios trabalhistas implementados pelas empresas. Um debate mais profundo sobre esta questão seria fundamental para que o Ethos pudesse dar uma

resposta mais convincente às diversas e coerentes críticas existentes ao, muitas vezes, “perigoso” uso do fundo público por instituições privadas.

Apesar de o Ethos afirmar que está voltado para a defesa do movimento da RSE e não para a defesa dos interesses das empresas que o compõe, sabemos que esse Instituto tem seus limites. Afinal, ele tem de contar com a legitimidade, sobretudo, do mundo empresarial. Logo, abordar questões como a concentração da propriedade privada ou necessidade de uma reforma tributária mais efetiva pode comprometer todo o projeto engendrado por aquela entidade.

Mesmo com todas as limitações já destacadas, nós procuramos aqui demonstrar que o Ethos – ao reconhecer a importância das políticas públicas para que o ideário da RSE seja difundido de forma mais ampla no mercado – tem participado de forma efetiva na introdução de um pensamento mais solidário no interior do mundo empresarial. Neste sentido, o Instituto tem legitimado políticas públicas de combate à pobreza no seio do empresariado, como o Fome Zero, e rompido com os interesses de setores poderosos, como o farmacêutico, com vistas à consolidação de políticas voltadas para a promoção do bem-estar social.

Portanto, podemos concluir que, ao atuar no âmbito das políticas públicas, o Ethos busca aumentar a eficiência do Estado, principalmente, no que tange às falhas do mercado. O lucro indevido alcançado pelas farmacêuticas com a venda de medicamentos em embalagens lacradas é o tipo de falha de mercado que favorece as corporações, em detrimento da população. Para o Ethos, o Estado deve atuar regulando este tipo de injustiça causada pelos mercados realmente existentes.

Ao longo deste trabalho, buscamos atestar que o pensamento político democrático defendido pelo PNBE, em seus primórdios, e pelo Ethos, posteriormente, rompia com a tradição pouco democrática assumida pelo empresariado como ator político. Contudo, os últimos esforços engendrados por este trabalho concentraram-se em demonstrar que o processo de formação da cultura brasileira traz em si alguns obstáculos que dificultam a instauração de uma ordem poliárquica no país.

Reconhecendo o hibridismo presente em nossa cultura – destacado tanto por Santos (1993) quanto por Da Matta (1991) e caracterizado pela convivência entre uma ordem pautada pelo personalismo (pelas relações pessoais) e outra pelo individualismo (por uma ordem liberal) – nós procuramos mostrar que a construção de uma cultura cívica menos predatória, ou seja, que não apenas conviva formalmente com a ordem poliárquica, mas que a torne predominante, perpassa pela ampliação de nossa solidariedade dos círculos mais restritos das

relações pessoais para os círculos mais amplos, englobando comunidades mais extensas (GÓIS, 1999).

Neste sentido, defendemos aqui também que a ampliação mais efetiva da idéia de cidadania se dará predominantemente pela ação estatal, já que é a partir da produção de bens públicos que se fortalece, sobretudo, o sentimento de solidariedade social. Como enfatizamos, somente serviços públicos de qualidade (neste sentido concordamos aqui com as argumentações de Sen) criam nas pessoas a idéia de um espaço público pertencente a todos, isto é, criam entre os indivíduos um elo que os liga a outros indivíduos para além das parentelas. Somente um Estado eficiente, através de alocações de recursos públicos, poderá conformar um espaço público caracterizado pela solidariedade e pela democracia. No entanto, como já colocamos anteriormente, as pessoas que compõem o Estado fazem parte da sociedade civil e, portanto, é fundamental que esta esteja ciente da importância de se conformar um Estado ativo e voltado para a promoção do bem comum. O Ethos parece saber disso quando defende a importância tanto do papel do Estado quanto da sociedade civil na consolidação de uma realidade mais justa.

Tendo em vista a importância dada pelo Ethos ao enraizamento no seio do empresariado de uma cultura cívica mais solidária e democrática devido, principalmente, à força política deste ator, buscamos demonstrar quais eram as principais propostas do Instituto em questão para o combate à corrupção no setor privado. Entendida pelo Ethos como uma das falhas cruciais dos mercados, a corrupção, caso não combatida, pode tornar-se um elemento destruidor tanto dos benefícios advindos do mercado quanto daqueles advindos do poder público. Assim, como vem sendo defendido pelo Ethos, a ética no mundo empresarial é fundamental para que os mercados funcionem bem e para que as empresas não corrompam o Estado com o seu poder econômico. Por outro lado, um Estado ético também é fundamental para que ele não corrompa os atores do mercado e não seja corrompido por eles. Segundo o Ethos, o principal problema relativo à corrupção no Brasil refere-se aos processos eleitorais. A doação de dinheiro para campanhas caso não seja muito bem fiscalizada pode se tornar um elemento de castração do processo democrático, já que por seus poderes econômicos atores do mercado podem “privatizar” setores estatais, adequando-os aos seus interesses.

Por fim, podemos afirmar que o objetivo central deste trabalho foi, em um âmbito mais restrito, evidenciar que o Ethos tem defendido a conformação de uma ordem poliárquica no Brasil, pautada pelo diálogo intenso entre os atores do Estado, da sociedade civil e do mercado, o que de forma alguma significa dizer que este Instituto defende a diminuição do

papel do Estado. Lembremos que a busca pelo consenso defendida pelo Ethos é algo fundamental para a consolidação de qualquer ordem poliárquica. Aqui preferimos entender o consenso como uma forma de solucionar problemas e não como uma forma de manter *ad eternum* a situação vigente. Entendemos o processo democrático como um processo de aprendizado e, com isso, acreditamos que o diálogo constante entre atores importantes em espaços públicos democráticos pode contribuir também para a construção de uma solidariedade social mais ampla e capaz de romper com a nossa histórica tradição de negação dos conflitos, o que quase sempre deu origem a regimes autoritários.

Apontamos e criticamos aqui os limites do Ethos e do movimento de RSE como um todo. Porém, acreditamos também que, de certa forma, esse movimento tem aberto espaço para o diálogo entre as empresas e os seus stakeholders e, sobretudo, gerado mecanismos de controle social sobre o mundo corporativo, historicamente tão refratário ao escrutínio público. Ademais, a concepção de RSE promovida pelo Ethos está amplamente embasada na idéia de que somente o Estado, por meio das políticas públicas, e a sociedade civil, por meio do consumo consciente, podem tornar a RSE uma realidade mais efetiva. Logo, podemos atestar que o Ethos adota a idéia, também defendida por Vogel (2005), de que o bom funcionamento dos mercados depende da complementaridade entre regulações civis e regulações estatais. A primeira delas refletindo as potencialidades dos mercados para gerar bem-estar e a segunda refletindo suas inúmeras falhas.

No plano mais amplo, acreditamos que a predominância do ideário neoliberal no cenário internacional vem se dissipando, o que tem resultado na ascensão de novas perspectivas de desenvolvimento. Acreditamos que o liberalismo humanista de Sen é uma delas e que, não obstante o seu excessivo louvor aos mecanismos de mercado, traz importantes argumentos para que possamos recuperar o papel essencial que os Estados devem exercer nos processos de desenvolvimento. Este novo cenário parece estar bem mais propício às dúvidas do que às certezas. Em tal momento de incertezas, de ausência de modelos, talvez seja possível pensarmos as bases do que pode vir a ser uma sociedade sustentável. Retomando as idéias de Diegues (1992), questionamo-nos se esse momento não seria propício para pensarmos sociedades de diferentes matrizes, abandonando, assim, o modelo de sociedade industrial? Talvez seja este um momento favorável ao nascimento de novas utopias, que valorizem a capacidade de invenção de cada sociedade. Afinal, já não há mais receitas.

## REFERÊNCIAS:

AGÜERO, Felipe. Business, Politics and the Surge of Corporate Social Responsibility in Latin America. *Antropolítica*: Niterói, v. 18, n. 1, p. 57-76, 2005.

ALMEIDA, Fernando. A. *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

AMILCAR, José. Procurando. *Jornal A Tarde*, Salvador, 15 mai. 1990.

BARBOSA, Livia. Globalização e cultura de negócios. In: KIRSCHNER, Ana Maria; GOMES, Eduardo; CAPPELLIN, Paola. (org.). *Empresa, Empresários e Globalização*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

BIANCHI, Álvaro. *Hegemonia em Construção: a trajetória do PNBE*. São Paulo: Xamã, 2001, 174 p.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2004.

BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. São Paulo : Vértice ; Rio de Janeiro : IUPERJ, 1987.

\_\_\_\_\_. e DINIZ, Eli. *Empresário, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BROOKS, David. *Bubos no paraíso: a nova classe alta e como chegou lá*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

CAMPOS, Michele; GREIK, Michel; VALE, Tacyanne do. História da ética. *CientiFico*. Salvador, v.1, Ano II, ago./dez. 2002.

CAPPELLIN, Paola e GIFFONI, Raquel. As empresas em sociedades contemporâneas: a responsabilidade social no Norte e no Sul. *Caderno CR*. Salvador, v. 20, n. 51, p. 419-434, 2007.

\_\_\_\_\_ e GIULIANI, Gian M. Virtudes privadas e virtude cívica: sistematização dos hábitos de doar de empresas e fundações. In: BRITO, Márcia; Melo, Maria E. (Org.). *Hábitos de doar e captar recursos no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2007.

CAVALCANTI, C. et al. (Org.). *DESENVOLVIMENTO E NATUREZA: Estudo para uma sociedade sustentável*. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994. 262 p. Disponível em:

<[http://www.ufbaecologica.ufba.br/arquivos/livro\\_desenvolvimento\\_natureza.pdf#page=14](http://www.ufbaecologica.ufba.br/arquivos/livro_desenvolvimento_natureza.pdf#page=14)>  
Acesso em: 12 OUT. 2009.

CESAR, Mônica de Jesus. *“Empresa Cidadã”: uma estratégia de hegemonia*. São Paulo: Cortez, 2008.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHEIBUB, Zairo. B. e LOCKE, Richard. M. Valores ou interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social das empresas. In: KIRSCHNER, Ana Maria; GOMES, Eduardo; CAPPELLIN, Paola. (org.). *Empresa, Empresários e Globalização*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COEP. *Das ruas às redes: 15 anos de mobilização social na luta contra a fome e a pobreza*. Rio de Janeiro: COEP, 2008.

CSORDAS, T. A Falência do Líder Herói. **Amanhã**. Agosto, 2008. Disponível em: <<http://www.amanha.com.br/NoticiaDetalhe.aspx?NoticiaID=a9ea4f3c-a216-40d4-ac50-fca6d406dbb7>> Acesso em: 10 NOV. 2009.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

DAHL, Robert. *Poliarquia e oposição*. São Paulo: EDUSP, 1997.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

PLESE, Cecília. PNBE. Agora entidade nacional, mas com brigas e dissidências: é a institucionalização do movimento, contra a representação única. *Diário Comércio Indústria e Serviço*, São Paulo, 6 jul.1990.

DELGADO, Guilherme. C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/Cap\\_2.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/Cap_2.pdf). Acesso: 15 dez. 2009.

DELGADO, Ignácio Godinho. "Empresariado e Política Social no Brasil", In: KIRSCHNER, Ana. Maria; GOMES, Eduardo. R. *Empresa, empresários e sociedade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

DIEGUES, Antônio Carlos S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. São Paulo: *São Paulo em Perspectiva*, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, jan./jun. 1992.

DINIZ, E. As elites empresariais e a Nova República: corporativismo, democracia e reformas liberais no Brasil dos anos 90. In: KIRSCHNER, Ana Maria; GOMES, Eduardo R. (ORG.). *Empresa, empresários e sociedade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. Estado, variedades de capitalismo e desenvolvimento em países emergentes. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INCT-PPED PROMOVENDO RESPOSTAS À GLOBALIZAÇÃO, 2009, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. O pós-Consenso de Washington: globalização, Estado e governabilidade reexaminados. In: DINIZ, Eli. (org.). *Globalização, Estado e Desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

\_\_\_\_\_. Reformas econômicas, elites empresariais e democracia no Brasil. In: KIRSCHNER, Ana Maria; GOMES, Eduardo R.; CAPPELLIN, Paola. (org.). *Empresa, Empresários e Globalização*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

DRAIBE, Sônia Miriam. O “Welfare State” no Brasil: características e perspectivas. In: ANPOCS. CIÊNCIAS SOCIAIS HOJE, 1989. São Paulo: Vértice e ANPOCS, 1989, p. 13-61

DO Ó, Graziella. Rocha. *A formação das agendas sociais privadas: um estudo a partir da questão do trabalho escravo contemporâneo*. Niterói, 2009. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

DREIFUSS R.A. *1964: A conquista do Estado (Ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis: Vozes, 1981.

EVANS, Peter. Challenges of the 'Institutional Turn': Interdisciplinary Opportunities in Development Theory. In: Victor Nee; Richard Swedberg (ed.). *The Economic Sociology of Capitalism*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. The Eclipse of the State? Reflections on Stateness in an Era of Globalization. *World Politics*, v. 50, n. 1, Oct. 1997.

FERNANDES, R. C. *Privado porém público: O terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; 1994. 156 p.

FICO, Carlos. *Ibase: Usina de idéias e Cidadania*. Rio de Janeiro: Gramond, 1999.

FILHO, G. C. de F. Terceiro Setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise e Dados*, Salvador, v. 12, n.9, p. 1-19, 2002.

FIORI, José Luis. Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal. *Revista de Economia Política*, v. 12, n. 1, p. 77-89, 1992.

\_\_\_\_\_. Olhando para a esquerda latino-americana. In: DINIZ, Eli. (org.). *Globalização, Estado e Desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FRANCISCO, Elaine M.; CARDOSO, Isabel. Cristina da C. As políticas empresariais e as novas tecnologias de gerenciamento de recursos humanos. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, v.14, n.41, p. 83-101, abr. 1993.

GARCIA, Bruno. G. *Responsabilidade social empresarial, Estado e sociedade civil: o caso do Instituto Ethos*. Campinas – SP, 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Curso de Bacharelado em Ciências Sociais – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2001.

GARCÍA-MARZÁ, Domingo. *Ética Empresarial: Do diálogo à confiança na empresa*. São Leopoldo: Editora UNISINOS; Pelotas: EDUCAT, 2007.

GASPAR, Malu. Sua empresa é pior do que você imagina. *Revista Exame*, n. 5, ano 44, mar. 2010.

SILVA, Salete. CUT, Medeiros e PNBE assinam acordo para negociar a crise. *Gazeta*, Vitória, 16 mai. 1990.

GAZETA MERCANTIL, São Paulo, 2008

GIDDENS, Anthony (org.) *O Debate global sobre a terceira via*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

GÓIS, João. Bôsko. H; SANTOS, Aline de O.; COSTA, Isis S. Responsabilidade Social Empresarial e Solidariedade: uma análise do discurso dos seus atores. *Serviço Social e Sociedade*. n. 78, p. 82-109, 2004.

\_\_\_\_\_. *Vestígios da força das palavras: escritos sobre a Aids*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

GOMES, A.M.C. *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil – 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

\_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Eduardo. R. Além do Mercado: origens, características e trajetória da responsabilidade social das empresas no Brasil In: GOMES, A. C. (org.). *Direitos e cidadania: justiça, poder e mídia*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GROS, Denise Barbosa. *Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre, 2003. 253 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

HOUTART, F.; POLET, F (coord). *O Outro Davos: mundialização de resistência e lutas*. São Paulo: Cortez, 2002.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. A responsabilidade social da empresa no combate à corrupção. São Paulo, 2009a. Disponível

em:<<http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0ef4A%20responsabilidade%20social%20das%20empresas%20EM%20ALTA%20PDX-1A2001.pdf>>, Acesso: 15/12/09.

INSTITUTO E ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. A responsabilidade social da empresa no processo eleitoral. São Paulo, 2008. Disponível em: <[http://www.ethos.org.br/Uniethos/Documents/ProcesEleit2008\\_web.pdf](http://www.ethos.org.br/Uniethos/Documents/ProcesEleit2008_web.pdf)>, Acesso: 15/12/09.

INDICADORES ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL. Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial. São Paulo, 2007a. Disponível em:<[http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/295/aprenda\\_mais/publicacoes/publicacoes.aspx](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/295/aprenda_mais/publicacoes/publicacoes.aspx)>, Acesso em: 15/12/09.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Indicadores Ethos-Sebrae de responsabilidade Social Empresarial para Micro e Pequenas Empresas. São Paulo, 2009c. Disponível em: <[http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/295/aprenda\\_mais/publicacoes/publicacoes.aspx](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/295/aprenda_mais/publicacoes/publicacoes.aspx)>, Acesso: 15/12/09.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Instituto Ethos debates: a ética e a transparência das empresas São Paulo, 2002. Disponível em: <[www1.ethos.org.br/EthosWeb/.../0-A-3c3debates\\_etica\\_e\\_transp.doc](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/.../0-A-3c3debates_etica_e_transp.doc)>. Acesso em: 15/09/09.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Instituto Ethos debates: Regulamentação da responsabilidade social empresarial. São Paulo, 2003. Disponível em:<[http://www.uniethos.org.br/\\_Uniethos/Documents/ethos\\_debate\\_lei\\_da\\_rse.doc](http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/ethos_debate_lei_da_rse.doc)> Acesso em: 15/09/09.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Manual de incorporação dos critérios essenciais de responsabilidade social empresarial. São Paulo, 2009d. Disponível em: <[http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/295/aprenda\\_mais/publicacoes/publicacoes.aspx](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/295/aprenda_mais/publicacoes/publicacoes.aspx)>, Acesso: 15/12/09.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. O compromisso das empresas com as Metas do Milênio II: Avanços e desafios. São Paulo, 2007b. Disponível em:<[http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/295/aprenda\\_mais/publicacoes/publicacoes.aspx](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/295/aprenda_mais/publicacoes/publicacoes.aspx)>, Acesso: 15/12/09.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. O que as empresas podem fazer pela erradicação da pobreza. São Paulo, 2003. Disponível em: <[http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/295/aprenda\\_mais/publicacoes/publicacoes.aspx](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/295/aprenda_mais/publicacoes/publicacoes.aspx)>, Acesso: 15/12/09.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Relatório de Sustentabilidade Ethos e UniEthos (2008). São Paulo, 2009e Disponível em: <[http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/295/aprenda\\_mais/publicacoes/publicacoes.aspx](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/295/aprenda_mais/publicacoes/publicacoes.aspx)>, Acesso: 15/12/09.

KERSTENETZKY, Célia. L. Desigualdade e pobreza: Lições de Sen. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 42, 2000.

LAYRARGUES, Philippe P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? *Proposta*, v. 25, n. 71, p.5-10, 1997.

MANCEBO et al. Consumo e subjetividade: trajetórias teóricas. *Estudos de Psicologia*, v. 7, n. 2, p. 325-332, 2002.

MARTINS, André Silva. *Burguesia e a nova sociabilidade: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo*. Niterói, 2007. 284 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

MENDES, Rosa Maria M. Á. O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal *Revista de Economia Política*, v. 26 n.1, 2006.

MOTA, Ana E. O Pacto da Assistência: Articulações Entre Empresa e Estado. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo-SP, v. 30, p. 127-136, 1989.

ARRAES, Heloisa. Salários devem ter reajustes sem repasses. *O GLOBO*, São Paulo, 10 jun. 1990.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria. Célia. (orgs.). *Os Sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, 2001.

PELIANO, Ana Maria T. M. (coord.) *A iniciativa privada e o espírito público: a evolução de ação social das empresas privadas no Brasil*. Ipea, 2006.

PETRATTI, P. *A fábrica do Sonho: a trajetória do Industrial Jorge Street*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Pensamento Empresarial, São Paulo: PNBE, 0, abr. 1993.

Pensamento Empresarial, São Paulo: PNBE, 2, out. 1993.

Pensamento Empresarial, São Paulo: PNBE, 3, dez. 1993.

Pensamento Empresarial, São Paulo: PNBE, 4, mar. 1994.

Pensamento Empresarial, São Paulo: PNBE, 5, jun. 1994.

Pensamento Empresarial, São Paulo: PNBE, 6, set. 1994.

Pensamento Empresarial, São Paulo: PNBE, 7, nov. 1994.

Pensamento Empresarial, São Paulo: PNBE, 8, dez. 1994.

Pensamento Empresarial, São Paulo: PNBE, 9, mai. 1995.

Pensamento Empresarial, São Paulo: PNBE, 10, out. 1995.

Pensamento Empresarial, São Paulo: PNBE, 11, Nov. 1995.

Pensamento Empresarial, São Paulo: PNBE, 13, fev. 1996.

Pensamento Empresarial, São Paulo: PNBE, 14, mar. 1996.

Pensamento Empresarial, São Paulo: PNBE, 16, mai/jun. 1996.

Pensamento Empresarial, São Paulo: PNBE, 17, jul. 1996.

Pensamento Empresarial, São Paulo: PNBE, 18, out. 1996.

*Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

POCHMANN, M. et al (org.). *Atlas da exclusão social no Brasil: os ricos no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2004. 3 v.

REIS, Elisa P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 42, p.143-152, 2000.

SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 25, 1995.

SALLES, C. M. et al. Entrevista Explosiva: Carlos Lessa. *Caros Amigos*. Ano VIII, n.93, Dez. 2004.

SANTOS, Mário Augusto dos. *Empresas, meio ambiente e responsabilidade social: um olhar sobre o rio de janeiro*. Rio de Janeiro, 2003. 59f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Curso de Ciências Econômicas – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SCHMIDHEINY, Stephan. *Mudando o rumo: perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1992.

SCHNEIDER, B. R. Comparing Capitalisms: Liberal, Coordinated, Network and Hierarchical Varieties. 2007. Disponível em: [http://www.ces.fas.harvard.edu/events/papers/Schneider\\_Comparing\\_Capitalisms.pdf](http://www.ces.fas.harvard.edu/events/papers/Schneider_Comparing_Capitalisms.pdf). Acesso em: 18/09/09.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESAFIOS PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO: O PAPEL DAS EMPRESAS, 2005. Disponível em:

<[www.ethos.org.br/ Rainbow/.../Cobertura%20Evento \*\*Corrupção\*\*.doc](http://www.ethos.org.br/Rainbow/.../Cobertura%20Evento%20Corrupção.doc)>. Acesso em: 15/09/09.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SAWAYA, Rubens R. Liberalismo Humanista: Amartya Sen e o Desenvolvimento. In: *VII Encontro Nacional de Economia Política e II Colóquio Latino-Americano de Economistas Políticos*, 2002, Curitiba. VII Encontro Nacional de Economia Política e II Colóquio Latino-Americano de Economistas Políticos, 2002.

STIGLITZ, Joseph. *Os exuberantes anos 90*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VEIGA, José E. da. O Prelúdio do Desenvolvimento Sustentável. *CAVC, Economia Brasileira: Perspectivas do Desenvolvimento*, São Paulo: RG Editores, p. 243-266, 2005.

VOGEL, David. *The Market for Virtue: The Potential and Limits of Corporate Social Responsibility*. Washington: Brookings, 2005.